UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

Portal do Discente

EMITIDO EM 02/04/2025 22:39

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei n° 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 01/02/2025

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	RODRIGO THADEU PAIVA DIAS			Matrícula:	20231002634 *(identificador)*
Telefone:					
Identidade:	3906702 - SSP-PI/PI	CPF:		E-mail:	rodrigothadeu20@gmail.com
Orientador:	TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ	CPF:	077.965.283-53	E-mail:	teresinhaqueiroz@bol.com.br
Membro da banca:	ALCEBIADES COSTA FILHO	CPF:	065.221.493-20	E-mail:	alcebiadescf@yahoo.com.br
Membro da banca:	ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO	CPF:	479.014.893-91	E-mail:	ELIBCARDOSO@YAHOO.COM.BR
Membro da banca:	PEDRO VILARINHO CASTELO BRANCO	CPF:	396.467.853-87	E-mail:	pedrovilarinho@ufpi.edu.br
Membro da banca:	TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ	CPF:	077.965.283-53	E-mail:	teresinhaqueiroz@bol.com.br
Data da Defesa:	01/02/2025			Titulação:	Mestre
Título:	Estado, progresso e civilidade na atuação intelectual de Abdias Neves				
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ:	6517387000134
Afiliação:				CNPJ:	
Palavras-chave:	Abdias Neves. Primeira República. Atuação intelectual.				

3. Agência de Fomento

CAPES

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

gov.br
Documento assinado digitalmente
RODRIGO THADEU PAIVA DIAS
Data: 02/04/2025 22:46:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

03/04/2025

Assinatura do autor

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **5764935ce6**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB

RODRIGO THADEU PAIVA DIAS

ESTADO, PROGRESSO E CIVILIDADE NA ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ABDIAS NEVES

TERESINA – PI
2025

RODRIGO THADEU PAIVA DIAS

ESTADO, PROGRESSO E CIVILIDADE NA ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ABDIAS NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Orientadora: Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

TERESINA – PI

2025

RODRIGO THADEU PAIVA DIAS

ESTADO, PROGRESSO E CIVILIDADE NA ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ABDIAS NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História do Brasil.
Orientadora: Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Aprovado em ____ de _____ de 2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Presidente)

Universidade Federal do Piauí

_____

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Examinador interno)

Universidade Federal do Piauí

_____

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (Examinador externo)

Universidade Estadual do Piauí

_____

Profa. Dra. Elizangela Barbosa Cardoso (Suplente)

Universidade Federal do Piauí

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras Serviço de Processamento Técnico

D541e Dias, Rodrigo Thadeu Paiva.

Estado, progresso e civilidade na atuação intelectual de Abdias Neves / Rodrigo Thadeu Paiva Dias. -- 2025.

170 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.

"Orientadora: Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz".

1. Políticos piauienses - Biografias. 2. Neves, Abdias, 1876-1928. 3. Primeira República. 4. Atuação intelectual. I. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 928.69

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

Aos meus pais, Fernando e Rosa, fontes inesgotáveis de amor incondicional.

O cansaço de todas as ilusões – a perda delas, a inutilidade de as ter, o antecansaço de ter que as ter para perdê-las, a mágoa de as ter tido, a vergonha intelectual de as ter tido sabendo que teriam tal fim.
A consciência da inconsciência da vida é o mais antigo imposto à inteligência. Há inteligências inconscientes – brilhos do espírito, correntes do entendimento, mistérios e filosofias – que têm o mesmo automatismo que os reflexos corpóreos, que a gestão que o fígado e os rins fazem das suas secreções.

Fernando Pessoa[1]

[1] PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. 2. ed. Jandira, SP: Principis, 2019. p. 53.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma construção coletiva, iniciada antes mesmo que visitasse os meus pensamentos a ideia de ser professor e historiador. Muitas pessoas, nos últimos anos, contribuíram com o meu processo formativo. As palavras que seguem não possuem outro objetivo que não as informar sobre a profundidade da minha gratidão.

Em primeiro lugar, devoto os meus agradecimentos a Deus, meu arrimo, meu amigo e meu guia. Nos momentos mais desafiadores da minha trajetória na pós-graduação, encontrei força e esperança junto a Jesus, Maria e Santa Teresinha.

A conclusão do mestrado é a realização de um sonho que cultivo desde o primeiro semestre na graduação em História da Universidade Federal do Piauí; um sonho que foi sonhado junto com os meus pais, Fernando e Rosa. São os dois, decerto, os meus maiores apoiadores; e fontes de amor incondicional. É impossível quantificar as vezes que se esforçaram quase que além das possibilidades para que eu tivesse conforto, segurança e tranquilidade para seguir a carreira que escolhi. Estendo o agradecimento ao meu irmão, André, o meu oposto, a quem amo da maneira mais sincera.

À professora dra. Teresinha Queiroz, sou grato pela afetuosa e fecunda parceria na orientação deste texto. Sinto que quaisquer palavras que eu escolher não transmitirão com justiça a minha admiração. Nos últimos dois anos, pude observar de perto a abrangência de sua generosidade e o quanto se dedica em favor da História. O seu profissionalismo tem sido profundamente inspirador; seu senso de humor, um alento nos momentos de maior exigência da vida acadêmica; sua sinceridade, um fator importante para o meu crescimento. Os limites desta dissertação são de minha inteira responsabilidade; os méritos, decorrem de sua virtuosa orientação.

Também agradeço à minha namorada, Maria, com quem tenho dividido a experiência do mestrado. Com amor, afeto e cumplicidade, tornou-se uma figura essencial em todas as áreas da minha vida. Sua presença possui agradáveis tons de azul. Serei sempre grato à História por ter proporcionado o nosso encontro.

Assim como sou grato à professora dra. Marylu Alves de Oliveira, por tudo que me ensinou ao longo da graduação, sempre prestativa, atenciosa e acessível. “Quem segurou a minha mão e trouxe segurança aos meus primeiros passos na pesquisa”: as palavras que lhe dediquei nos agradecimentos da minha monografia, há quase quatro anos.

Acompanha-me sentimento semelhante em relação à professora dra. Elizangela Barbosa Cardoso: intelectual brilhante e professora dedicada. Agradeço por suas contribuições em Seminário de Linha e no meu exame de qualificação.

Com os amigos queridos Ítalo, Danilo, Carlos, Mariana e Lenilson, compartilhei muitos momentos felizes. São pessoas que levo comigo nessa jornada, presentes que a História me deu. Que tenhamos causos cada vez melhores para contar.

Da mesma forma, devo mencionar a agradável presença do professor dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito ao longo dos últimos dois anos. O frescor de sua juventude é uma força importante para a historiografia, inspirando as novas gerações de historiadores e professores de História.

Agradeço aos professores drs. Pedro Vilarinho Castelo Branco e Alcebíades Costa Filho, por aceitarem gentilmente compor a minha banca de defesa. Ao professor Pedro, também agradeço pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Manifesto minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI) pela confiança, assim como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, mesmo da forma mais singela, contribuíram com a minha passagem pelo mestrado. Peço perdão aos que não foram mencionados nominalmente, espero que saibam dos meus sentimentos.

RESUMO

Abdias Neves foi um dos intelectuais piauienses de maior destaque durante a Primeira República. Como polígrafo, contribuiu com a cultura escrita através de visitas aos mais variados gêneros: foi da exegese religiosa à historiografia, de estudos jurídicos a textos jornalísticos, da poesia à prosa nas belas letras, sempre alinhado a um conjunto de ideias materialista-cientificista. No tocante às ocupações, foi magistrado, professor, diretor de escolas, político, jornalista, maçom e escritor. Sua trajetória profissional, excetuando-se as experiências na educação privada, foi inteira como funcionário público. Do lugar de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado na Faculdade de Direito do Recife, foi procurador da Fazenda do Piauí, lente do Liceu Piauiense, juiz de Direito em comarcas do interior do Piauí, juiz substituto federal, secretário de governo e diretor da secretaria da Câmara Legislativa. Neste trabalho, busca-se analisar a atuação intelectual de Abdias Neves a partir da articulação entre Estado, progresso e civilidade. Compreende-se que o intelectual adotou uma postura profundamente utilitária ao longo de sua trajetória, no sentido de tentar interferir no mundo que o rodeava através da prática escriturística e das prerrogativas institucionais dos cargos que ocupou. Essa postura se deu ombreada às teorias que mediavam suas interações com a realidade na qual estava inserido. Com o objetivo de potencializar as análises realizadas, são estabelecidos diálogos com pesquisadores como Norbert Elias, Michel de Certeau, Nicolau Sevcenko, Teresinha Queiroz e Áurea da Paz Pinheiro.

Palavras-chave: Abdias Neves. Primeira República. Atuação intelectual.

ABSTRACT

Abdias Neves was one of the most prominent Piauí intellectuals during the First Republic. How to polygraph, he contributed to written culture through visits to the most varied genres: it went from religious exegesis to historiography, from juridical studies to journalistic texts, from poetry to prose in belles lettres, always aligned with a series of materialist-scientist ideas. Concerning occupations, he was a magistrate, professor, schoolmaster, politician, journalist, Freemason and writer. His professional career, other the of experiences in private education, was spent entirely as a government employee. From the place of bachelor in Juridical and Social Sciences, graduated from the Law College of Recife, was attorney for the Treasury of Piauí, professor of Liceu Piauiense, judge of law in districts in the interior of Piauí, federal substitute judge, government secretary and director of the secretariat of the Legislative Chamber. In this work, the intellectual performance of Abdias Neves will be analyzed based on the articulation between the State, progress and civility. It is understood that the intellectual adopted a deeply utilitarian stance along his career, with the intention of trying to interfere in the world that surrounded him through written practice and the institutional prerogatives of the positions they held. This stance was supported by the theories that mediated his interactions with the reality in which he was inserted. With the aim enhance the analyzes carried out, dialogues are established with researchers such as Norbert Elias, Michel de Certeau, Nicolau Sevcenko, Teresinha Queiroz e Áurea da Paz Pinheiro.

Keywords: Abdias Neves. First Republic. Intellectual performance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ---------- 8

2 TRAJETÓRIA PESSOAL, INSPIRAÇÕES INTELECTUAIS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRESSO ---------- 18

2.1 Incursão biográfica ---------- **18**

2.2 Contra a busca pela "figura geométrica da quadratura do círculo": operacionalização da ciência para o progresso ---------- **44**

3 ABDIAS NEVES AGENTE CIVILIZADOR ---------- 60

3.1 *Mens sana in corpore sano*: educação e progresso ---------- **60**

3.2 Pragmatismo literário em *Um manicaca* ---------- **79**

4 A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDIAS NEVES ---------- 96

4.1 Voo de Ícaro: a inserção na política ---------- **96**

4.2 Estudos parlamentares: economia, finanças e progresso material ---------- **106**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 148

REFERÊNCIAS ---------- 151

1. INTRODUÇÃO

Abdias da Costa Neves foi bacharel em Direito, político, magistrado, professor e diretor de escolas. Foi, também, um dos mais destacados entre os intelectuais piauienses da Primeira República. Colaborou com periódicos diversos, publicou livros, proferiu palestras, participou de clubes literários e musicais, envolveu-se em polêmicas político-ideológicas. Tornou-se, dessa forma, um importante personagem do Piauí nos domínios da sociedade, da cultura e da política. Adotou, em especial, a escrita e a proximidade com o Estado como meios para interferir no espaço-tempo no qual estava inserido, sendo marca de suas ações como homem público um profundo pragmatismo no sentido de buscar moldar o mundo de acordo com as suas convicções.[2]

O bacharel foi um sujeito histórico múltiplo. Atuou profissionalmente em funções diversas, aventurou-se pelos mais variados gêneros textuais e viveu em uma época de transição, quando a mecânica sociocultural estabelecida ao longo do século XIX foi submetida ao império de extraordinárias novidades tecnológicas, científicas, filosóficas, geopolíticas e civilizatórias.[3]

Neste trabalho, objetiva-se estudar aspectos específicos da vida e da obra de Abdias Neves a partir do eixo Estado, progresso e civilidade. Essas três esferas, articuladas, atravessaram a sua atuação como intelectual, educador e político; e marcaram a trajetória de muitos dos bacharéis daquele período.

O bacharelismo, ao longo de muitas décadas, formou indivíduos que ocuparam importantes cargos político-administrativos e/ou atuaram assiduamente na cultura escrita com fins utilitários. Os exemplos são numerosos: Paulino José Soares de Sousa (o Visconde do Uruguai), Zacarias de Gois e Vasconcelos, Ruy Barbosa, Silvio Romero, Wenceslau Braz, Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas. O funcionalismo público se tornou o lugar por excelência dos bacharéis; a política e as letras eram as arenas nas quais entravam em confronto diferentes visões de mundo.[4] Abdias Neves passou a compor essa ampla e heterogênea *intelligentsia* ao se formar em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, em 1898, onde foi instruído sobre a relação entre o Direito, o Estado, as letras e o mundo do trabalho. A

---

[2] PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias:* Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

[3] HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*, 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

[4] VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021; QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011a.

instituição foi um dos mais destacados centros intelectuais brasileiros durante segunda metade do século XIX. Emanava dos seus corredores uma sensação de pertencimento entre vários dos estudantes, o que contribuiu para o estabelecimento de uma certa identidade. Vultos proeminentes, como Tobias Barreto e Sílvio Romero, gozavam de muito prestígio entre os bacharelandos e contribuíram com a disseminação de um conjunto de ideias que se tornou comum entre muitos dos jovens estudantes. Tais ideias, em geral as relacionadas ao materialismo, ao evolucionismo e ao positivismo, estiveram presentes nos escritos de Abdias Neves até o fim de sua vida. Foi nos espaços de sociabilidades frequentados pelos discentes e docentes da Faculdade de Direito do Recife que surgiu o movimento literário e filosófico conhecido como Escola do Recife.[5] Clodoaldo Freitas e Miguel Rosa são dois exemplos, entre outros possíveis, de piauienses formados em Recife que, de volta ao estado natal, tornaram-se figuras relevantes em variadas esferas.

Abdias Neves seguiu itinerário semelhante ao de muitos dos seus pares. Formou-se, casou-se com a filha de um importante comerciante e político, inseriu-se na política partidária, conquistou reconhecimento como intelectual, ocupou cargos públicos diversos, possuía preferência estética e funcional pelas novidades civilizatórias que emanavam da Europa e do Rio de Janeiro, em detrimento da realidade eminentemente rural do Piauí.[6] O bacharel foi capturado por esse padrão, ao passo que também apresentava características que o distinguiam. A principal entre essas características é uma produção escrita numerosa e abrangente, que compreende textos literários, exegeses religiosas, estudos historiográficos, artigos jornalísticos, dissertações econômico-financeiros, e pode ser analisada através de diferentes chaves de leitura, de modo a elucidar questões várias sobre o Piauí e mesmo sobre o Brasil entre o final do século XIX e o começo do século XX.[7] As publicações do autor são ainda mais notáveis quando consideradas as dificuldades impostas ao desenvolvimento da cultura escrita piauiense naquele período, entre as quais salta aos olhos as adversidades tipográficas, que dificultavam a impressão dos manuscritos, muitas vezes produzidos e engavetados. Ver um escrito se tornar livro, portanto, era motivo de elevação entre os letrados, em um contexto no qual o número de obras inéditas superava o de publicações. Nas palavras de Teresinha Queiroz, a literatura piauiense desse período "[...] está marcada pelas expectativas gestadas por livros não

[5] BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife.* 2. ed. Brasília: INL, 1977; PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1966; QUEIROZ, 2011a, p. 92-108.
[6] PINHEIRO, 2003.
[7] Outros bacharéis piauienses da Primeira República possuem significativas contribuições à cultura escrita. A produção de Abdias Neves, entretanto, dos pontos de vista quantitativo e qualitativo, é um fator de distinção, quando o intelectual é comparado aos seus contemporâneos. QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 141-161.

concluídos, por desejos frustrados de editoração e publicidade".[8] Cilza Carla Bignotto afirma que, ao menos desde os anos 1870, a intelectualidade brasileira reivindicava uma maior profissionalização de suas atividades – o que incluía o estabelecimento de debates públicos sobre a legislação referente aos direitos autorais, por exemplo. Entre os reivindicantes da causa estavam nomes como Medeiros e Albuquerque, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Coelho Neto, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Paula Ney, Franklin Távora, José do Patrocínio e Valentin Magalhães. É importante dizer que era complexa a manutenção do sonho de viver unicamente como beletrista. Os literatos, em sua maioria, envolviam-se em atividades profissionais como a docência, a advocacia, a política partidária e o jornalismo.[9]

Atentar-se ao universo dos livros é importante para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que, como observa Laurence Hallewell: "[...] é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos".[10]

Durante as primeiras décadas sob o regime republicano, às mazelas estruturais, velhas conhecidas das elites políticas, ombreavam-se dificuldades muito novas, filhas de um mundo em ebulição nas relações internacionais, que colhia os frutos dos avanços técnico-científicos alcançados ao longo do século XIX. Como exemplo representativo dessa realidade, pode-se mencionar o agravamento da situação financeira do Brasil nos anos 1910 – assunto que preocupou profundamente Abdias Neves enquanto cumpria mandato como senador, entre 1915 e 1924.[11] Desde o período imperial, tornaram-se uma constante na administração pública brasileira déficits fiscais, desequilíbrios orçamentários, a realização de vultosos empréstimos com credores externos (alguns dos quais, unicamente para o pagamento de juros e amortização de dívidas), melhoramentos infraestruturais dispendiosos (muitas vezes interrompidos antes da conclusão). A situação calamitosa é camuflada nas épocas de expansão comercial e exposta nos momentos de declínio econômico, quando as dificuldades financeiras e monetárias começam a impactar a população e a própria manutenção da burocracia estatal. Ainda sob os auspícios do Governo Provisório de 1889, foi estabelecido um plano de redução da dívida externa e, consequentemente, reestruturação financeira. A iniciativa foi gradualmente relativizada a cada novo governo e, em 1914, na percepção de Abdias Neves, as finanças alcançaram níveis

[8] QUEIROZ, 2011a, p. 174.
[9] BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor*: as práticas editoriais de Monteiro Lobato. São Paulo: Editoras Unesp, 2018. p. 204.
[10] HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017. p. 31.
[11] NEVES, Abdias. *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

drásticos. Recorreu-se, pois, como frágil solução, à impressão de grandes montantes de papel moeda para que o Estado brasileiro não ficasse exposto à insuficiência de capital. Somou-se a esses problemas internos, o início da Primeira Guerra Mundial, que inviabilizou o acesso ao crédito europeu e impactou o comércio marítimo.[12]

A situação econômico-financeira do Brasil, agravada com a deflagração do conflito, é um importante exemplo de como, naquele contexto, interagiam diferentes temporalidades, concomitavam-se dificuldades estruturais aos desafios do novo século, precipitava-se às vistas de políticos e intelectuais a necessidade de realizar reflexões sobre o progresso da humanidade, reavaliar teorias teleológicas oitocentistas (como os evolucionismos e os positivismos), estabelecer estratégias para que fosse alcançado crescimento industrial e comercial, potencializasse-se a aplicação prática dos avanços da técnica e da ciência em favor do desenvolvimento das atividades econômicas.

Era exigida mesmo uma nova atitude intelectual dos governantes, dos pensadores e da população em geral. Entre 1914 e 1918, as invenções (que, pouco antes, haviam revolucionado meios de transporte e formas de comunicação) e as ideias (que se materializaram e passaram a impactar o cotidiano dos povos), foram também utilizadas para as maiores exibições de poderio destrutivo já vistas até então. A partir dessa constatação, há um grande ponto a ser observado: a Primeira Guerra Mundial foi um sinal dos tempos, integrou um processo científico, geopolítico e filosófico que estava a impactar distintos segmentos sociais do Ocidente.[13]

Os bacharéis do Piauí não estavam alheios a esse processo. Interagiam com a época, debatiam-na, integravam-se a ela de acordo com as possibilidades, vaticinavam, prescreviam condutas (nos costumes e na administração pública), questionam-se sobre os impactos da modernidade (com seus bônus e ônus) na sociedade piauiense. O estado estava integrado a uma ampla rede de informações pelo menos desde os meados do século XIX.[14]

Para o filósofo estadunidense Marshall Berman, a noção de modernidade passou a ser percebida com maior clareza a partir do Oitocentos, em razão do contraste entre as permanências do século XVIII e as mudanças que se acumulavam: novas paisagens, jornais diários, telégrafos, telefones, Estados nacionais cada vez mais fortes, amplas zonas industriais,

---

[12] CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz*: 1914-1915. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983; NEVES, 1919; GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil* (1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973.

[13] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*, 1975-1914. 27. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019; ARAÚJO, Johny Santana de. "A guerra que vai acabar com todas as guerras": o Brasil na Primeira Guerra Mundial – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917-1918. *História: debates e tendências*. Passo Fundo (RS), v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.

[14] QUEIROZ, 2011a; ARAÚJO, Johny Santana. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...* A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

fábricas automatizadas, ferrovias, melhoramentos urbanos. Em raros momentos da história foram observadas transformações tão significativas em um espaço de tempo tão curto. As pessoas próximas ao lastro sociocultural do século XIX observavam nitidamente a vida material e as ideias se transformando. A partir dessa interação entre os seres humanos e a realidade que inventaram, adotou-se o substantivo "modernidade", que deveria dar conta de explicar a aceleração pela qual passava o mundo. Essa palavra acabou se tornando conceito; também anseio e aspiração. Ganhou, inclusive, variações. Modernização – processo pelo qual passava Teresina na virada entre os séculos XIX e XX –, é conjunto de transformações (materiais, civilizatórias, religiosas, políticas), com ares de progresso, produzidas e vivenciadas por homens e mulheres. Modernismo, por outro lado, é a postura diante da modernização, a busca de sujeitos ou grupos por se tornarem mais que objetos dos processos modernos, mas partícipes ativos e relevantes. Ser modernista, segundo o entendimento de Berman, é se apropriar do mundo moderno através do esforço de se sentir em casa nele.[15] Partindo da definição *bermaniana*, Abdias Neves foi um modernista.

O bacharel piauiense estava profundamente imerso no seu tempo, empenhado em atuar intelectual e politicamente de modo a impactar a sociedade. Poucos dos seus textos parecem despretensiosos, despidos de política (em um entendimento amplo do termo). Abdias Neves considerava insuficiente o estabelecimento de diagnósticos. Não se furtava do papel de receitar as medidas a serem tomadas pelos governantes no campo econômico, de indicar um modelo pedagógico adequado para os novos tempos, de sugerir como deveria ser a relação entre Igreja e sociedade civil. Essa foi uma característica que se intensificou ao longo de sua trajetória. A maturidade direcionou cada vez mais as suas reflexões para o mundo material – o que é possível perceber através dos estudos parlamentares do autor, produzidos enquanto ocupou o cargo de senador. Esse vir a ser desejado buscava inspiração em ideias cientificistas, de modo que a noção de progresso atravessa toda a obra de Abdias Neves.[16]

No tocante ao referencial teórico adotado para a realização deste estudo, Norbert Elias oferece importante contribuição. O sociólogo alemão compreende a condição humana como uma gradual construção do próprio homem, negando à cultura e à sociedade o *status* de elaboração natural. A construção sociocultural da civilidade, contudo, não indica a existência

[15] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24-49.
[16] DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha. Le monde marche: o progressismo cientificista de Abdias Neves. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. P. 343-360.

de uma grande conspiração civilizatória racional no Ocidente. Há, para Elias, um tipo de ordem estabelecida através da influência emanada de grupos ou indivíduos sobre os povos. Essa influência, para além de criar modelos específicos de controle, estimula o surgimento de formas de autocontrole.[17] Partindo-se dessa perspectiva, Abdias Neves pode ser estudado como uma espécie de agente civilizador, uma vez que, através de suas atividades intelectuais, buscava remarcar preceitos civilizatórios específicos relacionados às novidades materialistas da segunda metade do século XIX. O piauiense, além disso, nos espaços profissionais que ocupou, estabeleceu uma estreita relação com instituições vinculadas aos três poderes da República, beneficiando-se de determinadas prerrogativas legais, mas contribuindo com a conservação das competências do Estado.

Também compõe o aporte teórico da pesquisa o conceito de prática escriturística, formulado pelo historiador francês Michel de Certeau. Segundo Certeau, os intelectuais procuram, a partir da ponta de suas penas, ordenar racionalmente a realidade. Eles assumem a posição de observadores lúcidos e dotados de autoridade, capazes da construção de uma ordem na mecânica caótica e imprevisível do cotidiano. Há uma tentativa de significar e ressignificar, através da escrita, o que lhes é tomado como objeto de estudo.[18] Essa característica é percebida em muitos dos pensadores brasileiros do início do século XX, que, a partir de textos ficcionais e não ficcionais, buscaram alcançar alguma relevância nos debates públicos, influenciar condutas e nortear decisões políticas.[19]

O historiador José D'Assunção Barros define teoria, objetivamente, como visão de mundo. A escolha por determinada abordagem teórica em detrimento de outra(s), indica a forma através da qual o pesquisador perscrutará a temática por ele abordada, visto que "rigorosamente falando, a teoria transforma a realidade observada, ou ao menos revela certos aspectos de uma realidade observada e não outros".[20] Essa designação é, portanto, primordial para o desenvolvimento de uma pesquisa. A ótica a partir da qual as fontes são analisadas, tem a capacidade de evidenciar elementos que estariam ocultos se examinados através de uma perspectiva diferente.

Observada a definição de José D'Assunção Barros, elencou-se um variado conjunto de fontes, que, analisado à luz da teoria e dos diálogos bibliográficos estabelecidos, revela

---

[17] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. vol. 2. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
[18] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 224-226.
[19] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 99-100.
[20] BARROS, José D'Assunção. *Teoria e formação do historiador*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 26.

importantes aspectos da vida e da obra de Abdias Neves e dos seus contemporâneos. O *corpus* documental é composto por expressões variadas da cultura escrita, pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho, que foram preservadas em suportes materiais e acessadas nos seguintes acervos: Arquivo Público do Piauí, Arquivo do Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal do Piauí (PET-História-UFPI), Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB-UFPI), biblioteca particular da professora dra. Teresinha Queiroz, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, acervo digital do Senado Federal e Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco. Integram a documentação os escritos de Abdias Neves e de outros intelectuais piauienses, jornais, revistas, relatórios de governo, estudos parlamentares, catálogos da biblioteca e planos de ensino da Faculdade de Direito do Recife, livros, folhetos e os anais do Senado Federal.

As ocupações exercidas pelo bacharel exigem a análise de impressos diversificados. Elencou-se documentos produzidos entre 1898 e 1924 (ou que, mesmo escapando a esse período, contribuíssem com o exame das hipóteses iniciais da pesquisa).

O recorte temporal foi estabelecido a partir de dois marcos bem definidos. 1898 foi o ano no qual Abdias Neves concluiu os seus estudos em Recife e retornou para Teresina, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, para iniciar sua trajetória como homem público. 1924 foi quando chegou ao fim o seu mandato como senador e, outra vez, o bacharel regressou ao Piauí, para o que seriam os quatro últimos anos de sua vida (período de declínio quantitativo nas atividades como intelectual e de dificuldades materiais).[21]

Todo trabalho historiográfico é um exercício de síntese. Mesmo o projeto mais ambicioso e abrangente exige que sejam realizadas escolhas, de modo a estabelecer delimitações temáticas, espaciais e temporais. As fronteiras, todavia, definidas por razões metodológicas, não implicam necessariamente em enrijecimento intransigente. Durval Muniz de Albuquerque Júnior defende a ideia de que o trabalho do historiador é artesanal. Trata-se de tecer fragmentos de passado, acessados através da pesquisa, organizando-os de forma coesa e coerente em uma prosa inteligível. A História, enquanto disciplina, encarrega-se do trabalho de "ordenamento e racionalização do vivido";[22] de uma espécie de prática escriturística, portanto, se confrontada com a noção de Michel de Certeau.[23] O fazer historiográfico, contudo, "é muito

[21] PINHEIRO, 2003.
[22] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos*: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 30.
[23] CERTEAU, 1994, 224-226.

mais que um problema técnico de apresentação e de síntese", como afirma Eric Hobsbawm.[24] Historiar é um ato que exige competências simultâneas. É necessário (bem) pesquisar, criticar e escrever, mas não apenas. O artesanato historiográfico: "[...] cobra do corpo a submissão a longas permanências em dadas posições, a repetição de dados gestos, a tensão permanente de quem está em estado de criação, de quem está concentrado num trabalho de invenção".[25]

Observadas as considerações acima, com o objetivo de investigar as hipóteses iniciais, foram elencadas algumas questões que norteiam os caminhos percorridos nesta pesquisa: qual a profundidade da influência de ideias cientificistas nos escritos e nas práticas de Abdias Neves? Em que grau o contexto, no tocante às possibilidades de criação cultural, impactou a produção do autor? Qual a relação entre sua trajetória profissional e o Estado? Precisamente, qual era o lugar social ocupado pelo bacharel? Como os intelectuais interagiam com os processos em curso naquele momento no mundo ocidental? Qual o posicionamento de Abdias Neves em relação à noção oitocentista de progresso? Que usos o bacharel fez da escrita? Que intenções orientaram a sua atuação como educador? Quais as principais marcas do seu relacionamento com a política partidária? De quais pautas se ocupou enquanto senador da República? Como interagem as categorias Estado, progresso e civilidade na biografia de Abdias Neves?

Para responder à problematização, foram estabelecidos diálogos bibliográficos que, junto à análise das fontes e às escolhas teóricas, contribuíram com a tentativa de responder aos problemas acima. Caio Prado Júnior,[26] Eric Hobsbawm,[27] Jacques Le Goff,[28] Richard Graham,[29] Sérgio Adorno,[30] José Murilo de Carvalho,[31] Teresinha Queiroz,[32] Maria do Socorro Rios Magalhães,[33] Pedro Vilarinho Castelo Branco,[34] Adail Brandão,[35] Thiago Krause, Rodrigo

[24] HOBSBAWM, ERIC. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 204.
[25] ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 35.
[26] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
[27] HOBSBAWM, 2019.
[28] LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 217-259.
[29] GRAHAM, 1973.
[30] ADORNO, 2021.
[31] CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
[32] QUEIROZ, 2011a.
[33] MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense:* horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.
[34] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades*: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.
[35] BRANDÃO, Adail. *As armadilhas do poder*: partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2021.

Goyena Soares,[36] entre outros pesquisadores, foram fundamentais para que fossem acessados saberes fundamentais sobre o objeto deste estudo.

Em relação às pesquisas que versam sobre o bacharel e sua obra,[37] esta dissertação objetiva estudar de maneira mais detida aspectos específicos da trajetória de Abdias Neves, como: a relação que estabeleceu com as ideias de seu tempo, o caráter utilitário de sua atuação intelectual e as atividades no âmbito político, especialmente a época como senador.

No tocante à organização, o trabalho é composto por três capítulos.

No capítulo Vida, inspirações intelectuais e considerações sobre o progresso, objetiva-se perceber a importância da presença institucional do Estado ao longo da vida de Abdias Neves, especialmente durante a sua constituição como homem de letras. Também são analisadas as suas formulações em torno da ideia de progresso, conceito debatido, estudado e explorado politicamente entre o final do século XIX e o início do século XX em todo o Ocidente. Entende-se que o eixo Estado, progresso e civilidade foi um importante fio condutor da trajetória do bacharel, que buscava relacionar suas convicções ideológicas com as possibilidades de intervenção na sociedade através do exercício de cargos político-administrativos.

O capítulo Abdias Neves agente civilizador, é composto por investigação sobre a dimensão civilizatória de sua atuação como pensador e educador. O bacharel se apresentou como transmissor de um modelo pedagógico arrimado à ciência da época. Ou seja, buscava reafirmar valores civilizatórios de tradição europeia e teorias inspiradas em ideias materialistas e cientificistas. Escritos como as obras *Um manicaca* e *Psicologia do cristianismo* – e a série de artigos Noções de Pedagogia aplicada, publicada no jornal *Diário do Piauí* em 1914 –, analisados nesse capítulo, são reveladores sobre as preocupações de natureza social de Abdias Neves.

Já no capítulo A atuação política de Abdias Neves, estuda-se a inserção do intelectual na política partidária piauiense. Percebe-se que, desde os primeiros passos como político, Abdias Neves norteou suas ações – para além das questões pragmáticas das alianças partidárias – através do pressuposto de que a humanidade deveria sempre buscar o progresso; e que, para alcançar um objetivo tão desafiador, a intervenção do Estado na economia seria indispensável.

---

[36] KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa*: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

[37] PASSOS, Artur. *Abdias* Neves: homens e eventos da sua época. Teresina: FUNDAPI, 1966; MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976; QUEIROZ, 2011a; PINHEIRO, 2003; FEITOSA, Adriana Anatálio. *Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias Neves.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2006; ASSUNÇÃO, Érica Barros de. *A paratopia criadora e o ethos de Abdias Neves:* análise do discurso literário de um autor marginal em *Um manicaca.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2018.

Dessa forma, ao assumir uma cadeira no Senado, o bacharel adotou como objetivo primeiro contribuir com o progresso material brasileiro através de projetos, discursos e escritos em favor de um desenvolvimento econômico subsidiado pelo Estado e da organização financeira da República. A aproximação com o Estado garantia aos homens de letras maior capacidade interventiva, potencializando as possibilidades de sucesso na construção de um vir a ser desejado.

2. TRAJETÓRIA PESSOAL, INSPIRAÇÕES INTELECTUAIS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRESSO

> *Muito trabalho me deu manter meu posto e minha coluna de El Diario de La Paz depois daquela afronta social. Mas não foi por isso que relegaram minhas crônicas para a página onze, e sim pelo ímpeto cego com que entrou o século XX. O progresso se transformou no mito da cidade. Tudo mudou; voaram os aviões e um homem de visão atirou um saco de cartas de um Junker e inventou o correio aéreo.*
>
> Gabriel García Márquez[38]

2.1 Incursão biográfica

Para alguns piauienses hodiernos, o nome Abdias Neves talvez evoque unicamente lembranças sobre ligeiras passagens por uma avenida do bairro Cristo Rei, em Teresina, batizada com o nome do bacharel. Outros, provavelmente, guardam a recordação de que, no Centro da capital, está situada a Biblioteca Pública Municipal Abdias Neves. Outros, ainda, após breve exame, perceberão que a poucos minutos de caminhada da mencionada biblioteca, na rua Simplício Mendes, encontra-se a Loja Maçônica Abdias Neves n. 4, jurisdicionada pela Grande Loja Maçônica do Piauí. Para os não piauienses, o nome e o homem podem se encontrar ainda mais dissociados. Futuramente, alguns talvez sejam atraídos para este texto pelo interesse geral no universo das letras da Primeira República do Brasil ou pelas discussões em torno da ideia de progresso entre o fim do século XIX e o início do século XX; tal interesse pode ser em determinadas questões políticas, após a descoberta de notas sobre o senador Abdias Neves em jornais do Rio de Janeiro que tenham circulado entre 1915 e 1924 (período que durou o seu mandato). Também é possível que estas linhas sejam lidas por algum leitor amador – aquele que ama o conhecimento e lê desacompanhado de objetivos pragmáticos –, que pouco saiba de Abdias Neves ou do contexto no qual o pensador formulou suas reflexões sobre as coisas do Brasil.

A qualquer dos grupos acima, importa o acesso a informações biográficas básicas sobre Abdias Neves. Para que seja realizada uma incursão pela atuação intelectual e política do autor, faz-se necessário saber algo de suas venturas e desventuras, dos afetos e desafetos, das

[38] MÁRQUEZ, Gabriel García. *Memória de minhas putas tristes*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 44.

principais inspirações no campo das ideias, de suas percepções sobre o meio que o rodeava e sobre a época na qual vivia. Trata-se do principal objetivo deste momento inicial: apresentar o personagem histórico que foi feito objeto de estudo nesta dissertação.

Deve-se ter ciência, por exemplo, que Abdias Neves era um homem carismático, sempre elegantemente vestido, franzino e bem relacionado. Foi um dos principais nomes da vida social piauiense no início do século XX. Tocava violão, dançava nos bailes, liderava clubes musicais e literários, proferia conferências sobre temáticas diversas, possuía numerosos amigos e numerosos adversários – políticos e ideológicos. O seu nome aparecia com frequência nas páginas dos periódicos, contribuindo com os redatores ao oferecer assunto para as crônicas e para as seções noticiosas dos jornais. A partir do contato com as fontes hemerográficas, percebe-se que o intelectual despertava os mais variados sentimentos em seus contemporâneos, mas nenhum desses sentimentos era a indiferença.[39]

O Piauí, naquele momento, ficou marcado pela ocorrência de diversas contendas nos domínios da cultura escrita, em decorrência de dissidências políticas e ideológicas. Nesse cenário, Abdias Neves se tornou um dos mais aguerridos entre os livres pensadores piauienses. Fez dos impressos vetores de suas ideias e potenciais instrumentos para impactar, de algum modo, sociedade, cultura e economia na República brasileira. Nenhuma linha escrita por Abdias Neves parece desinteressada, desprovida de objetivos explícitos ou velados. Exemplo disso são seus trabalhos historiográficos, que foram produzidos a partir de um modelo narrativo bem definido, no qual o narrador se insere nos acontecimentos, misturando-se, opinando em relação ao desenrolar dos fatos, especulando sobre os possíveis da história, explorando a relação entre presente e passado, ao lançar mão do olhar privilegiado de quem observa do futuro.[40] Teresinha Queiroz compreende que Abdias Neves participou de uma geração bem demarcada da historiografia piauiense, atuante entre o fim do século XIX e o início do século XX. Para a historiadora, essa geração possuía três características principais: uma crença profunda "no poder interventivo e na dimensão salvadora" da cultura escrita, o patriotismo (uma vez que produziam trabalhos historiográficos também com o objetivo de contribuir com a construção da identidade nacional) e uma visão utópica do porvir (no sentido teleológico do termo).[41]

---

[39] CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013. p. 607-614.

[40] QUEIROZ, Teresinha; DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. A escrita instituinte de Abdias Neves sobre as lutas pela Independência do Piauí em *A guerra do Fidié*. *Contraponto* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 12, n. 1, p. 97-108, jan./dez. 2023.

[41] QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 143.

Pontuadas essas questões, é válido neste momento apresentar de maneira mais ou menos ordenada, cronologicamente, a trajetória de Abdias Neves. O objetivo, no entanto, não é evocar cada um dos eventos dos quais participou o bacharel; assim como também não se busca responder a todos os eventuais silenciamentos dos textos elaborados pelos biógrafos do autor. Para os propósitos deste trabalho – e para a compreensão dos aspectos analisados nos demais capítulos –, busca-se perceber o desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual de Abdias Neves, especialmente a partir de sua relação com o Estado.

O piauiense, portanto, nasceu no dia 19 de novembro de 1876, em um sítio localizado onde hoje confluem as ruas 13 de maio e Coelho Rodrigues, no Centro da capital Teresina.[42] Seus pais eram João da Costa Neves (escrivão dos feitos da Fazenda do Piauí, natural de Caxias, no Maranhão) e Delfina Maria de Oliveira (sobre a qual não foram localizadas informações biográficas, sabe-se apenas que era originária da antiga freguesia piauiense de Santo Antônio do Surubim). Do casamento, também foi gerada Benedita Maria da Costa Neves. Há algumas dificuldades que se impõem à realização de pesquisa a respeito dos anos iniciais da vida de Abdias Neves. A historiadora Áurea da Paz Pinheiro, a partir de sua tentativa, destaca a fragmentação e o precário estado de conservação dos documentos no acervo do Arquivo Público do Piauí, o baixo grau de empiria das biografias produzidas sobre o intelectual nos meados do século XX e o fato de a família Costa Neves ter sido pequena quantitativamente e pouco expressiva política e socialmente.[43] Somou-se a tais questões, nesta pesquisa, o fato de não terem sido localizadas nos jornais notícias sobre João da Costa Neves ou Delfina Maria de Oliveira.

Pedro Vilarinho Castelo Branco, no entanto, contribui com a compreensão dos aspectos sociais e culturais do contexto no qual Abdias Neves experimentou a infância e a juventude. Entre o fim do século XIX e o começo do século XX, há um aumento notável no fluxo migratório do interior piauiense rumo à capital. Teresina acumulava riquezas oriundas da comercialização de produtos extrativistas, o que possibilitou investimentos públicos e privados que agregaram características urbanas à cidade. Apesar disso, marcas da ruralidade seguiam presentes na sociedade e podiam ser percebidas, por exemplo, no mundo do trabalho: parte considerável dos ofícios prescindia de instrução escolar e, mesmo no meio citadino, muitos pais não consideravam uma prioridade familiar educar formalmente os filhos. Os moços, imersos

[42] MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976. p. 23.
[43] PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias:* Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 36.

nesse quadro de lentas transformações, desde muito cedo eram estimulados à exibição de macheza e virilidade,[44] sendo iniciados sexualmente por volta dos treze anos de idade.[45]

Foi envolto por essa realidade que Abdias Neves cresceu. Não é possível, até o presente momento, acessar as miudezas factuais dos três primeiros quinquênios de sua vida, mas parece seguro afirmar que se desenvolveu em íntimo contato com a natureza (visto que o verde era muito presente nos arredores de Teresina e mesmo nas partes mais urbanizadas da cidade), divertiu-se com os amigos da mesma idade através de brincadeiras típicas da época, prestava reverência diariamente aos mais velhos (ao utilizar pronome de tratamento especial e pedir a benção para os parentes próximos), desenvolveu-se fisicamente a partir da cultura alimentícia do Piauí oitocentista (mais substancial que nutritiva, no tocante aos micronutrientes), frequentou festividades religiosas (às quais se tornou averso após sua formação intelectual em Recife) e foi incentivado a se mostrar sempre um homem de masculinidade inabalável. Além disso, teve depositadas sobre si as expectativas familiares. Deveria se tornar bacharel, conseguir um bom casamento e ser, assim, uma figura importante da sociedade piauiense. O estudo de Pedro Vilarinho Castelo Branco viabiliza o estabelecimento dessas possibilidades, através de um exercício comparativo com o que eram as vivências infantis e juvenis em Teresina no recorte temporal em análise. O bacharel Cristino Castelo Branco, nascido em 1892, (16 anos mais jovem que Abdias Neves), registrou em suas memórias que durante a infância "empinava papagaio, jogava peão, ia ao carrossel, à novena, trepava nos muros e nas árvores, e passeava à tarde, pelas ruas e praças, montado no carneiro que lhe dera de presente o Eurico Fortes Castelo Branco, de Livramento".[46] Em um plano mais amplo, Philippe Ariés compreende que o Oitocentos foi o "século da infância" na Europa Ocidental, o momento no qual ocorreu o auge do sentimento de infância. Entendia-se que as crianças deveriam assumir um *modus vivendi* específico, distinto das principais características civilizatórias que marcavam a vida adulta.[47]

Ao final dos três primeiros quinquênios de existência, Abdias Neves perdeu o pai. Antônio da Costa Neves deixou a esposa e o casal de filhos, que precisaram seguir em frente sem o chefe da família. Em um arroubo literário, Monsenhor Chaves afirma que o jovem: "Muito cedo conheceu a dureza da vida e a enfrentou com coragem e galhardia muito acima de sua idade e de suas próprias forças".[48] Mesmo em meio a tal adversidade, Abdias Neves realizou

---

[44] As moças abastadas, por outro lado, eram vigiadas com rigor. Exigia-se delas uma postura recatada e que casassem virgens – além de uma série de outras diretrizes sobre etiqueta e vestuário.
[45] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades*: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008. p. 55-84.
[46] CASTELO BRANCO, Cristino. *Frases e notas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957. p. 123-124.
[47] ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 29-49.
[48] CHAVES, 2013, p. 607.

com êxito os seus exames preparatórios[49] no Liceu Piauiense e ingressou na Faculdade de Direito do Recife aos dezoito anos, em 1894.[50]

A respeito deste ponto da trajetória de Abdias Neves, é pertinente a seguinte indagação, ausente nos escritos de todos os seus biógrafos: sendo filho de um modesto funcionário público (falecido no início da década de 1890) e pertencente a uma família de pouca expressão no cenário local, como foram agremiadas as condições materiais necessárias para que Abdias Neves fosse estudar em Recife? É possível que, assim como ocorrera com Clodoaldo Freitas[51] algumas décadas antes, tenha havido um apadrinhamento por parte de algum benemérito amigo da família.[52] O certo é que o bacharelando, uma vez estabelecido na capital pernambucana, não se manteve à mercê de qualquer possível auxílio financeiro – ao menos não exclusivamente. O *Jornal do Recife* inscreveu em suas páginas dois fortes indícios de que Abdias Neves teria ocupado cargo público no governo pernambucano. Em 29 de dezembro de 1895, foram reproduzidos pelo periódico atos oficiais publicados pelo governador, entre os quais constava o registro de expediente cumprido por um tal Abdias da Costa Neves na terceira diretoria da Secretaria dos Negócios da Indústria.[53] No ano seguinte, em 26 de junho de 1896, foram transcritos pelo jornal os despachos do governador de Pernambuco do dia 23 de junho. Entre os registros, constava a solicitação de gratificações por parte do ex-praticante de obras públicas, o mesmo Abdias da Costa Neves, em razão dos serviços prestados à Secretaria dos Negócios da Indústria.[54] Esta foi a sua primeira interação direta com o aparato burocrático do Estado, junto a um setor do governo estadual pernambucano relacionado a obras públicas. A experiência, mas principalmente os ensinamentos do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, como será discutido logo à frente, exerceu influência sobre a dimensão profissional da vida de Abdias Neves nas três décadas subsequentes. O intelectual, que viria a se tornar profundamente

[49] Os exames preparatórios eram a forma através da qual os estudantes se credenciavam para o ingresso nas escolas superiores. Começaram a ser aplicados no Piauí, ainda de maneira irregular, nos anos 1870. Somente a partir dos anos 1880 passou a haver regularidade na aplicação dos exames, que eram realizados no Liceu Piauiense sob forte fiscalização – o que não isentava o processo de acusações de fraude. Esse modelo de ingresso na educação superior, apesar de ser submetido a reformas, permaneceu praticamente o mesmo até 1911. QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. p. 61-67.
[50] Abdias Neves também cursou seus estudos primários em Teresina. CHAVES, 2013, p. 607; PINHEIRO, 2003, p. 37.
[51] Nascido em Oeiras (PI), Clodoaldo Freitas (1855-1924) foi um intelectual e político piauiense, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, com destacada contribuição à cultura escrita. O autor, ao lado de Higino Cunha e Abdias Neves, foi um dos principais pensadores entre os que atuaram no Piauí das últimas décadas do século XIX até as primeiras décadas do século XX, colaborando assiduamente na imprensa periódica. Entre suas obras publicadas, pode-se mencionar: *Os fatores do coelhado* (1892), *Vultos piauienses* (1903) e *Em roda dos fatos* (1910).
[52] SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Clodoaldo, academias, repúblicas. In: QUEIROZ, Teresinha (org.). *Um senhor da palavra*: estudos sobre a obra de Clodoaldo Freitas. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 14.
[53] ATOS oficiais. *Jornal do Recife*. Recife, ano 38, n. 298, 29 dez. 1895, p. 2.
[54] ATOS oficiais. *Jornal do Recife*. Recife, ano 39, n. 143, 26 jun. 1896, p. 2.

interessado pelas questões do mundo material, encontrou um meio de subsistir longe de casa trabalhando em favor do desenvolvimento urbano e do aprimoramento técnico de Pernambuco – mesmo que em um emprego aparentemente temporário.

A investigação realizada no *Jornal do Recife* também possibilitou compreender importantes aspectos da vida de Abdias Neves durante os anos como acadêmico em Recife, especialmente no que diz respeito às suas relações sociais e às atividades acadêmicas e culturais. O periódico, de publicação diária, era um veículo essencialmente noticioso. Em suas colunas, com certa frequência, abria-se espaço para que fosse dada publicidade a acontecimentos relacionados à Faculdade de Direito do Recife e aos empreendimentos intelectuais dos estudantes da instituição – sempre em meio a notas sobre as finanças da República, feitos do governo pernambucano, transcrições de boletins oficiais, informes sobre o fluxo de telegramas[55] e correspondências, novidades do teatro e dos salões de baile, reprodução de textos dos periódicos europeus e folhetins literários.

O jornal sugere que Abdias Neves participou ativamente de um clube literário chamado Sociedade Gonçalves Dias, composto por acadêmicos do curso de Ciências Jurídicas e Sociais. A agremiação contava com reuniões semanais nas quais eram recitados poemas, proferidas palestras, deliberadas resoluções a respeito de aspectos compositivos do grupo e manutenida uma rede de sociabilidades. Havia, ainda, clara divisão entre as funções das quais se encarregava cada participante. Em setembro de 1897, Abdias Neves foi eleito pelos companheiros como diretor de aulas.[56] Os redatores do jornal não oferecem especificações sobre as incumbências do cargo, que provavelmente possuía relação com as atividades orais da sociedade. Abdias Neves, inclusive, era um orador ativo, tendo proferido as seguintes palestras[57] nas reuniões semanais: A degenerescência da raça latina,[58] O consentimento do ofendido perante o código penal brasileiro isenta de pena o ofensor?,[59] O valor da tatuagem na

[55] Em dois de maio de 1896, por exemplo, o *Jornal do Recife* noticiou que estavam retidos na Repartição do Telégrafo Nacional, enviados de Teresina, telegramas para Ernesto Baptista e Abdias Neves, o que demonstra que eram mantidos canais de comunicação entre os estudantes piauienses e suas famílias. GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 39, n. 100, 2 maio 1896, p. 3.

[56] A Sociedade Gonçalves Dias era administrada por uma diretoria compostas por três presidentes, três secretários, dois oradores, um tesoureiro, um bibliotecário e um diretor de aulas. Havia, ainda, o conselho (com funções deliberativas, provavelmente), a comissão de sindicâncias e a comissão de teses – cada qual com três membros. A diretoria era definida em eleição realizada entre os membros, sendo dissolvida a cada seis meses para a realização de novas eleições. A gestão na qual participou Abdias Neves, atuou de setembro de 1897 a fevereiro e 1898, segundo as informações apresentadas pelo *Jornal do Recife*. GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 196, 1 set. 1897, p. 2.

[57] As palestras não estão transcritas no *Jornal do Recife*. No periódico foram noticiadas as atividades semanais da Sociedade Gonçalves Dias e mencionadas as participações de Abdias Neves. Não se sabe se as falas chegaram a existir em impressos.

[58] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 133, 15 jun. 1897, p. 3.

[59] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 138, 22 jun. 1897, p. 3.

determinação do caráter do indivíduo[60] e O instituto do dote em Direito Civil.[61] Também há notícias de que teria recitado os sonetos Lirismo,[62] Joia rara[63] e Beatriz,[64] além de realizar falas em confraternizações do clube literário (natalícios e outras ocasiões festivas).

Das experiências de Abdias Neves como palestrante em Recife, no entanto, uma em especial chama atenção pela singularidade. No dia 8 de outubro de 1897, a equipe editorial do jornal *Gazeta da Tarde* convidou os recifenses para uma grande passeata patriótica e republicana que sairia da Rua Cruzes, número 31. Fez-se um apelo para que os estabelecimentos comerciais baixassem as portas: comerciantes e trabalhadores também deveriam compor o desfile cívico. A ocasião era especialíssima, afinal. No convite público do periódico, havia vivas ao Exército da República, à República, à memória do Marechal de Ferro (Floriano Peixoto) e ao valente general Arthur Oscar. O motivo para tamanha comemoração, era a derrota de Canudos. Ou melhor, a vitória do Brasil sobre Canudos, suposta ameaça à integridade territorial do país e ao regime republicano. A passeata teria reunido uma multidão, que, ao longo do percurso determinado, parou por algumas vezes para ouvir diversas figuras importantes da sociedade recifense. Falaram ao público redatores do jornal *Gazeta da Tarde*, bacharéis, oficiais do Exército, o governador pernambucano Joaquim Correia de Araújo e, até mesmo, jovens acadêmicos da Faculdade de Direito – entre os quais, Abdias Neves.[65]

Sua participação em todas essas atividades revela aspectos formativos importantes. Ainda que não seja possível o acesso ao conteúdo das palestras, pode-se identificar através dos títulos algumas das principais preocupações de Abdias Neves enquanto jovem acadêmico. Percebe-se, inclusive, permanências, quando comparado o piauiense ainda jovem com sua própria versão amadurecida, anos depois. O título da palestra A degenerescência da raça latina, por exemplo, sugere a defesa da tese de que os latinos estariam em decadência enquanto grupo racial. Tomando como referência escritos posteriores, pode-se supor que o declínio mencionado seria especialmente físico. Em março de 1909, consta em artigo publicado no jornal *O* Monitor, assinado com o pseudônimo Teofrasto,[66] afirmações de Abdias Neves sobre o "torpor físico" e

[60] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 155, 14 jul. 1897, p. 3.
[61] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Sociedade Gonçalves Dias. Recife, ano 40, n. 196, 1 set. 1897, p. 2.
[62] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 172, 4 ago. 1897, p. 2.
[63] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Sociedade Gonçalves Dias. Recife, ano 40, n. 201, 7 set. 1897, p. 2.
[64] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 206, 15 set. 1897, p. 2.
[65] GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 227, 10 out. 1897, p. 2.
[66] Ainda na época contemporânea a Abdias Neves, seus adversários político-ideológicos do jornal *O Apóstolo* revelaram aos leitores teresinenses que o intelectual estava por trás do pseudônimo Teofrasto: FRASTO. Coisas do Piauí. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 108, 4 jul. 1909, p. 3; ALERTA, Católicos. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 109, 11 jul. 1909, p. 2; DEMOFRASTO. Apuros do Teofrasto. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 111, 25 jul. 1909, p. 3. Teresinha Queiroz, no seu *Os literatos e a República,* também concluiu que Abdias Neves era quem assinava

a "pobreza de sangue" dos piauienses.[67] Em *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*, trabalho parlamentar publicado em 1919, Abdias Neves tratou como problema econômico a fragilidade dos corpos sertanejos, causada pela exposição a doenças como o impaludismo, a tuberculose e a leishmaniose.[68] Em *O Piauí na Confederação do Equador*, obra historiográfica publicada em 1921, o autor descreve os sertanejos piauienses como pequenos, franzinos, de postura relaxada e olhar vago, mas também muito trabalhadores.[69] Em todos os casos, a constante é a preocupação com questões relacionadas ao corpo. Somando-se a constatação ao fato de que o intelectual foi um declarado materialista-cientificista, pode-se supor que a degenerescência da raça latina à qual se referia Abdias Neves nos seus tempos de estudante em Recife, era um declínio especialmente físico. O esforço para perceber as diretrizes que orientaram os seus primeiros passos enquanto pensador são importantes exatamente no sentido praticado acima. Como advertiu certa vez o literato George Orwell, "[...] não acho possível avaliar os motivos de um escritor sem conhecer alguma coisa de seu desenvolvimento inicial. [...] antes mesmo de começar a escrever, ele terá adquirido uma atitude emocional da qual jamais conseguirá escapar por completo".[70]

Todas as atividades indicadas pelo *Jornal do Recife* com relação às práticas de Abdias Neves na capital pernambucana demonstram que o jovem era participativo em atividades culturais, combativo politicamente e estava inserido em uma rede de sociabilidades bem definida, composta majoritariamente pelos seus pares (os outros estudantes). A atitude do jovem piauiense de palestrar diante da multidão, na passeata realizada em comemoração à vitória do Exército sobre Canudos, demonstra, primeiramente, apoio ao regime republicano – especialmente quando observada a descrição feita no *Jornal do Recife* sobre a natureza política do evento. Em segundo lugar, percebe-se um atributo de Abdias Neves que veio a se tornar traço característico *a posteriori*: ser um homem de ação. Mesmo quando agia do gabinete e tinha como únicas ferramentas textos e impressos, seus esforços eram quase sempre interventivos. Nicolau Sevcenko, ao analisar a atuação dos intelectuais da Primeira República, percebe que tal característica era bastante difundida. Para o historiador, os literatos do início do século XX adotaram uma postura pragmática nas suas produções escritas: "Eles tendiam a

os textos d'*O Monitor* como Teofrasto: QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011a. p. 160.

[67] TEOFRASTO. A lápis. *O Monitor.* Teresina, ano 4, n. 128, 1 abr. 1909, p. 1.

[68] NEVES, Abdias. *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 51.

[69] NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador.* Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 38.

[70] ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo, Companhia das Letras, 2021. p. 12.

considerar-se não só como agentes dessa corrente transformadora [pela qual passava a sociedade brasileira], mas como a própria condição precípua do seu desencadeamento e realização". Essa característica "suscitou um ilimitado utilitarismo intelectual tendente ao paroxismo de só atribuir validade às formas de criação e reprodução cultural que se instrumentalizassem como fatores de mudança social".[71] Parcela significativa dos intelectuais brasileiros do período se alinhou em torno de algumas conclusões comuns. Para esses sujeitos, elementos culturais europeus – especialmente da França – deveriam ser adotados como modelo se se quisesse uma sociedade liberal, democrática, progressista e livre dos obscurantismos que caracterizavam a sociedade fossilizada do Império. A adesão a essas ideias acabou por se tornar uma questão ética, visto adquiriram caráter axiomático entre diversos grupos políticos e intelectuais.

Nesse momento formativo, Abdias Neves também colaborou com um jornal chamado *Congresso Acadêmico*. O periódico, de publicação mensal, era composto exclusivamente por estudantes da Faculdade de Direito do Recife. No seu primeiro número, em julho de 1896, os redatores esclareceram ao público leitor as principais motivações para a iniciativa, patrocinada intelectualmente pela "esperançosa mocidade que vem conosco trabalhar". No texto é repetido por três vezes que as temáticas principais a serem discutidas seriam o Direito e as letras, "sem objetivo algum político [..], não significando essa nossa norma, absoluto indiferentismo a questões sociais que surjam de momento e que pela sua importância devam ser estudadas à luz da crítica sincera e desapaixonada". O objetivo maior do jornal, no entanto, segundo a carta de apresentação, seria: "[...] reerguer o nome que outrora tinha a lendária Academia do Recife – o templo augusto d'onde hão saído as mais pujantes mentalidades do Brasil". Para tanto, buscava-se romper com a "[...] apatia que parecia reinar na nobilíssima Faculdade de Direito do Recife[...]".[72] O *Congresso Acadêmico* circulou até novembro de 1898 e contou com quatro colaborações de Abdias Neves: textos literários curtos, em prosa, nos quais o autor explorou temáticas românticas. As produções falam sobre beijos apaixonados e revolucionários, sorrisos doces e meigos, ilusões amorosas destruídas, sonhos da mocidade. O que há de mais político nesses escritos é a exaltação de uma fórmula de amor romântico que tem por pressuposto o recato, especialmente por parte da mulher.[73]

---

[71] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 99-100.
[72] A QUEM nos ler. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 1, 14 jul. 1896, p. 1.
[73] NEVES, Abdias. Lirismo. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 1, 14 jul. 1896, p. 5-6; NEVES, Abdias. Madrigal. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 3, 15 set. 1896, p. 7; NEVES, Abdias. A felicidade. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 5, 15 nov. 1896, p. 7-8; NEVES, Abdias. Nevrose. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 2, n. 1, 15 jun. 1897, p. 5.

A imprensa acadêmica, de modo geral, representa um rico conjunto de fontes para o estudo dos bacharéis formados entre as décadas finais do Império e o início da Primeira República. Sobre periódicos dessa natureza, observa Sérgio Adorno: "Sua riqueza, variabilidade e mesmo quantidade eliminaram os obstáculos decorrentes da existência de dados únicos, problema frequente em estudos de caso que recorrem à reconstrução histórica".[74]

O *Congresso Acadêmico*, portanto, a partir do desejo dos jovens redatores de que Recife voltasse a ser reconhecida como grande centro formador da intelectualidade brasileira, registrou uma série de indícios sobre o processo de constituição dos estudantes em sujeitos prontos para o exercício de importantes cargos político-administrativos.

Naquele momento, a última década do século XIX, como mencionado no primeiro número do periódico, a Faculdade de Direito do Recife, de fato, já havia passado por seus tempos áureos no tocante ao prestígio nacional. Teresinha Queiroz confirma essa percepção: "Abdias Neves forma-se em Direito, em Recife, quando a Faculdade já começara a dar sinais de decadência".[75] Nas décadas anteriores, a instituição foi um dos principais centros intelectuais de todo o Brasil e possibilitou o surgimento de uma importante mobilização no campo da cultura escrita, que ficou conhecida como Escola do Recife.

O movimento teve início na década de 1860, com destacada produção poética. Nos decênios seguintes, houve uma expansão dos interesses de professores e estudantes, que se debruçaram sobre a filosofia, a literatura em prosa, as discussões jurídicas, o folclore e a crítica da arte em geral. Percebe-se que, apesar de observada considerável heterogeneidade entre os sujeitos que integraram o movimento, havia princípios intelectuais comuns à maioria. Na segunda metade dos anos 1860, a partir das proposições de Tobias Barreto,[76] erigiu-se uma posição crítica com relação a algumas ideias que atravessavam o Atlântico, vindas da Europa. Não havia, de modo geral, adesão plena a nenhuma perspectiva intelectual – como acontecia com os positivistas ortodoxos, discípulos de Augusto Comte. Tobias Barreto buscou, entretanto, inspiração em uma espécie de *neokantianismo*, o que significava adotar reservas, tanto com relação aos positivismos quanto aos evolucionismos, através de uma crítica ao racionalismo dogmático. Alguns consideravam mesmo "ressuscitar" a metafísica, não como modelo

[74] ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. p. 33.
[75] QUEIROZ, 2006, p. 149.
[76] Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) foi um filósofo, literato, jurista e político brasileiro. Destacou-se por sua atuação intelectual como membro do movimento filosófico-literário conhecido como Escola do Recife. Atuou como um grande divulgador do germanismo no Brasil, ao estabelecer diálogos com a filosofia, a ciência política e a literatura produzidas em língua alemã. Também contribuiu com a disseminação de teorias evolucionistas a partir de sua participação na Escola do Recife.

científico aceitável, mas como um tipo respeitável de conhecimento humano. Já nos anos 1890, Silvio Romero[77] se aproximou do evolucionismo de Herbert Spencer, [78] assumindo-o inclusive como posicionamento político.[79] Em 1894, Romero publicou a obra *Doutrina Contra Doutrina*, na qual tece duras críticas ao positivismo e aos que tentavam aplicar as noções elementares da doutrina à República. No ano seguinte, o autor acrescentou à obra um longo prólogo escrito na forma de ensaio, que acabou por "ganhar vida própria", sendo publicado com o título *Introdução a Doutrina Contra Doutrina.* O texto é um registro de momento sobre a política e a sociedade brasileiras. Portanto, trata-se de uma importante fonte histórica a ser consultada pelos interessados em Sílvio Romero e suas contribuições à política e à cultura escrita.[80] Um dos principais aspectos desse trabalho, como afirmado acima, é a defesa do evolucionismo em detrimento do positivismo ortodoxo;[81] este seria "[...] uma política e [...] uma religião especificamente anacrônicas e antipáticas à nação".[82]

As disputas travadas no período entre defensores de diferentes doutrinas não eram meros exercícios de abstração. Antonio Paim e Richard Graham concordam em afirmar que os intelectuais brasileiros do período em análise foram algumas vezes acusados precipitadamente de terem realizado uma apropriação passiva de ideias formuladas na Europa, sem aprofundado exame crítico, como quem admite inferioridade no pensar e toma de empréstimo as orientações

---

[77] Natural de Lagarto, em Sergipe, Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1951-1914) foi um intelectual e político brasileiro do século XIX. Ao lado de Tobias Barreto, é considerado um dos grandes mestres da Escola do Recife. Nas últimas décadas do Oitocentos empreendeu duras críticas ao positivismo (em especial ao positivismo ortodoxo) e à influência da doutrina sobre a política no país. Como contraponto, Silvio Romero defendia noções evolucionistas, inspirado especialmente no filósofo inglês Herbert Spencer. Entre a sua extensa obra, merece destaque *História da literatura brasileira*, trabalho publicado no final dos anos 1880.

[78] Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo, biólogo e antropólogo inglês amplamente divulgado no ocidente entre o fim do século XIX e o início do século XX. As ideias de Spencer integraram o pensamento de diversos intelectuais brasileiros, especialmente no tocante à aplicação de princípios darwinistas aos estudos socioculturais e às suas formulações sobre a noção de progresso.

[79] PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1966. p. 9-12.

[80] ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina Contra Doutrina.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[81] Apesar de o positivismo, em sua forma ortodoxa, encontrar-se enfraquecido entre políticos e intelectuais brasileiros desde os anos finais do século XIX (e há mais tempo nos principais centros europeus), é possível a identificação de sujeitos que permaneceram fiéis às formulações de Augusto Comte. Geograficamente próximo ao Piauí, é notável o caso do militar Agostinho Gomes de Castro, em São Luís, que se envolveu em aguerrido embate com o cônego Leopoldo Damasceno Ferreira. Castro, que também era engenheiro, tornou-se positivista na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1898, teve a iniciativa de ministrar um curso sobre o positivismo, no qual ensinava sobre a Religião da Humanidade. As aulas se tornaram assunto comentado nos principais círculos intelectuais de São Luís, de modo que a Igreja Católica, alertada, apresentou como resposta uma série de conferências proferidas pelo cônego Leopoldo Damasceno Ferreira na igreja de Santo Antônio contra a doutrina positivista. O confronto entre os dois pensadores rapidamente ganhou as páginas dos jornais, transformando-se em debate público organizado e de nível elevado: as partes discutiam sempre temática específica e previamente escolhida. Após diversos artigos publicados, Agostinho Gomes de Castro decidiu dar por encerrada a contenda, mesmo sob protestos do público leitor, que acompanhava todos os textos publicados com interesse. VIVEIROS, Jerônimo de. *Quadros da vida maranhense [o positivismo no Maranhão]*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2021.

[82] ROMERO, 2001, p. 153.

de intelectos superiores.[83] Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a partir do lugar de intelectual europeu, afirma que os fenômenos culturais do Ocidente possuíam significância universal. O sociólogo alemão entendia que a Europa exercia influência ativa sobre o restante do mundo no tocante às artes em geral, às ciências e à própria organização administrativa dos países.[84] Paim e Graham, no entanto, defendem que os pensadores brasileiros adaptaram as teorias de acordo com a realidade nacional e as conveniências políticas. Positivismo, evolucionismo, realismo literário, todas estas perspectivas intelectuais foram instrumentalizadas, objetivando provocar transformações sociais. Nesse sentido, adverte Pierre Bourdieu que os conflitos intelectuais: "[...] são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica [...]".[85]

Os estudantes da Faculdade de Direito do Recife eram ensinados a se tornarem agentes ativos do processo civilizador, integrados ao Estado através da ocupação de cargos político-administrativos. Com base na possibilidade interpretativa oferecida por Bourdieu, pode-se dizer que o bacharelismo oitocentista era uma cultura que preparava para que fossem unidas teoria e oportunidade (de intervenção). Alberto Venâncio Filho,[86] Sérgio Adorno[87] e Teresinha Queiroz[88] demonstram em seus estudos que os bacharéis formados em Ciências Jurídicas e Sociais no século XIX eram instruídos não apenas como operadores do Direito. As faculdades formavam pensadores que apreciariam, à luz da ciência e da filosofia, o mundo que os rodeava. Sérgio Adorno aprofunda a hipótese de Alberto Venâncio Filho, de que a formação nas escolas jurídicas ocorria, em boa medida, no âmbito extracurricular. A participação em periódicos, as redes de sociabilidades estabelecidas, a composição de clubes literários e as vivências juvenis

---

[83] Sobre as inspirações intelectuais dos pensadores brasileiros, Antônio Paim observa que: "Se iam buscar no exterior as armas para o combate local, com este é que se preocupavam primordialmente. Por isto mesmo são algo mais que simples divulgadores. Talvez que o aprofundamento desse aspecto do problema nos dê a solução para o estabelecimento de uma acertada correlação entre o pensamento brasileiro e a filosofia universal, de modo que saibamos enxergar a originalidade do primeiro". PAIM, 1966, p. 12. O historiador Richard Graham, por seu turno, afirma que: "É um erro considerá-los, como algumas vezes tem sido feito, como um grupo de intelectuais alienados e embasbacados ante os europeus, que aderiu meramente a determinado conceito apenas pelo prestígio de sua proveniência. É também apenas parcialmente certo dizer-se que eles não entenderam o pleno sentido das ideias que colheram na Europa, pois, como eles o compreenderam, aqueles conceitos correspondiam exatamente ao que estavam procurando. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil* (1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 241.

[84] WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: Mário Morais. São Paulo: Martin Claret, 2016. p. 13.

[85] BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 41.

[86] VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

[87] ADORNO, 2021.

[88] QUEIROZ, 2011a.

contribuíam significativamente para a profissionalização dos bacharéis. Para ambos os pesquisadores, todo o ambiente sociocultural que envolvia o ensino jurídico brasileiro incentivava o interesse profissional pelas atividades políticas.[89] Teresinha Queiroz, no entanto, guarda ressalvas com relação à afirmativa de que não era efetivo o ensino jurídico formal. Para a historiadora: "Apesar de sedutora, essa hipótese é passível de discussão, devendo ser referido que essa interpretação se apropria sobretudo da imagem que os estudantes formavam de si".[90] Sobre o caso de Abdias Neves, insistir na oposição entre academia formal e academia real pode não ser a escolha mais frutífera, na medida que o piauiense parece ter desfrutado de uma vida movimentada em Recife, o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais exerceu influência sobre a composição do conjunto de ideias que veio a mediar suas interações com o mundo. Sobre essa hipótese, em específico, o caminho dialético se apresenta como o mais acertado.

Não seria prudente, pois, ignorar os estudos pragmáticos, que certamente tiveram grande importância na constituição de Abdias Neves enquanto intelectual e agente civilizador. Para tal fim, o catálogo da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, publicado em 1896, é uma fonte esclarecedora. Na organização proposta pelo bibliotecário dr. Manoel Cicero, foram incorporados todos os títulos que, até 30 de junho do ano da publicação do catálogo, a biblioteca possuía encadernados. Os exemplares foram dispostos em dezessete categorias distintas: Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Físicas e Naturais, Ciências Médicas, Matemática, Filosofia, Religião, História, Geografia, Filosofia e Linguística, Retórica e Poética, Literatura, Bibliografia, Instrução e Educação, Artes Industriais, Enciclopédia, Poligrafia e variedades. Na categoria Ciências Jurídicas e Sociais, percebe-se, através das subdivisões do catálogo, clara preocupação em oferecer aos estudantes um acervo de obras e documentos que os familiarizasse com as atividades burocráticas e políticas que envolvem o Estado. Há seções destinadas ao Direito Público e Constitucional, Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado, Ciência da Administração e do Direito Administrativo, Política e Administração Brasileiras e uma miscelânea jurídico-social. [91] Consta nessas seções relatórios oficiais do

[89] ADORNO, 2021, p. 177-269.
[90] QUEIROZ, 2011a, p. 93.
[91] Também foi localizado o catálogo de 1860 da biblioteca da Faculdade de Direito de Recife, que apresenta um acervo modesto quando comparado ao de 1896. O bibliotecário optou por organizar as obras com as seguintes seções: Direito (subdividido em Direito Natural, Direito Público, Direito das Gentes, Direito Constitucional, Política, Direito Romano, Direito Civil francês e pátrio, Prática do Processo Civil e Criminal, Praxe do Foro e Legislação), Direito Eclesiástico (subdividido em Teologia Moral e Dogmática, História Sagrada e Religião), Direito e Legislação Criminal (subdividido em Medicina Legal e Sistema Penitenciário), Direito e Legislação Comercial, Economia Política, Direito Administrativo, Filosofia, Geografia e História, Clássicos portugueses, Dicionários e Enciclopédias. A lista de obras, em 1860, diverge consideravelmente da lista de 1896, no que se refere ao conteúdo dos títulos – muito por conta de o transformismo de Darwin (que desencadeou uma revolução na Filosofia e nas Ciências Naturais) ainda estar em sua gênese no ano de 1860. No catálogo de 1896, é notada a

governo federal e de governos estaduais, assim como constituições estaduais (na seção de Legislação Brasileira), estudos de caráter técnico realizados por iniciativa de instituições públicas, ofícios, discursos legislativos, obras sobre as finanças do Brasil, leis e decretos estaduais e Direito Administrativo.[92]

Outra característica marcante do catálogo é a quantidade expressiva de obras em francês, em virtude da conhecida influência da língua francesa sobre todo o Ocidente no período. Joaquim Nabuco, que se formou em Recife nos anos 1870, relatou na obra *Minha formação* que a maioria das leituras de sua juventude foi em francês, o que o inclinou a escrever também no mesmo idioma. Essa condição cognitiva, para Nabuco, seria "natural em espíritos que recebem quase tudo em francês e que têm horror à tradução".[93] Norbert Elias compreendia que, até a ascensão da burguesia europeia, a França serviu de modelo para outros países europeus nos aspectos civilizatórios de sua aristocracia absolutista.[94] No século XIX, com relação à cultura escrita, os franceses continuaram a exercer influência sobre o Ocidente através do idioma e de uma intelectualidade internacionalizada. No Piauí, inclusive, o quadro não era diferente. Ao analisar a biblioteca particular do médico e político piauiense Eurípides Aguiar, formada entre as décadas de 1890 e 1850, Teresinha Queiroz relata que se deparou com considerável parcela dos títulos em língua francesa – mesmo as obras de autores ingleses. Em síntese: "A maior característica dessa biblioteca é, pois, a presença de grande número de obras francesas ou em francês [...]".[95]

O catálogo da biblioteca de Recife, dessa forma, é expressão das características intelectuais mais comuns na Faculdade de Direito; bem como revela algo sobre as motivações dos representantes da instituição. O acervo também abrigava numerosos documentos da burocracia imperial, fato que demonstra aproximação entre o bacharelismo e o Estado desde a primeira metade do Oitocentos. Certamente nem todos os estudantes se dedicavam com afinco ao estudo desse material, não é desse pressuposto que parte a análise. A composição do acervo, todavia, ocorreu acompanhada de muitas escolhas. Escolheu-se por determinadas aquisições e

---

aquisição de muitos trabalhos de cunho materialista, inclusive de vulgarizadores, o que provavelmente foi um processo iniciado já nos anos 1870. O catálogo de 1860, entretanto, ainda registrava as subseções Direito Sagrado e Religião, o que pode sugerir que a Escola do Recife, caso já existisse como movimento intelectual minimamente homogêneo e organizado, era menos filosófica que poética, como indica Antônio Paim. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Catálogo da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*: nº 1. Pernambuco: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & Companhia, 1860.; PAIM, 1966, p. 9.

[92] CICERO, Manoel. *Catálogo geral da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Empresa d'*A Província*, 1896.

[93] NABUCO, Joaquim. *Minha formação.* 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011. p. 55.

[94] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 17. v. 2.

[95] QUEIROZ, 2011a, p. 158-159.

não outras, por arquivar certos impressos, por realizar a catalogação de modo a dar visibilidade à relação entre Direito e Estado. A biblioteca é a fonte da qual sabidamente bebiam os estudantes e certamente não é um dado, foi construída códice a códice, de modo que é reveladora sobre as expectativas da elite intelectual que a organizou.

Outro importante documento para que seja compreendida a formação intelectual e profissional à qual estavam submetidos os estudantes em Recife, é o *Programa de ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1894.* O título descritivo deixa claro o teor geral da publicação. No curso, que instruía jovens secundaristas para a participação nos exames preparatórios, eram ofertadas as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria Retilínea, Geografia (dividida em Geografia Física e História da Geografia), Astronomia, História do Brasil, História Universal, História Natural (dividida em Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia), Física e Química (dividida em Química Geral, Química Mineral e Química Orgânica).[96] O programa referente ao ano seguinte, 1895, era praticamente o mesmo, com poucas modificações;[97] assim como o de 1896.[98] O conteúdo programático das disciplinas deixa claro três preocupações específicas com relação aos estudantes que ingressariam no ensino superior: deveriam possuir um domínio mínimo de diferentes idiomas (o catálogo da biblioteca permite a constatação de que os alunos que não conseguissem realizar leituras em francês, enfrentariam dificuldades na Faculdade de Direito), apresentar compreensão mínima sobre história ocidental e brasileira (uma história política e militar do Estado, essencialmente) e demonstrar conhecimento sobre as principais novidades no campo das Ciências Naturais. Em Zoologia, por exemplo, havia no programa um momento destinado ao estudo do transformismo, através das teorias de Jean-Baptiste de Lamarck,[99] Charles Darwin[100] e Ernst Haeckel.[101] Na

[96] FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas de ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1894*. Recife: Tipografia Econômica, 1894.
[97] FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas* de *ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1895*. Recife: Pantheon das Artes, 1895.
[98] FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas* de *ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1896*. Recife: Tipografia de F. P. Boulitreau, 1896.
[99] Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), foi um naturalista francês que se notabilizou por seu pioneirismo no tocante aos estudos sobre a noção de evolução aplicada à natureza, décadas antes da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin.
[100] Charles Darwin (1809-1882) foi um destacado naturalista britânico do século XIX. Sua obra prima, *A origem das espécies* (1859), impactou de maneira significativa os mais diversos campos científicos – dos estudos naturais aos sociais -, ao propor uma teoria evolutiva fundamentada no princípio da seleção natural. Para Darwin, as transformações pelas quais passam os seres vivos ocorrem através da transmissão hereditária de características que potencializam as chances de sobrevivência e, consequentemente, de reprodução, dos indivíduos.
[101] Ernst Haeckel (1834-1919) foi um naturalista, médico e filósofo alemão representante do monismo, corrente que busca compreender o mundo a partir de uma noção de unidade. Haeckel foi um dos grandes divulgadores dos princípios da teoria evolutiva de Charles Darwin.

disciplina de História do Brasil, discutia-se os erros administrativos cometidos ao longo da trajetória histórica do país. No estudo das línguas estrangeiras, o programa se mostrava exigente, ao incluir gramática, escrita, leitura, tradução e conversação entre as competências que deveriam ser dominadas pelos estudantes.

Uma vez inseridos na Faculdade de Direito do Recife, exigia-se dos ex-secundaristas esses saberes. A partir da análise do programa de diversas disciplinas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, percebe-se, que, no currículo da faculdade, priorizava-se o ensino da relação entre Direito e Estado. Desde o primeiro ano, os acadêmicos eram ensinados sobre a burocracia brasileira e as formas de inserção nos quadros dessa burocracia. Se a Escola do Recife, movimento intelectual, transmitia a ideia de que a escrita deveria ser uma prática utilitária e transformadora, os estudos pragmáticos demonstravam que as mudanças sociais eram efetivamente alcançadas a partir dos centros de poder institucional.[102] Tal característica não era

[102] FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Filosofia e História do Direito. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 1ª série*. Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Direito Público e Constitucional. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Civil. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Comercial. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Criminal. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Medicina Legal. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 4ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. História do Direito Nacional. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 4ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Noções de Economia Política e Direito Administrativo. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais (Direito das gentes, diplomacia e história dos tratados). Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais. Economia Política. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais. Higiene Pública. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Sociais. Ciência da Administração e Direito Administrativo. Para o ano de 1894. Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Sociais. Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 3º ano*. Direito Comercial. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 1º ano*. Direito Público e Constitucional. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 2º ano*. Economia Política. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 3º ano*. Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 4º ano*. Medicina Pública. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira do 5º ano*. Ciência da Administração e Direito Administrativo. Ano

exclusiva de Recife, como bem analisou José Murilo de Carvalho ao estudar o período imperial.[103] A Primeira República, por sua vez, apresenta importantes permanências nesse sentido, sendo representativo o caso de Getúlio Vargas. O gaúcho se tornou bacharel na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (RS) no ano de 1907 e, logo em 1909, foi eleito deputado federal, dando início à sua escalada até o topo do Poder Executivo nacional.[104] Percebe-se como padrão que os bacharéis em Direito eram formados para o exercício do poder que emana do Estado. A hipótese, há muitas décadas, é aceita pela literatura histórica, além de ser confirmada pelo conjunto documental analisado. Cultura escrita, funcionalismo público e macropolítica eram três grandes domínios a partir dos quais os bacharéis buscavam interferir no mundo.

A trajetória de Abdias Neves corrobora a constatação. Sua formatura em Recife ocorreu no ano de 1898, tendo sido aprovado com distinção no último ano.[105] Após o retorno à terra natal, segundo o biógrafo Artur Passos, tornou-se professor de inglês no Liceu e, posteriormente, foi nomeado como procurador da Fazenda Estadual.[106] Em 1900, começou a fazer significativas movimentações que o alçaram a destacada posição junto à sociedade piauiense. Foi naquele ano que o jovem bacharel se casou com Cristina Rosa da Paz, filha de um importante político e comerciante chamado Manuel Raimundo da Paz (1838-1923), e

---

de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 5º ano*. História do Direito Nacional. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1897; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 1º ano*, Direito Público e Constitucional. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 3º ano*, Ciência da Finanças e Contabilidade do Estado. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 4º ano*, Medicina Pública. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira do 5º ano*, Ciência da Administração e Direito Administrativo. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898; FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 5º ano*, História do Direito Nacional. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

[103] CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

[104] FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 32, 2004, *Anais* [...]. João Pessoa: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004.

[105] Em documento publicado no ano de 1931 pelo bacharel Henrique Martins, secretário da Faculdade de Direito do Recife, consta que Abdias Neves se formou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1898. O *Jornal do* Recife, entretanto, a 4 de dezembro de 1896, registrou nota sobre a colação de grau do piauiense no curso de Ciências Sociais. O certo é que Abdias Neves alcançou o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1898. MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931. p. 26; DECLARAÇÕES. Faculdade de Direito. *Jornal do Recife*. Recife. ano 39, n. 276, 4 dez. 1896, p. 3.

[106] PASSOS, Artur. *Abdias* Neves: homens e eventos da sua época. Teresina: FUNDAPI, 1966. p. 13.

assumiu o cargo de juiz de Direito (interino) na cidade interiorana de Piracuruca.[107] Manuel da Paz já desfrutava de grande prestígio desde a época do Império, quando engrossava os quadros do Partido Conservador. Na República, manteve-se integrado aos principais centros de poder. Ocupou por diversas vezes o cargo de deputado estadual, alcançando inclusive a presidência da Assembleia Legislativa do Piauí. Também foi governador por breve período, além de exercer funções como: presidente da Junta Comercial piauiense, conselheiro municipal e diretor do Teatro 4 de Setembro.[108] É provável que Abdias Neves, por algumas vezes, tenha se beneficiado profissionalmente da relevância que possuía o sogro na política estadual. Com Cristina, o bacharel teve três filhos: um natimorto, Abdias Neves Filho (a quem a família apelidou carinhosamente de Bayard, falecido precocemente aos dezessete anos, em 1918) e Maria Yara da Paz Neves, que se tornou professora de primeiras letras e, após mudança para o Rio de Janeiro no final dos anos 1920, casou-se com o industrial José Borges de Melo; chegou a ocupar a chefia do serviço de cadastro da Secretaria de Educação de Cultura daquele município.[109]

Foi durante a permanência em Piracuruca que Abdias Neves escreveu o romance naturalista *Um manicaca* (publicado somente em 1909), que viria a se tornar uma das principais obras da literatura piauiense, além da série de artigos *Indústria pecuária* para o jornal parnaibano *Nortista*.

Em 1902, o autor deixou o interior do Piauí e retornou à capital, Teresina, para o exercício do cargo de juiz substituto federal, função que ocupou até 1914.[110] Durante esse

---

[107] A Constituição republicana de 1891 instituiu a dualidade da justiça (federal e estadual) e facultou aos estados a organização de seus respectivos Judiciários. Na Constituição piauiense, promulgada a 17 de maio de 1891, foram instituídas as funções de juiz distrital e juiz de direito; além do júri e do próprio Tribunal de Justiça – este, composto inicialmente por cinco desembargadores, um procurador-geral e um secretário. Era prerrogativa do governador a nomeação dos juízes de direito. A prática comum era que o presidente do Tribunal de Justiça, quando havia demanda por magistrado em determinada comarca, formulasse lista com o nome de bacharéis aptos para o exercício da função e enviasse para as recomendações para o chefe do executivo, que escolheria um dos candidatos para nomear. A escolha era baseada por algo além da capacidade técnica. Os capitais político e social dos bacharéis eram importantes fatores para que fosse alcançado o ingresso na magistratura. Dessa forma, acredita-se que o casamento com Cristina, filha de Manuel Raimundo da Paz, importante político e comerciante, impulsionou a vida pública de Abdias Neves. Para consultar informações objetivas sobre a organização do Poder Judiciário do Piauí na Primeira República, ver: TITO FILHO, A. *Sua excelência o egrégio*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991. p. 2.

[108] PASSOS, 1966, p. 14-15; PINHEIRO, 2003, p. 38-39.

[109] PINHEIRO, 2003, p. 38.

[110] Para além dos trabalhos biográficos, foram localizados dois documentos produzidos pelo Tribunal de Justiça do Estado que confirmam a saída de Abdias Neves do cargo de juiz de Direito (interino) em Piracuruca no ano de 1902. Trata-se de ofício e relatório enviados pelo presidente da instituição ao governador do Piauí, Arlindo Francisco Nogueira, em 1902 e 1903, respectivamente, que solicitavam a nomeação de um bacharel que ocupasse a comarca de Piracuruca. O nome de Abdias Neves não é mencionado, mas ambos os documentos comprovam a vacância na comarca a partir de 1902. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Ofício do presidente do Tribunal de Justiça do Piauí ao governador do estado Arlindo Francisco Nogueira. 22 maio 1902. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa do Tribunal de Justiça do Piauí; RIOS, Augusto Colin da Silva. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Arlindo Nogueira M. D. governador do estado pelo presidente do Tribunal de Justiça*

recorte de doze anos, conciliou a magistratura com uma série de outras atividades. Foi fundador e colaborador de periódicos diversos (jornais e revistas), professor, diretor e dono de escolas, liderança da maçonaria local. Tudo isso, enquanto permanecia engajado às disputas da política partidária. Ainda no começo do século XX, uniu-se a Miguel de Paiva Rosa (companheiro de Faculdade de Direito do Recife) e Antonino Freire (engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro) para criar o jornal *Pátria*. O veículo de imprensa possuía natureza essencialmente política e entrou em digladio com o jornal situacionista *O Norte*.[111] O trio acabou por receber a alcunha de "jovens turcos"[112] e, com frescor e fôlego, características marcantes da juventude, protagonizaram uma excepcional ascensão, embalados pelas teorias estudadas nos tempos de bacharelandos. Freire e Rosa vieram a ser eleitos ao cargo de governador do Piauí, enquanto Abdias Neves assumiu uma cadeira no Senado Federal em 1915.

A época de juiz substituto federal foi o momento mais fecundo para Abdias Neves no tocante à produção intelectual. Naquela dúzia de anos, além de ser extremamente ativo na imprensa, envolvendo-se em disputas políticas, religiosas e ideológicas, publicou três livros de fôlego: a obra historiográfica *A guerra do Fidié* (1907); o romance de costumes há pouco mencionado, *Um manicaca* (1909); e a exegese religiosa *Psicologia do cristianismo* (1910). Também produziu os seguintes impressos: *Imunidades parlamentares* (1908), *A elegibilidade do marechal* (1910), *Autonomia municipal* (1913) e as conferências *O padre perante a história* (1908), *Discurso [...] comemorando o primeiro aniversário de morte do [...] dr. Areolino de Abreu* (1909) e *O foguete* (1912), além de inúmeros textos publicados em periódicos. É possível que tenham sido proferidas outras conferências e palestras que não chegaram a ser amplamente veiculadas ou que não foram preservadas através de qualquer método arquivístico. A produção de Abdias Neves nesse recorte temporal indica forte engajamento ao anticlericalismo, instrumentalização da escrita para fins utilitaristas e interesse por discussões político-jurídicas. Também salta aos olhos a quantidade considerável de impressos produzidos pelo autor, em um contexto de significativas limitações tipográficas. A questão talvez seja explicada pelo fato de Abdias Neves, em virtude do cargo que ocupava na magistratura e das atividades no campo da educação privada, desfrutar de alguma segurança quanto às suas necessidades materiais e

---

desembargador Augusto Colin da Silva Rios em 11 de maio de 1903. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Judiciário. Caixa 2.

[111] BRANDÃO, Adail. *As armadilhas do poder:* partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 42.

[112] Os três bacharéis piauienses, que no início do século XX estiveram ativos na imprensa e buscavam seguir carreiras políticas, receberam a alcunha de "jovens turcos", em alusão ao grupo que, nos anos 1870, desencadeou uma série de reformas no antigo Império Otomano. Para mais informações sobre como os "jovens turcos" piauienses galgaram posições de mando no estado, ver: BRANDÃO, Adail. *As armadilhas do poder*: partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 39-60.

obrigações como chefe de família, o que, provavelmente, deu-lhe tranquilidade para dedicar parcela considerável de seu tempo ao estudo e à escrita; e permitiu também conferir aos textos suportes materiais.[113]

Tratando-se em específico das ações no campo da educação privada, Abdias Neves foi diretor do Colégio São Vicente de Paula, do Ateneu Piauiense e do Internato 24 de Janeiro, além de atuar como professor. A primeira instituição foi fundada em 1888, tendo o então magistrado como diretor no início do século XX. O Ateneu Piauiense iniciou suas atividades em 1903, fundado por Abdias Neves, que dividiu as responsabilidades da direção com Matias Olímpio até 1909, ano no qual as atividades foram suspensas. O educandário teve seu funcionamento reestabelecido somente em 1914, quando Abdias Neves firmou sociedade com o capitão Raimundo Neves. O Internado 24 de Janeiro, por sua vez, foi fundado em 1903 e funcionou em prédio da rua Coelho Rodrigues. Ofertava exclusivamente o ensino secundário, sendo também dirigido por Abdias Neves. No campo da educação pública, lecionou Inglês, Alemão e Lógica no Liceu Piauiense, além de atuar como professor de Pedagogia na Escola Normal. Os colégios nos quais Abdias Neves trabalhou como gestor, especialmente o Ateneu Piauiense, foram marcados por métodos de ensino inovadores para a época. O bacharel defendeu a abolição dos castigos físicos, estimulou o desenvolvimento de uma postura investigativa entre os estudantes, incluiu a Educação Física como disciplina obrigatória e removeu do currículo o ensino religioso.[114]

As ações na educação – mas também suas outras atividades intelectuais – são reveladoras da dimensão civilizatória de sua existência enquanto homem público.

Teresinha Queiroz observou a mesma característica em outros bacharéis piauienses. A historiadora realizou levantamento estatístico a partir do estudo da biografia de 142 bacharéis em Direito e os números indicam que as principais profissões exercidas por esses sujeitos estavam relacionadas às carreiras jurídicas, ao ensino, à política e às atividades literárias (incluindo o jornalismo). Entre a amostra, 70 bacharéis em algum momento de suas trajetórias foram juízes de Direito, 74 foram professores (destes, 25 foram diretores de escolas) e 95 estiveram envolvidos em atividades literárias. Além disso, 129 experimentaram viver em outras províncias (na época do Império) e estados (após o estabelecimento do regime republicano).[115] Os dados apresentados por Teresinha Queiroz demonstram que havia íntima relação entre o

[113] DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. *Elaboração de um espírito superior*: a atuação intelectual de Abdias Neves a partir de *Um manicaca* (1909) e *Psicologia do cristianismo* (1910). 2021. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. p. 11.
[114] QUEIROZ, 2017, p. 35-57.
[115] QUEIROZ, 2011, p. 108-141,

Direito e as letras no período analisado. Também é perceptível, através da enorme adesão a carreiras jurídicas, políticas e mesmo à educação pública, que os bacharéis normalmente estavam sob a égide do Estado, atuando em favor de causas civilizatórias, a partir de lugares sociais privilegiados. As convicções intelectuais os inclinavam ao utilitarismo e a cultura escrita era a ferramenta mais augusta de intervenção na realidade. O Estado, no entanto, oferecia as possibilidades utilitárias mais eficientes e concretas.

Para além disso, é válida a lembrança de que os cargos públicos eram almejados, em primeira instância, em razão da busca por melhores condições materiais. Os bacharéis eram chefes de família e conviviam com a obrigação de prover a subsistência de seus dependentes. O elevado número de sujeitos que, em algum momento de suas trajetórias, estabeleceram-se fora do Piauí, explicita exatamente a procura por estabilidade material e crescimento profissional. Deve-se dizer, inclusive, que durante a Primeira República essa realidade não era exclusiva das regiões brasileiras mais pobres e distantes da capital federal. Nicolau Sevcenko percebe no Rio de Janeiro, o grande centro brasileiro de criação cultural, naquele momento, que os homens de letras empenhados em viverem exclusivamente da escrita enfrentavam uma série de adversidades: "Afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, esses autores não possuíam igualmente uma base material segura em que pudessem sustentar a sua pretendida independência".[116] O regime republicano também deixou ressentidos, angustiados e desempregados muitos intelectuais que foram apoiadores de primeira hora do republicanismo e se tornaram preteridos de primeira hora da República. Desse tipo brasileiro, o bacharel com dificuldades financeiras, que não conseguia ocupar consistentemente cargos político-administrativos, o Piauí ofereceu um caso representativo, estudado detidamente por Teresinha Queiroz. Clodoaldo Freitas, em algumas crônicas de jornais publicadas no começo do século XX, tornou-se defensor intransigente da republicanização da República, enquanto externava da forma mais explícita as mágoas que carregava como republicano histórico repelido das posições de mando. O intelectual, por conta dessas adversidades, recorreu a migrações essencialmente políticas. Buscou a subsistência em outros estados, sempre acompanhado pela família.[117] Os modelos liberais dos países europeus, de modo geral, eram os preferidos dos intelectuais brasileiros, o que colaborou com o desapontamento frente à realidade que se apresentava na

[116] SEVCENKO, 2003, p. 114-115.
[117]FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos:* crônicas. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de letras; Brasília: Senado Federal, 2011; QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Academia Piauiense de letras, 2015b. p. 23-30; DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas cronista: textos, contexto e inspirações intelectuais. In: QUEIROZ, Teresinha (org.). *Um senhor da palavra*: estudos sobre a obra de Clodoaldo Freitas. Teresinha: Cancioneiro, 2024. p. 317-340.

política republicana: oligarquias, corrupção, patrimonialismo, plutocracia. Esses sujeitos consideravam que o novo regime os tinha em baixa conta. Não apenas a eles, os intelectuais republicano-puristas, mas a qualquer homem competente e talentoso.[118]

O diploma, portanto, não era garantidor de sucesso profissional e financeiro. Um breve exercício comparativo entre Abdias Neves e seus contemporâneos (especialmente os conterrâneos) revela que o bacharel, apesar de ser claramente capturado pelo padrão apresentado, desfrutou de uma trajetória mais tranquila e linear que a de sujeitos como o próprio Clodoaldo Freitas. Essa bem-aventurança se deve a escolhas acertadas no campo político e ao estabelecimento de certa proximidade com figuras destacadas da sociedade piauiense. Como apontado anteriormente, Antonino Freire e Miguel Rosa, com os quais Abdias Neves compôs o trio alcunhado de "jovens turcos", tornaram-se governadores do Piauí: o primeiro, entre 1910 e 1912; o segundo, entre 1912 e 1916. O antecessor de Antonino Freire foi Manuel Raimundo da Paz, o sogro de Abdias Neves, que comandou o executivo estadual por quatro meses, entre dezembro de 1909 e março de 1910. Antes de Manuel da Paz, o cargo fora ocupado, ao longo da primeira década do século XX, por outros políticos com os quais o bacharel guardou alguma proximidade, mesmo que conjunturalmente.[119] Isso, em um momento no qual o governador do estado possuía a prerrogativa legal de nomear os juízes de Direito para as comarcas interioranas – e Abdias Neves foi juiz de Direito em Piracuruca, entre 1900 e 1902.

Até onde indicam as fontes e a bibliografia consultadas, o então magistrado também não foi lançado pelas circunstâncias da vida a migrações forçadas rumo a outros entes federativos. A partir do momento de seu retorno ao Piauí, em 1898, após a conclusão dos estudos em Recife, até 1914, o último ano no cargo de juiz substituto federal, houve apenas três períodos nos quais Abdias Neves esteve fora de Teresina por considerável parcela de tempo. O primeiro foi sua época em Piracuruca. O segundo é indicado por Teresinha Queiroz em seu estudo sobre a educação no Piauí. A historiadora, a partir de pesquisa realizada no jornal *Correio de Teresina* (ao qual não foi possível o acesso para este trabalho), afirma que a escola Ateneu Piauiense, dirigida por Abdias Neves, foi fechada "[...] por algum tempo quando seu diretor esteve no Rio de Janeiro".[120] A viagem ocorreu em algum momento entre 1909 e 1913, quando o Ateneu Piauiense manteve suspenso o seu funcionamento, e provavelmente não foi demorada, visto que Abdias Neves seguiu ocupando cargo na magistratura em Teresina. O terceiro momento é revelado pelos redatores dos jornais *Diário do Piauí* e *O Piauí*. No primeiro semestre de 1911,

[118] SEVCENKO, 2003, p. 258-272.
[119] PINHEIRO, 2003.
[120] QUEIROZ, 2017, p. 47.

o magistrado passou uma temporada fixado no povoado dos Altos, distante cerca de cinquenta quilômetros da capital piauiense, mas manteve frequentes visitas ao centro administrativo do estado.[121]

Em 1914, Abdias Neves deixou a magistratura para iniciar uma intensiva incursão pelos domínios da política. Tornou-se secretário de governo na gestão do governador Miguel Rosa e, em 1915, conseguiu uma controversa indicação para concorrer ao Senado Federal, sob os auspícios do Partido Republicano Conservador. O acontecimento rendeu discussões até a segunda metade do século XX e foram muitas as versões sobre o pleito. Artur Passos afirma que a escolha fazia parte de uma grande manobra política, a partir da qual Abdias Neves deveria ser eleito senador, concorrer ao governo do Piauí nas eleições seguintes para o executivo estadual e ceder o seu lugar no Parlamento para Miguel Rosa.[122] O jornalista carioca Raymundo Magalhães Júnior, em novembro de 1949, publicou um polêmico artigo no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, no qual recordou a eleição de Abdias Neves em tom jocoso, classificando a história como uma espécie de causo curioso. Segundo o escritor, o Marechal Pires Ferreira (liderança local do PRC) indicou o nome de Abdias Neves a José Gomes Pinheiro Machado (líder nacional do partido, dotado de grande influência sobre a política nacional à época), sugerindo que o piauiense fosse o escolhido para substituir o pouco expressivo senador coronel Gervásio Passos, que estava em fim de mandato. Pires Ferreira teria alcançado tal resolução após presenciar uma conferência proferida pelo bacharel em Teresina e o julgou qualificado para ser um eloquente e erudito representante do PCR no Senado Federal. De acordo com Magalhães Júnior, esperava-se que Abdias Neves fosse aguerrido adversário de Rui Barbosa nas tribunas parlamentares e o plano acabou se tornando frustrado, em razão de uma apagada atuação do parlamentar.[123] O artigo, deve-se dizer, foi duramente replicado no mesmo jornal por Yara Neves, filha de Abdias Neves, que vivia no Rio Janeiro à época;[124] assim como pelo biógrafo José Miguel de Matos, nos anos 1970.[125] É válida, ainda, a seguinte ressalva: o texto foi escrito por ocasião do centenário de Rui Barbosa; e Magalhães Júnior, além do distanciamento temporal, não era um profundo conhecedor dos assuntos políticos piauienses da

[121] DR. ABDIAS Neves. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 69, 21 maio 1911, p. 1; VÁRIAS Notícias. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 81, 7 jun. 1911, p. 1; GAZETILHA. Dr. Abdias Neves. *O Piauí*. Teresina, ano 21, n. 1123, 17 jun. 1911, p. 3.
[122] PASSOS, 1966, p. 19-20.
[123] MAGALHÃES JÚNIOR, R. Um adversário de Rui Barbosa. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 20, n. 8299, 11 nov. 1949, p. 7.
[124] Não foi localizado o artigo original de Yara Neves, publicado no jornal *Diário de Notícias* dias após o texto de Magalhães Júnior. Recorreu-se, pois, à transcrição de José Miguel de Matos: NEVES, Yara. A réplica da filha de Abdias. In: MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976. p. 163-165.
[125] MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976. p. 159-161.

Primeira República. Monsenhor Chaves também participou da discussão na breve biografia que escreveu sobre Abdias Neves, confirmando parcialmente a versão de Magalhães Júnior: "Sua acolhida no Senado não foi muito auspiciosa. É que o marechal Pires Ferreira, num entusiasmo muito provinciano, havia comunicado à imprensa que Abdias Neves era o Rui Barbosa do Piauí, que ia desbancar o outro Rui Barbosa, o da Bahia". Dessa forma: "Quando desembarcou no Rio, pequeno, franzino, de narigão vermelho, havia um ambiente desfavorável de prevenção e quase hostilidade contra ele".[126] Monsenhor Chaves, no entanto, afirma que Abdias Neves logo desfez o mal-entendido desse momento inicial e foi um senador atuante.

Independentemente da trama que garantiu a Abdias Neves a indicação para concorrer ao Senado Federal, o certo é que ele venceu aquela eleição e cumpriu um mandado de nove anos, até 1924. O período como senador foi, provavelmente, um dos mais felizes de sua vida. A função lhe proporcionou morar no Rio de Janeiro, o principal centro político e cultural brasileiro naquele momento. A paisagem rural piauiense foi substituída pela urbanidade inventada para a capital federal na virada do século XIX para o século XX. O bacharel, como tantos outros dos seus pares no Direito e na política, apreciava o meio cosmopolitano e tinha reservas com relação a lugares que preservavam feições interioranas.[127] Tal gosto, decerto, foi adquirido a partir da adoção de uma perspectiva hierarquizante da noção de civilidade. Grandes prédios, avenidas largas, vestimentas elegantes, objetos importados da Europa e um fluxo contínuo de automóveis eram elementos que compunham uma paisagem superior estética e funcionalmente a qualquer cenário maculado com ruas enlameadas, veículos movidos por tração animal e casas com cobertura de palha.

Além disso, a cada regresso à terra natal ou viagem para outros estados, Abdias Neves era recebido com pompas. Em abril de 1916, por exemplo, "realizou-se [...] o baile que os amigos e admiradores do senador piauiense ofereceram a S. Exa. e à sua Exma. família em regozijo pela sua volta à terra natal".[128] *O Jornal*, periódico de São Luís, registrou nota sobre passagem do "brilhante parlamentar e festejado homem de letras" pelo Maranhão em agosto do mesmo ano: "Segundo o despacho telegráfico, que recebemos, hoje, de Caxias, o acatado senador federal pelo Piauí foi muito cumprimentado, em sua passagem por aquela cidade maranhense, onde teve um embarque concorridíssimo, fazendo-se ouvir uma banda de música".[129] Em outra oportunidade, já no ano de 1921, a revista *D. Quixote*, do Rio de Janeiro,

[126] CHAVES, 2013, p. 607.
[127] QUEIROZ, 2011a.
[128] SENADOR Abdias Neves. *Correio de Teresina*. Teresina, ano 4, n. 164, 4 abr. 1916, p. 2.
[129] HÓSPEDES e viajantes: senador Abdias Neves. *O Jornal*. São Luís, ano 2, n. 512, 1 ago. 1916, p. 1

tratou de maneira bem-humorada o regresso de Abdias Neves ao Parlamento, após viagem para o Piauí, tendo em seu poder um certo queijo de odor desagradável adquirido na cidade de Piracuruca.[130]

A vida como senador, pode-se perceber, era movimentada socialmente, repleta de demonstrações públicas de afeto e homenagens oferecidas por correligionários e compatrícios.

No tocante às obrigações profissionais no Rio de Janeiro, a agenda dos parlamentares mais ativos era repleta de compromissos. Segundo levantamento realizado pela pesquisadora Edilenice Passos, Abdias Neves foi suplente do 3ª secretário do Senado, em 1918;[131] 3º secretário, em 1919; manteve-se 3º secretário em 1920 e ocupou o posto de 2º secretário em 1921 e 1922.[132] Alguns autores afirmam que o senador chegou a alcançar a posição de 1º secretário, o que não foi confirmado pela documentação consultada para o desenvolvimento deste estudo.[133] A participação na mesa diretora do Senado Federal demandava determinadas incumbências extras, como supervisionar atividades administrativas, lavrar atas de reuniões secretas, fazer a chamada dos senadores, realizar a contagem de votos, auxiliar o presidente da Casa na apuração de eleições e dar redação final às propostas de iniciativa do Senado. Abdias Neves também foi frequentador assíduo das tribunas do Parlamento na primeira metade de seu mandato, discursando em favor de pautas como: o combate aos impactos das secas periódicas no Piauí, a integração do Nordeste brasileiro ao restante do país através da construção de ferrovias, a melhoria nas comunicações e a necessidade de uma melhor administração das finanças da República. Além disso, dedicou considerável parcela de seu tempo ao estudo das mazelas do país e escreveu inúmeros trabalhos parlamentares. Algumas dessas dissertações são robustos estudos econômico-financeiros, potencialmente exploráveis pela historiografia para a compreensão da Primeira República.[134]

Findado o mandato, em 1924, Abdias Neves retornou ao Piauí para encarar quatro tristes anos (os últimos de sua vida). O grupo que o alçara ao Senado Federal, em 1915, encontrava-se enfraquecido. Alguns nomes, como Miguel Rosa, estavam desmoralizados diante do cenário político piauiense. O ex-senador, por força da situação, aceitou o cargo de juiz de Direito na

---

[130] VIAJANTES. *D. Quixote*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 227, 14 set. 1921, p. 12.
[131] A suplência de Abdias Neves como 3º secretário do Senado Federal foi ironizada pelo jornal humorístico Chapada do Corisco, do qual eram redatores Edison Cunha, Pedro Britto, Ribeiro Gonçalves e Jonathas Batista: "O senador Abdias Neves foi eleito terceiro suplente do quarto secretário da mesa provisória do Senado Federal. Prestígio p'ra burro! Tal qual a história da tia da avó da mãe da vaca". NOVIDADES palpitantes. *Chapada do Corisco*. Teresina, ano 1, n. 1, 11 maio 1918, p. 10.
[132] PASSOS, Edilenice. *Mesas diretoras do Senado Federal*: 1889-2014. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2013. p. 36-40.
[133] CHAVES, 2013, p. 607.
[134] Ver tópico 4.2.

distante e árida região de Castelo,[135] recebendo uma remuneração aquém das necessidades de sua família. Instalado no local, Abdias Neves enviou a seguinte correspondência ao amigo Joaquim das Chagas Leitão:

> Castelo, 6 de abril de 1925.
> Meu caro Leitão.
>
> Escrevo-lhe de Castelo, para onde o destino e a ingratidão dos homens me atiraram; mas suas cartas, se as escrever, devem ser dirigidas para Teresina. Viajo para ali nestes poucos dias e penso que não voltarei aqui – pelo menos como juiz. Estou velho, cansado, desiludido, vou reunir-me à minha mulher e à minha filha. Esta é professora de desenho, pintura e piano e está fazendo perto de 300$, minha mulher cose e ganha também alguma coisa. Irei advogar, ou lecionar. Prefiro ser professor.
>
> Firmada a minha independência relativa a governos, publicarei meu livro *Os bastidores da política piauiense* – história dos partidos de 1902 à eleição de João Luiz para governador. Disponho de todos os dados e farei (já está quase concluído) um esboço perfeito da situação desse período. Você vai ler coisas que o surpreenderão.
>
> Sobre a política do Rio (meus amigos continuam, do Senado, a corresponder-se comigo) a situação é de segurança e de confiança nas medidas repressivas do governo contra os revolucionários. Bernardes está apoiado pelo Exército, pela Marinha e pelos elementos conservadores. Foi uma tentativa de manobra fracassada antes dos efeitos que eram de esperar. A luta continua pelos sertões de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, sempre, vitoriosas, as forças do governo.
>
> Quanto à política piauiense, tudo se reduz a boatos e a eliminação do Antonino, do Pedro Borges e do Eurípides, substituição por elementos novos – Antero Rezende (Senado), Armando, Senado, (são as vagas de Antonino e do Palerma). A vaga do Pedro Borges será preenchida por um senador Napoleão Rego, que é já redator do *O Piauí*. Impagável é que, enquanto se fazem no Estado esses arranjos de família, a política toma, no Rio, rumos que podem desmantelar essa arapuca.
>
> Somente, agora. Sempre.
> Amigo grato Abdias Neves.[136]

A carta é uma fonte histórica rica e oferece muitas possibilidades analíticas, sobre variadas questões. O que mais interessa observar neste momento, entretanto, é a abrupta virada ocorrida na vida de Abdias Neves. Em menos de um ano, o bacharel deixou o faustoso assento no Senado Federal para assumir o cargo de juiz de Direito em uma comarca no interior do Piauí, sua esposa e sua filha passaram a ter que contribuir para o sustento familiar e o magistrado se encontrava às vésperas de abandonar o emprego com o objetivo de retornar a Teresina para advogar ou lecionar. Um dos principais fatores que motivaram a decisão, para além dos

[135] Atual município de Castelo do Piauí.

[136] NEVES, Abdias. [*Correspondência*]. Destinatário: Joaquim das Chagas Leitão. Castelo (PI), 6 abr. 1925. 1 cartão pessoal. A correspondência foi acessada através de *fac-símile* publicado por José Miguel de Matos em sua obra *Evocação de Abdias Neves*. MATOS, 1876, p. 193-194.

insuficientes vencimentos, foi provavelmente a aversão que Abdias Neves nutria pelo meio rural, como explica Áurea da Paz Pinheiro: "Abdias Neves não esconde a sua aversão à vida rural, é admirador dos encantos da vida urbana: seus cafés, salões literários, academias, institutos, bailes, gosta da noite, toca flauta, violino e violão".[137] É importante lembrar que o bacharel, durante as suas permanências em Recife e no Rio de Janeiro, experimentou espaços marcados pelos símbolos materiais do progresso: "Como aceitar, agora, viver em uma cidade do interior do Piauí, com características eminentemente rurais? Abdias Neves sentia-se torturado pelas lembranças, pela melancolia e pela exclusão social e política de que se diz vítima".[138]

Após o retorno a Teresina, ainda ocupou os cargos de procurador fiscal da Fazenda e diretor da Secretaria da Câmara Legislativa, mas não conseguiu se reintegrar à política partidária como uma figura relevante. Em 1926 publicou o seu último trabalho de fôlego, a obra *Aspectos do Piauí*, na qual analisa questões históricas, geográficas, étnicas, econômicas e político-administrativas do estado.[139]

A vida de Abdias Neves foi marcada pela presença do Estado, ao menos desde a passagem por Recife. Excetuando-se os empreendimentos no campo da educação privada, sua trajetória profissional foi inteira no funcionalismo público: o lugar por excelência dos bacharéis, a partir de onde poderiam impactar a sociedade, em consonância com suas convicções intelectuais. O piauiense, nesse sentido, foi profundamente utilitário e aguerrido; fez da cultura escrita instrumento para acelerar a marcha da humanidade rumo ao progresso.

2.2 Contra a busca pela "figura geométrica da quadratura do círculo": operacionalização da ciência para o progresso

O século XIX foi um período fecundo em novidades. As populações ocidentais assistiram a diversos avanços técnico-científicos que impactaram de maneira significativa a vida cotidiana, aumentando uma certa percepção de bem-estar social, ao menos, entre as elites. Esses segmentos, através do otimismo radicado daquele contexto, aproximaram-se de perspectivas intelectuais tendentes a atribuir um sentido à história. O amanhã haveria de ser, portanto, sempre melhor que o hoje; o progresso parecia inevitável e irresistível aos olhos de

[137] PINHEIRO, 2003, p. 28.
[138] PINHEIRO, 2003, p. 30.
[139] NEVES, Abdias. *Aspectos do Piauí*: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Superintendência CEPRO/SEPLAN, 2021.

quem testemunhava o que parecia ser o pleno desabrochar desse processo profundamente antropocêntrico.[140]

Neste tópico, discute-se como Abdias Neves percebeu essas transformações, relacionou-se com as construções culturais do Oitocentos e formulou a sua própria visão sobre o progresso, firmada sobre bases cientificistas. A partir da chave de leitura apresentada no tópico anterior, pretende-se demonstrar a relação estabelecida pelo bacharel entre desenvolvimento econômico e Estado, relação essa que pode ser interpretada como um contraponto às fórmulas mais rígidas de liberalismo.

O Piauí no qual viveu o intelectual, na percepção de muitos dos livres-pensadores da época, era um estado rudimentar nas mais diversas esferas: da religiosidade exacerbada à instrução pública, da infraestrutura ao lazer, dos aspectos mais ordinários da vida cotidiana à macroeconomia. Inserido nesse tempo-espaço, Abdias Neves buscou, através da ponta de sua pena, interferir na mecânica que regia a vida social piauiense. Em seus escritos estão registradas proposições a respeito de um vir a ser desejado que, na prática, representava radical oposição ao universo piauiense como ele se apresentava.[141]

Os posicionamentos de Abdias Neves estavam pautados em um fundo teórico comum aos intelectuais daquele período. A partir da leitura de nomes como Herbert Spencer e Ernest Renan,[142] registrou na cultura escrita uma série de reflexões sobre o caminho a ser trilhado rumo ao progresso. Essas reflexões, entre as quais se encontram denúncias e vaticínios, são pistas reveladoras sobre a forma como o autor se relacionou com o contexto no qual estava inserido.[143]

Em novembro de 1912 Abdias Neves publicou no jornal *Diário do Piauí* artigo intitulado O ocaso do idealismo. O texto era um manifesto em defesa das ideias materialistas e criticava toda forma de idealismo; explicitava, pois, a sua filiação a perspectivas negadoras da metafísica, do cristianismo e de qualquer modelo interpretativo que se desprendesse do mundo palpável, audível, visível e demonstrável através de experimentação. Ao diagnóstico intransigente, nem sequer a poesia escapou. Mesmo o modelo de literatura em prosa mais admirado por Abdias Neves, o naturalismo literário, encontrava-se em algum lugar entre a

---

[140] HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*, 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
[141] QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011; PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias:* Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.
[142] Ernest Renan (1823-1892) foi um destacado intelectual francês do século XIX, reconhecido especialmente por seus estudos no campo da religião. Diversos de seus escritos tiveram grande ressonância internacional, de modo que, no Brasil, inspirou o pensamento de nomes como Joaquim Nabuco, Luiz Gama e Abdias Neves.
[143] PINHEIRO, 2003.

expressão artística e o experimento científico. Em síntese, "materializamo-nos", dizia o bacharel.[144]

O posicionamento reproduz ideias apresentadas anteriormente por Buchner, um dos principais expoentes do materialismo na segunda metade do século XIX, para quem a perspectiva intelectual, enquanto modelo teórico, contribuía com o progresso da humanidade. Afinal, os materialistas se ocupariam de melhorar o mundo sobre o qual os seus pés estavam postos: "Não há pois mais ardentes campeões do progresso, maiores amigos da liberdade, defensores mais entusiastas da universalidade e da igualdade dos direitos do homem, da felicidade, da humanidade, que os materialistas e os livres-pensadores".[145]

No seu *Psicologia do cristianismo*, de 1910, Abdias Neves já havia registrado uma posição profundamente materialista sobre a atuação da Igreja Católica. A instituição religiosa é apresentada no texto como um enorme empecilho ao progresso das coisas e dos costumes, dentro de uma lógica processual de desenvolvimento civilizatório.[146]

A publicação sobre o ocaso do idealismo acabou por repercutir entre a intelectualidade piauiense. Higino Cunha, em resposta, escreveu uma série de artigos na imprensa, contrapondo-se às formulações de Abdias Neves. Os textos de Cunha foram reunidos em um único volume intitulado *O idealismo filosófico e o ideal artístico*, e tomam por precipitada a adesão ao materialismo radical. O pensador recusa à história um caráter linear, ao afirmar que o século XIX, "[...] com todas as suas luzes e esplendores científicos e industriais, foi também o de Marie Alacoque, de Bernadette Sabirous, de Allan Kardec e de todos os mórmons, do socialismo e do anarquismo".[147]

Higino Cunha acreditava que o caminho a ser trilhado no tocante às reflexões epistemológicas não deveria ser outro que não o retorno à *Crítica da razão pura*, de Immanuel Kant. A proposição significava defender que o cientificismo mais severo arrefecia gradualmente, falhava como atitude explicadora do mundo. O momento exigia dos intelectuais um afastamento do dogmatismo filosófico e da filiação inflexível a ideários específicos. O "recuo da razão", noção formulada por Kant, seria necessário, assim como uma atitude mais humilde, crítica e reflexiva diante do conhecimento. *O idealismo filosófico e o ideal artístico* antecipou um debate que veio à tona no Ocidente, de maneira significativa, somente no decorrer Primeira Guerra Mundial, quando foi percebido o potencial autodestrutivo da humanidade

[144] NEVES, Abdias. O ocaso do idealismo. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 2, n. 254, 21 nov. 1912, p. 1-2.
[145] BUCHNER, Luiz. *O homem segundo a ciência*: o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Porto: Lelo, 1934. p. 260.
[146] NEVES, Abdias. *Psicologia do cristianismo*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
[147] CUNHA, Higino. *O idealismo filosófico e o ideal artístico*. Teresina: Imprensa Oficial, 1913. p. 17.

municiada de suas melhorias técnico-científicas.[148] Higino Cunha criticou os defensores do progresso que "[...] só visam a satisfação das necessidades físicas ou puramente intelectuais".[149]

A discussão é reveladora sobre as ideias que circulavam naquele momento – não apenas no Piauí, mas nos principais centros culturais do Ocidente. O Piauí, que não era um desses lugares, beneficiava-se da rede de informações que o contexto oferecia: jornais (inclusive jornais estrangeiros), revistas, textos que atravessavam o oceano Atlântico e chegavam ao Brasil no idioma original, traduções (boas e ruins) de obras clássicas, trabalhos de vulgarização e síntese. Higino Cunha, segundo a interpretação de Teresinha Queiroz, pode ser classificado como monista, admirador de Ernst Haeckel. Este, buscava conciliar ciência e religião no seu célebre manifesto *O monismo*.[150] Abdias Neves, por seu turno, demonstrava aproximações com o evolucionismo, do qual o mais destacado representante era o inglês Herbert Spencer, mas não pode ser considerado um *spenceriano* ou evolucionista em sentido ortodoxo. Era cientificista e materialista, isso é certo, mas enquadrá-lo em uma categoria demasiadamente fechada parece equivocado. O filósofo inglês e seus seguidores mais ferrenhos eram liberais na economia,[151] por exemplo, enquanto Abdias Neves, desde o início de sua trajetória como homem público, clamava por mais Estado nos assuntos do Piauí. Na época de senador, chegou mesmo a defender modelos protecionistas de tributação, além de associar frequentemente o Estado a suas aspirações progresso material.

O modelo de ciência defendido por Abdias Neves, inclusive, era profundamente pragmático. Em artigo publicado no mês de abril de 1910, sob o pseudônimo Teofrasto, o autor ironizou uma notícia veiculada por periódicos diversos da região Sul brasileira. O dr. Theodureto de Camargo, preparador do laboratório de zootecnia da Escola Politécnica de São Paulo, havia confirmado a hipótese de um reconhecido cientista alemão, chamado Hottinger, de que o canto do galo à noite é um exemplo de propriedade adquirida por hereditariedade. Além disso, "um outro sábio alemão como esse", investiu metade da vida escrevendo uma colossal obra, de cinco volumes, sobre a diferença entre o caroço da laranja e o do limão. Para Teofrasto, já havia passado o tempo no qual era respeitável que os indivíduos se tornassem reclusos, "[...] isolando-se, morrendo para o mundo, esquecendo de tudo, a fim de viver exclusivamente para ideia fixa que o empolga e d'onde pode surgir o ovo de Colombo, ou a

---

[148] CUNHA, 1913; KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2009; FIGUEIREDO, Vinicius de. *Kant e a Crítica da Razão Pura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
[149] CUNHA, 1913, p. 22.
[150] QUEIROZ, Teresinha. Sobre política, ciência e arte. Higino Cunha e as controvérsias de seu tempo. In: Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 34, 2011, *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011b. p. 3; HAECKEL, Ernst. *O monismo.* Porto: Livraria Chardon, 1908.
[151] SPENCER, Herbert. *El hombre contra el Estado*. Buenos Aires: Aguilar, 1953.

figura geométrica da quadratura do círculo".[152] O argumento se repete em estudo parlamentar publicado por Abdias Neves em 1919:

> País de poucas letras e muita literatura, fazem-se versos, formam-se repórteres, inventam-se jornalistas, criam-se centros de artes – academias, colmeias, grêmios, espreme-se a imaginação para tirar o máximo de efeito – e fala-se de tudo, para todos. Em tudo há, porém, mesmo quando brilhante na aparência da forma, a vacuidade das bolhas de sabão. Palavras, palavras, palavras. E só. Como pretender, pois, que se descambe dessas alturas radiosas das coisas puramente espirituais, para o ramerrão insípido do estudo de nossas possibilidades econômicas – máxime quando os povos, menos espirituais, menos cultos e chiques, as estudam e podemos e devemos aproveitar-lhes os trabalhos e as canseiras? De nossa constituição geológica, flora, fauna e documentos antropológicos, o que sabemos, aprendemos, quase em absoluto, de pesquisadores estrangeiros. Somos lógicos, portanto, descurando o estudo das questões que interessam à nossa segurança, riqueza e hegemonia no continente.[153]

Evidencia-se, portanto, que o intelectual era um defensor da ciência em sua forma aplicada, a serviço do progresso. Além de reivindicar dos estudiosos brasileiros que pensassem o Brasil com maior intensidade, especialmente os representantes das disciplinas com capacidade de causar impactos positivos na economia do país. Em contraposição a essa perspectiva, no entanto, havia defensores da ciência pura – a exemplo de Henrique Morize, considerado o fundador dos estudos de Física experimental no Brasil –, que, assim como Higino Cunha, percebiam arrefecer o cientificismo na segunda década do século XX. Antonio Augusto Passos Videiro entende que: "Aos poucos, a visão utilitarista de ciência começava a mostrar suas debilidades, principalmente porque o nível de desenvolvimento econômico-industrial então alcançado estava aquém do desejado".[154]

Sobre essa questão, percebe-se que há muitos séculos o Ocidente convive intimamente com a noção de progresso, em uma relação marcada pelas mais diversas intencionalidades, incluindo motivações políticas. Ora enfraquecida, ora mais acentuada, essa euforia em relação ao futuro está presente nas reflexões filosóficas e científicas de importantes pensadores ao menos desde o Renascimento. Os humanistas da Renascença, entretanto, lidavam com um significativo empecilho epistemológico: havia um esforço hercúleo em superar o passado mais recente (Idade Média) exumando um passado longínquo (Antiguidade). Buscava-se, pois, uma

---

[152] TEOFRASTO. A lápis. *O Monitor*. Teresina, ano 5, n. 180, 18 mar. 1910, p. 3.
[153] NEVES, Abdias. *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 68-69.
[154] VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57.

espécie de progressismo que rumava ao porvir, mas mirando tempos já idos. A partir de meados do século XVII, a ideia de progresso se associou ao desenvolvimento científico. Nos três séculos seguintes, então, as inovações tecnológicas, exploradas pela indústria, pelo comércio e pelas artes, subsidiaram os momentos nos quais determinados segmentos das sociedades ocidentais se permitiram olhar para o horizonte com maior esperança.[155] O historiador da ciência Gildo Magalhães, observa que "embora a noção de progresso [...] suscite muitas discussões [...], é inegável que a ciência tem ampliado o conhecimento e domínio da natureza e essa dimensão em que há um *crescendo* [sic] pode ser associada à palavra *progresso*".[156]

No final do Oitocentos, período em que Abdias Neves se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e viveu a sua mocidade, há notáveis movimentações em diversos campos do conhecimento. Disciplinas como a Física, a Genética e a História estavam prestes a passar por verdadeiras revoluções teórico-metodológicas nas primeiras décadas do século XX; outras áreas, como a Biologia, já haviam registrado mudanças importantes. Os muitos usos da teoria evolucionista de Charles Darwin abalaram as bases do cristianismo, que passou a ser questionado quanto à sua capacidade de explicar o mundo natural com o qual os seres humanos interagiam. Além disso, algumas das proposições de Darwin sobre a natureza foram aplicadas aos estudos sociais, originando teorias que hierarquizavam as categorias raça e cultura, atribuindo aos brancos europeus uma suposta superioridade em relação a outros grupos étnicos e fundando uma tradição intelectual de racismos científicos que durou décadas.[157]

Spencer foi um dos vulgarizadores mais destacados de Darwin.[158] Os seus escritos repercutiram de maneira excepcional no Brasil a partir das últimas duas décadas do século XIX, chegando a inspirar a adoção de políticas públicas por parte do governo federal.[159] Evolucionismo (baseado na hierarquização dos grupos étnicos, de maneira explicitamente determinista e racista) e a noção de progresso (que se daria de forma acidentada, irregular, mas irresistível), são dois pontos centrais na obra do autor. Diversas menções ao pensador inglês

---

[155] LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 217-259.
[156] MAGALHÃES, Gildo. *Ciência e ideologia*: uma excursão à história em torno da ideia de progresso. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 17.
[157] HOBSBAWM, 2019, p. 373-399
[158] A obra de Herbert Spencer tem por característica a síntese de teorias cientificistas em voga na segunda metade do século XIX. O autor articula essas ideias tomando como arrimo as noções transformistas de Darwin, que são por ele adaptadas de modo que respondam a indagações referentes à sociedade e à cultura. Para mais informações sobre o caráter sintético do pensamento de Spencer, ver: BAIARDI, Daniel Cerqueira. *Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2008.
[159] GRAHAM, 1973, p. 254.

podem ser encontradas na obra *Psicologia do cristianismo*, de Abdias Neves; assim como em artigos publicados pelo intelectual piauiense em periódicos.

Em síntese, para Spencer, haveria uma lei geral do progresso que rege o desenvolvimento dos mais variados domínios: o meio biológico, a sociedade, a política, a astronomia, o mundo microbiano. Todo o universo conhecido, segundo essa perspectiva, caminharia rumo à passagem de um estado homogêneo para um heterogêneo, ou seja, submeter-se-ia a um processo de complexificação da composição dos corpos – sejam eles biológicos, geológicos ou sociais. Toda causa produziria elevado e variado número de efeitos: essa premissa seria o "motor" do progresso.[160] Entender a noção de progresso formulada por Herbert Spencer é importante em virtude do nível de penetração que suas ideias tiveram entre os intelectuais brasileiros contemporâneos a Abdias Neves, incluindo o próprio bacharel piauiense. Spencer, é oportuno dizer, também foi um dos responsáveis pela ampla disseminação do cientificismo no Brasil.[161]

Émile Durkheim, em texto escrito no ano de 1898, fez duras críticas ao pensamento do inglês. Durkheim fala em um certo "egoísmo utilitário", além de classificar a filosofia prática de Spencer como miserável moralmente,[162] razão pela qual suas ideias, naquele momento, teriam um número reduzido de adeptos.[163] Se for correta a impressão do sociólogo francês, havia uma clara clivagem entre Brasil e Europa. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, Herbert Spencer ainda era frequentemente citado nos textos de intelectuais e políticos brasileiros, contribuindo com o modo através do qual esses sujeitos intervinham na realidade. Mesmo na década de 1920, é possível encontrar referências ao autor em textos como o artigo A nudez e o vestuário, republicado pelo piauiense Higino Cunha em dois números da *Revista do Brasil*.[164]

O historiador e filósofo britânico Robin George Collingwood (que atuou na cultura escrita entre o final dos anos 1910 e o começo dos anos 1940) representa bem a ruptura com a noção oitocentista de progresso histórico. No século XIX, pensadores amplamente aceitos,

---

[160] SPENCER, Herbert. *Do progresso:* sua lei e sua causa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.
[161] GRAHAM, Richard. Spencer e o Progresso. In: GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).* São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 241-260.
[162] Sobre este tema, em específico, Herbert Spencer afirmou, em livro de 1884, que é errôneo enunciar que "[...] la doctrina de la evolución aplicada a los assuntos sociales impede el ejercicio de la filantropia". Ou seja, o filósofo inglês rebate frontalmente a crítica de que os usos sociais do evolucionismo estavam acompanhados de certa insensibilidade humanitária ou da negação de qualquer natureza de assistencialismo. SPENCER, 1953. p. 185.
[163] DURKHEIM, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 41.
[164] CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência e na arte. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano 5, n. 58, p. 116-127, 1920; CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência e na arte. São Paulo, ano 6, n. 62, p. 127-135, fev. 1921.

como o próprio Spencer, acreditavam que o progresso era assegurado por leis naturais. O homem, como filho da natureza, estaria sujeito às determinações do meio; no caso, à evolução. Para Collingwood, no entanto, deve-se distinguir modificação de aperfeiçoamento. Nem mesmo entre os animais e as plantas, pode-se dizer que toda transformação é uma melhoria. Qualquer conclusão nesse sentido depende de um juízo, que geralmente é empreendido a partir da observação dos impactos práticos da modificação na vida de determinada espécie. Algo parecido ocorre ao se analisar o progresso histórico (que é diferente da noção de evolução natural). O progresso só é percebido quando se conhece a história, uma vez que esta permite comparar o passado ao presente para que se estabeleça uma avaliação qualitativa. O pensamento histórico, então, é responsável por inventar as percepções de progresso nos mais variados domínios culturais e sociais. Collingwood contribuiu com essa discussão ao sintetizar e transmitir o arrefecimento do cientificismo e das conexões deterministas, estabelecidas no século XIX, entre homem e natureza. Para o britânico, "[...] a ciência é e pode ser senhora apenas da sua casa".[165]

Em linhas gerais, a crença no progresso durante o recorte temporal analisado neste trabalho, esteve ombreada às novidades oriundas dos avanços técnico-científicos. Para além dos melhoramentos nos transportes e comunicações, passou-se a buscar por um ideal de civilidade, um modo de vida mais urbanizado e alinhado ao gosto das elites. No Piauí, essa realidade é percebida através das páginas dos periódicos, que registram o descontentamento dos homens de letras com a paisagem que os rodeava. Mesmo a capital, Teresina, apresentava em seu dia a dia cenas eminentemente rurais.[166] Pedro Vilarinho Castelo Brando observa que: "Teresina era uma cidade pequena, contando com aproximadamente 50 mil habitantes [no começo do século XX] e, ainda, com fortes vínculos com o mundo de sociabilidades rurais em que o Piauí vivia mergulhado desde o período colonial".[167] Apesar disso, quando comparada ao restante do estado, Teresina parecia "novidadeira" e moderna: "Era nela que, naquele começo de século, milhares de pessoas viam os primeiros carros, a luz elétrica, o cinema, e mesmo aquele estranho aparelho chamado telefone, que fazia as pessoas se comunicarem para além das paredes, vencendo a distância física".[168]

Deve-se observar que resvalaria em reducionismo uma tentativa de descrever objetivamente o que foi a crença no progresso durante o período da Primeira República, no

[165] COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 399.
[166] QUEIROZ, 2011a.
[167] CASTELO BRANCO, 2008, p. 38-39.
[168] CASTELO BRANCO, 2008, p. 38.

território brasileiro; ou melhor dizendo, como essa postura foi percebida e vivenciada por entes federativos tão heterogêneos entre si. O economista Pedro Cézar Dutra Fonseca, ao estudar a formação intelectual de Getúlio Vargas, destaca a transformação ocorrida ao longo das três primeiras décadas do século XX no interior das elites políticas. Transicionou-se gradualmente do progressismo para o desenvolvimentismo. Houve, portanto, crescente afastamento das teorizações positivistas – assim como do conceito de evolução – e aderiu-se a perspectivas que defendiam a intervenção do Estado na economia, fomentando o crescimento dos setores produtivos. Abdias Neves foi capturado por esse movimento da história. Analisando-se os seus escritos, especialmente os trabalhos parlamentares, percebe-se fortes traços dessa nova atitude econômica, que ganhou força nacionalmente no fim dos anos 1920. O desenvolvimentismo emergiu, "[...] como uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país."[169]

O panorama traçado se faz importante, uma vez que Abdias Neves não estava, de forma alguma, alheio aos acontecimentos e ideias que agitavam os grandes centros europeus e brasileiros. As manifestações culturais percebidas no universo das letras piauiense dialogavam com um contexto mais amplo, visto que os principais livres-pensadores do estado dialogavam com grandes centros intelectuais brasileiros e, mesmo, europeus – em especial, a França.[170] David Moreira Caldas, ainda nos anos 1860, já se mostrava integrado a uma rede mundial de informações, a partir da leitura de periódicos nacionais e estrangeiros.[171] Clodoaldo Freitas, nas crônicas que compõem a obra *Em roda dos fatos*, mostra-se atualizado sobre notícias e ideias que chegavam ao Brasil vindas da Europa.[172] Os livres-pensadores engajados às polêmicas religiosas dos jornais, de uma maneira geral, guardavam aproximações com pensadores anticlericais franceses.[173]

Entre os anos de 1901 e 1902, Abdias Neves teve assídua participação no jornal *Nortista*, publicado semanalmente em Parnaíba, no litoral piauiense. O periódico tinha como colaboradores importantes nomes da política e das letras, e deixou registrados em suas páginas textos sobre os litígios territoriais piauienses, economia, política, moral, enfim, as temáticas

[169] FONSECA, 2004, p. 15.
[170] QUEIROZ, 2011, p. 232.
[171] SANTOS, Dayane Sampaio dos. David Moreira Caldas: o reverberar da memória de um republicano. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 241-255.
[172] FREITAS, 2011.
[173] PINHEIRO, Áurea da Paz. *As ciladas do inimigo*: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

mais diversas, que evidenciam algumas das principais preocupações da elite piauiense mais próxima ao comércio litorâneo.

Abdias Neves, entretanto, a partir da série de artigos intitulada *Indústria pecuária*, reclama a atenção de fazendeiros e governantes para uma questão própria dos sertões do Piauí: a criação do gado para exportação. O intelectual, à época, ocupava o cargo de Juiz de Direito interino na cidade de Piracuruca, distante cerca de 130 quilômetros de Parnaíba. A partir dessa posição, valeu-se de uma metodologia que marca outros de seus estudos, a observação participante, para perceber questões técnicas da pecuária piauiense e os aspectos culturais constituídos em torno dessa prática: "Tenho procurado utilizar meu estadio no sertão observando e estudando as condições e as energias de nossa principal fonte de receita e creio não haver perdido meu tempo. É o resultado dessas observações que, *currente calamo,* passo a dar".[174]

O estudo, em síntese, apresenta o cenário de declínio no qual se encontrava a pecuária piauiense – processo que se intensificou na segunda metade do século XIX. São apontadas duas razões centrais que estariam contribuindo com o alargamento da crise: a passividade do piauiense frente à natureza e a falta de políticas públicas efetivas que incentivassem o aprimoramento da criação de gado. Em relação à primeira causa, Abdias Neves traçou uma espécie de perfil psicológico coletivo dos piauienses, que constituiriam um povo desprovido de atitude frente às demandas cotidianas da vida sertaneja, conservando há dois séculos o mesmo modelo de criação do gado vacum. Sobre a segunda questão, para que fosse mantida a posição do Piauí como um importante estado exportador, seria indispensável a contribuição estatal: "É de notar que, num estado onde a criação é a principal riqueza, não haja uma lei que providencie sobre o caso".[175] Aos governos estadual e federal, caberia ações que contribuíssem para a superação de equívocos e desafios reincidentes nas últimas décadas do século XIX, como a falta de cruzamento entre raças, as epizootias,[176] a exportação de quase todo o gado masculino e as secas.[177] Abdias Neves é categórico ao afirmar que o desenvolvimento da pecuária

[174] NEVES, Abdias. Indústria pecuária I. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 47, 23 nov. 1901, p. 1.
[175] NEVES, 23 nov. 1901, p. 1.
[176] Epizootias são doenças contagiosas que acometem populações de espécies animais. A classificação é equivalente aos eventos patológicos que, em Medicina, quando atingem determinado grupo de seres humanos, são chamados de epidemias.
[177] A situação do Rio Grande do Sul no final dos anos 1920 se assemelha ao cenário piauiense descrito por Abdias Neves em 1901. O estado sulista, governado por Getúlio Vargas entre 1928 e 1930, passava por significativa crise no setor pecuário – especialmente no tocante à exportação de charque. Vargas, então, na tentativa de superar o mau momento econômico, implementou medidas claramente antiliberais. Nesse aspecto, a atuação do governo guarda semelhanças com as proposições de Abdias Neves, ao sugerir uma presença estatal forte e intervencionista nas questões econômicas e produtivas (incluindo a ampliação do acesso ao crédito). O exemplo sul-rio-grandense demonstra que o Piauí não foi o único ente federativo brasileiro que registrou dificuldades na pecuária durante a

demandaria um esforço coletivo no sentido da inovação. Seria indispensável explorar as possibilidades ofertadas pelo progresso do Oitocentos nos campos da medicina veterinária e da genética; assim como seria um terrível equívoco a manutenção da fórmula colonial de lida com o gado. A esse respeito, o autor, em tom pessimista, faz a seguinte previsão: "No ano de 1950 a raça estará extinta e o Piauí importará o gado necessário ao abastecimento de sua população".[178]

As mensagens anuais dos governadores do Piauí, destinadas à Assembleia Legislativa do estado, também confirmam o cenário de declínio pecuário. Arlindo Nogueira, durante sua passagem pelo executivo estadual (1900-1904), relatou aos legisladores as dificuldades no setor. Em 1901, registrou que as receitas obtidas através da exportação de gado e da borracha de maniçoba ficaram abaixo da metade das projeções, por conta "da ação concorrente e complexa da seca, da falta de numerário, de braços para o trabalho e de compradores".[179] No ano de 1902, disse o governante:

> A indústria pastoril, que, aliás, constitui entre nós, a base da riqueza pública e particular, é a mesma dos tempos primitivos; não se ensaiam novas raças nem se aperfeiçoam as existentes. O gado nasce e cresce segundo as leis da natureza, solto no campo sem o menor benefício que o preserve da peste e das calamidades que dizimam a criação pela falta de aguadas permanentes. Nestas condições, este ramo da indústria só pode ser, como é, precário; não podendo jamais o nosso gado competir nos mercados consumidores com o platino nem ao menos com o de outros estados em que se empregam modernos processos para o aperfeiçoamento das raças.[180]

Ao analisar esse contexto econômico descrito por Abdias Neves, Raimundo Nonato Monteiro de Santana destaca o modo rudimentar através do qual era criado o gado: "É inegável a importância relativa da pecuária, já apresentada como a primeira fonte de riqueza e cujo comércio se mantinha. Contudo, não se esqueça que permanecia inteiramente entregue aos recursos que oferecia a natureza".[181] O quadro é reafirmado por Teresinha Queiroz, que percebe um cenário semelhante, marcado pelo declínio da atividade pecuária e pela manutenção de

---

Primeira República; e que não eram isolados os projetos econômicos que tomavam por preceito fundamental a atuação de um Estado forte. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 32, 2004, Anais [...]. João Pessoa: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004.

[178] NEVES, Abdias. Indústria pecuária III. *Nortista.* Parnaíba, ano 1, n. 49, 7 dez. 1901, p. 1.

[179] PIAUÍ, Governo. 1900-1904 (Nogueira). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo exmo. sr. dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, no dia 1º de junho de 1901*. Teresina: Tipografia do *Piauí*, 1901. p. 21.

[180] PIAUÍ, Governo. 1900-1904 (Nogueira). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, no 1º de junho de 1902*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1902. P. 15.

[181] SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. 2.ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. p. 143.

práticas oriundas do período colonial na criação dos rebanhos. Além disso, considerável parcela da população piauiense se ocupava da prática da agricultura de subsistência, com escassas possibilidades de ascensão para posições de maior prestígio, como fazendeiro ou comerciante.[182] O economista Felipe Mendes, por sua vez, entende que, de maneira concomitante ao declínio da pecuária, o estado experimentou alguns avanços em outras áreas, mesmo acompanhado por fatores limitantes, como a falta de recursos. Entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, houve a mudança da capital para Teresina (1852), o início da navegação a vapor no rio Parnaíba (em 1859 – inclusive, havendo a criação da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, a primeira empresa piauiense de economia mista), a instalação da fábrica de fiação e tecidos (1893) e da fábrica de laticínios do engenheiro Antônio José de Sampaio (1897), a criação da Junta Comercial do Estado (1892) e da Associação Comercial Piauiense (1899), a instalação de rede telegráfica entre Teresina e São Luís (1884), o estabelecimento de serviço de coleta de lixo em Teresina (1897), a inauguração do Teatro 4 de Setembro (1894), entre outras novidades que proporcionavam alguma sensação de que: "O progresso continuava chegando, embora para poucas pessoas".[183]

Nesse sentido, na construção do seu discurso pró-ciência, Abdias Neves compara o Piauí a alguns países europeus, com o objetivo de destacar o contraste existente entre o estado e os grandes centros do progresso e da civilidade, que seriam vitrines para os expressivos resultados adquiridos através das mais recentes descobertas cientificas. Trata-se do desenho de um quadro com dois pontos referenciais: um reprovável e outro ideal. O modelo ideal seria aquele que, alinhado à cultura científica do século XIX, potencializava os resultados de sua economia. O reprovável, aquele que andava na contramão do progresso através de um distanciamento consciente e preguiçoso das inovações da técnica, mantendo-se refém da natureza:

> [...] a indústria pecuária se mostrou refratária à evolução, empregando os processos de dois séculos atrás. Não deu um passo para a frente, não fez uma conquista, nada obteve. Entregou-se em absoluto à fatalidade das forças mecânicas da natureza, impulsionada, se o inverno era favorável, sem nada tentar que diminuísse os ataques das secas periódicas. A consequência lógica não se fez esperar: a indústria vai em pleno regresso com a degenerescência do gado. A espécie marcha para a extinção e se extinguirá porque para evitá-lo seriam necessários meios prontos e apropriados que não vejo possibilidade de surgirem.[184]

---

[182] QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba para a economia do Piauí*: 1900-1920. 3. ed. Teresina, EDUFPI, 2015a. p. 54.
[183] MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 45.
[184] NEVES, 7 dez. 1901, p. 1

Os textos do intelectual apresentam um tom cientificista, utilizando muitas vezes noções da Biologia e da Genética para argumentar em favor da modernização na pecuária piauiense. As reflexões são carregadas de críticas à fórmula utilizada na criação do gado. Seria indispensável, portanto, a utilização dos "recursos que o progresso conquistou".[185]

A presença do cientificismo também é percebida em diversos outros escritos de Abdias Neves, a exemplo de sua formulação sobre a psicologia coletiva de piauienses e cearenses, presente na obra historiográfica *A guerra do Fidié* e fundamentada em bases mesológicas.[186] Tais posicionamentos, essencialmente deterministas, estavam em voga à época, entrelaçando sociedade, cultura, natureza e raça na tentativa de explicar cientificamente a realidade, de acordo com as definições de ciência daquele momento.[187]

Observando essa ascensão racionalista, percebida em diversos intelectuais, artistas e políticos, Jacques Le Goff afirma que o "século XIX foi o grande século da ideia de progresso",[188] de modo que um certo espírito de inovação e modernização pode ser percebido mesmo em locais periféricos e recônditos. A afirmação pode ser exemplificada a partir da trajetória de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco (1789-1873). Dono de uma biografia recheada com as experiências mais diversas, esse proeminente piauiense, nascido no município de Parnaíba, envolveu-se nas lutas pela Independência e no movimento da Confederação do Equador, sendo preso em ambas as ocasiões. Em 1833 partiu para Lisboa, visando desenvolver pesquisas sobre o moto-contínuo: aparelho que pretendia subverter princípios termodinâmicos, reaproveitando initerruptamente a energia gerada por seu próprio movimento. Essa máquina de atividade perpétua, caso bem-sucedida, representaria uma revolução na indústria enérgica a nível global. Em virtude de tão largo potencial, segundo Clodoaldo Freitas, a pesquisa de Leonardo Castelo Branco – que a Física atual afirma unanimemente ser um projeto de impossível realização – chegou a receber financiamento do Império brasileiro.[189]

O moto-contínuo acabou por se mostrar, de fato, irrealizável, mas iniciativa tão ousada era indicativa da ascendência de um progressismo científico que se encontra presente nos escritos de Abdias Neves do início do século XX. Para o intelectual, a ciência seria a forma mais segura de compreensão da realidade. "O autor usa [...] causas deterministas, científicas,

---

[185] NEVES, Abdias. Indústria pecuária V. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 51, 21 dez. 1901, p. 1.
[186] NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: Fundapi, 2006.
[187] HOBSBAWM, 2019, p. 373-399.
[188] LE GOFF, 2013, p. 238.
[189] FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*: apontamentos biográficos. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ EDUFPI, 2012. p. 77-89.

históricas e psicológicas para fundamentar seus argumentos", afirma Paulo Gutemberg de Carvalho Souza.[190]

Abdias Neves, portanto, lança mão uma tese raciológica que, aplicada à questão do gado, explicaria o declínio qualitativo dos rebanhos piauienses. Tratava-se claramente da aplicação de uma lógica pretensamente racionalista, baseada em preceitos científicos da época, para discutir formas de melhoramento genético:

> A observação superficial mesmo, dos fenômenos de ordem biológica, feita cotidianamente na seriação animal, está aí para demonstrar a verdade da afirmativa que produzi. O organismo precisa de ter suas forças renovadas por uma difusão de sangue novo sob pena dos mais tristes resultados patológicos ou teratológicos. Os casamentos entre parentes estão hoje condenados pela prática dos povos cultos. O que origina a proverbial degenerescência física, intelectual e moral dos membros dinásticos? O consórcio entre parentes. Há famílias que, por prejuízos de nobreza ou interesse pecuniário, não admitem a introdução de pessoas estranhas em seu grêmio. Também, a sua degenerescência é composta de indivíduos de uma altura abaixo da mediana, uns corcundas, outros cambaios. Não é raro encontra-se entre eles epiléticos, paralíticos, surdos, cretinos e idiotas.[191]

O quadro apresentado, que utiliza humanos para explicar os riscos da reprodução entre consanguíneos, é empregado por Abdias Neves para reforçar o argumento em favor do cruzamento de raças pela pecuária piauiense. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza observa que o autor: "Recorrendo à linguagem cientificista, tão em voga na época, usa expressões da biologia para explicar a realidade passada e presente".[192]

O bacharel chegou a propor como solução para o atraso técnico da pecuária piauiense a criação de fazendas-modelo, custeadas pelo governo estadual, nas quais seriam aplicados os métodos mais modernos relacionados à criação de gado. Segundo a previsão de Abdias Neves, essas fazendas haveriam de prosperar e despertar o interesse dos pecuaristas, que passariam a investir em inovação inspirados pela iniciativa das fazendas fundadas pelo estado. A proposta, no entanto, é acompanhada de algum grau de pessimismo, visto a observação de que: "Empreendimentos daquela ordem [a criação de fazendas-modelo] em meios como o nosso, reduzem-se, fatalmente, a uma seriação de tentativas e desastres, que só vencem a perseverança e o trabalho".[193]

---

[190] SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade*: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 257.
[191] NEVES, Abdias. Indústria pecuária IV. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 50, 14 dez. 1901, p. 1.
[192] SOUZA, 2010, p. 256.
[193] NEVES, Abdias. Indústria pecuária VI. Nortista. Parnaíba, ano 1, n. 52, 28 dez. 1901, p. 1.

Em 1931, Jacob Manuel Gayoso e Almendra (que viria a ser governador do Piauí entre 1955 e 1959), reuniu três artigos publicados no jornal *Estado do Piauí* para a feitura de livreto intitulado *Pecuária*, no qual foi reproduzida a ideia exposta por Abdias Neves em 1901: "Fundem-se fazendas-modelo, demovendo preconceitos, convicções arraigadas, sediço empirismo, para que, à luz da ciência, desponte a criação técnica". [194] A citação não atesta que o futuro governador copiou ou tomou como referência as formulações de Abdias Neves, mas pode ser interpretada como indício de que as elites dirigentes do Piauí consideravam que o declínio da pecuária era, de fato, uma situação grave e em muito devedora do distanciamento entre os pecuaristas e a ciência. Nesse sentido, Abdias Neves foi porta voz das reivindicações de parcela dessa elite. A constatação ganha força se observado que, nos anos iniciais do século XX, o autor era um jovem bacharel em busca de se estabelecer na política e no funcionalismo público.

Gayoso e Almendra ainda avança com sua proposta em relação à ideia de Abdias Neves, ao sugerir que as fazendas atuassem como instituições de ensino técnico e não apenas como exemplos a serem imitados pelos fazendeiros: "Ao lado desse útil ensinamento ao capitalista, ao detentor do latifúndio e da gadaria, instruir-se-ia o trabalhador rural, o capataz, que em breve, subjugaria a ignorância do pastrano vaqueiro, fechado por obstinação e crendice a empreendimentos de monta".[195]

Em comentário sobre a grande seca que se abateu sobre o Nordeste em 1915, Monsenhor Chaves destaca a falta de apoio por parte do governo federal ao Piauí: "De fato, enquanto que para o Maranhão se votava farta dotação para o custeio de uma fazenda modelo e de uma repartição de veterinária, para o Piauí, estado essencialmente criador, recusava-se a designação de uns veterinários... para cuidar dos nossos rebanhos".[196]

Em síntese, os artigos de Abdias Neves apresentam um problema bem demarcado: o declínio da pecuária no Piauí. Ao passo que, em tom propositivo, também indicam a aproximação com as inovações científicas como caminho a ser trilhado para retornar à posição ocupada na primeira metade do século XIX. O estado, outrora grande exportador, responsável por suprir as demandas de considerável parcela do mercado consumidor brasileiro, encontrava-se em crise, superado pelo sul do país. Essa queda, como tem sido discutido, foi patrocinada pela forma rudimentar através da qual os empreendedores e o Estado lidavam com o gado. Os textos denunciam uma realidade indesejada: o Piauí, através da falta de iniciativa das

[194] ALMENDRA, Jacob Manuel Gayoso e. *Pecuária*. Teresina: Imprensa Oficial, 1931. p. 19.
[195] ALMENDRA, 1931, p. 19.
[196] CHAVES, 2013, p. 616.

autoridades governamentais e dos pecuaristas, fazia-se alheio aos ventos do progresso que sopravam da Europa. Ao apresentar esse cenário, o autor deixou transparecer seu próprio posicionamento sobre o otimismo teleológico presente em muitos de seus pares, no que pode ser considerada a persistência de características apreendidas na Faculdade de Direito do Recife. Para Jarbas Gomes Machado Avelino, os intelectuais egressos da instituição apresentam "[...] um discurso construído em torno de ideias jurídicas ancoradas em um padrão de racionalidade, civilidade, modernização, republicanização e principalmente de cientificidade, pelo qual buscavam modelizar a realidade social, o Estado e as relações socais".[197] Abdias Neves acreditava que a ciência era tanto o meio quanto o fim desejado. A racionalidade deveria, portanto, acompanhar todas as dimensões que envolvem as agremiações humanas.

[197] AVELINO, Jarbas Gomes Machado. *As escritas dos bacharéis*: a ciência e o Direito como mediadores para a construção de uma sociedade republicana. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2010. p. 36-37.

3. ABDIAS NEVES AGENTE CIVILIZADOR

> *Acho que cheguei muito cedo num mundo muito novo. Digo isto, não como Leonardo da Senhora das Dores que se considerava gênio e gênio incompreendido, mas, porque daqui a trezentos ou quatrocentos anos, com o progresso da ciência e o andar da civilização, muito melhor deve estar o mundo.*
>
> Cristino Castelo Branco[198]

3.1 *Mens sana in corpore sano*: educação e progresso

Entre as pautas que inquietaram Abdias Neves ao longo de sua existência, parecia-lhe excepcionalmente caro o debate em torno da educação. Durante o exercício do cargo de juiz substituto federal (1902-1914), em Teresina, conciliou as atribuições da magistratura com a docência; além de ser sócio-proprietário e diretor de alguns estabelecimentos de ensino.[199] Mesmo após o ingresso no Senado Federal, engajou-se, durante o seu primeiro ano de mandato (1915), na defesa dos colégios militares, que estavam sob ameaça de terem significativos cortes nos quadros de funcionários e no repasse de recursos em 1916, sob a justificativa reduzir as despesas do Estado.

No âmbito da cultura escrita, Abdias Neves se debruçou sobre discussões teóricas em torno da instrução de crianças e jovens, ao publicar, no ano de 1914, uma série de seis artigos denominada Noções de Pedagogia aplicada. Os textos são a síntese de preleções proferidas para as alunas da Escola Normal e revelam algo sobre a associação que fazia o autor entre educação e progresso.

Noções de Pedagogia aplicada, por sua extensão e pela diversidade de temáticas que visita, será o fio condutor deste tópico.

Abdias Neves se notabilizou por aplicar, nas instituições com as quais colaborou, metodologias de ensino inovadoras – que valorizavam o sentimento de infância e a Educação Física (para meninos e meninas) como potencializadores do desenvolvimento intelectual. Pedro Vilarinho Castelo Branco afirma que: "O processo de fortalecimento das instituições de ensino

---

[198] CASTELO BRANCO, Cristino. *Frases e notas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957. p. 121.

[199] Segundo levantamento de Teresinha Queiroz, entre as instituições particulares de ensino, Abdias Neves foi fundador e diretor do Ateneu Piauiense (entre 1903 e 1914, com uma pausa nas atividades da instituição entre 1909 e 1913); diretor do Colégio São Vicente de Paula (nos anos iniciais do século XX); diretor do Externato 24 de Janeiro (1903). Para além de suas atividades docentes, tanto em escolas privadas quanto públicas. QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. p. 35-57.

em Teresina, ganha impulso no início do século XX, com a chegada de novos bacharéis, formados fora do estado e que, em grande medida, tomarão parte nas iniciativas educacionais".[200]

Teresinha Queiroz, por seu turno, faz a seguinte observação: "Desde as últimas décadas do século XIX, a educação passou a ser vista como fator mais importante do progresso social".[201] Os governos republicanos buscaram, através de numerosas legislações, expandir e melhorar a instrução primária. Esse contexto contribuiu para o surgimento de debates públicos em torno da Pedagogia, em muito aproximados das formulações de pensadores europeus.

Queiroz percebe que, no interior desses debates, a partir da primeira década do século XX, há uma tendência contrária à negação da infância. A partir dessa perspectiva, defendia-se que as crianças deveriam ter reconhecidas as suas especificidades como seres em desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e intelectual; e não como adultos em miniatura. Philippe Ariés, no seu *História social da infância e da família*, buscou desnaturalizar o sentimento da infância. Ariés aponta para os séculos XVI e XVII como épocas de invenção das "idades da vida" segundo os moldes da Era Moderna. A maior preocupação dos Estados com o registro civil (em especial com a data de nascimento dos indivíduos), foi um fator que condicionou a distinção e a significação de cada "idade da vida" na Europa Ocidental.[202]

Elisabeth Badinter entende que, uma vez consolidadas as especificidades modernas da infância, passou-se a cobrar das mães cuidados individualizados e afetuosos para com os filhos. A valorização desse estágio seria fruto das necessidades práticas da modernidade. Nesse sentido, o caso francês é esclarecedor. Nos meados do século XIX, após inúmeras turbulências endógenas e exógenas, a França precisava tomar providências demográficas que contribuíssem com a manutenção de sua capacidade militar dentro de um médio prazo. Uma dessas providências foi instruir as famílias – as mães, em especial – quanto aos cuidados necessários para o desenvolvimento das crianças.[203]

Pode-se concluir, a partir das pesquisas de Philippe Ariés e Elisabeth Badinter, que as percepções sociais em torno das faixas etárias são historicamente construídas; interagem com os contextos, portanto. Ariés entende que o processo de valorização da infância encontrou o seu auge Oitocentos, período que classifica como o "século da infância". No começo do século XX, passou-se a olhar com maior interesse, do ponto de vista formativo, para a juventude; o que

---

[200] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades*: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008. p. 96.
[201] QUEIROZ, 2017. p. 69.
[202] ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 29-49.
[203] BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amo materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

possibilitou que, em setores sociais mais abastados, os jovens fossem removidos do mercado de trabalho e se dedicassem em tempo integral aos estudos formais. O mais cedo possível, dever-se-ia apreender lições civilizatórias relacionadas aos costumes. Vestir-se, calçar-se, portar-se corretamente à mesa, utilizar a linguagem adequada para cada ocasião, entre outras práticas, deveriam ser incorporadas ao *modus vivendi* dos infantes.[204]

Abdias Neves, enquanto teórico da educação, remava na contramão dessa tendência. Era irredutível. As crianças deveriam se desenvolver em constante movimento. O bacharel piauiense observava a "adultização" especialmente na forma como eram educadas as meninas de famílias ricas e defendia um modelo formativo distinto, no qual deveria haver frequentes contatos com a natureza, presença de brinquedos, participação em brincadeiras coletivas, prática de exercícios físicos lúdicos e rigorosos hábitos de higiene incorporados à vida cotidiana. Eram reprováveis coerções que suprimissem as particularidades da infância.

O método de ensino proposto por Abdias Neves, e aplicado no Ateneu Piauiense[205] durante a primeira década do século XX, buscava estimular nos estudantes uma postura ativa frente ao conhecimento, em contraponto a perspectivas tradicionais da época, baseadas na memorização e na utilização de castigos físicos como prática disciplinadora.[206] Estas punições, para Pedro Vilarinho Castelo Branco, quando praticadas no âmbito familiar: "[...] não se davam por sadismo, mas por um modo de fazer o cotidiano nos espaços domésticos, por práticas culturais que, de longa data, legitimavam o rigor e o uso da violência por parte de quem detinha o mando na sociedade". Dessa forma, "[...] os homens e mulheres que assumiram os papeis de pais e mães nas primeiras décadas do século XX reproduziam, em parte, o que haviam vivido na relação com os progenitores na infância. Davam o que haviam recebido, o que haviam experenciado".[207]

Tratando-se em específico da educação do corpo, Abdias Neves entendia que certos cuidados deveriam ser incorporados tanto ao currículo escolar quanto aos hábitos cotidianos. O

---

[204] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1; NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada VI. Da educação física direta (conclusão). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 174, p. 2-3, 2 ago. 1914.

[205] O Ateneu Piauiense foi fundado em 1903 por Abdias Neves, que dirigiu a escola por alguns anos ao lado de Mathias Olímpio e, posteriormente, com o capitão Raymundo Neves. O colégio era exaltado nos jornais pelos métodos de ensino inovadores implantados por Abdias Neves, entre os quais estavam a abolição do uso de palmatória (assim como de outras formas de castigos físicos) e o estímulo ao desenvolvimento de uma mentalidade investigadora entre os alunos. O corpo discente do Ateneu era estritamente masculino (o que, para além de questões relativas às relações de gênero, pode revelar algo sobre o projeto político de seu fundador, preocupado em instruir os filhos das elites econômicas do estado), tinha a Educação Física como disciplina obrigatória e não continha em seu currículo o Ensino Religioso. QUEIROZ, 2017, p. 46-48.

[206] QUEIROZ, 2017, p. 69-72.

[207] CASTELO BRANCO, 2008, p. 78-79.

intelectual propôs uma divisão da Educação Física em duas categorias distintas: a direta e a indireta. A primeira, refere-se à prática de atividades físicas, propriamente. A segunda, é composta por medidas que objetivam a manutenção do funcionamento regular do organismo; da saúde, portanto. Os cuidados indiretos englobam os hábitos alimentares, a escolha das vestimentas, a qualidade do sono, boas instalações para as escolas e o zelo para com a higiene. Estudantes bem nutridos, trajados com roupas leves (que permitissem liberdade de movimento), descansados, postos em ambiente salutar e asseados, estariam mais aptos para o desenvolvimento intelectual. *Mens sana in corpore sano*: eis a lógica empregada. [208]

A higiene, em específico, também recebeu de Abdias Neves uma divisão binária: haveria o nível público e o nível privado. Os cuidados públicos, evidentemente, tratavam de princípios a serem aplicados à coletividade. Nessa esfera, seria indispensável a atuação do Estado junto à sociedade civil e à instrução pública – também dos gestores e docentes das instituições particulares de ensino –, no sentido de conscientizar a população – de todas as faixas etárias – sobre a necessidade de alinhamento com as melhores práticas higienistas.

Diferentemente do que percebe Nicolau Sevcenko nos escritos de muitos intelectuais da cidade do Rio de Janeiro (objetivos segregadores, do ponto de vista socioeconômico),[209] nas reflexões de Abdias Neves (especificamente em seus artigos sobre educação) a preocupação central é com a saúde das pessoas, principalmente das crianças, para que vigorassem os corpos dos piauienses.[210]

No tocante ao nível privado de higiene, os cuidados deveriam ser sempre sugeridos levando em consideração o sexo, a idade, o desenvolvimento físico e as condições orgânicas.[211]

Ao se referir aos escolares, Abdias Neves entendia que corpos saudáveis são pré-requisito para um satisfatório processo de ensino-aprendizado. Quando trata da população em geral, inclusive, o autor apresenta preocupações para com o futuro do Brasil. Segundo sua percepção, disseminou-se entre os principais países do mundo, desde o século XIX, o cuidado com os corpos através de políticas públicas. Entendia-se que físicos íntegros eram indispensáveis para o desenvolvimento militar e industrial das nações, afinal é necessário ser

---

[208] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada II. Da educação física indireta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 110, 17 maio 1914, p. 2.
[209] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 35-94.
[210] Fala-se restritamente sobre a posição de Abdias Neves em 1914. Ao analisar a produção escrita de outros intelectuais piauiense e as providências dos políticos para que fosse modernizada a cidade de Teresina, percebe-se algo de autoritarismo e de segregação social. Sobre a questão, ver: QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011a. p 19-65.
[211] NEVES, 17 maio 1914, p. 2.

um homem saudável para atuar a contento como soldado ou operário; assim como para que as mulheres gerem bons filhos.[212]

Segundo o sociólogo Jacques Donzelot, na França – e o país europeu foi um dos principais parâmetros comparativos utilizados por Abdias Neves em sua argumentação –, ainda no correr do século XVIII cresceu exponencialmente a literatura médica dedicada à temática da conservação das crianças. Militares, gestores públicos e até mesmo Robespierre, umas das mais importantes personalidades da Revolução Francesa, debruçaram-se também sobre o assunto. "Todos colocavam em questão os costumes educativos de seu século, visando três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, a da criação dos filhos por amas-de-leite, a da educação 'artificial' das crianças ricas", afirma Donzelot. E conclui: "Com seu encadeamento circular, essas três técnicas engendrariam, tanto o empobrecimento da nação, como o enfraquecimento de sua elite".[213]

São perceptíveis aproximações entre Abdias Neves, escrevendo na segunda década do século XX, e autores franceses do Setecentos. Essas convergências se deviam, em boa medida, ao relacionamento dos intelectuais brasileiros, ao menos desde a segunda metade do século XIX, com a cultura geral da França – o que incluía as ideias em torno de pautas progressistas e civilizatórias.

Os cuidados relacionados à higiene nas escolas privadas piauienses, podem ser percebidos através do representativo estatuto do colégio Benjamin Batista, divulgado em janeiro de 1916 pelo jornal *Correio de Teresina*. A instituição ofertava à comunidade os cursos primário e secundário, nas modalidades de externato, internato e semi-internato. Aos pais e responsáveis interessados no regime interno, era disponibilizada uma lista que indicava os itens que os estudantes deveriam adquirir e levar consigo para as instalações escolares no início do período letivo. No enxoval dos rapazes constava:

1 carteira de estudo
1 cadeira
1 bacia para lavatório
4 ou mais uniformes de brim
6 ceroulas
6 camisas brancas
3 camisas de dormir
2 redes
3 lençóis
12 pares de meia
12 lenços

[212] NEVES, 17 maio 1914, p. 2
[213] DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. p. 17.

12 colarinhos
6 pares de punhos
4 toalhas de rosto
2 toalhas de banho
2 pares de botina
1 farda segundo o modelo do colégio
1 escova para roupa.
Pasta de dentes e escova respectiva, etc.

No enxoval feminino:

1 carteira de estudo
1 cadeira
1 bacia para lavatório
4 vestidos para diário
4 vestidos para passeio
6 saias brancas
12 camisas
6 calças
6 camisas de dormir
2 redes
3 lençóis
6 pares de meia
12 lenços
4 toalhas de rosto
2 toalhas de banho
2 pares de sapatos
Pasta de dente e escova respectiva, etc.
1 *toilette* para as alunas internas, confeccionada conforme o modelo do colégio.[214]

O conjunto, em primeiro lugar, indica ser elevado o perfil socioeconômico das famílias que procuravam as escolas privadas de Teresina para a educação dos filhos, em razão dos custos de aquisição dos itens exigidos – somados, ainda, às mensalidades. Eram valores que superavam a capacidade financeira dos mais pobres. Em segundo lugar, percebe-se grande preocupação com a higiene dos estudantes. Os enxovais sugerem que, no cotidiano dos internos, a direção determinava que estivessem sempre limpos o uniforme e as roupas de passeio, as meias e os pijamas, as toalhas de banho e de rosto; também que zelassem pela saúde bucal. As quantidades pedidas para cada item são indicativas de que tudo era trocado e lavado regularmente. Para Abdias Neves, dever-se-ia determinar que todas as crianças tomassem ao menos um banho diário, penteassem sempre os cabelos, aparassem as unhas e apresentassem dentes limpos. Além disso, tão importante quanto os hábitos de higiene, seria a qualidade do sono. A prescrição do

[214] ESTATUTOS do colégio Benjamin Batista. *Correio de Teresina*. Teresina, ano 3, n. 151, p. 2.

bacharel é de nove horas de descanso por noite como tempo ideal: dormindo-se cedo e acordando-se cedo, obrigatoriamente.[215]

Um terceiro item, além do asseio e do descanso, aparece em destaque nas reflexões de Abdias Neves sobre a Educação Física indireta: a nutrição. O intelectual entendia que a cultura alimentícia sertaneja, amplamente disseminada no território piauiense, incorria em graves equívocos: "Para uns, especialmente o sertanejo e as pessoas incultas, é preciso comer muito, comer demais – donde os casos frequentes de dilatação do estômago observadas no sertão. A alimentação ali é mais substancial que nutritiva".[216]

Pecava-se, na percepção do autor, por ser priorizada a quantidade no lugar da qualidade, os carboidratos em detrimento das proteínas, com refeições carregadas especialmente de arroz e farinha. O resultado era uma alimentação pobre, do ponto de vista nutricional. Ao privilegiarem o volume e o peso do prato, os sertanejos adquiriam inconsistências digestivas – visto que também era deficiente o consumo de micronutrientes e fibras (presentes nos vegetais, legumes e frutas). Esse hábito explica a dilatação estomacal da qual fala o autor. Excetuando-se os casos provocados por doenças, essa condição morfológica, o abdômen protuso, é geralmente desencadeada pelos hábitos alimentares.[217] Por essas razões, Abdias Neves defendia que a alimentação das crianças deveria ser nutritiva e balanceada, de modo a assegurar o desenvolvimento físico adequado e a saúde geral.

O autor também concordava com a posição de Herbert Spencer, ao afirmar que as refeições deveriam conter maior quantidade de carne do que costumeiramente se consumia e não apenas arroz, pão, batatas e certos tipos de legumes – foi registrada apenas a ressalva de que o consumo excessivo de carne, no clima quente do Piauí, poderia ser prejudicial à saúde.

Todas essas afirmações, para além dos diálogos bibliográficos com Spencer e outros autores europeus, pareciam estar arrimadas nas experiências e nas observações de Abdias Neves. O texto sobre a Educação Física indireta foi construído a partir da combinação entre as

---

[215] NEVES, 17 maio 1914, p. 3.
[216] NEVES, 17 maio 1914, p. 3.
[217] Foram consultadas duas pesquisas portuguesas produzidas na Escola Médico-Cirúrgica do Porto no final do século XIX. Ambos os trabalhos, de Antônio Evaristo d'Ornellas e Guilhermina de Moraes Sarmento, fazem amplas revisões de literatura, a partir de diálogos com as pesquisas mais atualizadas produzidas na Europa sobre o assunto e chegam à conclusão comum de que a ingestão excessiva de alimentos provoca dilatação estomacal. Ao apresentar todas as causas dessa condição, Guilhermina Sarmento elenca dois grupos principais: dilatação de origem orgânica (obstáculo mecânico ou lesão do músculo gástrico) e dilatação de origem funcional (atonia nervosa muscular, sobrecarga alimentar e distensão gasosa permanente). O parecer de Abdias Neves, portanto, estava de acordo com a ciência médica da época. D'ORNELLAS, Antônio Evaristo. *Dilatação do estômago*: tese inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto por Antônio Evaristo d'Ornellas, Barão d'Ornellas, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris. Porto: Imprensa Moderna, 1886; SARMENTO, *A dilatação do estômago*: dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1894. p. 57.

ideias acessadas em estudos estrangeiros e a empiria. Sabe-se, atualmente, a partir de farta literatura especializada, que é de suma importância o consumo adequado de proteínas para o desenvolvimento muscular e o crescimento infantil. A ingestão adequada dos aminoácidos essenciais nos primeiros anos de vida, inclusive, condiciona as medidas de peso e de altura que as crianças apresentam por volta dos dez anos de idade.[218]

Em 1914, entretanto, quando Abdias Neves discutiu essas questões no jornal *Diário do Piauí*, as investigações a respeito da nutrição possuíam procedimentos de verificação por vezes arrimados em questões morais, religiosas e, até mesmo, em impressionismos.[219] Chama atenção, por exemplo, o diálogo de Abdias Neves com Spencer (que era um filósofo) para debater alimentação infantil. O fato talvez possa ser atribuído à aproximação que havia na época entre as ciências da natureza e os estudos sociais. Era comum que intelectuais identificados com alguma ciência humana ou social nascente abordassem questões biológicas, geológicas, astronômicas, físicas e químicas. A imprensa periódica abria espaço para discussões sobre incontáveis temáticas e, em muitas dessas discussões, fenômenos socioculturais e fenômenos naturais se encontravam imbricados. Numerosas pesquisas sobre os intelectuais desse período já discutiram exaustivamente a questão.[220]

Em suma, a Educação Física indireta, da forma como foi apresentada por Abdias Neves, tinha objetivos claros:

> É necessário retemperar o físico, torná-lo apto à resistência, fortalecê-lo para a luta. E dos cuidados à primeira infância depende, em grande parte, essa resistência; se eles competem aos pais, o professor pode fazer muito no sentido de lhes preencher a falta, ou de secundá-los, praticando com os alunos a educação física, indireta ou direta.[221]

Todas as reflexões de Abdias Neves sobre higiene, sono e nutrição, apontam para a mesma direção: a preocupação com os corpos das crianças e dos jovens. Eram eles, afinal, os adultos do futuro. O sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss entendia que as formas de utilização do corpo, incluindo os atos mais enraizados na vida cotidiana, são construções fisio-psico-sociológicas; esses atos "são mais ou menos habituais e mais ou menos antigos na vida

---

[218] UAUY, Ricardo. Role of protein and amino acids in infant and young child nutrition: protein and amino acid needs and relashionship with child grouwth. *Jornal of Nutritional Science and Vitaminology*. v. 61. n. S192-S194, p. 192-194, 2015. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/jnsv/61/Supplement/61_S192/_article/-char/ja/. Acesso em: 15 dez. 2024.

[219] PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil*: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

[220] PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1966; SEVCENKO, 2003; QUEIROZ, 2011a.

[221] NEVES, 17 maio 1914, p. 2.

do indivíduo e na história da sociedade".[222] Mauss formulou a noção de "técnicas do corpo" para refletir sobre "as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo".[223] Norbert Elias investiga a questão dos costumes a partir da noção de processo civilizador. Na lógica empregada por Elias, a interdependência entre indivíduos e entre grupos sociais atuou diretamente na elaboração dos valores civilizatórios ocidentais.[224] O que Abdias Neves propõe é que determinados princípios de autocuidado deveriam ser incorporados ao modo de vida dos indivíduos desde a mais tenra idade, através da educação e a partir do esforço conjunto da família e da escola. Infantes com corpos saudáveis potencializariam seus respectivos desenvolvimentos intelectuais, mas não apenas isso. No campo prático, crianças sadias e civilizadas se tornariam adultos aptos para o bom convívio em sociedade, trabalhos braçais, para o serviço militar e, a depender das condições socioeconômicas, para o exercício de elevados cargos político-administrativos. Em síntese, retomando a teorização de Mauss, tornar-se-iam adultos que "sabem servir-se de seu corpo".

A pauta foi aprofundada quando, na edição de 9 de junho de 1914 do *Diário do Piauí*, a série Noções de Pedagogia aplicada se voltou para a Educação Física direta. O texto publicado naquele dia precedeu outros três, que concluíram o debate. Abdias Neves recorreu à história para demonstrar a relação entre cultura física, desenvolvimento intelectual e sucesso nacional. A fórmula fora bem-sucedida quando aplicada pelos gregos antigos e pelos povos itálicos, e vinha ganhando adeptos entre os países europeus, que compreenderam "a influência que um perfeito desenvolvimento orgânico exerce nos destinos dos indivíduos e dos povos".[225]

O autor percebia certo declínio físico entre as novas gerações de brasileiros. No Piauí, o processo era excepcionalmente acelerado em razão do "clima exaustivo em que vivemos; o desprezo dos mais rudimentares preceitos de higiene; os casamentos na mesma família".[226] Esse problema, em grande medida, também parecia decorrer da forma como vinham sendo educadas as crianças pelas famílias:

> [...] a criança vive num meio doméstico asfixiante. Não se lhe toleram os impulsos naturais que o levam a constantes correrias, a saltar, a trepar as árvores. Não se vê que isso é uma necessidade imposta pela natureza, um fato que lhe favoreceria o desenvolvimento muscular, que lhe daria vigor ao

[222] MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2003. p. 420.
[223] MAUSS, 2003, p. 401.
[224] Para Norbert Elias, inclusive, as formas de utilização do corpo, os costumes incorporados ao cotidiano de determinados coletivos humanos, remarcam distinções sociais. ELIAS, 2011.
[225] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada III. Da educação física direta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 129, 9 jun. 1914, p. 3.
[226] NEVES, 9 jun., 1914, p. 3.

> sistema nervoso e enriqueceria o sangue. Não se sabe que essas correrias, esses saltos, essas escaladas às árvores, lhe dão maior amplitude à caixa toráxica, grande flexibilidade aos músculos, lhe facilitam a circulação, apressam e normalizam as digestões, determinando a enritmia [sic] das formas, a elegância das posições, a agilidade dos movimentos – ao passo que preparam grande resistência contra as invasões da fadiga".[227]

Para Pedro Vilarinho Castelo Branco: "No final do século XIX e no início do século XX, as transformações em curso na sociedade apontavam para a lenta e gradual desarticulação do mundo patriarcal; ao tempo em que modelos de sociabilidades citadinas e burguesas começavam a se fazer mais presentes em Teresina".[228] A constatação acima é, pois, um retrato, a partir da lente de Abdias Neves, desse contexto de transformações pelo qual passava a sociedade de Teresina. Tentava-se modernizar a cidade e civilizar as pessoas, o que certamente impactou a forma como as crianças eram criadas pelos pais.

Em 10 de junho de 1914, a direção do *Diário do Piauí* publicou a transcrição de um texto de Raul Damazio (originalmente publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro), intitulado Educação Física esportiva. As reflexões de Abdias Neves em muito se assemelhavam às proposições de Damazio; e o fato de a transcrição ter sido publicada um dia após o terceiro artigo da série Noções de Pedagogia aplicada, no jornal oficial do governo do estado, demonstra que a temática circundava os interesses da elite intelectual piauiense. Segue trecho do artigo transcrito:

> A opinião infantil, arquitetada falsamente durante algum tempo por espíritos menos avisados, sobre o antagonismo existente entre os exercícios musculares e as nobilíssimas funções do cérebro já não resiste hoje à mais leve crítica.
>
> O tipo ridiculamente clássico daquele estudante 'forte em tema', preso no circuito de ferro do seu exclusivismo intelectual e da sua tísica romântica e fatal, findou-se com o espírito pedagógico da velha Universidade.
>
> [...]
>
> O falso preconceito do antagonismo entre o músculo e o cérebro ainda se acha, infelizmente, muito enraizado nos costumes e tradições do nosso povo.
>
> Ainda é uma ideia assente e vencedora, pueril e assustadoramente ingênua, nos nossos meios escolares e acadêmicos, que todo o indivíduo possuidor de bons músculos não passa de um cretino ou idiota, incapaz de realizar uma função especulativa.
>
> E não é outra a triste reminiscência que guardo da minha vida de estudante, onde os rapazes robustos, de físico vigoroso e cheios de saúde, eram recebidos com desconfiança pelos mestres, que, na sua errônea concepção do homem perfeito e esquecidos, quiçá, do velho aforismo latino, não podiam ou

[227] NEVES, 9 jun.,1914, p. 3.
[228] CASTELO BRANCO, 2008, p. 69-70.

> não queriam compreender uma lúcida inteligência unida à plástica grega de uns músculos de aço.[229]

Damazio demonstrava estar convicto de que a prática de exercícios físicos e a manutenção de "bons músculos", diferentemente do que sugeriam os preconceitos da época, não desqualificavam intelectualmente um sujeito. Ao contrário, a disciplina adquirida no esporte de certo repercutiria nas outras dimensões da existência, incluindo os estudos formais. A estranheza dispensada pelo autor aos que ainda eram adeptos desse tradicional preconceito, ainda mais quando o seu pensamento é comparado com o de outros intelectuais do período, incluindo Abdias Neves, sugere haver uma tendência em favor da valorização da Educação Física como componente curricular obrigatório nas escolas. Outro indício dessa aparente tendência é o surgimento das competições de halterofilismo e fisiculturismo na Europa, no final do século XIX; sendo o halterofilismo trazido para o Brasil em 1898, por imigrantes alemães.[230]

Ademais, quatro dias antes da publicação do texto de Damazio, o jornal *Diário do Piauí* também transcreveu parte do relatório apresentado por Luiz de Moraes Correia (então secretário de Estado do Piauí) ao governador Miguel de Paiva Rosa. O documento tratava da instrução pública e reservava uma seção para a Educação Física, na qual o secretário chamou atenção para a legislação vigente, que instituía a obrigatoriedade da disciplina nas escolas públicas e nos colégios subvencionadas pelo poder público.[231] Na mencionada lei, também era determinado que os professores prescrevessem exercícios de ginástica sueca para os estudantes.

A ginástica, em seus vários formatos, ganhou importância na Europa ao longo do século XIX, arrimada em princípios de ordem e disciplina, chancelada pela ciência e aplicada ao estabelecimento de um modo de vida coletivo mais saudável e organizado. O contexto era de maior valorização da educação dos corpos, a partir da compreensão de que indivíduos funcionais, ágeis e resistentes seriam necessários para o sucesso industrial e militar dos países. Outro fator que colaborou com a ampla aceitação da ginástica foi o seu reconhecimento por relevantes círculos intelectuais europeus. Ao relatarem os benefícios dos exercícios físicos através da cultura escrita, os pensadores colaboraram para que segmentos sociais diversos percebessem a importância da cultura física e a necessidade de a incorporarem à educação

---

[229] DAMAZIO, Raul. Educação Física esportiva. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 130, 10 jun. 1914, p. 2.
[230] NEVES, Thiago Gonçalves. *Os primórdios do halterofilismo e do fisiculturismo no Brasil*. 2012. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
[231] CORREIA, Luiz Moraes. Relatório apresentado ao exm. dr. Miguel Rosa, m. d. governador do Piauí, pelo dr. Luiz de Moraes Correia, secretário de Estado do governo. Secretaria de Estado do Governo do Piauí, em Teresina, 30 de abril de 1914 (continuação do nº 126). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 127, 6 jun. 1914, p. 3.

formal. Muitos dos membros desses círculos intelectuais são encontrados na bibliografia com a qual dialogam os autores brasileiros que se debruçaram sobre essa questão.[232]

A ginástica foi utilizada por diferentes Estados europeus, cada um com as suas particularidades, mas mirando finalidades comuns: "Regenerar a raça e promover a saúde em uma sociedade marcada pelo alto índice de mortalidade e doenças [...]".[233] Na França, foi notória a aproximação entre ginástica e ciência, no seio de disciplinas como a Anatomia e a Fisiologia. Os estudiosos da sociedade também se interessaram pela prática, percebendo-a como como potencial vetor de princípios formativos como o autocuidado, o desenvolvimento da força e a valorização da beleza. Tratava-se de um resgate do que havia de mais admirável na Grécia Antiga, no que se refere aos corpos dos indivíduos. Esse resgate somava um pouco de estética com muito de pragmatismo. Os teóricos da ginástica científica buscavam estabelecer uma oposição entre essa prática burguesa e as formas de expressão corporal oriundas do circo e das festas populares. Para Carmen Soares: "A Ginástica científica se apresenta como contraponto aos usos do corpo como entretenimento, como simples espetáculo, pois, trazia como princípio a utilidade de gestos e a economia de energia".[234]

No Brasil, durante a Primeira República, as prescrições dessa prática esportiva estavam alinhadas a ideais republicanos, expressados "principalmente nos comandos de ordem militar, nas recomendações higiênicas pautadas em pressupostos científicos e na defesa de uma prática voltada à modernização do país". Concluem Lucas William Moreira da Silva e Arnaldo Pinto Júnior, que: "Havia um sentimento patriótico, de proteção à nação através do vigor físico".[235]

Abdias Neves acreditava que, de maneira geral, na Educação Física escolar, dever-se-ia considerar o sexo das crianças, o clima, a idade e o horário das práticas. Na ginástica sueca, no entanto, a observância dessas condições tinha importância reduzida, em razão de o esporte conter movimentos harmonicamente combinados e apresentar elevado nível de segurança. Os professores deveriam apenas evitar que a fadiga tomasse conta dos alunos.[236]

Nessas condições, as meninas também deveriam praticar exercícios físicos. Se em 1909, nas representações que construiu em sua obra literária *Um manicaca*, Abdias Neves se mostrou

---

[232] SOARES, Carmen. *Imagens da educação no corpo*: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. p. 17-29.
[233] SOARES, 1998, p. 20.
[234] SOARES, 1998, p. 23.
[235] SILVA, Lucas William Moreira da; PINTO JÚNIOR, Arnaldo. Reflexões sobre a Educação Física no Brasil: leitura e ginástica na Primeira República. *Linha Mestra*, v. 15, n. 45, p. 253, set./ dez. 2021.
[236] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada V. Da Educação Física (continuação). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 157, p. 2, 12 jul. 1914.

favorável à submissão feminina dentro do casamento (sugerindo, inclusive, que os homens possuem uma pré-disposição para a liderança familiar), em 1914 foi categórico ao criticar as diferenças existentes entre os esforços educacionais do período para com homens e mulheres. Mais que isso, defendeu a necessidade de elevar a mulher "até a emancipação".[237] É difícil precisar a abrangência desse posicionamento, uma vez que não foram localizados outros textos do autor (de 1914 ou posteriores) que versassem sobre o tema das relações de gênero, mas é certo que, entre a publicação de *Um manicaca* e a série Noções de Pedagogia aplicada houve alguma mudança no pensamento do autor sobre a questão.

Uma dessas mudanças, inclusive, demonstra o desenvolvimento de alguma tolerância teórica. Apesar de jamais ter se afastado de ideias cientificistas e materialistas, no artigo de 12 de julho de 1914 Abdias Neves combateu a teoria determinista da inferioridade intelectual feminina. A leitura sociocultural que fez da temática se assemelha, em algum grau, à análise culturalista realizada por Gilberto Freyre nos anos 1930 sobre as relações étnico-raciais brasileiras.[238] Freyre chegou às suas conclusões através de aproximação com a inovadora *New History* estadunidense, enquanto Abdias Neves construiu o texto de 1914 somando suas impressões sobre a realidade brasileira a diálogos pontuais com pensadores europeus, quando o cientificismo ainda estava em alta no pensamento ocidental. Para o piauiense, a mulher "em nada é inferior ao sexo oposto. Se não são comuns os talentos femininos, é porque tem contra si a reação do meio, o depauperamento orgânico, a educação viciosa que recebe, a instrução deficiente que lhe ministram".[239]

A interpretação, como se pode notar, é em boa medida sociocultural, pois dá centralidade ao modelo educacional para explicar a condição feminina da época. Se as mulheres eram consideradas inferiores intelectualmente e possuíam físicos frágeis, a razão estava para além da biologia:

> [Se há inferioridade da mulher, a culpa] é da sociedade em que vive, das omissões de sua educação, da sua miséria física. Tonifiquem-lhe os músculos, deem-lhe um sangue rico, desembaracem-lhe o sistema circulatório, desenvolvam-lhe o organismo e as suas faculdades intelectuais se afirmarão exuberantemente.

[237] NEVES, 12 jul. 1914, p. 2; NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada IV. Da educação física direta (continuação). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 137, p. 2-3, 19 jun. 1914.
[238] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006; FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.
[239] NEVES, 12 jul. 1914, p. 2.

> Sem dúvida, é ela, hoje, inferior ao homem do ponto de vista mental. Essa inferioridade, porém, não tem origem no seu sexo: procede dos motivos que indiquei".[240]

Abdias Neves, outra vez, aponta para a relação existente entre cultura física e desenvolvimento intelectual. Apesar de afirmar ser a mulher inferior, garante que essa condição não tinha qualquer relação com as inerências da natureza: era uma construção sociocultural em muito relacionada com a forma como eram formadas as moças pela escola e pela família.

A inexistência de mulheres pleiteando vagas no terceiro grau, por exemplo, era sintoma da inexistência de oportunidades oferecidas dentro do estado e da força da cultura,[241] como se pode observar no seguinte posicionamento de Clodoaldo Freitas:

> [...] não sou contra a educação da mulher. Quero-a com a exata noção das coisas, com conhecimentos positivos, suficientes para saber, por si, dirigir-se e viver. Quero-a música, pintora, costureira, cozinheira, gomadeira, modista, uma perfeita dona de casa, entendendo um pouco de tudo, principalmente das línguas, da música e das matemáticas elementares.
>
> A mulher deve ser educada para mãe de família. Só deve aprender o que relacionar com esse grande objetivo. Nada de criá-la na leitura pervertedora dos romances sentimentais e dos ripanços idiotas.[242]

A citação representa o pensamento de considerável parcela dos pró-homens piauienses daquele momento. Áurea da Paz Pinheiro afirma que as reflexões sobre o lugar que as mulheres deveriam ocupar na sociedade transcendiam as contendas ideológicas: à população feminina, estava reservado o ambiente doméstico.[243]

No mundo do trabalho, entretanto, entendia-se que as mulheres eram importantes para a elevação qualitativa do ensino. Associava-se frequentemente os papeis de mãe e professora

---

[240] NEVES, 12 jul. 1914, p. 3.

[241] A Faculdade de Direito (FADI) foi a primeira instituição de ensino superior instalada em Teresina, no ano de 1931, e permitiu que as primeiras mulheres alcançassem um bacharelado dentro do território piauiense. Nos anos 1930, apenas uma mulher colou grau; nos anos 1940, duas; nos anos 1950, 36; e nos anos 1960, 52. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma maior preocupação com a expansão do ensino de terceiro grau no Piauí, em razão das aspirações desenvolvimentistas do período. Foram criadas, na capital, a Faculdade Católica de Filosofia (1957), a Faculdade de Odontologia (1961) e a Faculdade de Medicina (1968); além das faculdades de Enfermagem e Administração instaladas em Parnaíba. A existência de todos esses centros educacionais favoreceu a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971. CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares*: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012. p. 117-148.

[242] FREITAS, Clodoaldo. O feminismo. In: FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos:* crônicas. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de letras; Brasília: Senado Federal, 2011. p. 77-78.

[243] PINHEIRO, Áurea da Paz. *As ciladas do inimigo*: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 77-78. É importante registrar que esse cerceamento social não alcançava muitas mulheres pobres. Para saber mais a respeito do cotidiano das mulheres piauienses na Primeira República, ver: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*: a condição feminina na Primeira República. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

primária, em relação às virtudes necessárias para o exercício de ambas as funções. Em 1909, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública, passou a funcionar a Escola Normal Livre, que um ano depois foi substituída pela Escola Normal Oficial, sob os cuidados do governo estadual na gestão de Antonino Freire. "Já estava em vigor, a essa época, entre os principais dirigentes da educação piauiense, a ideia do magistério primário como missão e sacerdócio feminino", afirma Teresinha Queiroz.[244]

Abdias Neves compôs o corpo docente da Escola Normal ao lado nomes como Matias Olímpio, Antonino Freire, Miguel Rosa, Honório Parentes e Antônio Brandão Júnior. Todos os professores, que assumiram a tarefa de formar professoras mais qualificadas para o Piauí, nesse momento inicial aceitaram trabalhar sem vencimentos. As aulas gratuitas, ministradas por um grupo no qual a maioria dos integrantes tinha um posicionamento ideológico claro, evidencia o esforço utilitário desses sujeitos enquanto intelectuais. Teresinha Queiroz destaca que o currículo pensado para a Escola normal livre – e praticamente replicado pela Escola Normal Oficial –, enquadrava-se "dentro de um modelo claramente cientificista".[245]

No dia 24 de janeiro de 1913, quando foi comemorada a colação de grau da primeira turma de normalistas da Escola Normal Oficial, Antonino Freire (que há pouco deixara o mandato de governador) realizou um discurso profundamente progressista sobre o potencial das mulheres como educadoras, no qual afirmou que: "[...] é hoje um absurdo recusar à mulher o papel proeminente e decisivo que representou e representa no desenvolvimento das civilizações".[246]

Percebe-se que, qual fosse o lugar social imaginado pelos homens para as mulheres – o lar ou a sala de aula – entendia-se que elas eram importantes para que a humanidade seguisse sua marcha rumo ao progresso. A instrução feminina, desse modo, acabou se tornando uma temática assídua no debate público e, dentro das possibilidades, as próprias mulheres lutaram contra sua exclusão no contexto educacional da época. Exemplo dessa luta, o jornal *Borboleta*, redigido por Helena Burlamaqui, Maria Amélia Rubim e Alaíde Burlamaqui, circulou entre 1904 e 1907 em Teresina. O impresso foi uma ferramenta utilizada em favor de mais inclusão.[247]

De um modo geral, as condições infraestruturais da instrução pública no Piauí, especialmente no interior, eram precárias. No recorte temporal analisado, existiram numerosas

---

[244] QUEIROZ, 2017, p. 30.
[245] QUEIROZ, 2017, p. 30.
[246] FREIRE, Antonino. A mulher na escola primária. *Litericultura*. Teresina, ano 2, v. 3, fasc. 4, p. 194, 30 abr. 1913.
[247] BRASILINO, Fabíola Nunes; SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. Educação feminina no Piauí: contribuições do periódico *Borboleta*. *Letras em revista*. Teresina, v. 11, n. 2, p. 126-136, jun./dez. 2020.

iniciativas legais, que partiam dos poderes Legislativo e Executivo, nos âmbitos estadual e federal, com pouco ou nenhum impacto prático. Esse cenário contribuiu para que o estado, mesmo após duas décadas de República, seguisse com uma das maiores taxas de analfabetismo entre os entes federativos. Para Teresinha Queiroz, as medidas que proporcionaram as transformações mais significativas no quadro que se apresentava desde o Império, foram a incorporação das normalistas pela rede oficial de ensino e o investimento em infraestrutura, com a construção de prédios destinados à instalação das escolas públicas.[248] Já Vanessa Soares Negreiros Farias entende que, somente na década de 1930, consolidou-se a educação piauiense.[249]

No tocante às práticas pedagógicas, propriamente, Abdias Neves se esforçou no sentido da inovação. Entendia que os professores precisavam considerar as particularidades dos estudantes, visto que cada indivíduo apresenta um nível diferente de desenvolvimento intelectual e físico. Era arcaico e deveria ser superado o processo de ensino-aprendizagem que se dava em inobservância à polifonia que possui qualquer corpo estudantil. Para os educadores, seria essencial o acúmulo de conhecimentos sobre Psicologia, assim como os médicos necessitam conhecer anatomia e os agricultores, a terra onde cultivam. A alma humana, para o intelectual, é a tábula sobre a qual trabalham os docentes; a Psicologia permite, mesmo se trabalhando com crianças, perceber as subjetividades: os talentos e dificuldades. Além disso, seriam de bom tom os diálogos dos pedagogos com a Anatomia, a Fisiologia, a Moral e a Lógica.

No ato de ensinar, três métodos seriam indispensáveis.

Primeiramente, o método intuitivo, que consiste em estimular o raciocínio através da utilização de imagens. Recorre-se aos sentidos – a visão, especialmente – para que os estudantes transicionem do particular para o geral. Os recursos imagéticos, reivindicados por Abdias Neves como elementos obrigatórios em livros didáticos da instrução primária, segundo a proposição, funcionariam como ponto de partida para discussões amplas e profundas. O bacharel acreditava, ainda, que as salas de aula deveriam ser decoradas com pinturas de paisagens, cenas do campo, de frutas, flores, animais, minerais e fósseis, estimulando nas crianças o desenvolvimento de maior sensibilidade e familiaridade com a natureza.

Em segundo lugar, o autor aponta o método expositivo. Trata-se da exposição oral da lição. Abdias Neves considerava dever do professor manter atentos os estudantes, sendo

[248] QUEIROZ, 2017, p. 9-12.
[249] FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. *Em busca da geração perdida*: formação escolar e intelectual de homens de letras em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 37.

necessário para isso ter dicção clara, facilidade de expressão, linguagem simples, ausência de pose e amplo domínio sobre os conteúdos ensinados.

O terceiro método proposto é o interrogativo, também chamado de socrático, em referência à maiêutica do filósofo grego Sócrates. Em síntese, deve-se elaborar questionamentos para os estudantes durante as aulas expositivas, como forma de estimular a reflexão e a independência de pensamento. Os professores perguntam de maneira sistemática, alternando os interpelados sem seguir qualquer ordem pré-estabelecida.[250]

Quanto ao espaço físico das escolas, Abdias Neves recomendava que fossem edifícios arejados, bem iluminados (especialmente as salas de aula), modernos e, preferencialmente, distanciados dos locais com muito barulho e circulação de pessoas. As notícias publicadas nos jornais sobre o Ateneu Piauiense (escola dirigida pelo bacharel) frequentemente reforçavam sua preocupação em relação às instalações da instituição. No dia 2 de janeiro de 1908, registrou *O Monitor*:

> Reabrem-se no dia 10 do corrente, as aulas do Ateneu Piauiense – o internato dirigido pelos drs. Matias Olímpio e Abdias Neves. O edifício está passando por importantes reformas. Toda a mobília escolar foi substituída, ou melhorada. E como se inauguram os aparelhos, cortas neurais e vindos ultimamente de Paris, fica esse estabelecimento em vantajosas condições.[251]

Em 24 de março de 1913, publicou o *Correio de Teresina*:

> Estão funcionando, desde 1º deste, as aulas deste importante estabelecimento de instrução primária e secundária, sob a direção do Sr. Abdias Neves, auxiliado por um seleto corpo docente. Presentemente o colégio está instalado em a casa de residência do sr. capitão Raymundo Neves, enquanto o seu diretor procura adquirir um prédio que melhores acomodações ofereça.[252]

E logo nos primeiros dias do ano letivo de 1914, a 12 de janeiro, novamente o *Correio de Teresina* comunicou aos seus leitores que o colégio funcionava em instalações apropriadas:

> Comunicou-nos o dr. Abdias Neves ter reaberto, a 7 do corrente, as aulas desse estabelecimento de instrução primária e secundária. Diz ele ainda que o colégio que dispõe de numeroso e competente professorado, funciona num prédio espaçoso, e reúne todas as condições de higiene. Aceita alunos internos,

[250] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia I. Pedagogia e métodos pedagógicos. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 92, p. 2-3, 26 abr. 1914.
[251] ATENEU Piauiense. *O Monitor*. Teresina, ano 3, n. 62, p. 4, 2 jan. 1908.
[252] ATENEU Piauiense. *Correio de* Teresina. Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 24 mar. 1913.

> externos e semi-internos. Os internos estão sob a direção imediata do sr. capitão Raymundo Neves, atual secretário do Liceu.[253]

É perceptível que, para além do conforto (item necessário quando são reunidos muitos estudantes, sendo boa parte deles internos), Abdias Neves e seus sócios se esforçaram para que o Ateneu Piauiense oferecesse boas instalações por dois motivos principais: agremiar condições adequadas de higiene e potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Os cuidados que a escola deveria ter com o desenvolvimento físico e intelectual dos estudantes dependiam em boa medida da qualidade do seu espaço físico. Na instrução pública piauiense, entretanto, somente a partir dos governos de João Luiz Ferreira (1920-1924) e Matias Olímpio (1924-1928) se tornou mais frequente a prática de construir prédios dedicados exclusivamente ao funcionamento de escolas públicas.[254] Até então, recorria-se no mais das vezes à utilização de casas particulares alugadas, que nem sempre ofereciam condições adequadas para receberem os estudantes.

Para além dos investimentos infraestruturais, João Luiz Ferreira também demonstrou especial preocupação com o ensino ao solicitar da Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública, em 1921, um relatório detalhado sobre as causas da decadência da educação pública do estado. O relatório, recomendou o governador, deveria conter sugestões para que o governo lançasse mão de políticas públicas efetivas para reverter aquela situação. Os redatores do documento, a partir da apresentação de dados estatísticos afirmaram que o Piauí possuía baixos índices de matrículas escolares (cerca de 0,6% da população total) e vultosa quantidade de analfabetos (83% da população de Teresina, que era a cidade piauiense com o maior número de instituições de ensino). A razão desses números seria exatamente o declínio do ensino público, causado pela inobservância das determinações regulatórias. Fossem consideradas rigorosamente as exigências do Regulamento Geral da Instrução, muitas escolas, especialmente as do interior, deveriam ser fechadas, visto que não atingiam o mínimo exigido de matrículas anuais. Eis a listagem apresentada no documento com as principais causas da crise educacional:

> I) Inobservância dos dispositivos do Regulamento, donde:
> a) faltas na sua direção;
> b) ausência na fiscalização;
> c) impreparo técnico de grande parte do professorado;
> d) falta de formação de espírito profissional do professorado;
> II) Falta de prédios para funcionamento das escolas e de material escolar;

[253] ATENEU Piauiense. *Correio de* Teresina. Teresina, ano 2, n. 49, p. 3, 12 jan. 1914.
[254] QUEIROZ, 2017, p. 11.

III) Intromissão indébita de interesses estranhos à instrução na escolha de elementos por ela responsáveis.[255]

Analisando-se as mensagens dos governadores do Piauí na década de 1910, percebe-se que são constantes as preocupações em adequar a legislação (tanto ajustar o Regulamento Geral do estado quando atender às deliberações federais). Além disso, repetem-se as queixas em relação às precárias condições financeiras do estado, que eram um significativo fator de limitação. Concordava-se de lado a lado, entre os grupos políticos, que era necessário construir edifícios escolares e tornar mais efetivas as alterações nas leis, mas bradavam os governantes sobre a falta de recursos para tanto.[256]

Para concluir a discussão deste tópico, pode-se dizer que Abdias Neves estava alinhado às tendências educacionais de sua época. Era defensor da Educação física, do rigor na higiene pessoal, da instrução feminina, entre outras coisas. Também praticou nas escolas, onde foi diretor ou docente, métodos pedagógicos inovadores, alinhado às formulações de notáveis teóricos da educação da época. O intelectual atuou junto ao ensino como agente civilizador e propagador de uma Pedagogia arrimada na ciência da época, ou seja, remarcadora de valores civilizatórios de tradição europeia e de teorias inspiradas em ideias cientificistas.

3.2 Pragmatismo literário em *Um manicaca*

[255] SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 18.

[256] PIAUÍ. Governo. 1909-1910 (PAZ). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 10 de março de 1910 pelo exmo. Sr. coronel Manoel Raymundo da Paz*, presidente da mesma casa, no exercício de governador do estado. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910; PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo exmo. sr. dr. Antonino Freire da Silva, governador do estado, no dia 1º de junho de 1911*. Teresina: Imprensa Oficial, 1911; PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do dia 1º de junho de 1912 pelo exmo. sr. dr. Antonino Freire da Silva, governador do estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1914; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1913 pelo exmo. sr. dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do estado*. Teresina: Tipografia Paz, 1913; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo exmo. sr. governador do estado dr. Miguel de Paiva Rosa no dia 1º de junho de 1914*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1914; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1915 pelo exmo. sr. dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do estado.* Teresina: Tipografia do *Piauí*, 1915; PIAUÍ. Governo. 1916-1920 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do estado pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1917.* Teresina: Imprensa Oficial, 1918; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do estado pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1918*. Teresina: Imprensa Oficial, 1918; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar no dia 1º de junho de 1919*. Teresina: Tipografia do *O Piauí*, 1919; PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar, governador do estado, a 1º de junho de 1920*. Teresina: Tipografia do *O Piauí*, 1920.

Um manicaca foi escrito por Abdias Neves entre 1901 e 1902, quando ocupava o cargo de Juiz de Direito interino em Piracuruca, no interior do Piauí, mas teve sua primeira edição apenas em 1909, pela Libro-Papelaria Veras.[257] A demora para o texto se tornar livro[258] pode ser atribuída ao fato de que a época era de dificuldades para a publicação de impressos, sendo a tipografia mencionada a primeira instalada em Teresina, somente em 1906. Até então, os autores recorriam às cidades de São Luís, Recife e Rio de Janeiro, ou às tipografias dos jornais locais, para a impressão de suas obras. Também era prática comum a publicação fracionada em periódicos.[259]

Inicialmente, é oportuno narrar brevemente a trama central de *Um manicaca,* que parte do relato de como o cearense Pedro Gomes chega a Teresina, fugindo da grande seca iniciada em 1877,[260] acompanhado da esposa e da filha Júlia (ainda criança). A família, maltrapilha e sem perspectiva, consegue se instalar e subsistir sem graves acontecimentos, até o falecimento da esposa de Pedro Gomes. O homem assume a missão de criar sozinho a filha e consegue alcançar estabilidade material através de uma série de trampolinices, que acabaram por lhe proporcionar a posse de uma loja e a inserção em círculos sociais importantes.

Ao completar dezoito anos, Júlia ansiava por encontrar um marido. Envolveu-se, então, com o guarda-livros[261] Luís Borges, que não atendia aos pré-requisitos exigidos pelo seu pai: "Ao menos fosse um bacharel, vá lá. Se não tivesse dinheiro, teria a carta, e a carta dá posição, compensa qualquer sacrifício".[262] A jovem, no entanto, movida pela paixão e pelos impulsos da carne, desobedece a vontade do pai e é por ele flagrada nos braços de Luís Borges. Pedro Gomes, furioso e temente de que caísse no conhecimento público que "a filha prostituíra-se",[263] decide procurar pessoalmente, em caráter emergencial, um marido para Júlia.

O escolhido foi Antônio de Araújo, que "podia contar trinta e três anos, mas sempre doente, magro, tresandando a remédios, parecia ser muito mais idoso". Era ainda viúvo e tinha uma filha pequena, além de ser "moralmente, um tipo sugestionável, vencido pela febre das riquezas".[264] O homem se mostra um marido sem autoridade e daí o título da obra: *Um*

---

[257] MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense:* horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p. 215.
[258] Há uma distinção fundamental entre texto (o escrito, a produção intelectual, o conteúdo) e impresso (o vetor material do texto). Os textos, portanto, "não existem fora dos suportes materiais", que, por sua vez, condicionam a experiência do leitor. CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita.* São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 61.
[259] QUEIROZ, 2011a. p. 150.
[260] Sobre os impactos da grande seca de 1877 no Piauí, ver: SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. *Revec*. Sergipe, v. 10, n. 24, p. 67-78, jan./ jun. 2024.
[261] Atualmente os que desempenham essa função são chamados de contadores.
[262] NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Nova Aliança, 2022. p. 63.
[263] NEVES, 2022, p. 66.
[264] NEVES, 2022, p. 69.

manicaca, expressão popular para classificar um homem dominado pela mulher. Araújo, alheio aos acontecimentos que lhe renderam a mão de Júlia, convida Luís Borges para formar uma sociedade em seu comércio, o que propiciou o reestabelecimento do caso da esposa com o sócio. O casamento definha, esbarrando no comportamento intransigente da esposa e na passividade do marido que, para o agravo da situação, torna-se tísico.[265]

É essa a narrativa central da obra, circundada por uma série de outras trajetórias que, em diversos momentos, servem unicamente à missão político-pedagógica de Abdias Neves. Questões como o anticlericalismo, o papel social da mulher, a família e a importância da ciência são inseridas de maneira paralela à trajetória de Júlia e Araújo. Por conta disso e por seu caráter documental, que é típico do naturalismo literário, *Um manicaca* é uma fonte histórica fecunda, como atesta afirma Arimathéa Tito Filho: "Tencionando documentar Teresina no apagar das luzes do século XIX e combater as práticas e a fé religiosa da coletividade e ainda algumas doutrinas do catolicismo, Abdias Neves compôs *Um manicaca*".[266] A obra, deve-se dizer, apresenta determinadas características enquanto produção literária que merecem menção, como a falta de autonomia de alguns personagens e de unidade no enredo, por vezes prejudicado, segundo Maria do Socorro Rios Magalhães, pelo "excesso doutrinário".[267] Entretanto, é importante registro da Teresina contemporânea a Abdias Neves vista através de seus olhos.

O literato teve sua produção literária profundamente marcada pelos ensinamentos da Faculdade de Direito do Recife.[268] As ideias naturalistas estavam presentes na instituição[269] e é provável que, durante seu período de bacharelando, Abdias Neves tenha tido os primeiros contatos com o naturalismo literário.

A estética naturalista representou uma oposição categórica ao romantismo, apresentando a crueza da realidade a partir de descrição o mais fidedigna possível das sociedades observadas. Algumas das principais características do naturalismo são: a atribuição de características animais ao comportamento dos personagens (especialmente o comportamento sexual), a criação de tipos (personagens representativos de setores da sociedade), a aproximação com teorias deterministas, o emprego de linguagem coloquial e a abordagem de temáticas espinhosas para os setores sociais mais conservadores (como religiosidade, adultério, prostituição e tensões

---

[265] Trata-se de indivíduo acometido de tuberculose. Escolheu-se manter a nomenclatura utilizada por Abdias Neves na obra literária.
[266] TITO FILHO, A. *Um manicaca*: documento de uma época. In: NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 13.
[267] MAGALHÃES, 2016, p. 222.
[268] QUEIROZ, 2011a, p. 92-130.
[269] SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil.* 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. p. 200; GRAHAM, Richard. Spencer e o Progresso. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).* São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 241-260.

raciais). Autores como Eça de Queiroz e Aluísio Azevedo desvelaram aspectos da vida social que possuíam forte presença nas mexeriquices de pé de ouvido, mas eram ausentes nas páginas escritas pelos literatos do romantismo.

O romantismo marcou o período do Segundo Reinado: momento no qual as estruturas sociais se encontravam mais ou menos acomodadas. Com o advento da República, surgiram fragmentados projetos nacionais e uma nova ordem começou a se estabelecer. Junto dela, emergiram o realismo e o naturalismo. Os escritores apresentavam uma crescente pretensão de interferir na realidade e encontraram no jornal o principal vetor de suas ideias. Para Nicolau Sevcenko, três modalidades de escrita dividiam espaço nas páginas dos jornais: a ciência, o jornalismo e a literatura. A ciência era hermética à maioria dos leitores, sendo restrita aos iniciados. O jornalismo era mal definido, por vezes confundido com a literatura (o que acabou por originar o subgênero do jornalismo literário). A literatura propriamente era a mais potente e disseminada.[270]

No interior da discussão sobre o naturalismo literário, é representativo o caso do amor romântico. Os naturalistas apresentaram os aspectos mais recônditos do que outrora fora tratado como um cândido sentimento. Vê-se, então, violência, trapaça e fisiologia onde nas décadas anteriores se observou algo mais palatável ao gosto burguês. É o caso, por exemplo, da personagem Luísa, de Eça de Queiroz: adúltera e com traços de bissexualidade;[271] do Jerônimo, de Aluísio Azevedo: que abandona a condição de pai e marido dedicado, torna-se autor de um assassinato e troca a companheira de toda a vida pela amante;[272] assim como o de Júlia, de Abdias Neves: também adúltera e resistente ao papel de esposa dedicada.[273] Em texto publicado na *Revista Litericultura*, Higino Cunha registrou o seguinte comentário sobre o naturalismo literário:

> O romance naturalista rompeu em grande parte contra essa inveterada hipocrisia, salientando a herança, o meio físico e social como fatores do crime e da prostituição. Por ter algumas vezes carregado as cores externas dos quadros que descrevem, usando de aparências um tanto livres, essa literatura foi tachada de imoral, tendo, aliás, autores da estatura genial de Zola, Stendhal, Flaubert, Bougert, Anatole France, Eça de Queiroz e Aluísio Azevedo. Eles nunca se arrogaram o direito de preconizar os seus tipos decadentes como exemplos edificantes. Ao contrário, tornaram odiosas as aberrações do amor e a independência doentia da mulher rebelde.[274]

[270] SEVCENKO, 2003, p. 272-284.
[271] QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio.* São Paulo: Editora Ática, 1994.
[272] AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço.* 2. ed. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.
[273] NEVES, 2022.
[274] CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência, na arte etc. *Revista Litericultura*. Teresina, ano 1, fasc. 3, v. 3, p. 147, 31 out. 1912.

Em seus esforços subversivos, no ímpeto de tornar explícitas mazelas da vida social, no entanto, diversos autores naturalistas estiveram distantes das qualidades literárias de um Émile Zola ou de um Eça de Queiroz. Considerável parcela das tentativas acabou por tropeçar em má administração do relacionamento entre as exigências formais da arte literária e a missão utilitarista dos intelectuais. É possível identificar em diversos estados brasileiros casos de literatos que, ao embarcarem na empreitada de escrever uma obra naturalista, produziram trabalhos reféns da missão de propagar ideias cientificistas, deterministas e anticlericais. A esse respeito, Alfredo Bosi observa que mesmo nomes consagrados, como Aluísio Azevedo, apresentam tais características: "é pena que o peso das teorias darwinistas o tenha impedido de manejar com a mesma destreza personagens e enredos, deixando uns e outros na dependência de esquemas canhestros".[275]

Adolfo Caminha, ao analisar a obra *Lourdes*, de Zola, em texto escrito no ano de 1894, ressaltou que os beletristas são, antes de qualquer coisa, artistas. O compromisso dos escritores é, primeiramente, com as sensações do mundo real. A ciência exprimida pelo naturalismo literário é percebida, portanto, na ambiência inventada pelos autores, na invenção de um universo entrelaçado com a natureza e leal às leis científicas – em especial ao evolucionismo:

> Zola não teve ainda, nem terá, um *fauteuil* na Academia Francesa, mas, em compensação, lá está no *Index*, no glorioso *Index*.
>
> Procuram negar valor científico à sua obre, dando como falsa a teoria da hereditariedade em que ele se baseou para escrever os Rougon-Macquart. Questão de *Lana caprina* esta. A sua obra é científica, porque é verdadeira, porque é calcada sobre a natureza, não que encerre descobertas maravilhosas no campo da ciência. Que valem teorias em arte? Coisíssima alguma. O artista é o que é, manifesta-se desse ou daquele modo por obediência às condições especiais do seu espírito. A hereditariedade fisiológica é um fato relativo: de acordo; mas deixem Zola com a sua veleidade, com o seu modo errôneo de repisar essa questão, deixem-no com a sua hereditariedade absoluta, sistemática e infalível.
>
> Não se trata de saber se a *combustão instantânea* de tio Mocqart no *Docteur Pascal* é um fenômeno provado ou se é um exagero de análise. Primeiro que tudo é obra de arte e essa não pode ser julgada friamente, sem interesse artístico, por um filósofo carregado de erudição.
>
> Querem que Zola escreva tratados de ciência? Mas como, se ele vive a Arte, como, se ele está todo voltado para o belo, para o seu ideal estético? Ainda que não pertencesse à grande série dos Rougon, *L'Assomoir*, esse livro admirável, de uma realidade pungente, seria uma obra prima, um legado brilhante da arte deste século.

[275] BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* 53. ed. São Paulo: Cultrix, 2021. p. 201.

> ‘Ninguém mais impróprio que Zola para dar um caráter científico a uma obra literária, porque lhe falta exatamente o saber profundo e sério’, li num crítico (algum conselheiro de Estado).
>
> Muitíssimo bem; aí está uma verdade para com a luz do sol: Zola nunca poderia ser um grande artista, vivendo para a ciência. Ou artista ou sábio.[276]

Em relação a *Um manicaca,* Maria do Socorro Rios Magalhães observa que “a crítica contemporânea aponta para a falta de unidade do enredo, prejudicado pelo excesso doutrinário, como um dos grandes problemas formais do romance de Abdias Neves”.[277] E conclui: “Para a literatura local, o romance de Abdias Neves constitui uma contribuição inovadora, ainda que, em nível nacional, se coloque entre os representantes da chamada literatura acadêmica, desprovida de criatividade formal e fiel aos valores consagrados pelo gosto da elite”.[278]

A despeito das questões apontadas, o naturalismo brasileiro, para Nelson Werneck Sodré,[279] ofereceu títulos de mérito que foram além da mera adoção das fórmulas externas portuguesas e francesas. A corrente foi apropriada no Brasil como a mistura da influência estrangeira com a adaptação à natureza e à sociedade locais, tendo seu auge na última década do século XIX. Neste recorte, foram publicadas as obras que Sodré qualifica como as de maior êxito do naturalismo brasileiro: *O Cortiço* (1890)*,* de Aluízio Azevedo; *O Missionário* (1899), de Inglês de Sousa; *A Normalista* (1893) e *O Bom Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha.[280]

Quando Abdias Neves escreveu *Um manicaca,* entre 1901 e 1902, o naturalismo estava em declínio e tornava-se *démodé* nos principais círculos intelectuais do Ocidente. As publicações retardatárias do início do século XX conseguiram pouca ou nenhuma expressão no cenário nacional, apesar de apresentarem elevado valor enquanto fontes históricas.[281]

Observado esse declínio, o que teria, então, motivado o autor a adotar a estética naturalista na escrita de sua obra? Responder à questão com uma referência à posição periférica que o Piauí ocupava na cultura nacional talvez não seja suficiente.

Abdias Neves era um intelectual combativo, que deixou em seus escritos e biografia uma série de pistas sobre as causas por ele defendidas. É possível identificar em *Um manicaca* uma série de questões caras ao seu autor, que acreditava ter a literatura uma função pedagógica.

---

[276] CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Fortaleza: EUFC, 1999. p. 41.
[277] MAGALHÃES, 2016, p. 222.
[278] MAGALHÃES, 2016, p. 223.
[279] SODRÉ, 1992, p. 202-207.
[280] SODRÉ, 1992, p. 222.
[281] SODRÉ, 1992, p. 229-235.

Ou melhor, uma missão pedagógica.[282] Considerando essa observação, Maria do Socorro Rios Magalhães responde à questão do parágrafo da seguinte forma:

> O naturalismo tardio de *Um manicaca* não constitui [...] um exemplo de atraso cultural. Trata-se, na realidade, de uma adequação formal à temática que apaixonava os intelectuais do Estado naquele momento. Por seu cunho cientificista e moralista, a estética naturalista apresentava-se como o melhor modelo para denunciar os erros imputados à Igreja Católica, seja no campo do conhecimento, seja no campo da moral.[283]

Ainda sobre a questão, observa Adriana Anatálio Feitosa: "Os naturalistas utilizaram suas obras como arma combativa, queriam com a literatura fazer a transformação da sociedade, por isso seguiam rigidamente os postulados cientificistas, submetendo suas personagens ao destino cego das leis naturais".[284]

Nesse sentido, observa-se que Abdias Neves, em muitos momentos ao longo da obra, abandona temporariamente a narrativa sobre a trajetória dos protagonistas Júlia e Araújo, para mostrar como Eufrasina negligenciava suas obrigações de dona de casa e esposa em benefício dos compromissos com a Igreja. Também para apresentar as longas exposições de Dr. Praxedes[285] sobre os perigos da religião, o papel social da mulher, as superstições populares e a importância da ciência. Mais exemplos são possíveis e isso demonstra uma clara preocupação com a observação e registro da sociedade, o que é, também, uma característica do naturalismo literário. Os personagens são representativos. São tipos que ilustram a visão de Abdias Neves sobre variados segmentos da sociedade teresinense do período.

Os autores naturalistas, comumente, utilizavam o método antropológico da observação participante.[286] O francês Émile Zola, para escrever sua obra prima *Germinal,* trabalhou por dois meses em uma mina, extraindo carvão e vivendo junto dos mineiros. Aluízio Azevedo apreciou o cotidiano de cortiços populares para a produção de *O Cortiço*.[287] Da mesma forma, Abdias Neves observou o dia a dia de Teresina na virada do século XIX para o século XX,

---

[282] MAGALHÃES, p. 215-223.
[283] MAGALHÃES, p. 219.
[284] FEITOSA, Adriana Anatálio. *Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias Neves.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2006. p. 56.
[285] Praxedes é um tipo (personagem) apresentado por Abdias Neves como um modelo de homem ideal: bacharel em Direito, crítico da religiosidade exacerbada, defensor da mulher instruída mas devotada aos filhos e ao lar, casado com a filha de um homem importante.
[286] Antropólogos e outros cientistas sociais são quem tradicionalmente utilizam esse método, que é empregado em estudos qualitativos sobre etnografia. É conhecido o exemplo de Claude Lévi-Strauss, que na década de 1930 esteve entre povos indígenas em diferentes estados brasileiros. Nas obras literárias naturalistas, a observação participante também é um recurso importante utilizado pelos autores.
[287] SODRÉ, 1992.

segundo o que está posto na edição de 17 de agosto de 1901 do jornal *Nortista*: "Sabemos que o Dr. Abdias apanhou e estudou a vida dos sentinelas, o sereno, os festejos com o reconhecimento, os bailes, os banquetes e muitos outros pontos interessantes".[288]

Um manicaca é, pois, fruto de um estudo aprofundado da sociedade teresinense. O autor se aproximou do cotidiano da cidade, onde os acontecimentos muitas vezes são desordenados e fogem a um padrão racional, na tentativa de observá-los, vivenciá-los e sistematizá-los em um texto literário. Trata-se de um método que se pretende científico e rigoroso, mas também de um exercício de sensibilidade. Foi necessário imergir na capital de um estado de práticas rurais, que tinha na pecuária a base de sua economia até o fim do século XIX. A paisagem da capital apresentava – especialmente nas áreas periféricas, mas não exclusivamente nelas – casas cobertas de palha; vias públicas enlameadas, sem iluminação elétrica e com a presença de animais como porcos e equinos. Entretanto, havia um anseio por ser urbano (ou ao menos parecer urbano) entre os mais abastados, o que fomentou atividades culturais e sociais como idas ao teatro e ao cinema, caminhadas pelo passeio público e a realização de bailes. Também merecem menção as confraternizações masculinas em botequins, as festividades religiosas e o "sereno" das festas, que eram práticas acessíveis aos mais pobres.[289] São atividades como essas, componentes da vida cotidiana, que Abdias Neves observou para escrever *Um manicaca*.

Sobre essa questão, o jornal *Nortista*, na mesma notícia citada anteriormente, observa que com a obra é "a primeira vez que se escreve um romance de observação dos costumes do meio piauiense, com o estudo de tipos propriamente nossos".[290] No trecho, o redator do jornal levanta uma outra questão inerente ao naturalismo literário e à qual já foi feita menção: os tipos. São eles personagens-símbolo, que carregam algum grau de representatividade sobre segmentos da sociedade observada e demandam coerência na construção de suas personalidades, assim como uma organicidade com a trama central que se desenrola na obra, visto que "a mera soma de minúcias descritivas não dá para pôr de pé uma personagem ou uma situação".[291] A criação de tipos é, portanto, uma característica importante da literatura realista; mais ainda da literatura realista-naturalista, visto que compõem uma ponte entre o universo ficcional inventado e a representação[292] do mundo real estabelecida pelo autor.

---

[288] UM MANICACA. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, 17 jan. 1901, p. 2.
[289] QUEIROZ, 2011a, p. 19-65.
[290] UM MANICACA,17 jan. 1901, p. 2.
[291] BOSI, 2021, p. 200.
[292] Conceito de Roger Chartier, que pode ser entendido como criação de significados, maneira de ler o mundo observável, interpretá-lo e inventá-lo a partir de apropriações, que variam de sujeito para sujeito ou de grupo para grupo. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

Em *Um manicaca* são apresentados alguns tipos de maneira bastante explícita. Pode-se novamente utilizar o exemplo de dona Eufrasina: mulher de meia idade, casada, religiosa, defensora da moral tradicional, interessada pela vida alheia, maledicente e "alegre como quem está em paz com a Santa Madre e se sente leve de culpa e isenta do pecado".[293] Trata-se de uma representante das beatas teresinenses mais fervorosas que, aos olhos de Abdias Neves, era um grupo contraproducente para a sociedade, uma vez que adotava como prática cotidiana a maledicência e se colocava em sentido contrário aos ventos do progresso.

A obra apresenta muitos outros exemplos, mas parece perceptível que a intenção de Abdias Neves com a inserção desses personagens é ilustrar, recorrendo à criação dos tipos, grupos mais amplos da sociedade teresinense (a partir da percepção do autor). Trata-se da mulher demasiadamente religiosa que representa as mulheres demasiadamente religiosas do mundo real; o homem conservador que representa os homens conservadores; o padre Jacinto, sacerdote de moral questionável, que representa um clero de moral questionável.

Por todas as questões apresentadas, ao analisar *Um manicaca*, qualquer pesquisador deve considerar que se trata de uma obra naturalista. O naturalismo literário, mesmo que em declínio no início do século XX, ainda atendia às pretensões utilitaristas que motivaram a escrita do texto.

A Teresina pintada por Abdias Neves nas páginas de *Um manicaca*, a cidade inventada que serve de palco para o desenrolar da trajetória do casal composto pela intransigente Júlia e pelo subjugado Araújo, é um universo próprio, com leis de funcionamento que harmonizam a coexistência orgânica de personagens, lugares e acontecimentos. Esse cosmos foi inspirado pela Teresina na qual Abdias Neves realizou incontáveis andanças; onde o literato dançou, amou, irritou-se, procurou sombra para se abrigar do sol de outubro, fez-se pai e marido, conquistou afetos e desafetos; onde, também, a partir de seus escritos – entre os quais, *Um manicaca* – e de sua atuação política, tornou-se perene.

A cidade representada na obra é uma capital com poucas diversões, retrógrada, composta por uma sociedade fortemente influenciada pela Igreja Católica e possuidora de uma infraestrutura aquém do nível de desenvolvimento urbano das principais capitais brasileiras do fim no século XIX.

No tocante aos lazeres, especificamente, são apresentadas como manifestações de maior destaque as festividades religiosas. Os eventos promovidos pela Igreja agremiavam grande parcela de uma população carente de recreações, que assistia às missas, pulava fogueira,

[293] NEVES, 2022, p. 245.

comprava guloseimas nas barracas de comidas típicas, tratavam das novidades da vida alheia; os jovens, por sua vez, aproveitavam tais ocasiões para o flerte. Nas palavras do personagem Ernesto, jovem estudante de Ciências Jurídicas e Sociais, "nesta terra insípida tudo diverte".[294]

A descrição encontrada em *Um manicaca* está de acordo com a interpretação de Teresinha Queiroz. Ao analisar periódicos teresinenses, a historiadora constata que, entre as décadas de 1880 e 1930, a percepção de cronistas e redatores era de que a cidade vivia mergulhada em um certo tédio. Apesar da possibilidade de frequentar o teatro, o cinematógrafo, o carnaval, os circos itinerantes e fazer passeios pelo Jardim Público, entre esses escritores, pertencentes aos mais altos círculos sociais do estado, predominava a impressão de que viviam em uma cidade sem diversões: "No dizer de Jônatas Batista, faltava assunto para crônica, embora não faltasse assunto para a matracagem da vida alheia".[295] Teresina carecia de elementos infraestruturais que a caracterizassem como uma capital verdadeiramente moderna. As mudanças só foram percebidas de maneira mais significativa a partir do desenvolvimento na integração comercial do Piauí, com o correr das primeiras décadas do século XX.

Assim como Jônatas Batista, Abdias Neves percebia como consequência do enfado causado pela monotonia cotidiana, o aumento do interesse pela vida alheia. A maledicência é um assunto repetidamente abordado em *Um manicaca*, sendo tratada como mazela social teresinense. A questão, pode-se dizer, serve também como pretexto para criticar um segmento em particular que parecia inquietar Abdias Neves: as mulheres que se empenhavam com excesso de fervor e zelo em colaborar com as obras da Igreja. As beatas foram um dos principais alvos da acidez empregada pelo literato na escrita. Representadas como intolerantes e alienadas, funcionariam como um verdadeiro exército, a serviço do clero local, no trabalho de combater a maçonaria e de doutrinar os indivíduos resistentes ao catolicismo. A religiosidade dessas mulheres, no entanto, estaria acompanhada de negligência para com as obrigações de dona de casa; além de uma contradição entre os preceitos cristãos que defendiam e suas práticas carregadas de pequenas hipocrisias (entre as quais, destaca-se a maledicência).

Áurea da Paz Pinheiro, ao estudar as animosidades entre clericais e anticlericais no Piauí do início do século XX, observa que havia um debate ativo dos contendores em relação às mulheres. Ambos os grupos, entretanto, defendiam que, à mulher, estavam reservados os papéis de filha, mãe e esposa. A diferença fundamental entre as duas visões estava na forma através da qual deveriam atuar as instituições de ensino. Os livres-pensadores condenavam o fanatismo religioso nas mulheres piauienses, defendiam sua alfabetização e o trabalho como professora

[294] NEVES, 2022, p. 200.
[295] QUEIROZ, 2011a, p. 37.

primária, apenas. A mulher deveria ser instruída para educar as futuras gerações. Dissecando cuidadosamente a questão, pode-se sintetizá-la da seguinte forma: maçons e Igreja vislumbravam a mulher ocupando o mesmo lugar social, sua disputa era sobre quem teria a tutela da população feminina piauiense.[296]

Percebe-se que a educação das moças era pragmaticamente voltada à função que a maioria viria a ocupar: a de donas de casa. Apenas entre as elites, pode-se observar uma maior instrução para as jovens, com o aprendizado de línguas estrangeiras, música, literatura e o domínio da leitura e da escrita. Tal perspectiva não visava a emancipação dessas mulheres, mas torná-las esposas mais interessantes[297] e mães mais preparadas – que pudessem, inclusive, direcionar o contato inicial dos filhos com o letramento.[298] Em crônica publicada no seu *Em roda dos fatos*, o intelectual piauiense Clodoaldo Freitas, contemporâneo de Abdias Neves, registrou o seguinte posicionamento:

> Eu só admiro a mulher na santidade do lar, tratando da família. Quanto maior é o número de filhos que uma senhora cria com desvelo e solicitude, mais a considero sábia e santa. Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha, mas olho sempre com prevenção para essa espécie de macho que não quer se conformar com os deveres do seu sexo.[299]

A partir do enredo de *Um manicaca,* Abdias Neves se insere nessa discussão e apresenta outras questões importantes, referentes à sociedade teresinense, que o inquietavam. Como é o caso do debate acerca da dinâmica familiar mais adequada à realidade daquele contexto. Os casamentos arranjados, à moda do século XIX, motivados por estratégias de concentração de bens e influência, eram considerados um modelo problemático por vários livres-pensadores. Amor, respeito e atração física seriam elementos indispensáveis para um matrimônio saudável e feliz. À mulher, no entanto, ainda caberia a subserviência ao marido e a devoção às tarefas de mãe e dona de casa.[300]

Nesse sentido, é elucidativo o raciocínio do personagem Praxedes referente à forma como deve funcionar a relação entre o marido e a esposa no casamento:

---

[296] PINHEIRO, 2001, p. 87-91.
[297] Corina Rosa da Paz, filha do capitão Raimundo Manuel da Paz e futura esposa de Higino Cunha, era letrada e, com a autorização paterna, chegou a ministrar aulas particulares de primeiras letras para meninas. As aulas incluíam, ainda, lições de trabalhos com agulha. QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. p. 35.
[298] CASTELO BRANCO, p. 75-103.
[299] FREITAS, 2011, p. 77.
[300] CARVALHO, 2013.

> Na vida doméstica não são as ideias da esposa que devem predominar, são as do marido. Este é mais culto, em geral mais talentoso, mais experiente [...]. O casamento não deve ser somente uma comunhão de bens, deve ser também uma comunhão de ideias. Não conheço desrespeito maior que uma mulher fanática ao lado de um homem de ciência, de um espírito emancipado. Ele tem, não digo o direito, digo a obrigação de dirigi-la, de encaminhá-la como a encaminha em todos os atos da vida, desde a escolha de suas relações até o modo de educar os filhos.[301]

Para Abdias Neves, naquele momento, a mulher não poderia ter autonomia para participar das decisões familiares mais importantes. Ao homem caberia a direção do lar, pois possuía uma suposta predisposição à liderança – característica que o autor talvez considerasse mais natural que cultural, tendo em vista sua adesão às ideias evolucionistas.

Sobre a questão, Pedro Vilarinho Castelo Branco afirma:

> Para Abdias Neves, a autoridade masculina sobre a mulher continuava inquestionável; no entanto, a fundamentação para essa autoridade mudava radicalmente. As posturas masculinas senhoriais, o servilismo da mulher ao homem, o controle masculino mantido através da força física, da agressividade não teriam espaço no mundo moderno.[302]

Nos artigos sobre educação, escritos para o jornal *Diário do Piauí*, em 1914, no entanto, Abdias Neves apresentou posicionamento distinto. Cerca de cinco anos após a publicação de *Um manicaca*, o pensador defendeu um modelo de educação voltado para a emancipação feminina. Como discutido no tópico anterior, o bacharel, na posição de educador, recusava a tese de que havia inferioridade intelectual das mulheres em relação aos homens, ao argumentar que as diferenças observadas entre os sexos no tocante aos processos de ensino-aprendizado, das quais falavam os seus pares, tinham raiz sociocultural e não natural. Essa construção seria notadamente relacionada ao modelo de instrução ao qual eram submetidas as mulheres desde a mais tenra idade.[303]

A respeito do casamento, em específico, Abdias Neves revisita a pauta a partir de outros personagens presentes em *Um manicaca*. Um dos exemplos mais destacados na prosa é o de dona Eufrasina e Chaves, um casal de meia idade no qual o equilíbrio baseado na autoridade do marido estava totalmente abalado. A esposa, uma fanática religiosa, dedicava-se mais à igreja que ao lar. Faltava com as obrigações domésticas, mas jamais com as divinas, o que desagradava ao marido, cuja liderança exaurira-se. O caso remete, novamente, à questão do

---

[301] NEVES, 2022, p. 332.
[302] CASTELO BRANCO, 2008, p. 128-129.
[303] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada V. Da educação física direta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 157, 12 jul. 1914, p. 2-3.

anticlericalismo e denuncia uma forte preocupação de Abdias Neves, que pode ser encontrada em outros de seus trabalhos.[304] Trata-se da apreensão quanto à influência nociva da religião na instituição familiar, exercitada a partir de esposas fanáticas, de padres que condenam maridos ateus e maçons, do fomento a divergências de opinião entre os cônjuges. [305] Mais grave ainda, a Igreja estaria posicionada como empecilho ao progresso.

Antagônicos a Chaves e Eufrasina estão Praxedes e sua esposa Mundoca. Ao passo que aquela está desalinhada às convicções do marido, esta devota ao seu cônjuge uma serena subserviência, além de respeitar e abraçar as suas ressalvas em relação à Igreja. Praxedes é um homem da ciência, inteirado das principais discussões em voga na Europa e ateu convicto; também é poucos anos mais velho que a esposa e é zeloso no trato com a sua companheira.

Percebe-se, a partir dos exemplos, a clara apresentação de dois modelos: um repreensível e outro desejável. Dessa forma, pode-se observar uma construção consciente, entrelaçada ao enredo da obra. A seguinte citação, nesse sentido, é elucidativa. Trata-se de uma reflexão de Chaves, na qual compara o seu relacionamento ao de Praxedes:

> Quando o viu afastar-se feliz e carinhoso, ao lado da mulher, suspirou invejando-o. Fez mentalmente o confronto entre a companheira do bacharel e a sua. A comunhão das ideias aproximara-os ainda mais. Em vez dos atritos constantes de D. Eufrasina, arvorada em defensora do clero, uma existência tranquila sem agitações, sem nuvens, sem desconfianças. Se o Chaves lhe fazia reparos sobre as repetidas confissões: desaforos. Se lhe chamava a atenção para os desarranjos domésticos: descomposturas. Todas as noites, ao voltar da Maçonaria: discussões. D. Eufrasina ultimamente já se não contentava de viver na mais absoluta liberdade. O padre Jacinto estranhara, em uma confissão, que uma pessoa tão virtuosa vivesse com um herege. Insinuara que se o Chaves não abandonava a seita diabólica era por falta de quem o arrastasse. As amigas, as devotas suas companheiras, riam-se do 'seu caso'. E D. Eufrasina metera mãos à obra. Começara fazendo promessas a todos os santos de sua devoção: prometera-lhes uma missa cantada, com foguetes e música no coro, se o maçom se convertesse. Mas os santos tinham julgado pequena recompensa tão pouca coisa para arrancar ao diabo alma tão cobiçada e não tinham se mexido, esperando outras promessas.[306]

---

[304] NEVES, Abdias. *Psicologia do cristianismo*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

[305] Monsenhor Chaves, ao analisar a participação de Abdias Neves nas disputas entre maçons e católicos no Piauí, durante o início do século XX, afirma: "[...] travou acirrada luta com padres, luta inglória para ambos os lados. Apelidada de luta religiosa, foi de fato mera e unicamente luta política, na qual ambos os lados disputavam, com fúria, posições políticas de mando. A linguagem naquela polêmica desceu a níveis inimagináveis, se atentarmos para o valor normal e intelectual dos contendores de ambos os lados. Era aquela uma hora de radicalismos e intolerâncias". CHAVES, 2013, p. 612. Aos interessados no estudo sobre o caráter político das mencionadas dissidências religiosas, ver: SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: (1902-1914). *Carta Cepro*. Teresina, v. 11, n. 1, p. 87-114, jul./dez./ 1986.

[306] NEVES, 2022, p. 334-335.

A literatura, nas páginas de *Um manicaca*, torna-se vetor de críticas sociais carregadas de um tom propositivo. Ao passo que são realizadas denúncias, embasadas nas concepções ideológicas e morais do autor, também percebe-se sugestões de um vir-a-ser desejado. As pautas aqui apresentadas, que são algumas entre muitas outras possíveis, representam inquietações genuínas de Abdias Neves. Ele escreve, segundo a formulação de Nicolau Sevcenko sobre os literatos do início do século XX, acreditando ser não apenas um ator ativo das transformações sociais, mas pré-requisito para que aconteçam. [307] Isso explica o cuidado em documentar Teresina, apresentando o que seriam os problemas mais graves da sociedade e registrando traços de sua cultura. A percepção do autor é, em algum grau, oriunda da observação antropológica realizada para a feitura de *Um manicaca* e explicita, novamente, pretensões pedagógicas. Maíze Daniela de Carvalho diz ter Abdias Neves o objetivo de apresentar, aos seus leitores, um modelo de casamento burguês. O modelo possui semelhanças com o do século XIX, mas propõe mulheres minimamente instruídas, afinidade sexual e casais sem grandes diferenças de idade.[308] Percebe-se, ainda, na escrita de Abdias Neves, a proposição de ideais de masculinidade e virilidade, nos quais o personagem Chaves, impotente frente ao fanatismo da esposa, e o protagonista Araújo, desprovido de força moral para liderar o próprio lar, evidentemente não se enquadram. São estes, na verdade, tipos de postura indesejada.[309]

Em relação ao anticlericalismo, Abdias Neves inventa diálogos conduzidos por Praxedes que, algumas vezes, acabam se tornando monólogos. O bacharel, sempre que um interlocutor se mostra disponível, mesmo que desinteressado, inicia determinadas reflexões, que frequentemente alcançam a temática da religião. Em uma conversa com João Sousa, funcionário público aposentado e afeito a construir relações com gente importante, questiona as doações feitas pela população à Igreja:

> Que diabo! Entra pelos olhos. Que espírito cristão é esse? Vem um pobre e pede-nos uma esmola para comer, despedimos sem nada. Vem um padre e diz que precisa de dinheiro para fazer o serviço divino (que ele não tem obrigação de fazer de graça), e mandamos todo o dinheiro de que, na ocasião, podemos dispor. Por que o padre não reza a novena por sua conta? Por que pede 50$[310] por um sermão? E se não se paga, ele não faz a festa. A obrigação de festejar os santos é, pois, dos devotos, não dos padres?[311]

---

[307] SEVCENKO, 2003, p. 99-100.
[308] CARVALHO, 2013, p. 96-99.
[309] CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e virilidades na produção discursiva de Abdias Neves. *Fênix - revista de história e estudos culturais.* vol. 17, n. 2, p. 502-521. Jul./ dez., 2020. Disponível em: www.revistafenix.pro.br
[310] 50 mil réis. O mil-réis foi substituído pelo cruzeiro somente em 1942.
[311] NEVES, 2022, p. 51.

Para além do repúdio à prática naturalizada de ajudar financeiramente as obras religiosas, observa-se que a crítica é essencialmente anticlerical, direcionada à Igreja Católica e ao seu representante mais próximo do povo: o padre.

Vai ainda além a reflexão do jovem bacharelando Ernesto, que visita Teresina observando, com ar de superioridade, uma cidade supersticiosa e retrógrada:

> O homem primitivo acreditava no poder de certas fórmulas e palavras mágicas: a devota, de hoje, acredita que certas palavras mágicas (orações) têm poder curativo. É a infância do espírito. Interviesse a razão esclarecendo os fatos, e a ciência estudando as suas relações – e essas barreiras seriam transpostas. Todo o interesse do padre, porém, é manter esse estado rudimentar.[312]

Ernesto, em sua observação, faz uma pequena ode ao racionalismo, que seria arma importante no combate aos malefícios da religiosidade exacerbada na sociedade. Trata-se de um rastro do cientificismo de Abdias Neves. É apresentado o problema (a religião) junto da solução (a ciência), numa tentativa de indicar qual seria o caminho mais seguro para o progresso. Sobre a questão, Áurea da Paz Pinheiro escreve que "reafirmar suas ideias anticlericais, desqualificar a religião católica, a ação da Igreja e de seus ministros, destacar a função do intelectual na sociedade, eram as principais preocupações do autor de *Um manicaca*".[313] Pedro Vilarinho Castelo Branco, por seu turno, observa que entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX cresceu o número de piauienses formados em Direito, Medicina, Engenharia e Farmácia. Considerável parcela desses indivíduos, formados em escolas superiores de outras províncias (e estados, na época republicana), após alcançarem o diploma regressavam à terra natal e "o retorno destes ao Piauí, atraídos pelos cargos públicos e pelos interesses familiares, fazia crescer a circulação de ideias novas, chegando a dar vida a um sistema literário".[314] As novidades ideológicas propagadas pelos bacharéis, "não eram inocentes, tinham vinculação política, pois procuravam se impor como norma, fundamentar uma disciplina, criando relação entre o saber criado pelos literatos e a nova ordem social que estava sendo proposta à sociedade".[315]

Algumas das proposições que Abdias Neves registra em *Um manicaca* também são encontradas nos seus escritos de caráter não ficcional. Esse fato reforça o argumento de que o

[312] NEVES, 2022, p. 67.
[313] PINHEIRO, 2001, p. 105.
[314] CASTELO BRANCO, 2008. p. 41.
[315] CASTELO BRANCO, 2008, p. 42.

autor explorou de maneira pragmática o poder da literatura enquanto transmissora de determinadas mensagens.

Exemplifica essa constatação o personagem Dr. Nepomuceno: médico reconhecido na cidade, homem sério e conservador. O tipo é a representação do homem que, apesar de estudado e instruído, não se tornou um espírito livre, permanecendo intelectualmente refém da religiosidade. Segue abaixo uma breve reflexão de Dr. Nepomuceno, durante diálogo sobre a teoria evolucionista e outras questões que eram caras aos livres-pensadores entre e o fim do século XIX e o início do XX:

> É um Sr. Darwin que vem dizer que descendemos do macaco, é um Haeckel que vem combater a igreja em nome do monismo, e quanta gente da mesma envergadura, que os imbecis leem e aplaudem! Não lhe disse? Nem mesmo a religião escapou. Fundou-se o que chamaram "a ciência das religiões" para mostrar que derivam todas de um tronco comum. Criou-se a 'exegese bíblica', e afirmou-se que Moisés não escreveu Gênese, nem coisa nenhuma. E ainda você admira-se! Jesus não é mais um deus: os mais tímidos afirmam que é um homem notável; os mais extravagantes, que é um doente, um degenerado 'morto prematuramente, na cruz, por uma síncope facilitada pela existência de uma expansão pleurética', outros negam, mesmo, que haja existido. Tudo isso nós católicos sofremos, de braços cruzados, sem poder reagir. Ah! Seu Chaves! Só a fogueira, só a Inquisição. Sem o tribunal do Santo Ofício estamos perdidos, porque caminhamos para a corrupção a passos agigantados.[316]

A fala de Nepomuceno pode ser interpretada como uma síntese das exposições gerais de *Psicologia do cristianismo*, obra publicada por Abdias Neves em 1910, um ano após *Um manicaca*. No trabalho, o autor faz uma análise histórica sobre as origens e o desenvolvimento do cristianismo, enquanto defende a tese de que Jesus Cristo jamais teria existido: tratava-se de invenção resultante da soma de elementos retirados de outras religiões e das formulações repletas de intencionalidades dos evangelistas. O próprio cristianismo seria a derivação de mitos solares cultuados por povos da antiguidade.[317] O texto é rico em erudição. Em suas notas de rodapé, encontram-se importantes pistas sobre as principais inspirações intelectuais de Abdias Neves.

Percebe-se uma consonância entre *Psicologia do cristianismo* e *Um manicaca* no tocante ao elevado tom adotado nas críticas religiosas, que é percebido especialmente nas reflexões a respeito da essência e da constituição histórica do cristianismo; e do comportamento dos católicos piauienses. Esse gênero, a exegese religiosa, foi uma tendência que conquistou

[316] NEVES, 2022, p. 195-196.
[317] NEVES, 2015.

diversos adeptos entre os pensadores ocidentais desde as últimas décadas do século XIX, tendo como principal representante o francês Ernest Renan. A presença de tais ideias é percebida no Brasil, entre outros exemplos, através dos escritos memorialísticos de Joaquim Nabuco sobre sua formação: "Em religião, eu estava sob a influência de Strauss, Renan e Havet, e formava, também eu, com os fragmentos de todos eles a minha lenda pessoal de Jesus".[318] Estudos dessa natureza eram polêmicos e, frequentemente, recebiam duras respostas dos conservadores através de jornais e folhetos.[319]

Outra importante questão a ser discutida é a reflexão realizada por Abdias Neves a respeito do papel da religião na constituição moral das sociedades. O literato observava na moral cristã uma influência contraproducente, prejudicial ao progresso humano. Segue o diálogo dos personagens João Sousa e Praxedes, em *Um manicaca,* sobre a temática:

> – Mas o doutor não nega que ela [a moral cristã] é um freio para o povo.
> – Não nego? Nego. Vá a uma prisão: encontrará a maioria dos criminosos de rosário no pescoço. Depois, já lhe disse que o povo pensa por imagens. Prédicas, sermões não valem sem o exemplo. O exemplo é tudo. Ora, o que ele vê é a negação do que você denomina a moral cristã: vê que a riqueza é o melhor dos bens para o padre. Vê que condena a mancebia e vive amasiado; vê que se vinga cruelmente dos adversários, de suas ideias quando Jesus manda perdoar as ofensas; vê que está acima de Deus no culto; vê que enriquece vendendo os sacramentos, taxando uma tabela de preços. Como pode ser um freio? Isto é uma frase feita, que vai sendo repetida, sem exame e sem critério.[320]

A mesma reflexão é encontrada em outro escrito do autor, o texto Moral religiosa, resultado de uma conferência proferida pelo autor na loja maçônica teresinense Caridade 2ª e publicado na revista *Litericultura*, em julho de 1912. Afirma Abdias Neves que: "Os frutos da moral dos evangelhos foram os mais terríveis. Em toda a parte, o sangue, a fogueira, a devassidão, a miséria. E são, entretanto, os agentes do catolicismo os que, mais sistematicamente, afirmam que fora de sua religião não há moral".[321] Em *Psicologia do cristianismo,* o autor aborda a questão com maior profundidade, dissecando o que seria uma série de malefícios causados pela influência da moral cristã à instituição familiar, à relação do homem com o trabalho, à construção do amor à pátria e ao desenvolvimento da ciência. Em síntese:

---

[318] NABUCO, Joaquim. *Minha formação.* 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011. p. 54.
[319] PINHEIRO, 2001.
[320] NEVES, 2022, p. 306-307.
[321] NEVES, Abdias. Moral religiosa. *Litericultura*, Teresina, ano 1, fasc. 1, 1 jul. 1912, p. 28.

> A moral cristã, para os que estudam, é uma moral que avilta o homem, exalta a escravidão, condena o trabalho, degrada a mulher, combate o instinto da família, condena a ideia de pátria, a ciência e a justiça. E traçada, finalmente, não para uma sociedade trabalhada por todas as expansões da vida, mas para uma comunhão de crentes, estrangeiros neste vale de lágrimas, prestes a desaparecer no aniquilamento dramático do fim do mundo.[322]

Para além das discussões religiosas, há na produção de Abdias Neves algumas tentativas de formular uma espécie de psicologia coletiva do piauiense. Tanto em *Um manicaca* quanto em *A guerra do Fidié* (obra historiográfica publicada em 1907), identifica-se a recorrência em comparar os sertanejos do Piauí e do Ceará. Os cearenses seriam mais afeitos a desafios, mais determinados; os piauienses, preguiçosos e acomodados. Tal descrição é explicitamente posta sobre bases mesológicas, tomando elementos do meio natural como determinantes na constituição dos povos. Segundo essa análise, a natureza é um fator que pesa de maneira irresistível sobre os ombros dos coletivos sociais.[323]

Dessa forma, percebe-se, em diversos momentos, a convergência entre as ponderações postas no texto literário e as opiniões reproduzidas pelo autor em escritos não ficcionais. Essa conclusão evidencia a dimensão utilitarista dessas contribuições à cultura escrita piauiense. O próprio Abdias Neves, na edição de outubro de 1912 da revista *Litericultura*, deixa forte indicativo de sua posição sobre o papel dos pensadores na realização de transformações sociais. Diz ele que "o povo na sua massa geral faz revoluções, mas não faz reformas sociais. Estas surgem do trabalho de elaboração dos espíritos superiores".[324] Não seriam possíveis, portanto, mudanças estruturais alheias aos espíritos superiores: os intelectuais. É, pois, na esperança de fomentar ou acelerar mudanças de caráter materialista-cientificistas que Abdias Neves escreve *Um manicaca*.

O texto registra a tentativa do autor de, através da literatura, ser um agente ativo dessa transformação. Por isso a escolha pela estética naturalista. As características da corrente (anticlericalismo, criação de tipos, proximidade com teorias cientificistas) eram compatíveis com os objetivos utilitaristas do literato. A obra é um retrato de Teresina entre o fim do século XIX e o início do XX. Ela deixa muitos rastros a respeito da visão do autor sobre a sociedade teresinense e, por ser fruto de uma observação antropológica, possui elevado valor enquanto fonte histórica.

---

[322] NEVES, 2015, p. 171.
[323] NEVES, 2022, p. 125; NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: Fundapi, 2006. p. 248-267.
[324] NEVES, Abdias. A opinião pública e o divórcio. *Litericultura,* Teresina, ano 1, fasc. 3, 31 out. 1912. p. 201.

4 A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDIAS NEVES

> *A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente "globalização", ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. O progresso técnico continuou e até acelerou na Era da Catástrofe, transformando e sendo transformado pela era de guerras mundiais.*[325]

4.1 Voo de Ícaro: a inserção na política

A construção da imagem de Abdias Neves como homem público se deu, especialmente, em duas arenas interdependentes: a cultura escrita e a política. Desde o seu retorno para Teresina, em 1898, formado pela Faculdade de Direito do Recife, empenhou-se em cumprir com as expectativas que orbitavam a figura dos jovens bacharéis. Logo nos primeiros anos de volta à terra natal, passou a colaborar com periódicos, casou-se com a filha de um importante político e comerciante local, ingressou na magistratura, escreveu literatura em prosa e agremiou-se a Miguel Rosa e Antonino Freire na redação do jornal *Pátria* (sob a proteção dos irmãos Areolino e Anísio de Abreu). [326]

O objetivo desta seção é analisar como se deu a inserção e o estabelecimento de Abdias Neves na política piauiense, assim construindo a sua imagem como figura pública e alcançando maiores possibilidades de intervenção na sociedade o rodeava.

Jean-François Sirinelli entende que "para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema do seu papel e do seu poder".[327] Pode-se dizer que a política era a ferramenta mais poderosa para que Abdias Neves conseguisse colocar no mundo as suas ideias e impactar de maneira prática a realidade, em razão de ser a principal ponte entre os intelectuais

---

[325] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 92.
[326] PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias:* Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 107.
[327] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 235.

e o Estado. Para que fossem alcançados cargos prestigiados na administração pública, no mais das vezes, era necessário ingressar na política formal.

Além disso, estar bem situado junto ao Poder Executivo estadual, proporcionava segurança material e maior prestígio social. Aos intelectuais da Primeira República, era inviável viver unicamente das letras. Nas palavras de Nicolau Sevcenko: "Afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, esses autores não possuíam igualmente uma base material segura em que pudessem sustentar a sua pretendida independência".[328] Em Teresina, havia eventos culturais que proporcionavam distinção e visibilidade aos seus frequentadores mais assíduos. A busca por reconhecimento era uma constante, assim como a frustração em razão dos fracassos acumulados nessa empreitada.

Pode-se identificar em textos da época certo sentimento de desajuste em relação ao Piauí. O Rio de Janeiro, onde a carreira das letras também oferecia pouco retorno, era considerado pelos piauienses como um oásis da cultura escrita no Brasil. Para os intelectuais piauienses, ter um livro publicado no Rio de Janeiro ou receber elogios de nomes notáveis da capital federal, eram acontecimentos festejados e rendiam prestígio entre os pares.[329]

Diante desse cenário, a política oferecia a Abdias Neves três benefícios principais: remuneração, notoriedade e possibilidades concretas de impactar a sociedade de acordo com suas convicções ideológicas. Mesmo acreditando no poder transformador das letras, o bacharel também entendia que a proximidade com o Estado potencializava as chances de sucesso para as suas pretensões reformistas.

A atuação de Abdias Neves na política formal começou a repercutir de maneira significativa no cenário local em 1902, por conta da criação do jornal *Pátria*.

O periódico seguia o formato disseminado no Piauí da época. Com tiragem semanal, possuía sempre quatro páginas, sendo a última reservada para os anúncios. Publicava semanalmente textos jornalísticos, literários e políticos, dispostos em quatro colunas. A redação estava instalada na Rua Grande,[330] número 27, e Miguel Rosa parecia exercer um papel de liderança no empreendimento em relação às questões administrativas, visto que: "Todo negócio referente a este jornal, deve ser tratado com o redator-gerente dr. Miguel Rosa e fora da capital com os correspondentes".[331] A assinatura custava, para a capital, 3 mil réis por três meses e 6

---

[328] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 115.
[329] QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011a. p. 179-215.
[330] Denominada atualmente como Rua Álvaro Mendes.
[331] EXPEDIENTE. *Pátria*. Teresina, ano 1, n. 9, p. 1, 28 dez. 1902.

mil réis por seis meses; e, para fora do estado ou para o interior, eram cobrados 4 mil réis por três meses e 7 mil réis por seis meses.[332]

Sabe-se que o *Pátria* surgiu em um contexto de reorganização das forças políticas piauienses. Como relata Adail Brandão, o início do regime republicano foi marcado por intervencionismo do governo federal em relação à escolha dos governadores:

> A fase conturbada dos governos militares é assinalada pela gestão do capitão Coriolano Carvalho, nomeado por Floriano Peixoto, para substituir a junta governativa que assumiu o poder após a deposição do primeiro governador constitucional, Gabriel Luís Ferreira, e pela de Raimundo Artur de Vasconcelos, que teve como principal força opositora a união dos antigos democratas e republicanos, na 'política do Congraçamento', a cujas pressões teve que ceder. Passada essa fase de governos intervencionistas, verificou-se a ascensão dos Mendes Nogueira, chegando ao poder máximo do estado nos governos de Arlindo Nogueira e Álvaro Mendes.[333]

Com o sucesso de Arlindo Nogueira e Álvaro Mendes, a oposição procurou se articular de maneira mais eficiente para enfrentar os embates contra a situação. Foi nesse momento que os irmãos Areolino e Anísio de Abreu apoiaram Abdias Neves, Antonino Freire e Miguel Rosa na criação do jornal *Pátria*, ombreados a Higino Cunha. Este, desentendeu-se com o trio e se afastou do projeto.

A contenda acabou por ser investigada e debatida por alguns pesquisadores e a narrativa mais aceita é que Cunha, mais experiente que os demais, pretendia ser o redator-chefe do periódico, o que lhe foi negado.[334] Além disso, verdade ou não, circulava oralmente que o bacharel cultivava ciúmes literários em relação à obra *Um manicaca*, que acabara de ser escrita por Abdias Neves (rumor que Higino Cunha negava de maneira veemente). Os dois bacharéis

---

[332] Não será possível realizar ampla análise do periódico, em razão de sua indisponibilidade para pesquisa. Está vetado o acesso aos exemplares físicos no Arquivo Público do Piauí, em razão do mau estado de conservação, e os arquivos digitais disponibilizam apenas dois números: o nove, de 28 de dezembro de 1902, e o 57, de 22 de novembro de 1903.

[333] BRANDÃO, Adail. *As armadilhas do poder:* partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 41.

[334] O episódio é narrado da seguinte forma por Artur Passos: "O corpo redacional do novo órgão seria constituído, diz um dos componentes do grupo, de Higino Cunha, Abdias Neves, Antonino Freire e Miguel Rosa, servindo a casa do último quartel de coronéis periodicistas. Numa destas reuniões, no auge do entusiasmo, grita Higino Cunha com o indicador em riste: 'Ponha no cabeçalho – *Pátria* – Redator-chefe – Higino Cunha. Asseguro que venceremos sem luta. O adversário rende-se à discrição, com armas e bagagens'. Pabulagem, disseram os confrades, todos, por sinal, mais novos que o fanfarrão 18 puxados anos". PASSOS, Artur. *Abdias* Neves: homens e eventos da sua época. Teresina: FUNDAPI, 1966. p. 20. Registre-se que é de difícil comprovação a versão contada por Artur Passos, que afirmou tê-la ouvido de um dos componentes do grupo. Observadas, entretanto, as datas de falecimento de Abdias Neves (1928), Miguel Rosa (1929) e Antonino Freire (1934) e a idade de Artur Passos (nascido em 1882 e falecido somente em 1977), pode-se concluir como provável que Passos tenha tido assíduos contatos com o trio que redigia o jornal *Pátria* no começo do século XX.

eram concunhados (ambos casados com filhas de Manoel Raimundo da Paz), o que dava à questão ares de desavença familiar.

Com Miguel Rosa, o desentendimento foi reavivado em 1915, na polêmica intitulada de *Ódio velho*. Nessa ocasião, a linguagem foi levada aos níveis mais ofensivos, com direito a injúrias raciais. Rosa, que era o governador do estado naquele momento, demitiu Higino Cunha dos cargos públicos que ocupava (procurador dos Feitos da Fazenda e lente do Liceu e da Escola Normal). Nos últimos anos de vida, Cunha escreveu em suas *Memórias* que Abdias Neves e Miguel Rosa:

> [...] apoiados por Antonino Freire desde que apareceram na vida pública em 1902, quando fundaram a *Pátria* e se propuseram a escalar o poder, favorecidos pelo prestígio de Areolino e Anísio de Abreu. Solidário com eles algumas vezes, tive que enfrentá-los em revides pessoais e tristemente acrimoniosos.[335]

Não é de interesse para este tópico analisar com maior riqueza de detalhes tais animosidades, mesmo porque Artur Passos, José Miguel de Matos e Teresinha Queiroz já narraram de maneira detida os eventos acima.[336] As histórias em torno do jornal *Pátria*, no entanto, evidenciam o ímpeto com que se apresentaram Abdias Neves, Miguel Rosa e Antonino Freire para a política piauiense. Na citação, Higino Cunha afirma que o trio apresentava a intenção de "escalar o poder"; essas características contribuíram para que recebessem a alcunha de "jovens turcos".

Nas memórias de Cristino Castelo Branco são mencionados nos seguintes termos os jovens turcos: "Contrastando com o atraso material, havia na cidade homens inteligentes, que liam alguma coisa, escreviam e brigavam nos jornais: Abdias Neves, Antonino Freire, Miguel Rosa, os meninos d'*A Pátria*, diário bem-feito, de feição moderna e atraente [...]".[337] Artur Passos, por sua vez, afirma que: "Desde o começo, desde a fundação do jornal *Pátria*, que circulou em 1901 [sic], nos pródomos do governo Arlindo Nogueira, que se irmanaram em política e princípios filosóficos, Abdias Neves, Antonino Freire e Miguel Rosa".[338]

---

[335] CUNHA, Higino. *Memórias*: traços autobiográficos. 2.ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011. p. 70.
[336] PASSOS, 1966, p. 20-24; MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976; QUEIROZ, Teresinha. Sobre política, ciência e arte. Higino Cunha e as controvérsias de seu tempo. In: Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 34, 2011, *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011b. p. 4-10.
[337] CASTELO BRANCO, Cristino. *Frases e notas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957. p. 129.
[338] PASSOS, 1966, p. 16.

Passos aborda um ponto crucial para entender a atuação dos jovens turcos na política piauiense: as ideias que os orientavam. Abdias Neves e Miguel Rosa foram companheiros de turma na Faculdade de Direito do Recife, o que lhes proporcionou leituras semelhantes na base de suas respectivas formações intelectuais. Eram materialistas e cientificistas; anticlericais, portanto. Antonino Freire vinha da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, era um engenheiro simpático ao positivismo de Augusto Comte e à "teoria inglesa segundo a qual tempo é dinheiro". De acordo com Artur Passos, Miguel Rosa era o único inicialmente interessado de interessado nos assuntos da política partidária. Freire, por seu lado, tinha personalidade forte e era de difícil subordinação a chefes; sentia-se destinado a posições de mando. Já Abdias Neves, era o mais talentoso para as letras.[339]

Embalados por um fundo teórico positivista, cientificista e anticlerical, os três se esforçaram enquanto homens de ação. Buscavam, dentro das possibilidades ofertadas pela política do estado, atuar de acordo com as suas convicções intelectuais – é esse um aspecto frequentemente destacado pelas pesquisas que versam sobre a temática, especialmente quando abordadas as disputas ideológicas do contexto.

Deve-se ressaltar que as alianças estabelecidas na política eram muitas vezes conjunturais. Em que pese a existência da disputa entre Mendes-Nogueira e os irmãos Abreu, não era incomum que alguns indivíduos compusessem a gestão de um (*a priori*) adversário político. Adail Brandão adverte que: "Faz-se necessária referência ao caráter da transitoriedade e dos limites da oposição, pois, muitas vezes, membros de outros grupos faziam composições e participavam das administrações".[340] No governo de Álvaro Mendes, por exemplo, Antonino Freire foi o diretor de obras públicas, Miguel Rosa diretor da Instrução Pública e o próprio Areolino de Abreu foi o vice-governador.

Arlindo Nogueira governou o Piauí entre julho de 1900 e julho de 1904. Foi substituído por Álvaro Mendes, que ficou à frente do Executivo estadual entre julho de 1904 e dezembro de 1907. O grupo Mendes-Nogueira foi desarticulado e enfraquecido somente a partir do falecimento dos seus dois principais mentores no ano de 1907: Lisandro Nogueira pereceu a 13 de março e Álvaro Mendes a 5 de dezembro, no exercício do cargo de governador.

Nessas circunstâncias, os Abreu chegaram ao comando do governo estadual. Areolino de Abreu, então vice-governador, assumiu o cargo deixado por Álvaro Mendes e permaneceu na cadeira de governador até março de 1908, quando foram realizadas as eleições regulares.

---

[339] PASSOS, 1966, 16.
[340] BRANDÃO, 2021, p. 42.

Anísio de Abreu, eleito senador em 1906, renunciou ao cargo, candidatou-se ao governo estadual com amplo apoio dos grupos políticos piauienses e logrou êxito no pleito.

Tragicamente, entretanto, Anísio de Abreu veio a falecer também no exercício do seu mandato, em 6 de dezembro de 1909. No ano anterior, no município de União, já havia falecido o irmão Areolino de Abreu. Em um intervalo de tempo menor que dois anos, quatro das principais lideranças políticas piauienses deixaram a vida, o que provocou movimentações no cenário estadual.

Quando completava um ano do falecimento de Areolino de Abreu, o Partido Republicano realizou sessão cívica em memória do "inolvidável piauiense". Na ocasião, foi incumbida a Abdias Neves a tarefa de discursar aos presentes e a transcrição da conferência foi publicada pela Libro Papelaria Veras. Durante a fala, para além do saudosismo que pedia o momento, foram realizadas análises sobre alguns aspectos da política piauiense naquela primeira década do século XX. O primeiro tópico a ser destacado, é o relato feito por Abdias Neves sobre o jornal *Pátria*:

> Trabalhamos juntos na *Pátria*, e essa folha que exerceu tão real influência na opinião do estado, é necessário que eu o confesse, deve-lhe muitos dos seus melhores dias. Foi aí que montou a sua tenda de combate quando entendeu que seus amigos precisavam de um órgão de defesa. Foi aí que apareceram os últimos artigos de sua pena. Foi aí que os moços se congregaram afim de pôr ao seu serviço os entusiasmos, a sinceridade, a cooperação decisiva de toda a geração nova.[341]

O conferencista reconheceu ao público a importância que teve Areolino de Abreu para o *Pátria*. Para além do que aponta a bibliografia, revelou ter sido o político também um redator frequente (mas oculto) do jornal. Sabia-se à época que os jovens turcos estavam alinhados aos interesses dos irmãos Abreu, mas, aparentemente, não era amplamente disseminada a informação que Areolino colaborava com a redação do periódico. No mais, também chama atenção a observação de que o trabalho realizado no periódico "exerceu tão real influência na opinião do estado". Retomando a reflexão do historiador Jean-François Sirinelli, aparece novamente a questão do papel e do poder dos intelectuais.

São conhecidas as dificuldades impostas à prática da História da leitura, especialmente quando as fontes legadas para a posteridade foram majoritariamente produzidas pela elite

[341] NEVES, Abdias. Discurso pronunciado, em nome do Partido Republicano, em a sessão cívica de 30 de maio de 1909, comemorativa do primeiro aniversário da morte do dr. Areolino de Abreu. Teresina: Libro Papelaria Veras, 1909. p. XII.

intelectual.[342] No entanto, mesmo sem um estudo sobre a recepção dispensada ao jornal *Pátria*, que ofereça alguns parâmetros comparativos e interpretativos, a fala de Abdias Neves já é, por si, reveladora. Sugere que os jovens turcos se consideravam importantes e úteis. Sentiam que o seu trabalho era eficiente do ponto de vista político, ao influenciar a "opinião do estado".

Em relação às disputas entre os grupos Mendes-Nogueira e Abreu, o conferencista ressaltou que os últimos anos haviam sido animosos; preferia mesmo evitar as temáticas espinhosas, que ainda estavam frescas na memória dos envolvidos, e poderiam evocar ressentimentos:

> Tão grande era, já, a sua influência política a esse tempo, que [Areolino de Abreu] foi árbitro da situação quando se tratou de dar um substituto ao dr. Arlindo Nogueira. Mas, o fato é de ontem, para que o reproduza. Todos o conhecem. E, história contemporânea, agitada, atormentada de paixões ainda mal extintas, não serei eu quem as lembre, turvando a serenidade das tristes recordações que evoco em redor do malogrado piauiense.[343]

As disputas das quais fala Abdias Neves, incluem os embates ocorridos entre maçons e católicos, que tinham em sua essência motivações políticas, como advertem Monsenhor Chaves e Paulo Gutemberg de Carvalho Souza,[344] mas também eram ideológicas. Sirinelli compreende que: "Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver".[345] Dessa forma, maçonaria e Igreja Católica também se digladiavam em uma dimensão metapolítica, relacionada a convicções ideológicas profundas. Ideologia e política garantiam que, ambos os lados, procurassem estabelecer definições de bem e de mal: "Uma certa dose de maniqueísmo é inevitável quando os intelectuais se engajam na luta política, em essência partidária e dualista".[346]

Após falecer Anísio de Abreu, Manuel Raimundo da Paz (o sogro de Abdias Neves), então presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, ocupou interinamente o cargo de governador do estado, entre dezembro de 1909 e março de 1910, antes que assumisse efetivamente a função o vice-governador Antonino Freire através de eleição indireta. As mortes

---

[342] Recomenda-se sobre a temática o seguinte texto de Robert Darnton: DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 168-201.
[343] NEVES, 1909, p. XIII.
[344] CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013. p. 612; SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: (1902-1914). *Carta Cepro*. Teresina, v. 11, n. 1, p. 87-114, jul./dez./ 1986.
[345] SIRINELLI, 2003, p. 248.
[346] SIRINELLI, 2003, p. 259.

de Lisandro Nogueira, Álvaro Mendes, Areolino de Abreu e Anísio de Abreu acabaram por encurtar escalada dos jovens turcos rumo ao comando do Executivo estadual.

Maria Cecília Silva de Almeida Nunes, ao analisar os dois anos da gestão de Antonino Freire, descreve-no como um político habilidoso, que, não pertencendo a nenhuma prestigiada família piauiense, buscou o apoio de magistrados e comerciantes. Em sua gestão ocorreram avanços nas obras de urbanização da capital, no abastecimento de água domiciliar e na construção de prédios públicos; também foi iniciada a distribuição de luz elétrica (que seria concluída por seu sucessor, Miguel Rosa), reformado o ensino primário criadas a Escola Normal e a Escola Modelo, estendida a rede telegráfica e incentivada a navegação no Rio Parnaíba, entre outras medidas.

Para além disso, desde a eleição de Anísio de Abreu, em 1908, apoiado por todas as principais forças do período, havia menos animosidade na política piauiense. Quando, por exemplo, Antonino Freire apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa, em 1910, no pleito pela Presidência da República, "o discurso político apresenta-se numa linguagem elegante e sem agressividades".[347] Na ocasião, Abdias Neves demonstrou o seu apoio ao militar com a publicação do estudo jurídico *A elegibilidade do marechal*, no qual se contrapôs às manifestações da oposição, que buscava embargar a candidatura.[348]

No discurso de 1909, dedicado a Areolino de Abreu, o bacharel também fez questão de destacar o momento mais harmonioso, proporcionado, em boa medida, pelas virtudes da gestão de Anísio de Abreu: "[...] os supremos escopos de justiça, de equidade, de tolerância, que são as normas da presente situação política".[349] Apesar das colocações de Abdias Neves, o governo de Anísio de Abreu não navegou somente por águas tranquilas. O falecimento do governador ocorreu em meio a fortes críticas direcionadas à sua administração. A oposição que lhe foi dispensada ocorreu no contexto das disputas entre Igreja e Maçonaria, quando sofreu resistências a reforma proposta pelo governo para a instrução pública. Elias de Sousa Martins, naquele momento, comandou uma campanha contra o governo na imprensa, também interessado na hegemonia do poder no estado.[350]

---

[347] NUNES, Maria Cecilia Silva de Almeida Nunes. *Oligarquia Pires Ferreira*: família e poder político no Piauí (1889-1920). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p. 82.
[348] NEVES, Abdias. *A elegibilidade do Marechal*. Teresina: Tipografia Veras, 1910.
[349] NEVES, 1909, p. VIII.
[350] Maria Cecilia Nunes ressalta o caráter essencialmente político das disputas ideológicas ocorridas naquele momento, travadas nos jornais *O Apóstolo*, representando os interesses da Igreja, e *O Piauí*, que defendia o governo. NUNES, 2016, p. 80.

Qualquer percepção de que estava pacificada a política piauiense não resistiu aos processos de sucessão governamental de Antonino Freire, em 1912, e Miguel Rosa, em 1916. Nas duas ocasiões, Teresina esteve próxima de se tornar palco de lutas armadas.

Abdias Neves seguiu na magistratura até 1914, apesar de permanecer atento à política e próximo aos Abreu e aos seus dois companheiros da época de *Pátria*, quando assumiu o cargo de secretário de governo da gestão de Miguel Rosa. No ano seguinte, recebeu a indicação para concorrer ao Senado Federal, o que deixou insatisfeito Antonino Freire, interessado ele mesmo na vaga. A ocasião foi o ponto de partida para que, após seguidas dissidências nos arranjos da política estadual, Miguel Rosa e Antonino Freire rompessem relações entre 1915 e 1916.[351]

Eleito senador, Abdias Neves permaneceu oficialmente neutro durante a eleição governamental de 1916. Passados o pleito, as ameaças e luta armada e a posse do novo governador, Eurípedes Aguiar (que assumiu o poder através de decisão judicial), o parlamentar concedeu entrevista para um repórter d'*O Jornal*, de São Luís, na qual demonstrou inclinação ao amigo Miguel Rosa e seu candidato, Antônio José da Costa:

> Com aplausos mentirosos dos interessados, o Supremo Tribunal Federal avocou-se a função de grande eleitor, de eleitor único da República, dando ao instituto do *habeas-corpus* uma elasticidade que o desvirtua e o transforma em instrumento de triunfos partidários. Já não garante o *habeas-corpus* a liberdade física de locomoção: garante o exercício de funções, ampara direitos políticos – vêm sempre líquidos. E, como é sempre fácil estabelecer dúvidas, criar uma aparência de verdade, arranjar documentos e obter testemunhas, a fraude ordinariamente triunfa, com sacrifício da verdade do voto.
> [...]
> Perdão, não apanhei um aspecto local, apresento uma feição geral do momento. Não desejo mesmo lhe falar exclusivamente do meu estado. Afastei-me, propositalmente, da capital, logo que foi terminada a eleição de 7 de abril e só regressei depois de 2 de junho. Creia: mantive uma neutralidade rigorosa na campanha, dando liberdade aos meus amigos que se dividiram, indo para onde os solicitavam as suas preferências pessoais. Só intervim, depois da apreensão de um vapor para transporte de cangaceiros e êxodo consequente da população de Teresina. Entendi que me não era lícito deixar que, sem um protesto, se conservassem os atos em via de execução. Telegrafei ao sr. presidente da República e logrei que ele respondesse, dando-me documento de sua suspeitada intervenção no Piauí. Mais, não o consegui: os cangaceiros vieram, acamparam nas vizinhanças da capital e aí entraram, depois, triunfantemente.
> [...]
> Sou suspeito. Embora não tenha hostilizado o governo atual, não lhe dei o meu apoio. Dispense-me. Não faltará quem lhe dê as informações que deseja.[352]

[351] BRANDÃO, 2021, p.
[352] A POLÌTICA DO PIAUÍ. A entrevista com o senador Abdias Neves. *O Jornal*. São Luís, ano 2, n. 517, p. 1, 7 ago. 1916.

Em setembro de 1915, havia sido assassinado José Gomes Pinheiro Machado, o presidente nacional do Partido Republicano Conservador.[353] Após o inesperado acontecimento, o partido acabou enfraquecido e seu líder piauiense, o senador Firmino Pires Ferreira, buscou amenizar a situação aumentando o número de aliados na representação federal. Foi nesse contexto a eleição de Abdias Neves para o Senado.

Passada a eleição estadual de 1916, Abdias Neves se manteve leal a Miguel Rosa, posicionamento que o legava ao isolamento político. Teresinha Queiroz resume a situação da seguinte forma:

> Alijados do poder em 1916, a partir desse momento quase todo esforço produtivo dos dois [Abdias Neves e Miguel Rosa] terá o sentido de aparar, neutralizar e descaracterizar a ferrenha oposição aos seus nomes, na tentativa não só de reconstruir, como de não deixar desgastar suas imagens de políticos e mesmo de recuperar parte do prestígio perdido, inclusive sob a forma de posições e cargos.[354]

Comparando-se Abdias Neves, Miguel Rosa e Antonino Freire, percebe-se que o primeiro era o que menos repercutia nos jornais políticos piauienses em razão da articulação de alianças, coligações e conchavos. Talvez, dos três, tenha sido o menos habilidoso (ou o menos interessado) nos jogos partidários. Também é possível que o posicionamento de Abdias Neves após 1916 se deu em consideração à amizade pessoal com Rosa (visto que mesmo Pires Ferreira acabou por aderir à candidatura de Eurípides Aguiar).

O certo é que a situação delicada no estado natal e as incertezas em relação ao futuro não impediram que Abdias Neves procurasse ter uma passagem de sucesso pelo Senado Federal. Nos seus nove anos de mandato, subiu nas tribunas do Parlamento para falar em defesa de pautas como: o desenvolvimento ferroviário piauiense, a criação de políticas efetivas de combate às secas no Nordeste, a manutenção dos colégios militares, o desenvolvimento industrial e técnico-científico brasileiro e a saúde financeira do Estado. Produziu estudos parlamentares sobre muitas dessas questões e enviava os impressos para o Piauí, de modo a divulgar suas ações na capital Federal.[355]

Como discutido no primeiro capítulo, após deixar o Senado, Abdias Neves não mais conseguiu ocupar cargos políticos relevantes. Mostrava-se, no final da vida, frustrado e desiludido com os rumos que sua vida havia tomado após retornar do Rio de Janeiro para o

---

[353] Em 1911, os grandes nomes piauienses do Partido Republicano aderiram ao Partido Republicano Conservador, presidido por Antonino Freire no âmbito estadual. Abdias Neves foi um dos adesistas. NUNES, 2016, p. 84.
[354] QUEIROZ, 2011, p. 326.
[355] Ver tópico 4.2.

Piauí. Os acontecimentos de 1916 cobraram um alto preço político ao bacharel, especialmente a insistência em permanecer ao lado de Miguel Rosa, que havia saído desmoralizado do governo estadual. Além disso, o Partido Republicano Conservador se encontrava enfraquecido após a morte de Pinheiro Machado. Muitos dos governistas da era Miguel Rosa se reposicionaram, aproximando-se do novo governador, Eurípides Aguiar.

Diferentemente da impressão que possam causar os seus últimos quatros anos de existência, Abdias Neves foi bem-sucedido profissionalmente quando comparado com parcela considerável dos bacharéis. Jamais sofreu com longos períodos de desemprego, nem foi lançado junto de sua família a migrações políticas indesejadas. Áurea da Paz Pinheiro entende que a ascensão social e política de Abdias Neves, sendo ele oriundo de uma família sem posses, ocorreu muito em função de "ter se engajado no jornalismo político de combate, na maçonaria e, ainda, por ser um homem inteligente, bacharel, casado com a filha de um rico comerciante local".[356] Pinheiro, inclusive, aponta criticamente a adesão do bacharel ao jogo político da Primeira República: "Enquanto defendia práticas políticas liberais, modernizadoras e democráticas, no cotidiano da vida política, Abdias Neves colaborava com antigos processos políticos autoritários e centralizadores [...]".[357]

Entende-se que Abdias Neves se aproximou do mundo político em razão das possibilidades oferecidas de ascensão social e de segurança profissional. A atuação como político também era garantidora de maior proximidade com o Estado, o que potencializava as chances de sucesso a suas formulações para a realidade brasileira. Mesmo enquanto senador, entre 1915 e 1924, nunca deixou de ser um intelectual em missão, devotado à cultura escrita.

4.2 Estudos parlamentares: economia, finanças e progresso material

Em 1915, Abdias Neves ingressou no Senado Federal para um mandato que durou até 1924. Nesse período, muitas de suas publicações se distinguem das produções anteriores. É possível perceber um intelectual mais preocupado com o mundo material sobre o qual os seus pés estavam postos, especialmente no tocante às questões macroeconômicas e financeiras do Brasil. Não há, no entanto, uma ruptura brusca no seu pensamento, ou mesmo em sua percepção missionária acerca das finalidades da escrita. Percebe-se, objetivamente, uma adequação dos interesses de Abdias Neves às novas atribuições profissionais.

[356] PINHEIRO, 2003, p. 115.
[357] PINHEIRO, 2003, p. 117.

O país, durante a Primeira República, além de precisar lidar com as suas mazelas estruturais, tinha o desafio de digerir as novidades das décadas iniciais do século XX, que, se por um lado conservavam elementos do Oitocentos, também anunciavam importantes mudanças culturais, sociais e científicas.

A Primeira Guerra Mundial foi vitrine para uma verdadeira revolução militar, subsidiada pelo salto tecnológico e produtivo nas indústrias bélicas europeias. Desde a década de 1880, pode-se perceber o tímido início de uma corrida armamentista que provocou, ano a ano, aumentos no orçamento destinado à produção de equipamentos militares em países como Inglaterra e Alemanha (os alemães recorreram, inclusive, a ajustes na política tributária, para que o aumento na arrecadação contribuísse com o crescimento da indústria de guerra). Os governos buscavam, mais que a fabricação em massa de armamento, a capacidade de atingir vultosa produção quando assim fosse exigido pelas circunstâncias: o cenário de tensões diplomáticas assinalava, desde meados do século XIX, a possibilidade de haver na Europa importantes dissidências, apesar de até os dias que antecederam a deflagração do conflito mundial, em 1914, poucos acreditarem na possibilidade de uma guerra generalizada.[358]

Os atores do conflito, empregaram inovações disponíveis naquele momento na busca pelas maneiras mais eficientes de eliminar grande quantidade de vidas humanas e infringir danos à infraestrutura dos territórios inimigos.[359] Rifles, metralhadoras, lança-chamas, armas químicas, submarinos, tanques e artilharias, além dos meios de comunicação e de transporte, foram incrementados a partir das inovações do século XIX, sendo símbolos do ápice de um processo antropocêntrico de valorização do conhecimento científico.[360]

Os impactos da guerra, entretanto, não se fizeram sentir apenas nos campos de batalha ou na macroeconomia. Nicolau Sevcenko observa que a destruição massiva desencadeada pelo

---

[358] HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*, 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 460-470.

[359] A obra literária *Nada de novo no front*, publicada pelo alemão Erich Maria Remarque em 1928, é um importante documento através do qual é possível vislumbrar algo sobre a dura realidade da guerra de trincheiras (tática militar amplamente utilizada na Primeira Guerra Mundial) e sobre tragédia humanitária que foi o conflito. Remarque foi um combatente da Grande Guerra, podendo-se perceber em sua prosa uma série de convergências com a historiografia. *Nada de novo no front* é, portanto, uma fonte fecunda aos interessados nos eventos ocorridos entre 1914 e 1918, e nos seus impactos psicológicos sobre a juventude europeia que precisou reconstruir o continente. REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2018. A Primeira Guerra Mundial, no plano psicológico, deixou marcas profundas nos indivíduos de todos os países afetados pelo conflito. Analisando-se especificamente os ex-combatentes, houve um choque social profundo em decorrência da abrupta mudança da incerteza da guerra para a monotonia do pós-guerra. Os soldados apresentavam repentinas variações de humor, transitando frequentemente entre a irritação e a melancolia. Parcela significativa da juventude parecia querer apagar o passado recente. Os jovens que tinham por volta de dezoito anos e estiveram no *front* de batalha, carregavam consigo traumas em razão das experiências vividas. SAVAGE, Joan. *A criação da juventude*: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 238-255.

[360] STEVENSON, David. *1914-1918*: a história da Primeira Guerra Mundial – a deflagração. Barueri: Novo Século Editora, 2016.

conflito eliminou mesmo fisicamente importantes lideranças ligadas ao "lastro cultural dos séculos anteriores". Após 1918, "seja pela morte, afastamento ou desmoralização dos antigos líderes, uma nova geração emergiu: jovens portadores da 'ideia nova', gente vinda do seio do caos metropolitano e formada nele". Sevcenko considera que não foi propriamente a deflagração da Grande Guerra que desencadeou as mudanças observadas nos anos seguintes, mas as consequências da crise em escala global que estava instaurada e a magnitude de seu impacto.[361]

Para boa parte do Ocidente, ver a Europa de joelhos, devastada pelos bombardeios, atravessada por trincheiras que poderiam ser comparadas a artérias abertas das quais jorravam as ilusões oitocentistas, estimulou profundo pessimismo com relação aos dias que viriam. Mais que isso, passou-se a questionar a hierarquização então estabelecida entre os tipos de conhecimento, através da qual o saber científico foi legitimado como superior aos saberes religiosos, filosóficos, empíricos e míticos. O literato Eric Arthur Blair (conhecido mundialmente pelo pseudônimo George Orwell), em ensaio publicado no ano de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, registrou o seguinte relato: "No momento em que escrevo, seres humanos extremamente civilizados estão voando sobre mim, tentando me matar".[362] O mesmo paradoxo pode ser percebido na obra *Combates pela história*, de Lucien Febvre, cuja primeira edição foi publicada em 1953: "Belo progresso; mas conhecem-se meios menos caros de se suicidar".[363] O historiador francês, que vivenciou as duas guerras mundiais, aponta a contrariedade entre o projeto civilizador europeu e a barbárie através da qual os países se enfrentaram, utilizando as novas tecnologias para fins bélicos. Essa crise da ideia de civilidade como processo ascendente e inescapável, percebida de maneira acentuada nas reflexões de Orwell e Febvre, fez-se notar no Ocidente no final da década de 1910, com os impactos intelectuais da Primeira Guerra Mundial. Aos que não foram contemporâneos dos acontecimentos, é necessário um elevado nível de sensibilidade para compreender os significados daqueles eventos na vida das populações ocidentais, que conviveram com o ineditismo de observar considerável parcela do globo em digladio.

Mesmo no Entreguerras, as principais potências mundiais seguiram progredindo na técnica e na ciência. O crescimento econômico, apesar da significativa diminuição do ritmo, não cessou. O regresso – ou mesmo a estagnação –, acometeu especialmente o processo de

---

[361] SEVCENKO. Nicolau. *Orfeu extático na* metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 32-33.
[362] ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo, Companhia das Letras, 2021. p. 47.
[363] FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

integração das economias globais. Além disso, houve considerável redução dos fluxos migratórios no Ocidente e mesmo os baluartes do liberalismo econômico buscavam ser autossuficientes o mais possível e proteger suas economias das preocupantes tendências mundiais.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, houve rápida retomada econômica entre muitos dos partícipes do conflito, o que se deve ao desembaraço de determinadas atividades comerciais e industriais antes suprimidas pelo contexto bélico. Nos anos 1920, o mundo anglo-saxônico, os países que estiveram neutros entre 1914 e 1918 e o Japão, esforçaram-se para manter rígido controle sobre a inflação e estabilidade em suas respectivas moedas; assim como nas finanças. A Alemanha e a Rússia Soviética, por outro lado, enfrentaram verdadeiras catástrofes monetárias. Suas moedas atingiram a quase completa desvalorização.

A instabilidade monetária de diversos países, especialmente no Leste europeu, o alto desemprego na Europa Ocidental e as variações nos preços dos produtos primários possibilitavam o vaticínio de que uma grave crise econômico-financeira de repercussão global estava por vir. A Internacional Comunista, por exemplo, previu a crise e a interpretava como oportunidade para um novo lote de revoluções. O efeito, entretanto, foi oposto, e o cenário viria a favorecer a ascensão das direitas antidemocráticas.[364]

Antecipando-se a essas dificuldades, que se avizinhavam após 1918, os políticos brasileiros refletiam sobre como o país deveria se posicionar internacionalmente e conduzir as políticas econômicas. Percebe-se que, no Brasil, os momentos nos quais houve maior investimentos na indústria coincidem com períodos em que foram alcançadas maiores reservas monetárias.[365]

Com a Segunda Revolução Industrial, iniciou-se um processo de expansão global do capitalismo. A Europa apresenta elevados níveis de produção industrial, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, de modo que foi alcançado um estado de superprodução perigoso ao equilíbrio do sistema comercial do velho continente. Tornou-se uma necessidade comercializar com novos mercados consumidores. As colônias e ex-colônias, que se encontravam em rudimentar estágio de industrialização se comparadas à Europa, receberam vultosos investimentos, em especial da Grã-Bretanha. O desenvolvimento industrial desses

[364] HOBSBAWM, Eric. Rumo ao abismo econômico. In: HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-112.
[365] Foram esses momentos: 1869-1873, fins da década de 1880 e início da década de 1890, 1902 a 1913 e 1919 a 1929. GRANDI, Guilherme; SAES, Alexandre Macchione. Tarifas alfandegárias e indústria no Brasil durante a Primeira República. In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.) *História econômica do Brasil*: Primeira República e Era Vargas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 78.

territórios foi patrocinado através da liberação de crédito, da importação de máquinas de última geração e de elementos culturais. A Europa passou gradualmente à condição de modelo ideal a ser alcançado e imitado – da economia à cultura.[366]

Para Grandi e Saes, entre 1870 e 1917 ocorreu a primeira época de efetiva globalização econômica. No período há: "intensificação dos fluxos internacionais de comércio, capitais, das migrações internacionais, além do fato de o capitalismo ter alcançado uma escala em nível mundial que o torna, a partir de então, o sistema econômico dominante em termos globais".[367]

Compreender os impactos desse contexto no Brasil é um desafio que se apresenta aos historiadores. É necessário observar que as posturas diante da guerra não foram homogêneas. Cronistas dos jornais paulistas, por exemplo, segundo a análise de Sevcenko, nutriam profundo otimismo no progresso brasileiro em 1919. Ora, parecia evidente, o velho e poderoso continente europeu – imperialista, colonialista, rico, civilizado, espelho para as populações abastadas das Américas, vanguarda da industrialização – tinha pela frente graves problemas econômicos, diplomáticos, infraestruturais e morais a serem enfrentados. O Ocidente "não podia se reconhecer mais. Não era mais o mundo de Victor Hugo, de Tolstói, de Pasteur, Wagner, Verdi e Disraeli".[368] Aquele momento era visto por esses cronistas como propício para o Brasil ascender enquanto protagonista internacional ou, ao menos, protagonista da sua própria vida nacional, com maior valorização da cultura brasileira, estabilidade política e eficiência administrativa.

Abdias Neves, em 1919, apresentou ao parlamento brasileiro uma proposta de emenda ao orçamento na qual defendia que fosse fixada uma taxa de cem réis ($100) por quilo de produto químico importado exclusivamente para a fabricação de anilina.[369] O produto começou a ser produzido no Brasil em 1912 e, logo que a produção atingiu escala industrial, estabeleceu-se uma taxação flutuante. Os impostos a serem recolhidos pelo Estado teriam sido determinados

---

[366] GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil* (1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 58-72.
[367] GRANDI; SAES, 2020, p. 70.
[368] SEVCENKO, 1992, p. 35.
[369] A anilina é um composto químico que, em estado puro, apresenta-se como um líquido oleoso e incolor. Pode ser utilizada para a fabricação de ampla variedade de produtos, como corantes, utilidades agrícolas, antioxidantes, vernizes, explosivos, entre outros. Em 1919, a anilina despontava como material emergente na indústria ocidental e figurava entre as preocupações geopolíticas de caráter econômico de países como Estados Unidos, Inglaterra e França, que buscavam fomentar suas respectivas produções internas, com o objetivo de se tornarem autossuficientes, livres da dependência do maior país fabricante de anilina na época, a Alemanha. Informações básicas sobre a produção e aplicação industrial da anilina, foram acessadas no seguinte estudo da química Luana da Silva Magalhães Forezi: FOREZI, Luana da Silva Magalhães. Anilina (CAS no. 62-53-30). *Revista Virtual de Química*. v. 3, n. 6, p. 496-503, dez. 2011. Disponível em: https://rvq-sub.sbq.org.br/index.php/rvq/article/view/191. Acesso em: 20 dez. 2023.

sem critérios claros, com valores demasiadamente elevados, de modo que as fábricas sofriam limitações na importação de matérias primas como a amino naftalina, o dinitrofenol e ácidos sulfônicos.[370] Abdias Neves argumentava ser urgente o ajuste desses impostos, que deveriam estar norteados por critérios técnicos e por minuciosa análise das projeções econômicas. Produzir anilina em grande quantidade, naquele momento, era uma preocupação comum entre os principais países do mundo, uma vez que se tratava de um nicho industrial pequeno mas emergente. Observa-se, por exemplo, na França, debates a respeito de radicais medidas protecionistas, como proibir a importação de anilina por dez anos. Era essa uma forma de estimular a própria indústria e alcançar autossuficiência.[371]

A indústria têxtil brasileira – setor no qual a anilina era utilizada para a produção de corantes –, entre 1901 e 1928, foi a mais beneficiada pelo protecionismo econômico do Estado. Os produtos têxteis importados foram duramente tarifados, enquanto a taxação sobre produtos como trigo (que o Brasil necessitava adquirir no exterior) foi nitidamente abrandada.[372]

Os impostos cobrados sobre a importação das matérias primas da anilina, portanto, tinham relação direta com as necessidades da indústria têxtil, que demandava o produto para a utilização após o beneficiamento em forma de corante. Quando confrontada a denúncia de Abdias Neves, a respeito da estranha taxação sobre as matérias primas da anilina, com as informações apresentadas pelos economistas Guilherme Grandi e Alexandre Macchione Saes, nota-se certo atabalhoamento da política tributária brasileira. A proteção que os impostos de importação deveriam oferecer, na prática, transformou-se empecilho para o desenvolvimento industrial do setor, uma vez que a taxação dificultou a aquisição dos produtos químicos mencionados acima. Parte desse desarranjo a proposta de que fosse fixada uma tarifa bem ajustada e que cessassem as flutuações.

O exemplo da anilina é representativo da forma como Abdias Neves estava a se relacionar com o contexto (o final dos anos 1910) e da postura intelectual por ele assumida após se tornar senador da República. Parece haver, por parte do senador, menos interesse ou menos tempo para dedicar a idealismos, discussões religiosas e morais, à produção literária em prosa, a abstrações, e uma crescente preocupação com as questões práticas da administração pública brasileira em geral e piauiense em específico. Nessa perspectiva, afirma que: "As lições da

---

[370] Guilherme Grandi e Alexandre Macchione Saes, a respeito das flutuações nas alíquotas dos impostos durante o período, observam que "[...] ao que tudo indica, tinham o propósito de contrabalancear as oscilações da taxa de câmbio". A avaliação dos pesquisadores é contrária, portanto, à acusação feita por Abdias Neves de que não havia critérios técnicos e claros no estabelecimento dos valores cobrados pelo fisco. GRANDI; SAES, 2020, p. 75.

[371] NEVES, Abdias. *O problema da indústria nacional de anilinas*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1919.

[372] GRANDI; SAES, 2020, p. 78.

guerra tornaram evidente que a vida complexa dos povos gira em torno de problemas econômicos".[373]

A preocupação com a anilina é reveladora sobre as prospecções de Abdias Neves a respeito do futuro brasileiro, naquele novo mundo, que ainda estava sendo descoberto após o fim da guerra. O impresso analisado explicita tentativa de atrair a atenção do parlamento para um setor industrial no qual países como Estados Unidos, Japão, França e Inglaterra estavam em crescimento. Esses países lançaram mão dos recursos disponibilizados pelos seus aparatos estatais em favor do desenvolvimento econômico – postura defendida por Abdias Neves já em seus textos sobre o declínio da pecuária piauiense, publicados entre 1901 e 1902. O senador acreditava que o progresso material brasileiro demandava a intervenção efetiva do Estado, acompanhando as tendências internacionais. No caso da anilina, segundo o autor, os governos recorreram a ações como: medidas de proteção fiscal, abertura de indústria estatal (no caso do Japão) e, mesmo, à espionagem industrial.[374]

Sobre a importância da atuação do Estado, o senador afirma que:

> Em toda parte, os poderes públicos vêm ativando o desenvolvimento das indústrias químicas, criando departamentos de investigações científicas para fins industriais, amparando a iniciativa privada ou provocando-a com favores de toda a sorte inclusive medidas de fiscalização aduaneira de natureza proibitiva. Entre nós, agimos às avessas, criando tarifa de Rs. 1$500 para a matéria prima, quando o custo corrente do produto manufaturado é de 1$800. Proibimos, portanto, a entrada dos produtos intermediários, matamos a indústria que se vinha organizando auspiciosamente e deixamos a manufatura de tecidos na dependência das tintas estrangeiras – impedindo que se complete o seu ciclo fabril, que se emancipe, que, no rigor da expressão, se torne uma indústria nacional.[375]

Dois pontos merecem destaque na reflexão. Primeiramente, é apontada a necessidade de se estabelecer uma espécie de *intelligentsia* industrial, que alinhe os avanços de ciências como a Química e a Física à produção brasileira. Em segundo lugar, propõe-se que o país deveria, através dos Poderes Executivo e Legislativo, manter-se atualizado sobre as direções para as quais sopravam os ventos geopolíticos, especialmente no tocante aos esforços dos Estados no sentido da proteção e do desenvolvimento de suas economias. Abdias Neves, na tentativa de aprovar seu projeto de emenda orçamentária, argumenta que "simplificam-se os problemas do futuro, enquadrando-os nas soluções práticas da restauração econômica". E

[373] NEVES, 1919, p. 19.
[374] NEVES, 1919, p. 15.
[375] NEVES, 1919, p. 16-17.

acrescenta que, em vez de estabelecer uma sintonia com as boas práticas internacionais, o Brasil vinha permitindo que se erguessem "muralhas chinesas em nossos horizontes. Não vemos o que se passa mesmo na vizinhança". Naquele momento, portanto, o autor (no exercício de suas atribuições como político, é importante lembrar), defende a ideia de que a resolução dos problemas macroeconômicos era a mais urgente demanda da República, uma vez que eram esses os causadores de problemas estruturais em diversas esferas. Urgia, portanto, "um pouco de carinho para os assuntos econômicos". [376]

Entre 1870 e 1913, considerável parcela dos países da América Latina, por exemplo, passaram a adotar políticas protecionistas. As alterações no nível das tarifas sobre importação, quando para mais, costumam ter dois objetivos. Primeiramente, proteger o mercado interno de bens que devem ser, gradualmente, substituídos pela produção caseira. Em segundo lugar, as tarifas alfandegárias são utilizadas para compor, de maneira significativa, as receitas fiscais do Estado. Segundos dados de Grandi e Saes, no decênio 1919-1929 os impostos aduaneiros corresponderam a 50% da arrecadação tributária brasileira, enquanto os impostos sobre consumo alcançaram 25%.[377]

Para além de *O problema da indústria nacional das anilinas*, o senador teve publicados ao menos outros quatro impressos que davam publicidade às suas atividades como parlamentar. São eles: *Um caso eleitoral* (1916), *Política das estradas de ferro e finanças da República* (1916), os discursos pronunciados em dezembro de 1915 em defesa da manutenção dos Colégios Militares (1916) e *O Brasil e as esferas de influência na Conferência de Paz* (1919). Esses trabalhos, que também eram parte das obrigações legislativas dos senadores, pareciam ter como objetivo divulgar entre os piauienses as ações de Abdias Neves no Senado Federal.

No início do século XX, para além dos jornais (principal veículo de notícias da época), os políticos prestavam conta de suas realizações através da publicação de impressos como os mencionados acima, utilizando muitas vezes a Imprensa Nacional. Em alguns dos exemplares disponíveis no Arquivo Público do Piauí, inclusive, consta dedicatória de Abdias Neves endereçada "ao Piauí" e não a um particular, o que reforça o argumento de que, com os impressos, o parlamentar objetivava divulgar sua atividade, mostrando ao eleitorado piauiense que era um senador ativo, protagonista no parlamento, representante dos interesses da nação e do seu estado natal. Áurea da Paz Pinheiro, em sua tese de doutoramento, confirma que o senador empreendia esforços significativos com relação à construção de sua própria imagem enquanto homem público, chegando, inclusive, a enviar frequentes telegramas aos redatores

[376] NEVES, 1919, p. 20.
[377] GRANDI; SAES, 2020, p. 78.

dos jornais de Teresina "[...] a fim de mostrar a sua influência e popularidade nos meios políticos e sociais no grande centro administrativo do país". Há, portanto, a arquitetura da "[...] impressão que gostaria de causar nos piauienses, fornecendo elementos para os quais os indivíduos deveriam formular imagem promissora de intelectual e de político atuante, competente".[378]

No caso de *Política das estradas de ferro e finanças da República*, há a seguinte organização: um momento inicial no qual são transcritos dois discursos parlamentares de Abdias Neves proferidos em julho e agosto de 1915, em defesa da construção de uma ferrovia que ligasse o Piauí a Pernambuco, seguidos pela justificação do projeto de lei protocolado e, por fim, do parecer técnico favorável do governo federal à construção de ligação ferroviária entre Petrolina e Teresina, assinado pelo inspetor federal das estradas do Ministério da Viação, dr. Marciano de Aguiar Moreira.[379]

A justificação do projeto é um detido estudo econômico, no qual, a partir da apresentação de abundantes dados estatísticos, o parlamentar expõe as dificuldades pelas quais passava o Piauí no tocante à demanda por meios de transporte mais eficientes para o comércio. A linha de ferro, segundo a argumentação, contribuiria para as exportações piauienses de produtos como borracha de maniçoba, cera de carnaúba, gado em pé, algodão, couros salgados, peles, resinas e gêneros alimentícios em geral, como milho, açúcar, farinha e arroz; além de contribuir com a importação de vinho, farinha de trigo, café, querosene, sabão, objetos de armarinho e cerveja.[380]

A proposta de Abdias Neves compõe uma série de projetos malogrados. Buscava-se, ao menos desde os anos 1860, a construção de ferrovias estratégicas no Piauí. Durante o Império, as propostas envolviam tentativas de estabelecer conexões com o rio Parnaíba, incluindo ideias de ligá-lo ao rio São Francisco através de viação férrea. As propostas, no entanto, esbarraram na falta de recursos públicos ou em questões de ordem político-administrativa; foi este o caso da concessão obtida pelos engenheiros Newton Cesar Burlamaqui e Benjamin Franklin de Almeida Lima para a feitura de ramal ferroviário entre o Piauí e o Maranhão, em 1887. Após três anos, com a Proclamação da República, foi suspensa a iniciativa e reavaliada pelo governo provisório. Argumentou-se, através de uma comissão técnica criada para analisar o caso, que a obra deveria ser incluída no plano da viação nacional e, em novembro de 1890, a concessão passou à responsabilidade dos engenheiros José Joaquim Barrão e Agostinho Corrêa, para o que

[378] PINHEIRO, 2003, p. 151.
[379] NEVES, Abdias. *Política das estradas de ferro e finanças da República.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
[380] NEVES, 1916, p. 23-49.

seria outra tentativa fracassada. Os novos concessionários esbarraram em problemas com o financiamento da obra e, em agosto de 1899, o Ministério da Viação considerou que a licença havia caído em caducidade.[381]

Durante a Primeira República, percebe-se uma expansão das ferrovias no território brasileiro. Foram construídos, entre 1897 e 1914, 12.386 quilômetros de estradas de ferro, que contemplaram especialmente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Houve, à época, grandes investimentos de capital estrangeiro, especialmente de empresários ingleses interessados em potencializar seus lucros com a exploração comercial do café e do açúcar, facilitando o transporte desses gêneros e, assim, reduzindo o valor dos produtos no estágio de importação. Desde meados do século XIX, notava-se que "o aumento da produção de café para satisfazer a demanda mundial, isto é, o cultivo de café em terras cada vez mais distantes da costa, tornou-se possível graças às estradas de ferro".[382] Para além dessa questão, havia por parte do governo federal uma preocupação com a integração nacional e o combate à seca no Nordeste, o que motivou a adoção de políticas públicas que visavam a melhoria da infraestrutura ferroviária na região.[383]

Francisco Foot Hardman, ao analisar as relações entre desenvolvimento ferroviário e modernidade, afirma que as locomotivas transcendiam as suas funções práticas. Os "espetáculos do maquinismo", juntaram-se a outras novidades tecnológicas que impactaram culturalmente as sociedades ocidentais. Para Hardman, ocorreu uma "articulação entre progresso material e fantasia lúdica".[384] Observar os trens onde outrora havia apenas mata densa e fechada, comunicar-se através de telegramas ou ligações telefônicas com pessoas distantes, ver sumirem no horizonte grandes embarcações a vapor, até que ocorresse uma naturalização, eram ações carregadas de ludicidade. Esses novos objetos – grandes ou pequenos, acessíveis ou restritos –, passaram a compor as paisagens e a vida cotidiana. Aos inventos foram atribuídos valores estéticos.

Dentro dessa lógica, na segunda metade do século XIX foram realizadas inúmeras "exposições universais e internacionais", nas quais eram colocadas às vistas de grandes públicos inventos tecnológicos. Os eventos, de acordo com Cristina Araripe Ferreira, possuíam os papéis de mediação histórica e difusão do conhecimento técnico-científico. De maneira geral,

---

[381] NEVES, 1916, p. 28-30.
[382] GRAHAM, 1973, p. 50.
[383] VIEIRA, Lêda Rodrigues. Transporte sobre trilhos: ferrovia no Píauí na Primeira República. *Informe Econômico*, Teresina, n. 23, p. 25-30, nov. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/download/2210/2018 . Acesso em: 20 nov. 2023.
[384] HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 19.

buscava-se disseminar um ideal de universalidade, no sentido de que as novidades eram apresentadas como conquistas da humanidade e não de algum país em específico. Essa postura se explica por razões teórico-intelectuais, pois possuía aproximações com a noção oitocentista de progresso histórico.[385] Foot Hardman aponta que: "Os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma ímpar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação".[386]

Naquele momento, as estradas de ferro eram vistas como vetores do progresso e os estados se empenhavam junto ao poder central em busca de subsídios para a ampliação de suas malhas ferroviárias. Tratava-se mesmo de uma convicção intelectual da classe política a associação entre melhoria nos transportes e desenvolvimento econômico-social. Abdias Neves, ainda em 1901, em seus artigos sobre o declínio da pecuária no Piauí, reclamava a intervenção do poder público no sentido de melhorar as condições de mobilidade no território piauiense. Sem essa ação, para o bacharel, seria demasiadamente difícil o desenvolvimento econômico do estado através do comércio:

> Basta conhecer se a deficiência de recursos imanente aos nossos sertões, completamente virgens de estradas regulares, de vias férreas, de rios navegados, distanciados da capital (também pobre) por centenas de léguas [....]. Só a troco do dispêndio de muita energia, do gasto de muita força, poder-se-á levar de vencida as óbices e desbravar o terreno para proliferação da indústria.[387]

As reinvindicações de Abdias Neves no tocante à infraestrutura ligada aos transportes, convergem com as reflexões do filósofo inglês Herbert Spencer sobre a importância do estabelecimento de um fluxo humano no interior dos países. O inglês, ao longo do século XIX, foi um grande defensor da construção de estradas de ferro, que, para além do poder de potencializar o comércio e a indústria, estimulariam transformações culturais e sociais, ao impactarem a vida cotidiana das cidades. As locomotivas trariam em seus vagões os ingredientes necessários ao progresso, segundo o exemplo da própria Inglaterra, que graças aos caminhos de ferro observou mudanças no "aspecto do país", nos "rumos do comércio" e nos "hábitos gerais".[388]

---

[385] FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX*: a circulação do progresso nas Exposições Universais e Internacionais. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
[386] HARDMAN, 1988, p. 49.
[387] NEVES, Abdias. Indústria pecuária VI. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 52, 28 dez. 1901, p. 1.
[388] SPENCER, 1939, p. 91.

Richard Graham, afirma que: "uma das razões pelas quais Spencer exercia tanta atração era o singular interesse que demonstrava pelas estradas de ferro, como parte importante do sistema orgânico de uma sociedade moderna".[389] O filósofo acreditava que os contatos possibilitados por uma maior circulação de pessoas aumentavam a heterogeneidade do corpo social, ou seja, a sociedade se tornava mais complexa. Segundo essa perspectiva, os homens que atuavam em favor da ampliação ferroviária poderiam "considerar suas realizações como um grande passo em direção ao progresso universal".[390]

A perspectiva também é compatível com as reflexões de Abdias Neves apresentadas ao Senado. O autor explica que o seu empenho em favor da construção de linhas férreas no Piauí não era motivado por uma postura bairrista, mas pela consciência de ser necessária ao país uma maior integração, de modo que o relacionamento inter-regional ganhasse organicidade: "Nesta tribuna não sou nortista; não é o piauiense quem fala; não vejo estados, não vejo regiões e, procurando defender os interesses de uma unidade da federação, penso trabalhar pela prosperidade e pela grandeza da pátria e da República".[391]

Sendo o Nordeste bem servido por ferrovias, portanto, ganharia a União em aspectos administrativos, políticos e econômicos. O geógrafo Fabrício Gallo afirma que: "A grande extensão do território, a escassez de vias de circulação terrestres – que produziram a metáfora do território arquipélago – associadas à reduzida densidade populacional das áreas interiores, levaram os pensadores geopolíticos a proporem estratégias de ocupação do interior do território nacional". Com o passar das primeiras décadas do século XX, passou-se a utilizar inclusive a aviação como alternativa para o acesso às áreas interioranas mais isoladas dentro do território nacional.[392]

No tocante à administração pública, para Abdias Neves, a integração ferroviária entre o Nordeste e o Centro-Sul proporcionaria "maior eficiência à ação do governo, transformando a morosidade com que se faz sentir agora em benéfica e oportuna celeridade".[393] Recorrendo a um exercício metafórico, haveria a extensão dos braços do Estado no atendimento às demandas do Nordeste.

É válido destacar que, àquela época, a viagem do Rio de Janeiro ao Piauí por vias terrestres era ainda muito longa, desgastante e não necessariamente segura; motivo pelo qual as

---

[389] GRAHAM, 1973, p. 248.
[390] GRAHAM, 1973, p. 249.
[391] NEVES, 1916, p. 16.
[392] GALLO, Fabrício. As preocupações com a integração territorial do Brasil e o pensamento geopolítico nacional: a relevância da aviação na ocupação do país. *Entrelugar*. Dourados (MS), ano 1, n. 2, p. 59-60, 2010.
[393] NEVES, 1916, p. 34.

autoridades e membros das elites econômicas, que precisavam realizar tal deslocamento, optavam pela navegação. *O Jornal*, de São Luís, deu notícia de algumas viagens marítimas realizadas por Abdias Neves durante seus anos de Senado. Nessas viagens, no percurso entre o então Distrito Federal e o Piauí, o senador efetuava paradas na capital maranhense, sendo sempre recebido com grande reconhecimento, segundo o que consta no periódico.[394] O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, também registrou em suas páginas algumas das viagens realizadas pelo senador entre a capital federal e Teresina por vias marítimas. No dia 15 de maio de 1915, Abdias Neves, acompanhado de Antonino Freire (à época, deputado federal), embarcou no paquete[395] Brasil rumo ao estado natal.[396] O embarque foi marcado por calorosa despedida por parte dos piauienses assentados na capital e dos companheiros de representação no Parlamento. Já o retorno, ocorreu no dia 25 de junho, pouco mais de um mês após a partida, no mesmo paquete Brasil, trazendo a bordo o senador Abdias Neves acompanhado de sua família.[397]

Em relação aos benefícios políticos oriundos do desenvolvimento ferroviário, o senador recorre, na justificação do projeto, à discussão sobre a manutenção da integralidade territorial do país – pauta que esteve presente nas reflexões sobre o Brasil desde a época colonial, atravessando as décadas de Império e que, na República, ainda era uma preocupação das classes dirigentes. Para Abdias Neves, contemplar o Piauí com estradas de ferro era uma "necessidade urgente da defesa nacional, sendo vantagem estratégica indiscutível".[398]

O outro tipo de benefício que a construção de ferrovias proporcionaria, neste caso, ao Piauí, seria o impulso econômico, através da potencialização das trocas comerciais. O estado, por conta das suas dificuldades em relação aos transportes, via-se limitado enquanto produtor: tanto no que se refere às exportações quanto ao consumo interno. Transladar gêneros produzidos no interior até o litoral, por exemplo, recorrendo a formas de transporte que utilizavam tração animal, representava uma operação por demais dispendiosa, lenta e agregava valores significativos ao produto que seria adquirido pelos comerciantes e pelo consumidor final.

---

[394] HÓSPEDES e viajantes: senador Abdias Neves. *O Jornal*. São Luís, ano 2, n. 512, 1 ago. 1916, p. 1; TELEGRAMAS. *O Jornal.* São Luís, ano 4, n. 1029, 6 abr. 1918, p. 4.

[395] Paquetes eram navios de alto padrão, geralmente movidos a vapor, destinados ao transporte de passageiros. As embarcações atingiam grandes velocidades, para os padrões da época e tiveram o nome derivado da designação inglesa *packet boat*.

[396] VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 139, 20 maio 1915, p. 6; VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 140, 21 maio 1915, p. 4.

[397] MOVIMENTO do porto: entradas no dia 25. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 26 jun. 1915, p. 9.

[398] NEVES, 1916, p. 34.

Abdias Neves, para demonstrar este ponto, utilizou o exemplo da região pertencente ao atual município de Altos, distante de Teresina cerca de cinquenta quilômetros.[399] Segundo dados apresentados pelo senador, Altos era uma área na qual os produtores rurais vendiam a quarta (medida de cinquenta litros) de: farinha, por 1$200; arroz, por 1$200; feijão, por 2$500; e milho, por 1$. Já em Teresina, a quarta dos mesmos produtos custava: farinha, 2$500 e 3$000; arroz, 3$000 e 3$200; feijão, 4$000 e 4$500; milho, 2$200 e 2$500. Isso, "para uma distância, apenas, de 50 quilômetros, que um automóvel de carga pode vencer, sem esforço, em duas horas".[400]

Sem meios mais eficientes, o comércio piauiense na Primeira República tinha na tração animal a forma ordinária de condução, segundo a descrição de Abdias Neves:

> Percorrem-se, a cavalo, dezenas, centenas de léguas, por dias e dias, ao sol e à chuva, recorrendo-se à hospitalidade dos habitantes para 'dormida' e pousada. O transporte de cargas é feito, penosamente, demoradamente, em costas de burro. E esta afirmação mostra, por si somente, quais os embaraços, os gastos, as demoras, os riscos de tal meio de transporte.[401]

Em meio a esse quadro: "É evidente, pois, que esse custo recai de modo proibitivo sobre a produção, reduzindo-a à pequena e insignificante procura do consumo local. Quando a excede um pouco, é tal o desequilíbrio entre a procura e a oferta que os preços se tornam desanimadores".[402]

Ao analisar a economia piauiense do período, Teresinha Queiroz percebe uma realidade semelhante à descrita por Abdias Neves, na qual: "A falta de comunicações e transportes era considerada fator impeditivo da comercialização de grande parte dos produtos, principalmente agrícolas".[403] Como ocorria com a situação envolvendo Altos e Teresina, nesses termos, "a possibilidade de escoamento e o próprio custo de transporte poderiam inviabilizar qualquer tentativa de aumento da produção, limitando-a, portanto, à instância local".[404]

Quanto à navegação pelo rio Parnaíba, fronteira natural que marca a divisão territorial entre Piauí e Maranhão, a significativa diminuição no nível das águas durante os períodos mais

---

[399] Abdias Neves, junto de sua família, residiu em Altos temporariamente no ano de 1911, segundo notícia publicada no jornal *Diário do Piauhy*. A experiência permitiu que o intelectual observasse *in loco* as relações produtivas e comerciais da localidade, inclusive as interações com a capital Teresina, que foram analisadas em *Política das estradas de ferro e finanças da República*. DR. ABDIAS Neves. *Diário do Piauhy*. Teresina, ano 1, n. 69, 21 maio 1911, p. 1; VÁRIAS Notícias. *Diário do Piauhy*. Teresina, ano 1, n. 81, 7 jun. 1911, p. 1.
[400] NEVES, 1916, p. 38.
[401] NEVES, 1916, p. 38.
[402] NEVES, 1916, p. 38.
[403] QUEIROZ, 2015, p. 52.
[404] QUEIROZ, 2015, p. 59.

secos, tornava o flume uma via irregular para o transporte.[405] A situação dava provas de que a interação racionalista estabelecida entre homem e natureza ao longo dos séculos anteriores, e fortalecida no Oitocentos, não havia firmado uma vitória absoluta sobre os fortes condicionamentos impostos pelos fenômenos meteorológicos e geológicos, as epidemias (a exemplo da febre amarela[406]) e os desastres naturais. No início do século XX, houve fortes apelos ao governo piauiense, por parte da recém fundada Associação Comercial do Piauí, para que fosse construída uma estrada de ferro que ligasse Teresina ao litoral. O principal argumento apresentado era o de que a dependência da navegação do rio Parnaíba era perigosa para a economia do estado, uma vez que tornava o comércio refém das chuvas sazonais e, consequentemente, das altas do rio.[407]

Foi no ímpeto de vencer a natureza, que Abdias Neves utilizou suas prerrogativas como senador em busca da construção de uma via férrea que contribuísse com o desenvolvimento brasileiro, uma vez que a ferrovia conectaria o Piauí a Petrolina e, logo, aos outros estados já interligados com Pernambuco.[408] O rio Parnaíba oferecia claros benefícios, uma vez que facilitava o trânsito entre o interior piauiense e o litoral, contribuindo, assim, com as importações realizadas através do oceano Atlântico (tanto com outros estados brasileiros, através da navegação de cabotagem, quanto com países estrangeiros). José Lins Duarte e Johny Santana de Araújo também apontam que os ensaios realizados, no sentido do estabelecimento de uma navegação fluvial consistente, entusiasmaram parte dos piauienses, fazendo com que "[...] setores da sociedade vislumbrarem nas novidades a realização de um processo civilizador com condições de proporcionar conforto, satisfação e prosperidade".[409] É o que percebe Jayra Barros Medeiros ao estudar os impactos modernizadores da navegação a vapor no município de União (PI): "O desejo pelo progresso e pelas modificações que ele trazia, flutuava na cidade de União na Primeira República pelas águas do rio Parnaíba".[410]A possibilidade de que fosse

---

[405] NEVES, 1916, p. 48.

[406] A título de exemplo, pode-se mencionar a participação do Brasil da Primeira Guerra Mundial, em 1918, que foi profundamente prejudicada por uma generalizada crise infecciosa de febre amarela. Estima-se que os navios que compunham a frota enviada pela Marinha chegaram a ficar com 95% de seu efetivo em estado de prostração. O cruzador *Bahia* foi atingido com tamanha severidade pela doença, que teve impossibilitada a manutenção de suas atividades, passando a ser, na prática, um navio hospital. SANTANA, Johny. "A guerra que vai acabar com todas as guerras": o Brasil na Primeira Guerra Mundial – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917-1918. *História: debates e tendências*. Passo Fundo (RS), v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.

[407] QUEIROZ, 2011ª, p. 24.

[408] NEVES, 1916, p. 48.

[409] DUARTE, José Lins; ARAÚJO, Johny Santana de. Ideário de progresso no Piauí: do Oitocentos ao novecentos o vapor nas águas do rio Parnaíba. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 199.

[410] MEDEIROS, Jayra Barros. *Brisas do progresso*: faces e contornos da Primeira República em União (PI). Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 16.

construída uma grande ferrovia no estado também causava essa impressão, uma vez que seriam "reduzidas" as enormes distâncias terrestres, prestando também um serviço sociocultural, para além dos benefícios econômicos, ao potencializar a integração entre os territórios.

Caio Prado Júnior interpretou esse quadro de desenvolvimento ferroviário por outra perspectiva. Para o historiador, a segunda metade do século XIX foi um período de grandes transformações na economia brasileira. Teria sido o momento no qual o país ingressou na modernidade das práticas financeiras e adquiriu as feições do capitalismo oitocentista. Após a proibição do tráfico de escravizados, em 1850, percebe-se um abrupto impulso econômico subsidiado pelo surgimento de grande número de empreendimentos. Esse crescimento, no entanto, esteve arrimado na súbita liberação de capitais antes investidos na compra de escravizados, na inflação do crédito e na impressão demasiada de papel-moeda. O momento especulativo desencadeou as crises financeiras de 1857 e 1864, mas também deixou um importante legado material. Houve grandes investimentos na construção de ferrovias e na navegação a vapor, além do desenvolvimento da agricultura (especialmente a produção e exportação de café) e da expansão dos serviços telegráficos. Apesar dos malabarismos financeiros – e por causa deles, é bem verdade – o Brasil alcançou naquele momento um crescimento extraordinário. Os avanços nas ferrovias e na navegação, entretanto – e aí está a peculiaridade da interpretação de Caio Prado Júnior –, fizeram esperar as melhorias necessárias nas estradas de rodagem. O Império pouco fez para "transformar ou melhorar os deficientes caminhos herdados da colônia" e perpetuava-se o sistema tradicional, "o lombo do burro, para que os velhos caminhos eram suficientes".[411] Apesar de ainda não ter chegado a era do automóvel, o comércio demandava melhores estradas, mesmo que estradas de terra, que substituíssem as antigas e precárias veredas.

Em um outro trabalho parlamentar, Abdias Neves chegou a admitir a necessidade da abertura de estradas sem pavimentação, que teriam como benefícios a rápida construção, o baixo custo e a fácil manutenção. Essas estradas responderiam às demandas imediatas, atendendo exigências de escoamento e mobilidade do comércio e da população em geral. Para o futuro, o Brasil necessitaria de estradas de rodagem pavimentadas, largas e seguras. Mas em virtude das dificuldades impostas pelo contexto, as estradas de terra (ou carroçais) se mostravam como um meio termo razoável entre as estradas de rodagem de primeira linha e as veredas coloniais, que ainda na República cortavam as regiões interioranas do país e, por vezes, até mesmo os arredores das capitais estaduais. A partir das observações realizadas em suas

[411] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 196.

andanças, o senador escreveu que: "[...] estradas, em rigor, não há – pelo menos das regiões do Nordeste por onde viajei".[412] Dessa forma, recorrer à construção de estradas de chão: "Não se trata, repetirei, de obra definitiva que consulte às exigências, atuais e futuras, dos meios produtores". Mas a ocasião exigia "estradas bem conservadas, estradas de terra (*earth roads*), que permitam segurança, rapidez e baixas tarifas".[413]

Com relação ao melhoramento da infraestrutura ferroviária piauiense, para Abdias Neves, era necessária uma mudança de postura da União. O senador demonstra grande ressentimento para com os governos republicanos, por conta do que ele considerava ser um descaso no trato dispensado ao Piauí, em clara demonstração de indiferença "clamorosa e injustificável".[414] Desse modo, "Não é de se estranhar que nós piauienses sejamos estrangeiros dentro do próprio país. [...] em redor de nossas fronteiras, se ergue uma muralha chinesa que não permite que as vistas dos dirigentes, dos pró-homens da República, a atravessem para saber o que se passa lá dentro".[415]

Desde os primeiros momentos da República, foram necessárias complexas articulações políticas para acomodar convicções e interesses distintos. Naquele contexto, paulistas (elevados pela riqueza oriunda do café) e mineiros (envoltos pelo maior contingente eleitoral do país) muito rapidamente se consolidaram como fatores de grande relevância nas equações da política republicana – Manoel Ferraz de Campos Sales, por exemplo, que viria a comandar o Executivo Federal entre 1898 e 1902 e estabilizar as bases da Primeira República, foi chamado a ocupar o cargo de ministro da Justiça do governo provisório, de modo a garantir o apoio dos cafeicultores paulistas.[416]

A historiadora Margarida de Souza Neves estabelece a seguinte hierarquização das oligarquias locais, dispondo-as em ordem decrescente de prestígio e relevância junto ao poder central: 1) São Paulo e Minas Gerais, ocupando um plano mais elevado; 2) Rio de Janeiro e o Distrito Federal; 3) Bahia e Rio Grande do Sul; 4) os estados do Norte, junto de Paraná e Santa Catarina; 5) Mato Grosso e Goiás; 6) Sergipe e Piauí.[417] Percebe-se que as forças políticas piauienses ocupavam posição desfavorável no cenário nacional. No estranho federalismo

---

[412] NEVES, Abdias. *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 111.
[413] NEVES, 1919, p. 137.
[414] NEVES, 1916, p. 48.
[415] NEVES, 1916, p. 11.
[416] NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano.* O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11-41, v. 1.
[417] NEVES, 2018, p. 35-36.

vigente naquele momento, baseado na chamada política dos governadores,[418] um grupo de estados, notadamente pertencentes às regiões Norte e Nordeste atuais, ocupavam posições difíceis no tocante à participação no governo federal e à atração de investimentos públicos da União. Como um novo Brasil não fora inventado em 1889, esse cenário não era exatamente uma novidade; a realidade política, no entanto, foi ajustada de modo a equilibrar os interesses oligárquicos.

Ao reclamar do governo uma maior atenção para o Piauí, Abdias Neves evoca a sua identidade enquanto piauiense, contrariando a própria argumentação, uma vez que no discurso proferido no dia 30 de julho de 1915 (em trecho citado anteriormente), afirma: "nesta tribuna, não sou nortista; não é o piauiense quem fala".[419] É certo que a comunicação oral expõe os sujeitos a uma maior possibilidade de incongruências, mas a situação parece evidenciar uma importante questão. Trata-se da captura de um deslize retórico, um escorregão discursivo; do performar de um político-intelectual ou intelectual-político no pleno exercício do que era o seu ofício naquele momento. O objetivo final da empreitada, era o convencimento, o sucesso do projeto que foi protocolado junto ao parlamento. A realização, para além de suas motivações augustas de incrementar a economia piauiense, contribuir com a administração federal e assegurar a integridade territorial do país ao favorecer a presença do Estado no velho Norte, também ajudaria o senador na propaganda de si. Aprovar um projeto de tal magnitude era mostrar serviço aos seus correligionários políticos, aos opositores e à população piauiense, o que o credenciaria para concorrer a outros destacados cargos eletivos quando findada a sua passagem pelo Senado Federal.

Fica claro que a posição de Abdias Neves em relação à construção de ferrovias como projeto para o país, assemelha-se à de Herbert Spencer.[420] Há perceptível convicção de que o desenvolvimento ferroviário era precursor de um progresso material mais amplo, assim como se observou nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Dessa forma, o dispêndio financeiro deveria ser encarado como investimento: um investimento necessário, há décadas atrasado no Brasil, quando comparado com estágio de desenvolvimento de outros países. Em discurso pronunciado no dia 30 de julho de 1915, no seu primeiro ano no Senado, Abdias Neves buscou

---

[418] A política dos governadores, iniciada na presidência de Campos Sales, foi um acordo exercido durante a Primeira República para favorecer as situações políticas e enfraquecer opositores, a partir de interações entre os governos estaduais e o governo federal. Em troca do apoio do Executivo federal, os governadores lançavam mão do poder e da influência dos grandes líderes locais para que fossem direcionados os resultados das eleições. SANTOS, Fagner dos. *A política dos governadores como discurso*: uma história da construção da estabilidade nacional da Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

[419] NEVES, 1916, p. 16.

[420] SPENCER, 1939; NEVES, 1916.

desmentir a convicção difundida entre diversos políticos brasileiros, de que os investimentos realizados na construção de estradas de ferro – política empreendida desde meados da segunda metade do século XIX – agravaram o desequilíbrio nas contas públicas brasileiras. Na tribuna do Parlamento, o senador piauiense chegou a ter breve embate com o senador gaúcho Victorino Monteiro. Os políticos defendiam teses opostas em relação ao custo-benefício da construção de ferrovias, tomando como ponto central a experiência brasileira sob o regime republicano:

> O sr. Abdias Neves – [...] considero um dever vir negar desta tribuna o meu apoio a duas afirmações que se contêm nesses fundamentos: uma, expressa, a de que foram as estradas de ferro que arruinaram as finanças da República; a segunda, implícita...
> O sr. Victorino Monteiro – Desgraçadamente isto é um fato.
> O sr. Abdias Neves – Terei a oportunidade de mostrar a V. Exa. que isto não é um fato.
> O sr. Victorino Monteiro – Estão aí os algarismos.
> O sr. Abdias Neves – Os algarismos, eu os trouxe e com eles venho discutir, visto como a minha palavra não é revestida de autoridade bastante (não apoiados) para discorrer sobre o assunto.
> A segunda, sr. Presidente, é a afirmação implícita de que a via férrea Petrolina-Parnaíba representa uma despesa adiável, senão inútil, motivo talvez de novos gravames para o governo federal.[421]

Parecia unânime entre a classe política da época que o Brasil necessitava de maior eficiência em seus meios de transporte terrestres, especialmente se observadas as necessidades de escoamento do comércio. Mas não era consenso que o melhor caminho fosse o ferroviário. Abdias Neves combateu com veemência a ideia de que a política que impulsionou a construção de ferrovias era causadora de desequilíbrio fiscal brasileiro.[422] F. A. Brandão Júnior, colaborador da revista piauiense *Litericultura*, publicou no periódico, em janeiro de 1912, um relato sobre viagem realizada pela região sul do Piauí. Em seu texto, foram registradas as seguintes observações:

> São Raimundo Nonato é o município mais rico do estado, possui extensos maniçobais que dão uma produção anual assaz elevada. O seu comércio, como os de São João e Simplício Mendes, é todo feito com a Bahia por ser mais fácil o meio de transporte. O futuro do sul do Piauí está nas estradas de rodagens trafegadas de automóveis. O capital empregado em uma estrada de ferro requer um tráfego crescido que garanta os juros da enorme soma nela empregada; ao passo que o de uma estrada para automóvel é infinitamente

[421] BRASIL. *Anais do Senado Federal*: sessões de 1 a 31 de julho de 1915. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 269.
[422] NEVES, 1916, p. 3.

> menor e está em inteiro acordo com o rendimento que possa advir ao movimento de nossa importação e exportação.[423]

Brandão Júnior se mostra favorável à escolha pelo transporte rodoviário e recorre ao argumento de que construir ferrovias seria muito dispendioso. Além disso, afirma que o Piauí não possuiria um volume suficiente de importações e exportações que justificassem linhas de ferro dedicadas às trocas comerciais do estado. Os historiadores José Lins Duarte e Johny Santana de Araújo, demonstram alinhamento com essa posição: "O Piauí possuía um índice de ocupação demográfica reduzido e produtos de exportação insuficientes para justificar a implementação de uma ferrovia".[424]

Abdias Neves reconhecia que o Piauí apresentava números aquém da sua capacidade produtiva, mas afirmava que essa deficiência teria sua justificativa atrelada às dificuldades para o transporte da produção agrícola. A agricultura estaria a se autorregular quantitativamente por não ter como escoar os gêneros na época da colheita. Dessa forma, uma ferrovia construída em posição estratégica, contribuiria com o fim dessa restrição produtiva e faria com que as trocas comerciais piauienses aumentassem. O argumento do senador pode ser ilustrado pelo já mencionado caso da região pertencente ao atual município de Altos. Os agricultores balizavam as safras a partir de projeções que consideravam como suficiente uma produção que bastasse para a subsistência e para a geração de um excedente que satisfizesse reduzidas trocas comerciais, tanto no interior da povoação quanto em vendas para as cidades próximas (Teresina, Campo Maior e Alto Longá). Além disso, as trocas com esses municípios, em virtude da falta de vias eficientes para o transporte dos produtos, eram muitas vezes atravessadas por um acréscimo elevado ao valor pago pelos comerciantes e consumidores finais.

Outro destacado piauiense que defendeu construção de linhas férreas para o estado foi o governador Miguel Rosa, amigo e correligionário político de Abdias Neves. Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, em 1913, o então chefe do executivo estadual, mesmo enfatizando as dificuldades financeiras enfrentadas pela sua gestão, mostrou-se esperançoso quanto à possibilidade de que fossem construídas linhas férreas em terras piauienses.[425] Segundo a análise de Lêda Rodrigues Vieira, "a locomotiva representava um símbolo de progresso nos discursos dos governadores do estado".[426]

---

[423] BRANDÃO JÙNIOR, F. A. O sul do Piauí. *Litericultura*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 43, 1 jan. 1912.
[424] DUARTE; ARAÚJO, 2023, p. 203.
[425] PIAUÍ, Estado do. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1913 pelo exmo. sr. dr. Miguel de Paiva Rosa governador do estado. Teresina: Tipografia Paz, 1913.
[426] VIEIRA, 2010, p. 25.

O esforço de Abdias Neves, tão revelador de sua visão de Brasil enquanto senador, acabou se mostrando infrutífero naquele momento. Em setembro de 1916, o Ministério da Viação divulgou parecer favorável à construção de uma estrada de ferro que ligasse as cidades de Petrolina e Teresina. O relatório correspondia ao reconhecimento, por parte do Poder Executivo, de que a demanda apresentada pelo senador piauiense era pertinente e que sanar a reivindicação era uma necessidade da República. O governo do presidente Wenceslau Bráz,[427] entretanto, apesar de reconhecer a relevância do empreendimento, negou-lhe caráter de urgência. Ficou, pois, a realização do projeto no aguardo de condições financeiras mais favoráveis e de aprovação, por parte do Congresso Nacional, da verba necessária.[428]

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, foram realizados muitos estudos preliminares sobre a possibilidade de construir ferrovias no Piauí; alguns dos estudos, inclusive, são mencionados por Abdias Neves na justificação do seu projeto. No início dos anos 1920, por iniciativa do governo federal, foram efetivados alguns desses trechos que estavam há muito entre as reivindicações das elites locais, em especial aqueles que conectavam Amarração[429] "às principais cidades da região norte do estado: Parnaíba (1920), Cocal (1923) e Piracuruca (1923)".[430] Não foram encontrados indícios da participação direta de Abdias Neves em favor da realização das obras, ocorridas alguns anos após o seu projeto de 1915.

Consultando-se a literatura histórica sobre o desenvolvimento ferroviário brasileiro, é perceptível que, quanto mais ao sul a localização de um estado, maiores era as chances de conseguir recursos junto ao governo federal. Ademais, os estados mais ricos, com recursos próprios ou através da atração de investidores estrangeiros, conseguiram expandir as suas

---

[427] Wenceslau Braz ocupou a cadeira presidencial brasileira de novembro de 1914 a novembro de 1918.

[428] O parecer técnico foi escrito por Marciano Aguiar Moreira, inspetor federal das estradas do Ministério da Viação e publicado no *Jornal do Comércio* a 25 de setembro de 1916. O artigo de Aguiar Moreira foi reproduzido por Abdias Neves em seu impresso, mostrando aos leitores o desfecho alcançado após os esforços empreendidos junto ao Senado da República. MOREIRA, Marciano Aguiar. Rede de viação Ceará-Piauí. In: NEVES, Abdias; *Política das estradas de ferro e finanças da República*. Rio de Janeiro: 1916. p. 59. Posteriormente, em relatório de 1921, apresentado ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo então inspetor federal de estradas, José Palhano de Jesus, há o registro de que em 1919 foi autorizado o início dos estudos preliminares para a construção da estrada de ferro Teresina-Petrolina. A principal motivação para a iniciativa do governo federal, era dar assistência à população sertaneja que vinha sofrendo periodicamente com os impactos das secas. No ano ao qual faz referência o relatório, os primeiros 61 quilômetros da ferrovia (Petrolina foi escolhida para o quilômetro zero da estrada de ferro), encontravam-se quase prontos e estavam à disposição da comissão construtora os recursos financeiros para que as derradeiras demandas fossem satisfeitas. ESTRADAS, Inspetoria Federal das. *Relatório apresentado ao exmo. sr. ministro da Viação e Obras Públicas pelo dr. José Palhano de Jesus, inspetor federal das estradas, ano de 1921.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. p. 48-49.

[429] Atual município de Luís Correia. A cidade teve seu nome substituído por iniciativa do governador Leônidas de Castro Melo, através da lei estadual n. 6, de 4 de setembro de 1935, em homenagem ao político e jurista Luiz de Moraes Correia (1881-1934).

[430] VIEIRA, 2010, p. 27.

malhas ferroviárias. São Paulo foi o caso de maior sucesso quando consideradas essas características, sendo válido mencionar o exemplo da estrada de ferro Araraquara.

A ferrovia teve origem em 1895, a partir de uma concessão estadual a Guilherme Lebeis e à Casa Bancária Lara Magalhães & Fox para que fosse construída uma estrada de ferro com extensão de 82 quilômetros, entre Araraquara e a vila de Ribeirãozinho. O contexto era de restrições burocráticas à abertura de novas empresas, após a época do Encilhamento, mas com a Lei de ferrovias nº 30 de 1892, que regulamentava a concessão de linhas férreas em São Paulo, foi estimulado novamente o setor ferroviário. Pode-se concluir, através desse exemplo, que a expansão das linhas férreas paulistas se deve em grande parte às contribuições da iniciativa privada – que possuía interesses relacionados ao aumento da capacidade de escoamento do comércio da região.[431] Na esfera internacional, as três décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial foram de intensificação nos fluxos de capital entre os países. A respeito dos investidores europeus desse período, Clodoaldo Bueno entende que:

> Poucas áreas do planeta não foram atingidas pelos investimentos capitalistas, num movimento tentacular. De um modo ou de outro, isto é, através de aplicações em empresas ligadas à produção ou ao transporte, sobretudo estradas de ferro, ou investimentos em empresas financeiras, os capitalistas buscavam, nos então chamados países 'novos', rentabilidade que não mais conseguiam nos países de origem.[432]

Nesse contexto, Abdias Neves vislumbrava nas perspectivas oferecidas pela locomotiva um futuro mais próspero para o Piauí, que era um ente federativo pouco expressivo no cenário nacional. O estado necessitava de maior atenção do poder público central para se aproximar do ritmo através do qual a humanidade estava rumando para o progresso material – ritmo este, reduzido pela Primeira Guerra Mundial.

Desde meados do século XIX, com o significativo avanço da técnica na indústria, nos transportes e nas comunicações, as máquinas superaram o *status* de meros utensílios. Estabelece-se mesmo uma relação de dependência entre as sociedades e os seus inventos.[433] Nesse cenário, o Piauí, que outrora foi um importante exportador de gado, já não conseguia ser competitivo nos anos 1910. De acordo com a percepção de Abdias Neves, essa realidade estava

---

[431] TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FONTANARI, Rodrigo; MARTINS, Henry Marcelo. Urbanização lastreada na capacidade de tributar: especificidades no enfrentamento das crises no complexo cafeeiro (1906-1937). In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.) *História econômica do Brasil*: Primeira República e Era Vargas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 115-128.
[432] BUENO, Clodoaldo. *Política externa na Primeira República*: Os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 27.
[433] GRAHAM, 1973.

intimamente relacionada ao descompasso entre os governantes e a ciência. Na argumentação em favor da construção da ferrovia, ainda acrescenta a essa constatação o que considera ser um descaso da República para com o Piauí.

É um traço explícito das reflexões de Abdias Neves em relação à economia, inclusive, a convicção de que o desenvolvimento dos países demandava a atuação efetiva de um Estado forte. Essa característica o distancia consideravelmente dos seguidores de Herbert Spencer que se tornaram liberais radicais nos assuntos econômicos. No caso da anilina, por exemplo, o senador defendeu a adoção de políticas econômicas protecionistas por parte do governo federal, através da regulação dos tributos cobrados sobre a importação de matéria prima. Essa posição não é propriamente uma novidade no Ocidente, há consideráveis precedentes. No momento posterior à Primavera dos Povos (ocorrida em 1848), diversas lideranças europeias buscaram fortalecer o seus Estados, de modo que fosse possível garantir as liberdades individuais – incluindo as liberdades econômicas. A lógica era que instituições fortes seriam necessárias para assegurar o funcionamento regular do mercado, protegido das crises políticas que ameaçavam não apenas as transações comerciais, mas a própria existência de alguns países em sua integralidade territorial. De acordo com a análise de Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares, buscou-se naquele momento um aprimoramento burocrático civil e militar em virtude da "efetivação e da expansão dos mercados, das descobertas científicas e tecnológicas, da integração física dos espaços nacionais e internacionais, da intensificação da produção alimentar e da exploração ecologicamente irresponsável das *commodities*".[434] Tratava-se de um liberalismo que não era antiestatal. Pelo contrário, reconhecia-se a necessidade de fortificar os Estados para garantir o funcionamento das engrenagens econômicas. O posicionamento é semelhante ao que Abdias Neves cobra do governo brasileiro. A Primeira Guerra Mundial estaria a demonstrar, através dos exemplos de Estados Unidos, Inglaterra, França e Japão, que a participação estatal na economia seria imprescindível não apenas para a manutenção de uma posição competitiva no comércio global, mas também para o desenvolvimento industrial dos países. O caso da anilina era apenas uma amostra, do que era um nicho industrial relativamente pequeno (apesar de importante). Na percepção do senador piauiense, as principais potências do mundo tinham em comum a realização de intervenções, nem sempre sutis, dos governos nos assuntos econômicos, assim como no melhoramento da infraestrutura de transportes e nas políticas tributárias.[435]

---

[434] KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa*: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 257.
[435] NEVES, 1916.

Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares observam, ainda, que na primeira metade do século XIX o mundo estava integrado dos pontos de vista da economia e da geopolítica. A Inglaterra, por exemplo, nos anos 1840, chegou a interferir diretamente na política interna chinesa ao exigir dos orientais a legalização do ópio e a abertura dos portos – o que beneficiaria comercialmente os ingleses.[436] Essa realidade evidencia a razão pela qual as práticas econômicas e administrativas europeias e estadunidenses eram tão comentadas no Brasil, sendo possível perceber em textos de diversos políticos e intelectuais o apelo para que houvesse, por parte do Poder Executivo, uma imitação de iniciativas das grandes potências mundiais. Abdias Neves era extremamente atualizado sobre os assuntos do estrangeiro – tanto quanto era possível à época, de acordo com a velocidade através da qual circulavam as informações e a cultura escrita –, sendo leitor de importantes periódicos econômicos e noticiosos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França.

É válida, ainda, a análise de outro trabalho parlamentar de Abdias Neves: *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*, de 1919, no qual são discutidos aspectos antes abordados em *Política das estradas de ferro e finanças da República* e n'*O problema da indústria nacional de anilinas*. Trata-se de uma extensa exposição sobre as principais questões macroeconômicas, financeiras e geopolíticas às quais o Estado brasileiro deveria estar atento após o fim da Primeira Guerra Mundial. Monsenhor Chaves observa que: "É um trabalho de fôlego que nos dá ampla visão dos problemas nacionais, focalizando principalmente aspectos econômicos, medidas financeiras para o saneamento do nosso meio circulante." Além disso: "Condena as constantes emissões de papel-moeda e alerta o país para o perigo de cairmos na dependência exclusiva dos Estados Unidos. Dos seus livros, este é o único que não foi de inspiração piauiense".[437]

O texto segue o padrão de quase todas as contribuições de Abdias Neves à cultura escrita. Não se reserva ao objetivo de diagnosticar males ou potenciais males e prescreve os bálsamos que tornaria mais reto o caminho rumo ao progresso. O estilo é descritivo – por vezes analítico –, marcado pelo apoio de considerável bibliografia e de abundantes dados estatísticos. Percebe-se no texto o ímpeto de quem tinha muito a dizer e ansiava por ser escutado. Mais. O anseio era por interferir no mundo através da escrita. Todos os trabalhos parlamentares analisados são como que o grito de quem acreditava poder enxergar com clareza as coisas do mundo, à margem de conclusões comuns. Essa característica do Abdias Neves intelectual foi

[436] KRAUSE; SOARES, 2022, p. 258-259.
[437] CHAVES, 2013, p. 611.

possivelmente a motivação para que, na condição de político, dedicasse tanto do seu tempo à pesquisa, à leitura e à escrita.

O senador, ao ingressar no Poder Legislativo, parece ter passado por uma verdadeira imersão nos assuntos do Brasil – incluindo pautas até então secundárias ou inexistentes em seus escritos. Ao longo das 210 páginas de *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz* é demonstrado grande conhecimento técnico sobre assuntos ligados aos transportes, às comunicações e às relações exteriores, sempre deixando claro para os seus leitores[438] que o país não era uma ilha geopolítica. O Brasil, para Abdias Neves, necessitava lançar mão de certo protecionismo no comércio, tornar-se cada vez mais competitivo na indústria, promover modificações na política tributária, fazer-se mais eficiente na fiscalização monetária, criar uma marinha mercante profissionalizada, realizar intercâmbios que contribuíssem com a capacidade brasileira de produzir seus próprios navios, desenvolver a infraestrutura ferroviária e rodoviária, dar maior assistência às populações dos sertões nordestinos, entre outras medidas que contribuíssem para o progresso material.[439]

É pertinente a realização de um exercício comparativo. Confrontar-se-á brevemente o trabalho de Abdias Neves com a obra *A presidência Wenceslau Braz*, publicada em 1918 pelo militar baiano Pedro Cavalcanti. Os dois personagens estavam posicionados em lados políticos opostos. Enquanto o piauiense teceu duríssimas críticas às decisões tomadas por Wenceslau Braz, especialmente no tocante à administração das contas públicas, Cavalcanti contemporizou eventuais equívocos cometidos, argumentando que o presidente agiu de acordo com as possibilidades e, observados os muitos desafios impostos pelo contexto, saiu-se bem. Deve-se ter ciência que o militar era um engenheiro do Exército (à época, tenente), que durante a gestão de Wenceslau Braz foi oficial da Casa Militar da Presidência, possuindo certa proximidade com o governante.[440] Seus escritos, portanto, não são de maneira alguma desinteressados. Assim como os do senador piauiense também não o são.

---

[438] O trabalho foi produzido para ser lido pelos pares de Abdias Neves no Legislativo (especialmente no Senado Federal). O autor evidencia esse endereçamento ao fazer afirmações que demonstram certo cuidado em se fazer entender pelos outros senadores. Diferentemente do que é observado nos demais trabalhos legislativos analisados neste tópico, no exemplar de *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz* disponível no Arquivo Público do Piauí, há dedicatória para um particular, o seu amigo e correligionário político Antonino Freire. Tal constatação sugere que o escrito em específico, provavelmente pela extensão e pela natureza técnica, não possuía fins publicitários. Não foi escrita em sua folha de rosto uma dedicatória "ao Piauí". Além disso, no correr do texto há passagens que tornam seguro afirmar não ser o leitor médio piauiense o público-alvo de Abdias Neves desta feita, a exemplo da seguinte citação: "Faça o Senado a leitura desta página de quem observou, *de visu*, o que é o sertão brasileiro [...]" NEVES, 1919, p. 48.

[439] NEVES, 1919.

[440] PACHECO, Félix. Introdução. In: CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz*: 1914-1915. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 7-13.

Pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil estava em uma situação financeira delicada. Havia dificuldades para angariar recursos – em um momento de déficit nas interações econômicas com a Europa – e uma série de compromissos a serem honrados para com os credores. Tais compromissos eram, muitas vezes, oriundos de empréstimos realizados no exterior para o pagamento de juros e amortização de dívidas anteriores.[441] Segundo a exposição de Abdias Neves, o governo provisório de 1889 fundou uma política de diminuição da dívida externa que foi abandonada gradualmente, a cada nova gestão republicana. Realizava-se malabarismos que objetivavam alívio imediato nas contas públicas e deixavam para os homens do futuro (um futuro não tão distante) a responsabilidade de lidar com o pagamento de empréstimos robustecidos pelos juros. Para explicar com clareza a gravidade de tal cenário, não há analogia mais adequada que a referência a uma bola de neve que desce por certa encosta aumentando sua própria massa a cada metro percorrido. O resultando não pode ser outro, há o nascimento de uma catástrofe progressiva. [442]

A situação, com sua explícita feição de problema estrutural, de mau hábito político-administrativo, pareceu digna de denúncia para os letristas Orestes Barbosa e Noel Rosa. Os músicos lançaram em 1933, no Rio de Janeiro, a canção *Positivismo*, na qual denunciavam, em linhas gerais, a infidelidade brasileira – desde os primeiros momentos da Primeira República – ao lema maior do positivismo em sua forma integral. Lembram, portanto, os compositores: "O amor vem por princípio, a ordem por base, / O progresso é que deve vir por fim". E concluem, em aparente demonstração de descontentamento patriótico: "Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim". Partindo para um plano mais particular, foi elencada na composição a seguinte pauta: o crescimento da dívida externa brasileira: "Vai, coração que não vibra / Com teu juro exorbitante / Transformar mais outra libra / Em dívida flutuante".[443] Noel Rosa e Orestes Barbosa foram artistas da vida, experimentadores da cidade do Rio de Janeiro e filhos da classe média. Barbosa atuou ativamente na imprensa periódica, o que o proporcionou maior proximidade com a política formal e sugere serem de sua lavra as citações acima. Rosa, por sua vez, que tinha como principais interesses a música, as mulheres e o álcool, foi um reconhecido boêmio e sambista de sua época. A composição de *Positivismo*, fruto da

[441] TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FONTANARI, Rodrigo; MARTINS, Henry Marcelo. Urbanização lastreada na capacidade de tributar: especificidades no enfrentamento das crises no complexo cafeeiro (1906-1937). In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.) *História econômica do Brasil*: Primeira República e Era Vargas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 103-153.
[442] NEVES, 1919, p. 3-6.
[443]ROSA, Noel; BARBOSA, Orestes. *Positivismo*. Disponível em: https://open.spotify.com/track/00tMcnzcqI4547ac5sZPHH?si=1T9C4SFHR4yCaDjScHWiCg&context=spotify%3Asearch%3Apo. Acesso em: 15 dez. 2024.

parceria de duas figuras tão distintas entre si, parece indício de que a situação econômico-financeira do país, nas primeiras décadas do século XX, havia se tornado uma pauta que interessava e preocupava mais que apenas a classe política. É válida a lembrança de que, quando a música foi lançada, no ano de 1933, o mundo acabara de superar as grandes dificuldades de integração econômica dos anos 1920 e ainda sofria com as consequências do colapso na Bolsa de Valores de Nova York, ocorrido em 1929.[444]

Nos anos 1910, a percepção de Abdias Neves era que as dificuldades brasileiras se agravaram diante dos equívocos de Wenceslau Braz. O presidente, além de aumentar de forma significativa a emissão de papel-moeda, também estabeleceu uma política de corte de gastos que, em alguns aspectos, teria sido mais prejudicial que benéfica para o país. Ocorreu, por exemplo, um recuo na construção de estradas de ferro, o que Abdias Neves considerava um grave erro. O desenvolvimento dos meios de transporte brasileiros, a partir de um plano de viação nacional que conectasse estrategicamente o comércio interno e favorecesse o escoamento de produtos para exportação, também deveria ser prioridade.[445] O corte de gastos seria necessário, sem dúvidas, mas poderia ser realizado em áreas, como o funcionalismo público:

> Aumenta-se, ao infinito, o número dos bacharéis, que pesarão, amanhã, nos orçamentos, como funcionários públicos – inatingíveis, com imunidades crescentes que os transformam em casta na República – mantidos pela filantropia oficial, com sacrifício do progresso da nação pelo desvio e mau emprego de suas rendas.[446]

A posição de Abdias Neves sobre a questão dos bacharéis funcionários públicos, que se tornavam braços produtivos a menos para a nação, também pode ser encontrada em sua obra literária *Um manicaca*, publicada no ano de 1909. O personagem Luís Borges, em diálogo com o sócio Araújo, descreve o crescente número de bacharéis do país como "[...] o exército do proletariado das letras que toma posições à espera do momento de atirar-se aos cofres públicos [...]".[447] A crítica do autor, nas duas situações, é acompanhada de manifesta incoerência com a própria vida. Não seria ele também um exemplo de bacharel com trajetória marcada pela busca por cargos públicos? O que mais interessa neste momento, entretanto, é o fato de que Abdias

[444] HOBSBAWM, 1917, p. 90-112.
[445] NEVES, 1919, p. 118.
[446] NEVES, 1919, p. 69.
[447] NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Editora Nova Aliança, 2022. p. 126.

Neves aponta o funcionalismo público como um setor a ser eleito como alvo de redução de gastos, sem prejuízos ao progresso material da nação.

Pedro Cavalcanti, por sua vez, destaca que Wenceslau Braz logo nos primeiros dias de governo fez questão de se pronunciar publicamente sobre a grave situação financeira do país. O objetivo seria conscientizar especialmente o Parlamento sobre a necessidade de um alinhamento entre Executivo e Legislativo nas ações necessárias para o enfrentamento da crise.[448] O presidente também buscava alertar que as soluções, para aquele momento, envolviam sacrifícios – entre os quais, pode-se mencionar justamente a interrupção de diversas obras ferroviárias, resolução sobre a qual Abdias Neves exprime a seguinte opinião: "[...] tendo as construções tomado um desenvolvimento acelerado no decênio de 1904-1914, sofreram na administração Wenceslau Braz uma restrição violenta – o que não foi dos menores erros dessa administração".[449]

O jurista e político Amaro Cavalcanti,[450] proferiu a 5 de setembro de 1914, na Biblioteca Nacional, conferência intitulada A vida econômica e financeira do Brasil. Entendia que os problemas financeiros do Brasil estavam relacionados à política, que sobrepujava as exigências técnicas impostas por cada época à Administração Pública: "[...] o nosso atraso a esse respeito pode ser atribuído, muito principalmente, à preferência sabida que os nossos dirigentes têm dado infelizmente aos interesses da politicagem em todos os tempos. Curto e raro será o período governamental, em o qual isso não haja sucedido."[451]

Entre as estratégias pensadas pelo governo, ainda em 1914, estava a busca por recursos através de uma prática comum na jovem República: a emissão de títulos[452] – recorrendo-se, pois, ao crédito interno. A situação na qual se encontrava o país, contudo, foi agravada pelos impactos da Grande Guerra. O conflito gerou uma crise mundial que resultou no fechamento de mercados, em dificuldades significativas nos transportes transcontinentais e em restrições ao crédito. Dessa forma, o governo observou o somatório de responsabilidades antigas com as despesas ordinárias, em um contexto no qual estavam reduzidas as receitas (a exemplo da renda aduaneira) e comprometidas as opções para a geração de recursos. Chegou-se mesmo ao ponto

[448] CAVALCANTI, 1983, p. 67-68.
[449] NEVES, 1919, p. 117.
[450] Entre novembro de 1918 e janeiro de 1919, Amaro Cavalcanti Brito comandou o Ministério da Fazenda, no governo do presidente Delfim Moreira.
[451] CAVALCATI, Amaro. *A vida econômica e financeira do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. n.p.
[452] A emissão de títulos serve para atender às necessidades de financiamento do governo federal, recorrendo ao crédito interno. O Estado, geralmente através do Tesouro Nacional, emite títulos públicos que são oferecidos a pessoas físicas e instituições financeiras com liquidez previamente definida.

de o Estado não conseguir honrar as obrigações para com os credores internos, o que representava um duro golpe na credibilidade do governo.[453]

Cavalcanti argumenta que, diante de tais circunstâncias, foi necessário recorrer à emissão de papel-moeda,[454] o que também não era nenhuma novidade na história brasileira. Desde o período imperial era essa uma prática corrente, como atenuante às sempre desajustadas finanças. Em 1868, Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, tornou atribuição exclusiva do Tesouro Nacional a emissão de moeda. O governo, então, muito em virtude da demanda por recursos para a Guerra do Paraguai, aumentou de maneira substancial as emissões – o que causou inflação e desvalorização cambial. A situação contribuiu para a deflagração da crise política que levou à queda de Zacarias de Góis. Seu sucessor, o visconde de Itaboraí, restringiu as emissões e promoveu a venda de apólices e a oferta de títulos públicos, tendo toda a situação contribuído com o aumento do endividamento do Estado.[455] No caso do governo Wenceslau Braz, diante do que parecia exigir a situação, também se recorreu à produção de moeda sem lastro. O argumento era que, sem recursos, o Estado se tornaria inadimplente para com todos os credores e não conseguiria nem mesmo manter funcionando o seu aparato burocrático. Pedro Cavalcanti justifica da seguinte forma a decisão:

> [...] a União se punha afinal nas pontas do dilema: ou emitir ou faltar ao cumprimento do irrecusável dever de ser fiel aos seus compromissos. De outro lado, havia a considerar o interesse de não comprometer a marcha regular dos serviços públicos, como de não ficar manietando o governo para fomentar a riqueza pública e encarar com energia a situação premente criada ao Brasil pela guerra europeia.[456]

O militar admite que as emissões sem lastro não eram uma prática recomendável e que geravam consequências graves à saúde econômico-financeira do país. O governo teria optado por esse caminho em razão das exigências imperiosas do contexto. Entre as poucas alternativas, estaria o crédito do exterior, mas Cavalcanti julgava que aumentar a dívida apenas prolongaria a crise a médio e longo prazo, não representando a melhor saída.[457] Além disso, o país não gozava do *status* de bom pagador naquele momento – nem mesmo com os credores internos –

[453] CAVALCANTI, 1983, p. 73.
[454] CAVALCANTI, 1983, p. 73.
[455] KRAUSE; SOARES, 2022, p. 362-363.
[456] CAVALCANTI, 1983, p. 70.
[457] Pedro Cavalcanti afirma que o governo de Wenceslau Braz recusou como saída para a crise os empréstimos no exterior e, também, o aumento das taxas alfandegárias: "A nossa política financeira fora, como se sabe, irredutível, à política dos empréstimos externos para cobrir demasias nos gastos públicos, e das taxas alfandegárias para drenagem de meios reclamados pela receita orçamentária de cada ano". CAVALCANTI, 1983, p. 78.

e a guerra dificultava, ou mesmo impossibilitava, a realização de grandes empréstimos junto à Europa.[458]

Com relação às emissões, Abdias Neves concordava parcialmente com Pedro Cavalcanti. O senador chamou atenção para a necessidade de alcançar estabilidade cambial e cessar a emissão de papel-moeda "em jato-contínuo". Mas como o país estava longe do melhor dos mundos no tocante às finanças – e ainda sofria os impactos da guerra – imprimir dinheiro era, em algum grau, um mal necessário e menos nocivo que aceitar a falta de capital.[459] Até este ponto, os dois autores apresentam concordâncias. As discordâncias se iniciam quando Abdias Neves afirma que o governo de Wenceslau Braz avançou além do necessário e quadruplicou as emissões se comparado ao antecessor Hermes da Fonseca.[460] A medida emergencial, para o piauiense, "como terapêutica, não seria, talvez, má, se usada com prudência". Todavia, o que acontecia no Brasil era o mesmo "que se dá com o doente que recebe a primeira injeção de morfina: à primeira sucedem-se outra e outras, repetidas e sobrepostas, sempre solicitadas por uma angústia crescente...".[461]

Em 1914, o deputado federal piauiense Félix Pacheco publicou um opúsculo intitulado *A emissão de papel-moeda*, no qual se posicionou radicalmente contra a proposta que tramitava no Parlamento, originada no Senado Federal, para a emissão de 300 mil contos de réis no crepúsculo do governo de Hermes da Fonseca. Pacheco procurou advertir os legisladores sobre as consequências perniciosas da circulação de tão avultado montante de moeda sem lastro na economia brasileira; além de criticar o ininterrupto aumento das despesas do Estado.[462] Imprimir mais dinheiro seria apenas uma solução paliativa, que acabaria por inviabilizar medidas mais rigorosas e concretas. Trocar-se-ia um tratamento progressivo e eficiente, mas sacrificante, para lidar com a grave moléstia financeira do Brasil através de "remédio pronto, rápido, fulminante" e enganoso. Para o deputado, a melhor escolha seria tomar um grande empréstimo no exterior, que deveria ser utilizado da forma mais disciplinada para organizar a vida financeira do país. A guerra, entretanto, iniciada em julho de 1914, impossibilitou tal operação. Contribuindo com o agravamento da situação, o Banco do Brasil, para o parlamentar, estava a serviço do mercado financeiro e funcionava como um "parasita do Tesouro", quando em um cenário ideal os bancos deveriam apoiar com crédito os centros produtores,

[458] CAVALCANTI, 1983, p. 71.
[459] NEVES, 1919, p. 191.
[460] NEVES, 1919, p. 34.
[461] NEVES, 1919, p. 31-32.
[462] Aos interessados em conferir detalhadamente o balanço financeiro do Brasil em 1914, ver: BRASIL. Balanço da despesa e receita do Brasil no exercício de 1914: estado das dívidas – ativa e passiva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

especialmente os menores. Félix Pacheco demonstrou em seu texto inclinação ao liberalismo econômico. Para o político, a crise brasileira tinha nos seus rudimentos os seguintes fatores: despesas com melhoramentos materiais realizados a qualquer custo, abuso do crédito, anarquia legislativa e administrativa generalizada, crescimento desmedido do funcionalismo, protecionismo econômico, proliferação das aposentadorias, elevação de vencimentos dos funcionários públicos, as "experiências temporãs do socialismo do Estado" e a "mania do fausto". A situação: "[...] é dolorosamente esta: a de remediados, que, por inadvertências e erros sobre erros, viraram pobretões desesperados, e, à falta absoluta de recursos, se dispõe a falsificar dinheiro para poder viver...".[463]

A historiadora Maria Efigênia Lage de Resende entende que a situação na qual o país se encontrava, durante a Primeira República, estava relacionada à forma como era distribuído o poder político. A administração pública e, consequentemente, as instituições brasileiras, eram regidas por um paradoxal liberalismo oligárquico. A Constituição de 1891, pensada nos moldes da Constituição dos Estados Unidos da América, era essencialmente liberal e dava centralidade a questões como federalismo e individualismo. O Estado, no entanto, operava a partir dos interesses de oligarquias, o que implicava na "dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria no processo de participação política".[464] Tal realidade impactava diretamente as escolhas realizadas no campo da economia, a exemplo da concentração na construção das ferrovias: favorecia-se Rio de Janeiro e São Paulo em detrimento dos estados do Nordeste, atendendo aos interesses dos grandes produtores e exportadores de café. Nicolau Sevcenko observa que as duas décadas iniciais de República foram marcadas por uma série de crises e agitações. Foi criado um *modus operandi* corrupto e autoritário, que favorecia os plutocratas e a especulação financeira. Essa realidade, regada por generosas doses de arrivismo, acarretou consequências como, por exemplo, o encilhamento.[465]

Abdias Neves, na tentativa de oferecer soluções, esquematizou medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise em dois grandes grupos: economia e finanças.

Nas medidas de natureza econômica, o senador defendeu a prioridade de fomentar a produção (especialmente a produção agrícola, dispensando maior atenção à população rural do país), facilitar os transportes (setor no qual as demandas exigiam melhorias tanto nos meios

---

[463] PACHECO, Félix. *A emissão de papel-moeda*: razões de voto na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914. p. 30.
[464] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano.* O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 81, v. 1.
[465] SEVCENKO, 2003, p. 36-58.

terrestres quanto marítimos) e defender o comércio (através da redução no valor dos fretes para as trocas comerciais, da estabilização de balança comercial favorável e de uma política fiscal pragmática e eficiente).

Com relação às medidas financeiras, Abdias Neves argumentou em favor do saneamento do meio circulante (através da reconstituição de um fundo de resgates e garantias e da redução da expressiva massa monetária em trânsito), além de também reclamar que o fisco brasileiro se tornasse mais profissional e moralizado; e que fossem criadas fontes tributárias.[466] O Brasil, segundo as reflexões do senador, precisava, naquele momento, de uma reforma tributária com urgência. As modificações deveriam focar em reduzir a onerosidade dos produtos brasileiros exportados e proteger o comércio e a indústria nacionais, possibilitando-lhes crescimento. Também era mister que os entes federativos aumentassem suas receitas, de modo que fosse possível ao menos a manutenção da autonomia de suas burocracias. O senador compreendia que o progresso brasileiro no século XX deveria estar ombreado ao crescimento econômico, a uma boa gestão financeira, à imitação dos bons exemplos internacionais e à proximidade com os avanços científicos.[467]

A reforma tarifária ocorrida após a Proclamação da República, pouco modificou a estrutura tributária herdada do Império. A modificação mais significativa foi a transferência do imposto de exportação para os estados, em resposta às exigências federativas. Seguiu sob o controle da União, no entanto, o conjunto de impostos sobre as importações, que representavam significativa porcentagem da arrecadação brasileira. O poder central controlava os impostos de importação, imposto de selo, o direito sobre entrada e saída de navios e a taxa sobre correios e telégrafos. Os estados assumiram os impostos sobre propriedade rural e urbana, de selo sobre negócios, indústria e profissões, correios e telégrafos estaduais. No caso dos municípios, os impostos eram praticados a critério dos estados.[468]

Para Caio Prado Júnior, instabilidade financeira e desequilíbrio orçamentário foram características através das quais o Brasil se constituiu como país capitalista. Trata-se de traço estrutural do qual era muito difícil se desvencilhar, especialmente se observado o modelo de gestão estabelecido desde o Império. As contas públicas, sempre desajustadas, eram camufladas nos momentos de expansão econômica e de alta nas *commodities*; e escancaradas quando havia fortes retrações comerciais. Essa instabilidade seria responsável pela falta de consolidação na vida social do país, pelos milionários que rapidamente surgiam e desapareciam, por períodos

[466] NEVES, 1919, p. 46-47.
[467] NEVES, 1919, p. 182.
[468] GRANDI; SAES, 2020, p. 75.

nos quais esteve em alta a especulação e pelo desenvolvimento industrial abaixo do que seria possível com maior organização.[469]

Na tentativa de indicar soluções para a busca por estabilidade financeira do país, Abdias Neves reafirmou sua posição em relação ao Estado, no tocante aos assuntos econômicos. Assim como em *O problema da indústria nacional de anilinas*, n'*O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz* defende a adoção de uma postura protecionista nas interações comerciais com outras nações. E avança na argumentação, ao afirmar que em uma arena regida pelo livre comércio o Brasil estaria fadado ao insucesso: "Se permitirmos a livre concorrência, esse lucro voltará, amanhã, a ser, de novo, drenado para o estrangeiro, pela situação de inferioridade em que nela entraremos".[470] O senador admite que o protecionismo não seria o modelo ideal a ser seguido – Wenceslau Braz, inclusive, recusou essa alternativa –, mas acreditava se tratar de uma necessidade, que encontrava precedentes nas práticas das grandes potências mundiais: "[...] medidas de exceção estão sendo tomadas, até entre os povos mais liberais, como sucede com a Inglaterra e o Japão, relativas às indústrias químicas, notadamente às anilinas".[471] Pedro Cavalcanti, por sua vez, adverte que, caso mal calculada, tal tributação exerceria uma ação proibitiva sobre o comércio: "[...] por excessos tais, por vezes, que sobre certos artigos de importação as nossas taxas de renda se tornavam em exigências torturantemente proibitivas".[472] As duas reflexões explicitam posturas diferentes no tocante à questão. Enquanto Cavalcanti evitou até mesmo utilizar a palavra "protecionismo", Abdias Neves exclama que a aplicação estratégica dos tributos sobre importações e exportações era essencial para o Brasil, mais ainda quando observado que se tratava de um recurso empregado pelas maiores economias do mundo.

As medidas propostas por Abdias Neves estavam todas acompanhadas de advertências sobre a urgência através da qual era necessário agir para que o país desenvolvesse sua infraestrutura (especialmente de transportes), industrializasse-se e organizasse suas contas. A pressa se devia ao momento pós-guerra, considerado por Abdias Neves como uma janela de oportunidade que, caso bem aproveitada, melhor posicionaria o Brasil no cenário internacional.

A esse respeito, o piauiense apresenta uma leitura crítica sobre a Conferência de Paris, interpretada como uma medida através da qual as nações vencedoras da guerra repartiram arbitrariamente o mundo em zonas de influência e determinaram sanções duríssimas aos

[469] PRADO JÚNIOR, 1998.
[470] NEVES, 1919, p. 82.
[471] NEVES, 1919, p. 83.
[472] CAVALCANTI, 1983, p. 78.

derrotados – em especial, à Alemanha – o que viria irremediavelmente a comprometer a reconstrução dos países. Essa política vingativa, vaticinou o senador, não levaria a outro resultado que não um novo grande conflito: "A conflagração última, pavoroso eclipse da consciência humana, ficará como incitamento para aperfeiçoamentos maiores na arte do extermínio. Não foi a última. Não será, porque uma guerra, ordinariamente, prepara outra". As iminentes beligerâncias estariam a ser estimuladas pela "ocupação das colônias, as incorporações territoriais, a imposição de obrigações inaceitáveis, sob a ameaça angustiosa do esmagamento sem resistência possível". Dessa forma, "[...] a reação contra a paz cruel dos bárbaros, imposta aos vencidos, não demorará muito a se desfazer". [473]

O diagnóstico de Abdias Neves, entretanto, encontrava oposição entre alguns dos principais políticos brasileiros. Epitácio Pessoa, a título de exemplo, em entrevista publicada a 5 de abril de 1919 no jornal *Correio da Noite* (SP), analisou de maneira otimista a realização da Conferência de Paris e a criação da Liga das Nações. Seriam estas, medidas de fulcral importância para a consolidação da paz após o cessar fogo, em 1918, e para o estabelecimento de relações diplomáticas cada vez mais horizontais entre todos os países. Diante do contexto, Pessoa observou favoravelmente os horizontes econômicos do Brasil. Mas, assim como Abdias Neves, comenta ser necessária a ampliação da frota naval mercante: "O futuro do Brasil é brilhante. Estamos em condições de fornecer ao mundo a maior variedade de exportação, porém, necessitamos de navios para desembaraçar os nossos produtos que estão congestionados".[474]

No tocante à conferência, em específico, não há aproximação possível entre Epitácio Pessoa e Abdias Neves. O senador piauiense nutria severas reservas até mesmo para mencionar a expressão "Conferência da Paz", termo utilizado para designar o encontro diplomático. Ao comentar a escolha da denominação para o título do seu trabalho, justificou-se da seguinte forma: "Escrevo este título com repugnância. Aceito-o por denominação geral".[475] O maior incômodo demonstrado na obra em relação às decisões tomadas pelos Aliados, como mencionado há pouco, é a imposição de duríssimas condições aos vencidos. Mas não apenas isso. Para Abdias Neves, o cenário que se desenhava era de relações internacionais orientadas cada vez mais pelo potencial bélico e poderio econômico dos países – o que se difere em demasia das previsões de Epitácio Pessoa. Em Paris, na dita conferência, o mundo teria sido

[473] NEVES, 1919, p. 203.
[474] PESSOA, Epitácio. *Conferência da Paz, diplomacia e direito internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 6.
[475] NEVES, 1919, p. 201.

"repartido" baseado nas áreas de interesse dos países vencedores; e quanto ao Brasil: "[...] as esferas foram traçadas, a sorte nos destina aos americanos".[476]

Paulo José dos Reis Pereira, no entanto, ao estudar as relações internacionais brasileiras na Primeira República, compreende que a aproximação diplomática com os Estados Unidos já se desenhava como a escolha mais coerente desde os primeiros anos do século XX. Joaquim Nabuco assumiu a missão de ser o primeiro embaixador do Brasil em Washington – cargo que ocupou entre 1905 e 1910 –, tendo em vista esse novo paradigma. Naquele momento, desenhava-se um novo cenário internacional no qual novos atores (Rússia, Japão, Itália e, principalmente, Estados Unidos e Alemanha) "questionavam as reminiscências do antigo Concerto Europeu [sic], alicerçado ainda na proeminência econômica e militar inglesa".[477] A própria causa da Primeira Guerra Mundial, acompanhando essa interpretação, seria uma série de desarranjos geopolíticos de natureza econômica.

A análise de Eric Hobsbawm sobre as razões da guerra contém aproximações com o posicionamento assumido por Abdias Neves ainda no calor dos acontecimentos. O historiador recusa a busca pela "culpa de guerra" e pensa o início do conflito como a escalada de tensões diplomáticas sobrepostas, causadas por dissidências que em determinado momento se tornaram incontornáveis. O certo é que a situação internacional, na visão de alguns artistas e intelectuais da época, já permitia prever, desde meados do século XIX, que estavam por vir grandes conflitos armados cujas proporções – e mesmo as alianças que seriam estabelecidas – eram de difícil cálculo.[478] Tais vaticínios eram lastreados na observação de que eram crescentes as pretensões imperialistas de algumas nações. Hobsbawm entente, ainda, que a Primeira Guerra Mundial desencadeou o período de apogeu do nacionalismo, entre 1918 e 1950. Esse fenômeno teria ocorrido por "dois fatores não intencionais: o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa, que fizeram os Aliados preferirem os argumentos wilsonianos aos bolcheviques".[479]

O pensador piauiense Clodoaldo Freitas, ao acompanhar através dos jornais a guerra russo-japonesa (ocorrida entre 1904 e 1905), percebeu na dissidência o crescente imperialismo das nações, tanto ocidentais como orientais. A contenda entre Rússia e Japão, para o autor,

---

[476] NEVES, 1919, p. 205.
[477] PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos*: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006. p. 18.
[478] HOBSBAWM, 2019, p. 470-475.
[479] HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 148-149.

deixava claro que aquele era "o tempo das expansões imperialistas e das guerras dos deuses".[480] Em crônica intitulada Os desastres da Rússia, o autor observou que, naquele momento, havia uma clara movimentação na indústria da guerra no sentido de aplicar os avanços tecnológicos alcançados nas décadas anteriores para fins bélicos: "os grandes navios, os formidáveis couraçados, tão caros, tão pesados, já não são unidades próprias para uma guerra. A marinha do futuro será a torpedeira e o submarino".[481] A Primeira Guerra Mundial, anos depois, acabou por ser vitrine para uma verdadeira revolução militar, subsidiada pelo salto tecnológico de diversos setores industriais. O próprio Abdias Neves, em texto de 1914, cerca de dois meses antes do início da guerra, registrou prognóstico semelhante ao de Clodoaldo Freitas: "Nenhum povo está a salvo das surpresas de uma guerra. A tendência imperialista abre, nos tempos modernos, um ciclo novo de conquistas".[482]

Enquanto as nações se digladiavam e, com isso, causavam impactos negativos no comércio mundial, nos sertões brasileiros as secas periódicas eram um terrível lembrete para o homem de que a natureza é uma adversária que jamais será plenamente dominada. A escassez de chuvas, em 1915, prejudicou as plantações, provocou migrações forçadas e causou elevado número de mortes. Tratava-se de uma tragédia humanitária, que Abdias Neves pautou no Senado com feições de tragédia econômica. A situação era cíclica e retornava sempre que as chuvas escasseavam. Higino Cunha, nas suas memórias, registrou forte relato sobre a experiência como contemporâneo da grande seca ocorrida em 1877:

> Vi de perto as turbas de retirantes, que chegavam andrajosos, espectros ambulantes, recebendo, em chusmas, as roupas, os remédios e os mantimentos, que lhes forneciam os particulares e os governos. Quadros pungentes, que de longe em longe, reproduzem-se com todos os seus horrores, como se verificou ultimamente em todo o Nordeste brasileiro. Sujos, esfarrapados, famintos e carentes de todo o necessário, principalmente de higiene, vinham acompanhados da varíola e de outras moléstias perigosas. Era a fome, a sede, a nudez, a prostituição e a morte. O estrago era incalculável em toda a vida animal e vegetal e na desorganização do trabalho em toda a zona flagelada. Em Teresina, a mortandade foi tamanha que forçou a abertura de um novo cemitério.[483]

Uma dificuldade em especial potencializou, no Piauí, os impactos sociais da seca ocorrida entre 1877 e 1879: o abastecimento de alimentos para as famílias necessitadas –

[480] FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos:* crônicas. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de letras; Brasília: Senado Federal, 2011. p. 35-36.
[481] FREITAS, 2011, p. 62.
[482] NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada II. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 110, p. 2, 17 maio 1914.
[483] CUNHA, 2011, p. 39.

problema agravado pelo aumento da demografia de certas localidades, em decorrência da chegada de retirantes cearenses que rumavam para o estado vizinho em busca de melhores condições de subsistência (além de piauienses que migravam para regiões onde se faziam sentir com menor intensidade os impactos da seca). A situação também era demasiadamente prejudicial para a economia do Piauí, então baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. A escassez de chuvas demandava que o governo provincial atuasse de maneira emergencial em favor da chegada de gêneros de primeira necessidade, como carne, farinha, arroz e feijão, nas mesas das famílias.[484]

Sobre as secas que impactaram o Nordeste em 1915 e 1919, o economista Celso Furtado, nascido em 1920, fez a seguinte descrição da situação dos sertões paraibanos, recorrendo às memórias familiares:

> [..] a vinda da chuva é incerta e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da fatalidade. Esse golpe ocorreu duas vezes nos cinco anos que antecederam ao meu nascimento (1915 e 1919), com funestas consequências para família de minha mãe. As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam meu espírito na primeira infância.[485]

Em sessão legislativa ocorrida a 17 de julho de 1915, Abdias Neves foi à tribuna do Senado Federal com o objetivo de sensibilizar os seus pares de que o cenário enfrentado pelo Nordeste em decorrência da seca era grave e que em muito isso se dava por conta da falta de um plano efetivo do poder público central para lidar com a situação. Mesmo medidas paliativas, como a distribuição de alimentos, não estariam alcançando os necessitados. As populações sertanejas, segundo o senador, foram deixadas à própria sorte no embate desigual contra a natureza. A União havia abandonado aquelas pessoas: foi este um dos pontos centrais do discurso.[486] Seria flagrante o descaso dos governos republicanos para com o Piauí, visto que que encerraram "todos os serviços que mantinham no meu estado, para deixar, somente, as repartições arrecadadoras".[487] A situação se agravava, visto que a capacidade interventiva do governo estadual era reduzida, em consequência da constante condição de precariedade financeira.

---

[484] SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. *Revec*. Sergipe, v. 10, n. 24, p. 67-78, jan./ jun. 2024.
[485] FURTADO, Celso. Autorretrato intelectual. In: FURTADO, Celso. Celso Furtado: economia. Organizado por Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. p. 31.
[486] BRASIL. *Anais do Senado Federal*: sessões de 1 a 31 de julho de 1915. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 198-201.
[487] BRASIL, 1915, p. 201.

Alguns dias antes da fala de Abdias Neves, Firmino Pires Ferreira, a 8 de julho, reivindicou do Parlamento e do governo federal maior assistência ao Piauí no combate à seca. O senador enfatizou o fato de que a situação piauiense, do ponto de vista social, agravava-se em razão da chegada de retirantes de outros estados – especialmente do Ceará. Esperava-se que fossem tomadas duas providências principais. Primeiramente, distribuir de maneira organizada e equivalente, entre os entes federativos acometidos pela escassez de chuvas, os créditos e repasses devidos. Em segundo lugar, conceber a sessão piauiense da Repartição de Obras Contra as Secas: "Criou-se a Repartição de Obras Contra as Secas, com departamentos em todos os estados flagelados; entretanto, há estados que não têm dessas seções, como acontece, por exemplo, com o estado do Piauí". A queixa era que: "O Piauí está subordinado à seção do Ceará. Todos os projetos para o sertão do Piauí chegam à seção do Ceará, ali esbarram e dali não passam; e só vêm para a capital federal para serem aprovados, os que dizem respeito ao solo cearense [...]".[488] Além disso, recorrendo à sensibilidade dos pares, o senador leu na tribuna um telegrama escrito por Vicente Pacheco, intendente municipal de Campo Maior, no qual estava contido um apelo para que os poderes federais intercedessem em favor do enfrentamento dos "terríveis efeitos das secas"; o telegrama era apenas um entre outros tantos que vinham das seguintes "municipalidades": Barras, Piripiri, Batalha, Piracuruca, Alto Longá, Livramento, Altos, Floriano, União, Valença, Itamarati, Castelo, Regeneração, entre outros, que não foram citados nominalmente. Abdias Neves, em seu discurso de 17 de junho, claramente endossou a manifestação de Pires Ferreira, abordando tópicos semelhantes aos debatidos pelo conterrâneo e correligionário.

Naquele momento, a seca de fato causava uma série de dificuldades aos sertanejos e os obrigava a tornarem-se retirantes. A historiadora Lara de Castro, ao estudar a questão, constatou que, ainda no início de 1915, a partir de algo que pode ser chamado de meteorologia popular (embasada na experiência acumulada por gerações), muitos cearenses previram que aquele seria um ano de poucas chuvas; como de fato foi.[489] Havia pelo menos dez anos que o Ceará não enfrentava uma seca tão severa e foi formado um verdadeiro exército de retirantes em busca da subsistência, rumando preferencialmente aos centros urbanos. Como forma de evitar os problemas derivados de uma densidade demográfica abruptamente aumentada nas grandes cidades, o governo federal resolveu realizar uma série de 27 obras distribuídas pelo interior

[488] BRASIL, 1915, p. 134-135.

[489] Abdias Neves observou a mesma característica na população sertaneja: "O matuto resiste até a segunda quinzena de março. Se não chove até o dia de S. José (19 de março) reúne a fazenda que lhe ficou e foge em procura das cidades litorâneas ou do Piauí, seguindo em levas (grandes, numerosos grupos)". NEVES, 1919, p. 160.

semiárido, que contemplaram Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com essas obras, pretendia-se transformar os retirantes (até então trabalhadores rurais) em operários, dando-lhes acesso a água e a uma renda. Os trabalhos, no entanto, foram iniciados tardiamente em alguns lugares, o que, somado ao atraso dos socorros, agravou ainda mais aquele cenário.[490]

No Piauí, de acordo com Abdias Neves, ainda não se tinha feito sentir qualquer medida tomada pela União – constatação reproduzida pelo jornal *O Tempo*, da cidade interiorana de Amarante. O periódico teve quatro números publicados em 1915, entre 19 de novembro e 31 de dezembro, sempre com comentários sobre quão calamitosa era a situação piauiense. O governo federal, confirma o redator, planejava providências – que até ali, já no fim do ano, não haviam chegado –, como a construção de uma estrada de rodagem entre as cidades de Floriano e Oeiras. A obra deveria empregar 200 homens aptos para o serviço, que estivessem passando por dificuldades em razão da seca – 200 entre 2 ou 3 mil necessitados, somente em Floriano, segundo o jornal. Havia, ainda, problemas com o aumento da criminalidade, promovido por retirantes famintos que recorreram ao cometimento de pequenos delitos – o que converge com o relato de Celso Furtado sobre a situação do sertão da Paraíba no mesmo ano.[491]

Higino Cunha lembra que, de maneira concomitante à seca de 1915, o Piauí enfrentou uma grande crise política e financeira durante a gestão do governador Miguel Rosa, que, decerto, contribuiu com o agravamento da crise humanitária. Por longo período, o governo estadual esteve em falta com o depósito dos vencimentos do funcionalismo público. O intelectual descreve da seguinte forma aquele contexto no qual estiveram combinados os problemas políticos, os impactos sociais da seca e as repercussões econômicas da Primeira Guerra Mundial:

> Foi uma época de grande calamidade para o povo piauiense: além da penúria do erário público, que não chegava para pagar ao funcionalismo em atraso de dois a três anos, sobreveio o flagelo das secas com todas as suas consequências maléficas e a carestia da vida, proveniente da grande guerra mundial, em proveito de poucos exportadores de matérias-primas para a chacina espantosa. Fui demitido violentamente e passei sem receber um vintém dos meus vencimentos por mais de um ano. Nesse transe angustioso, nunca deixei de ter

[490] CASTRO, Lara de. De retirantes a operários: trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915-1919). Perseu: história, memória e política. n. 5, p. 65-89, 2010. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/192. Acesso em: 25 abr. 2024.
[491] SOCORRO aos flagelados. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 1, p. 2, 19 nov. 1915; SOCORRO aos flagelados. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 2, p. 1, 30 nov. 1915; NOTÍCIAS. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 3, p. 4, 15 dez. 1915; PELO Estado. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 4, p. 1, 31 dez. 1915.

> amigos dedicados, que não me deixaram desamparado e com quem ajustei contas em tempo oportuno.[492]

A respeito da situação, Monsenhor Chaves registrou a seguinte síntese:

> Em 1914 veio a 1ª Grande Guerra Mundial prejudicando a nossa exportação e trazendo outros problemas para o Brasil, com reflexos negativos no Piauí. Em 1915 tivemos a grande seca que foi a pá de cal nas já diminutas atividades do governo. E foi precisamente naquela hora que o governo federal, achou por bem paralisar e mesmo suprimir muitos dos seus serviços entre nós. Queixando-se, um periódico local disse que, do governo federal nos ficaram apenas as repartições arrecadadora e o travo amargo da injustiça que vínhamos de sofrer.[493]

Menos de um mês após o discurso de Abdias Neves, pronunciado em 17 de junho, o *Jornal do Comércio* noticiou a formação da Comissão Piauiense Pró-Flagelados (associada ao Diretório Pró-Flagelados do Norte), que possuía a seguinte composição: dr. Francisco Corrêa, presidente; dr. Daniel Paz, secretário; dr. Fonseca Ferreira, tesoureiro; Zito Batista e Anfrísio Lobão, propagandistas junto à imprensa. Abdias Neves, de acordo com o periódico, colaborou com a comissão assumindo a responsabilidade de recolher uma lista para arrecadação de donativos que seriam destinados aos piauienses atingidos pela seca naquele ano. Outros nomes conhecidos no Piauí se comprometeram a ajudar na arrecadação, como os senadores Pires Ferreira e Ribeiro Gonçalves e os deputados Félix Pacheco, Joaquim Pires e Elias Martins, além de alguns outros nomes ilustres da política e do meio militar.[494]

N'*O Brasil e as esferas de influência da Conferência da Paz*, publicado quatro anos depois do seu discurso de 1915, Abdias Neves retomou a temática da seca, tratando-a como problema crônico nacional. O senador voltou a apelar aos pares que olhassem pelo Piauí, ao argumentar que cuidar efetivamente daquela situação não era como dar "esmola a famintos". Seria, pelo contrário, uma medida do mais elevado pragmatismo. Cada vida perdida por conta da seca era um braço produtivo a menos para o país: "[...] em alguns anos, as reservas econômicas acumuladas no Nordeste, livre do flagelo, cobririam fartamente os sacrifícios da União".[495]

No mesmo sentido, Abdias Neves demonstra preocupação com os corpos sertanejos. Para o senador, a produtividade dos trabalhadores rurais brasileiros era abaixo do que poderia ser em razão de sua condição física: acometidos por doenças diversas (ancilostomíase,

---

[492] CUNHA, 2011, p. 69.
[493] CHAVES, 2013, p. 616.
[494] PELAS vítimas da seca. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 193, p. 3, 13 jul. 1915.
[495] NEVES, 1919, p. 159.

paludismo,[496] tracoma, tuberculose, sífilis, lepra,[497] leishmaniose, alcoolismo e tabagismo) e sustentados por uma nutrição deficiente. Era necessário que os poderes públicos se atentassem a essa questão. Zelar pela saúde e por uma boa composição física desses trabalhadores, para além de uma medida higiênica, tratava-se de um serviço em favor da economia brasileira.[498]

Auxílio ainda maior, defende o senador, seria a construção de barragens submersas e de açudes, assim como o estabelecimento de um programa sistemático de reflorestamento. Todas seriam formas de combater verdadeiramente os impactos das secas, em muito superiores a medidas paliativas como a distribuição de socorros ou a oferta de empregos temporários em obras públicas. Também era necessária a melhoria dos transportes, especialmente estradas de rodagem, pois seria facilitada a chegada de assistência e aprimorada a comunicação entre os centros urbanos e as áreas prejudicadas pelas secas. O certo é que as coisas não poderiam permanecer como estavam: "[...] socorrer os flagelados, para os abandonar quando vem o inverno, como se o mal estivesse extinto e não devesse, em breve, reaparecer com igual, ou maior violência".[499]

Para finalizar a discussão, é válida a menção à obra historiográfica *O Piauí na Confederação do Equador*, publicada em 1921. O trabalho versa sobre o movimento, de caráter republicano e separatista, ao qual o título faz referência, e conserva características que estão presentes com maior vigor no seu *A guerra do Fidié*, de 1909.[500] Ambos os textos demonstram aprofundada pesquisa documental e narrativas arrimadas pela empiria. Além desta questão, as obras, que tratam dos anos 1820, são reveladoras sobre o momento em o que o autor as produziu.[501] No livro de 1921, Abdias Neves apresenta um Piauí muito semelhante ao de sua época no tocante às características econômicas, sendo possível estabelecer paralelos com a

---

[496] O senador aponta o paludismo (malária) como um grande problema de saúde pública no Piauí. A doença atingia os retirantes da seca, que na busca desesperada por água acabavam tendo contato com transmissores nas margens dos rios: "[...] não é menor a letalidade nas levas que transpõem a Serra Grande rumo do Piauí. As margens dos rios piauienses lhes são fatais. Atacados pelo impaludismo, ali endêmico, de manifestações proteiformes, sem assistência de qualquer natureza, só os fortes resistem até que a notícia das primeiras chuvas no sertão os leve de novo para a terra querida, que não esquecem nunca" NEVES, 1919, p. 160-161. Aos interessados em uma discussão mais detida sobre a questão, ver: NERY, Ana Karoline. O impaludismo/malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. *Ponta de Lança*: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, p. 135-154, jul. – dez. 2021.

[497] Escolheu-se manter a denominação utilizada por Abdias Neves. A doença chamada de lepra pelo senador, em 1919, é atualmente conhecida como hanseníase.

[498] NEVES, 1919, p. 51.

[499] NEVES, 1919, p. 164.

[500] Seria improvável que Abdias Neves conseguisse reproduzir em *O Piauí na Confederação do Equador* o nível de sustentação empírica apresentado em *A guerra do Fidié*, visto que não estava residindo no Piauí, onde estava disponível a maior parte da documentação sobre o estado.

[501] NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006; NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador.* Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

realidade da qual falava o senador em 1915, nos seus discursos e estudos parlamentares. Na citação abaixo percebe-se a aproximação entre a análise que Abdias Neves faz sobre os anos 1820 e as críticas tecidas à época na qual estava inserido:

> [...] é evidente que, com esse rudimentaríssimo sistema de viação, a situação econômica do Piauí não podia ser próspera. [...] As dificuldades de circulação de riquezas continham as forças da produção, sufocavam a agricultura, embaraçavam e impediam o desenvolvimento do comércio e o povoamento do solo, que passava a produzir apenas o indispensável ao consumo. Produzir mais, fora a pletora do mercado com a consequente desvalorização do produto. E para obter esse pouco, para manter o equilíbrio entre as exigências do consumo e as faculdades da produção, não havia mister grande esforço. Daí ter a agricultura se mantido, sempre, em estado embrionário no Piauí. Não havia necessidade de a desenvolver, de adotar processos racionais de cultura, de estimular as energias da terra, de garantir as colheitas contra a fatalidade das crises climáticas. Rudimentar, como era, continuando o matuto a acender o facho das queimas como instrumento insubstituível do desbravamento, amanho e adubo, e a aguardar, com fatalismo muçulmano, a vinda das chuvas – quase sempre produzia o bastante à satisfação das próprias necessidades. Para que produzir, pois, se um esforço maior romperia o equilíbrio tão facilmente mantido entre as forças da produção e as exigências do consumo? Como criar uma indústria sem meios para levar seus produtos aos mercados consumidores dando-lhes colocação vantajosa? Como desenvolver o comércio, tendo contra si a impossibilidade material do intercâmbio dos produtos? Acresce que essa dificuldade do intercâmbio limitava a circulação dos valores a meios que iam, cada vez mais, reduzindo-se. Não saindo, não entrando outros, seu giro diminuía sensivelmente, acabando eles por se acumularem em poucas mãos e se paralisarem. Isto explica a existência de relativamente grandes fortunas em dinheiro, ouro e prata, entre alguns dos chefes de famílias tradicionais, em flagrante contraste com a rarefação da moeda assinalada pela crônica desses dias escuros de nossa história. Deste modo, a outras causas se não deve atribuir o péssimo estados da situação econômica. Todas as manifestações da atividade coletiva, ou individual, ressentiam-se dessa paralisia da riqueza, e, ou se reduziam, ou se anulavam – enquanto a província ficava numa atrofia sintomática e descontrolada.[502]

A semelhança entre as análises sobre o Piauí da Primeira República e dos anos 1820 demonstra a percepção de que havia inconveniente persistência nas estruturas econômicas do estado. O olhar sobre o passado, a partir das questões da época contemporânea ao autor, o ajudam a perceber tais continuidades. As dificuldades no transporte e nas comunicações são apontadas como significativos empecilhos ao desenvolvimento piauiense. Abdias Neves, portanto, realiza um cruzamento entre a dimensão intelectual e a dimensão política de sua atuação, entre o pensador (que tinha na prática escriturística[503] sua melhor alternativa de intervir

[502] NEVES, 2019. p. 48-49.
[503] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 224-226.

no mundo) e o senador (possuidor de um maior poder para materializar seus ideais). Percebe-se, comparando o estudo sobre o declínio da pecuária (1901-1902), a argumentação em favor das estradas de ferro (1915) e a descrição da situação econômico-infraestrutural do estado na obra historiográfica (1921), que Abdias Neves buscou, a partir do Senado Federal, contribuir com a resolução de algumas das questões por ele observadas enquanto estudioso da realidade piauiense e brasileira. Trata-se do encontro entre o homem de letras e o homem (com possibilidades) de ação; da prática de um utilitarista convicto de que, mesmo sendo o progresso inevitável, era necessário acelerá-lo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comentário sobre o seu *Tudo que é sólido desmancha no ar*, o filósofo estadunidense Marshal Berman conta que, após a publicação da obra, recebeu dos leitores inúmeros questionamentos sobre "pessoas, lugares, ideias e movimentos" que não foram incluídos no texto, mas seriam escolhas tão pertinentes quanto as feitas originalmente pelo autor. Sua resposta foi que, a certa altura, precisou decidir "não exatamente terminar o livro, e sim parar de escrevê-lo".[504]

A escrita da história também compete com as possibilidades. Trata-se de um exercício de síntese e, dessa forma, exige a realização de escolhas.

Neste estudo, decidiu-se investigar e analisar a atuação intelectual de Abdias Neves a partir do eixo Estado, progresso e civilidade. A decisão, evidentemente, resultou em implicações: foi preciso visitar alguns temas, lugares, ideários e sujeitos históricos, em detrimento de outros, segundo o império da coerência, dos prazos e das possibilidades gerais. Apesar dos seus limites, espera-se que este texto represente contribuição significativa aos esforços da historiografia contemporânea para compreender a Primeira República em sua complexidade cultural e política.

Abdias Neves compôs o grupo de bacharéis em Direito que objetivava, desde o século XIX, geração após geração, ascender socialmente e melhorar o mundo. Para alcançar esses objetivos, buscava-se meios na cultura escrita e na política.

A Primeira República foi um período de desilusão entre os republicanos históricos que não conseguiram se ajustar às novas configurações políticas e se consideravam desarrimados no novo regime, enquanto eram consolidadas as oligarquias a partir de eleições fraudentas, patrimonialismo e argentarismo. Nascido em 1876, Abdias Neves se tornou um homem público somente nos primeiros anos do século XX. Ingressou na política formal quando os situacionistas (quaisquer que fossem) tinham primazia junto ao governo federal e os sujeitos mal posicionados em meio aos arranjos e coligações, eram muitas vezes impelidos a deixarem seus estados natais em busca de condições materiais favoráveis.

Durante quase toda a vida, Abdias Neves conseguiu estabelecer boas alianças na política piauiense, de modo que não seria exagero o classificar como um sujeito bem-sucedido profissionalmente. Excetuando-se seus quatro últimos anos de existência, o bacharel conseguiu proporcionar tranquila subsistência à família. Foi magistrado, empreendedor no campo da

[504] BERMAN, Marshall. O caminho largo e aberto. In: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 16.

educação privada, professor e senador; também ocupou cargos por breves períodos na burocracia piauiense.

Para além da política formal, a atuação de Abdias Neves nos domínios da cultura escrita foi talvez a dimensão mais expressiva de sua trajetória. Como polígrafo, publicou literatura em verso e em prosa, exegeses religiosas, estudos jurídicos e econômicos, textos jornalísticos. Visitou os mais diversos gêneros, desafiando as dificuldades impostas pela realidade piauiense ao desenvolvimento da cultura escrita no estado. No início do século XX, o Piauí ocupava uma posição periférica em diversas áreas, inclusive nas letras. A publicação de impressos, era dificultada pela precariedade tipográfica ou por falta de recursos, o que provavelmente relegou muitos manuscritos ao esquecimento. Apesar do cenário desfavorável, os piauienses publicavam alguns livros e fundavam periódicos, aquecendo a cultura local. Uma consulta ao jornal *Diário do Piauí*, revela livres pensadores orgulhosos da quantidade de livros que estavam a produzir e esperançosos de que se avizinhava um futuro mais generoso e próspero.

Abdias Neves era reconhecido por seus contemporâneos como um intelectual talentoso e aguerrido, defensor de ideias cientificistas. A construção de sua imagem como homem público se deu também em razão da destacada participação que teve nas disputas travadas nos jornais entre maçons e católicos. O bacharel apresentava uma característica comum em muitos intelectuais da época: era um escritor pragmático, que buscava através dos textos orientar os rumos que tomava a sociedade. Mesmo após o ingresso no senado, quando as obrigações do ofício atraiam a sua atenção para questões referentes à economia, às secas periódicas no Nordeste e ao desenvolvimento industrial brasileiro, seguiu investindo boa quantidade de tempo à leitura e à escrita. O que significa que, mesmo quando esteve mais próximo ao Estado, com possibilidades concretas de ação, Abdias Neves seguiu acreditando no poder transformador das letras. Fenômeno semelhante pode ser observado em 1914, quando, mesmo atuando ativamente na educação, como professor e diretor de escola, escreveu para a imprensa a série de artigos Noções de pedagogia aplicada.

Percebe-se que a missão adotada por Abdias Neves junto às letras também possuía um traço civilizador (tema trabalhado no segundo capítulo). A obra literária *Um manicaca* apresenta fortes indícios do vir a ser desejado pelo autor para a cidade de Teresina. Cada tipo inventado para a obra parece representar um setor social característico da capital piauiense, segundo a percepção que tinha Abdias Neves de sua terra natal: repleta de donas de casa excessivamente religiosas, como Eufrasina; de padres imorais, como Jacinto; de maridos passivos, como Araújo e Chaves; de bacharéis reformadores, como Praxedes e Ernesto. Na função de educador,

também procurou disseminar a valorização da cultura física nas escolas e uma maior aproximação entre as práticas pedagógicas e as novidades cientificistas da Europa.

É válida a recordação de que ainda estava viva entre pensadores brasileiros a crença teleológica no progresso histórico, que chegou mesmo a orientar políticas adotadas pelo país. Abdias Neves seguia era próximo a essa perspectiva teórica e pode ser classificado como materialista e cientificista, apesar de as suas preocupações econômicas, após o ingresso no Senado Federal, denunciarem rudimentos de desenvolvimentismo.

O eixo que conduziu a produção deste estudo, indica para uma intensa relação entre Estado, progresso e civilidade ao longo da vida pública de Abdias Neves. A sua formação intelectual na Faculdade de Direito do Recife o aproximou da noção de progresso, de valores civilizatórios específicos e colaborou com a construção de uma postura utilitarista. O Estado, por sua vez, para além de ser garantidor de segurança material, potencializava a capacidade interventiva dos homens de letras.

REFERÊNCIAS

1 Fontes

1.1 Documentos manuscritos

NEVES, Abdias. [*Correspondência*]. Destinatário: Joaquim das Chagas Leitão. Castelo (PI), 6 abr. 1925. 1 cartão pessoal.

RIOS, Augusto Colin da Silva. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr Arlindo Nogueira M. D. governador do estado pelo presidente do Tribunal de Justiça desembargador Augusto Colin da Silva Rios em 11 de maio de 1903.* Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Judiciário. Caixa 2.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. *Ofício do presidente do Tribunal de Justiça do Piauí ao governador do estado Arlindo Francisco Nogueira*. 22 maio 1902. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa do Tribunal de Justiça do Piauí.

1.2 Documentos oficiais impressos

BRASIL. *Anais do Senado Federal*: sessões de 1 a 31 de julho de 1915. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 198-201.

BRASIL. Balanço da despesa e receita do Brasil no exercício de 1914: estado das dívidas – ativa e passiva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. Inspetoria Federal das Estradas. *Relatório apresentado ao exmo. sr. ministro da Viação e Obras Públicas pelo dr. José Palhano de Jesus inspetor federal das estradas – ano de 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

PIAUÍ. Governo. 1900-1904 (Nogueira). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo exmo. sr. dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, no dia 1º de junho de 1901*. Teresina: Tipografia do *Piauí*, 1901.

PIAUÍ. Governo. 1900-1904 (Nogueira). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, no 1º de junho de 1902*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1902.

PIAUÍ. Governo. 1909-1910 (PAZ). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 10 de março de 1910 pelo exmo. Sr. coronel Manoel Raymundo da Paz*, presidente da mesma casa, no exercício de governador do estado. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910; PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo exmo. sr. dr.*

Antonino Freire da Silva, governador do estado, no dia 1º de junho de 1911. Teresina: Imprensa Oficial, 1911.

PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do dia 1º de junho de 1912 pelo exmo. sr. dr. Antonino Freire da Silva, governador do estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1914.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1913 pelo exm. sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa governador do estado*. Teresina: Tipografia Paz, 1913.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo exmo. sr. governador do estado dr. Miguel de Paiva Rosa no dia 1º de junho de 1914*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1914.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1915 pelo exmo. sr. dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do estado.* Teresina: Tipografia do *Piauí*, 1915.

PIAUÍ. Governo. 1916-1920 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do estado pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1917.* Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do estado pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1918*. Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar no dia 1º de junho de 1919*. Teresina: Tipografia do *O Piauí*, 1919.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo exmo. sr. dr. Euripides Clementino de Aguiar, governador do estado, a 1º de junho de 1920*. Teresina: Tipografia do *O Piauí*, 1920.

1.3 Documentação produzida pela Faculdade de Direito do Recife

CICERO, Manoel. *Catálogo geral da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Empresa d'*A Província*, 1896.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Catálogo da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*: nº 1. Pernambuco: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & Companhia, 1860.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Filosofia e História do Direito. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 1ª série*. Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Direito Público e Constitucional. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Civil. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Comercial. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Direito Criminal. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Medicina Legal. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 4ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. História do Direito Nacional. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 4ª série*. Curso de Ciências Jurídicas. Noções de Economia Política e Direito Administrativo. Ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais (Direito das gentes, diplomacia e história dos tratados). Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais. Economia Política. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira da 2ª série*. Curso de Ciências Sociais. Higiene Pública. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 1ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Sociais. Ciência da Administração e Direito Administrativo. Para o ano de 1894. Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira da 3ª série*. Curso de Ciências Sociais. Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado. Para o ano de 1894 (artigo 299 dos estatutos). Pernambuco: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 3º ano*. Direito Comercial. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 1º ano*. Direito Público e Constitucional. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 2º ano*. Economia Política. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 3º ano*. Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 4º ano*. Medicina Pública. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira do 5º ano*. Ciência da Administração e Direito Administrativo. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 5º ano*. História do Direito Nacional. Ano de 1897 (Artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das Artes, 1897.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 1º ano*, Direito Público e Constitucional. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 3º ano*, Ciência da Finanças e Contabilidade do Estado. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 4ª cadeira do 4º ano*, Medicina Pública. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 2ª cadeira do 5º ano*, Ciência da Administração e Direito Administrativo. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programa de ensino da 3ª cadeira do 5º ano*, História do Direito Nacional. Ano de 1898 (artigo 234 do Código de Ensino). Recife: Pantheon das artes, 1898.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas de ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1894*. Recife: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas* de *ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1895*. Recife: Pantheon das Artes, 1895.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. *Programas* de *ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1896*. Recife: Tipografia de F. P. Boulitreau, 1896.

MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

1.4 Jornais e revistas

ALERTA, Católicos. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 109, p. 2, 11 jul. 1909.

A QUEM nos ler. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 1, p. 1, 14 jul. 1896.

A POLÌTICA DO PIAUÍ. A entrevista com o senador Abdias Neves. *O Jornal*. São Luís, ano 2, n. 517, p. 1, 7 ago. 1916.

ATENEU Piauiense. *O Monitor*. Teresina, ano 3, n. 62, p. 4, 2 jan. 1908.

ATENEU Piauiense. *Correio de* Teresina. Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 24 mar. 1913.

ATENEU Piauiense. *Correio de* Teresina. Teresina, ano 2, n. 49, p. 3, 12 jan. 1914.

ATOS oficiais. *Jornal do Recife*. Recife, ano 38, n. 298, p. 2, 29 dez. 1895.

ATOS oficiais. *Jornal do Recife*. Recife, ano 39, n. 143, p. 2, 26 jun. 1896.

BRANDÃO JÙNIOR, F. A. O sul do Piauí. *Litericultura*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 43, 1 jan. 1912.

CORREIA, Luiz Moraes. Relatório apresentado ao exm. dr. Miguel Rosa, m. d. governador do Piauí, pelo dr. Luiz de Moraes Correia, secretário de Estado do governo. Secretaria de Estado do Governo do Piauí, em Teresina, 30 de abril de 1914 (continuação do nº 126). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 127, p. 3, 6 jun. 1914.

CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência, na arte etc. *Revista Litericultura*. Teresina, ano 1, fasc. 3, v. 3, p. 137-148, 31 out. 1912.

CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência e na arte. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano 5, n. 58, p. 116-127, 1920.

CUNHA, Higino. A nudez e o vestuário: na religião, na ciência e na arte. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano 6, n. 62, p. 127-135, fev. 1921.

DAMAZIO, Raul. Educação Física esportiva. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 130, p. 2-3, 10 jun. 1914.

DECLARAÇÕES. Faculdade de Direito. *Jornal do Recife*. Recife. ano 39, n. 276, p. 3, 4 dez. 1896.

DEMOFRASTO. Apuros do Teofrasto. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 111, p. 3, 25 jul. 1909.

DR. ABDIAS Neves. *Diário do Piauhy*. Teresina, ano 1, n. 69, p. 1, 21 maio 1911.

ESTATUTOS do colégio Benjamin Batista. *Correio de Teresina*. Teresina, ano 3, p. 2, n. 151.

EXPEDIENTE. *Pátria*. Teresina, ano 1, n. 9, p. 1, 28 dez. 1902.

FRASTO. Coisas do Piauí. *O Apóstolo*. Teresina, ano 3, n. 108, 4 jul. 1909, p. 3.

FREIRE, Antonino. A mulher na escola primária. *Litericultura*. Teresina, ano 2, v. 3, fasc. 4, p. 193-201, 30 abr. 1913.

GAZETILHA. Dr. Abdias Neves. *O Piauí*. Teresina, ano 21, n. 1123, 17 jun. 1911, p. 3.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 39, n. 100, 2 maio 1896, p. 3.

GAZETILHA. Sociedade Gonçalves Dias. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 133, 15 jun. 1897, p. 3.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 138, 22 jun. 1897, p. 3.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 155, 14 jul. 1897, p. 3.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 172, 4 ago. 1897, p. 2.

GAZETILHA. Sociedade Gonçalves Dias. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 196, 1 set. 1897, p. 2.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 201, 7 set. 1897, p. 2.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 206, 15 set. 1897, p. 2.

GAZETILHA. *Jornal do Recife*. Recife, ano 40, n. 227, 10 out. 1897, p. 2.

HOSPEDES e viajantes: senador Abdias Neves. *O Jornal*. São Luís, ano 2, n. 512, 1 ago. 1916, p. 1.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. Um adversário de Rui Barbosa. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 20, n. 8299, 11 nov. 1949, p. 7.

MOVIMENTO do porto: entradas no dia 25. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 26 jun. 1915, p. 9.

NEVES, Abdias. Lirismo. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 1, 14 jul. 1896, p. 5-6.

NEVES, Abdias. Madrigal. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 3, 15 set. 1896, p. 7.

NEVES, Abdias. A felicidade. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 1, n. 5, 15 nov. 1896, p. 7-8.

NEVES, Abdias. Nevrose. *Congresso Acadêmico*. Recife, ano 2, n. 1, 15 jun. 1897, p. 5.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária I. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 47, 23 nov. 1901, p. 1.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária III. *Nortista.* Parnaíba, ano 1, n. 49, 7 dez. 1901, p. 1.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária IV. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 50, 14 dez. 1901, p. 1.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária V. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 51, 21 dez. 1901, p. 1.

NEVES, Abdias. Indústria pecuária VI. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, n. 52, 28 dez. 1901, p. 1.

NEVES, Abdias. Moral religiosa. *Litericultura*, Teresina, ano 1, fasc. 1. p. 21-31, 1 jul. 1912.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia I. Pedagogia e métodos pedagógicos. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 92, p. 2-3, 26 abr. 1914.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada II. Da educação física indireta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 110, p. 2-3, 17 maio 1914.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada III. Da educação física direta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 129, p. 2-3, 9 jun. 1914.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada IV. Da educação física direta (continuação). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 137, p. 2-3, 19 jun. 1914.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada V. Da educação física direta. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 157, p. 2-3. 12 jul. 1914.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia aplicada VI. Da educação física direta (conclusão). *Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 174, p. 2-3, 2 ago. 1914.

NEVES, Abdias. A opinião pública e o divórcio. *Litericultura,* Teresina, ano 1, fasc. 3. p. 200-208, 31 out. 1912.

NEVES, Abdias. O ocaso do idealismo. *Diário do Piauí*. Teresina, ano 2, n. 254, 21 nov. 1912, p. 1-2.

NOTÍCIAS. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 3, 15 dez. 1915, p. 4.

NOVIDADES palpitantes. *Chapada do Corisco*. Teresina, ano 1, n. 1, 11 maio 1918, p. 10.

SOCORRO aos flagelados. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 1, 19 nov. 1915, p. 2.

SOCORRO aos flagelados. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 2, 30 nov. 1915, p. 1.

TELEGRAMAS. *O Jornal.* São Luís, ano 4, n. 1029, 6 abr. 1918, p. 4.

TEOFRASTO. A lápis. *O Monitor*. Teresina, ano 5, n. 180, 18 mar. 1910, p. 3.

UM MANICACA. *Nortista*. Parnaíba, ano 1, 17 jan. 1901, p. 2.

VÁRIAS Notícias. *Diário do Piauhy*. Teresina, ano 1, n. 81, 7 jun. 1911, p. 1.

VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 139, 20 maio 1915, p. 6.

VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 140, 21 maio 1915, p. 4.

VIAJANTES. *D. Quixote*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 227, 14 set. 1921, p. 12.

PELAS vítimas da seca. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ano 89, n. 193, 13 jul. 1915, p. 3.

PELO Estado. *O Tempo*. Amarante (PI), ano 1, n. 4, 31 dez. 1915, p. 1.

SENADOR Abdias Neves. *Correio de Teresina*. Teresina, ano 4, n. 164, 4 abr. 1916, p. 2.

TEOFRASTO. A lápis. *O Monitor.* Teresina, ano 4, n. 128, 1 abr. 1909, p. 1.

1.5 Livros, folhetos e opúsculos

ALMENDRA, Jacob Manuel Gayoso e. *Pecuária*. Teresina: Imprensa Oficial, 1931.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço.* 2. ed. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

BUCHNER, Luiz. *O homem segundo a ciência*: o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Porto: Lelo, 1934.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Fortaleza: EUFC, 1999.

CASTELO BRANCO, Cristino. *Frases e notas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957.

CAVALCATI, Amaro. *A vida econômica e financeira do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz*: 1914-1915. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

CUNHA, Higino. *O idealismo filosófico e o ideal artístico*. Teresina: Imprensa Oficial, 1913.

CUNHA, Higino. *Memórias*: traços autobiográficos. 2.ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011.

D'ORNELLAS, Antônio Evaristo. *Dilatação do estômago*: tese inaugural apresentada à Escola Médico-Cirurgica do Porto por Antônio Evaristo d'Ornellas, Barão d'Ornellas, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris. Porto: Imprensa Moderna, 1886.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos:* crônicas. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de letras; Brasília: Senado Federal, 2011.

FREITAS, João Alfredo de. *Lendas e superstições no norte do Brasil*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

FREITAS, Lucídio. *Poesia completa*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

HAECKEL, Ernst. *O monismo.* Porto: Livraria Chardon, 1908.

MARTINS, Elias. *O poder das trevas*. Rio de Janeiro: [s.d.], 1913.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação.* 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

NEVES, Abdias. Discurso pronunciado, em nome do Partido Republicano, em a sessão cívica de 30 de maio de 1909, comemorativa do primeiro aniversário da morte do dr. Areolino de Abreu. Teresina: Libro Papelaria Veras, 1909.

NEVES, Abdias. *A elegibilidade do Marechal*. Teresina: Tipografia Veras, 1910.

NEVES, Abdias. *Discursos pronunciados nas sessões de 10 e 15 de dezembro de 1915 pelo exmo. sr. dr. Abdias Neves senador federal pelo estado do Piauí, em defesa da manutenção dos colégios militares e mandados imprimir, como homenagem ao ilustrado orador, pelos oficiais, professores e demais funcionários daquele estabelecimento*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

NEVES, Abdias. *Política das estradas de ferro e finanças da República.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

NEVES, Abdias. *O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

NEVES, Abdias. *O problema da indústria nacional de anilinas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1919.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: Fundapi, 2006.

NEVES, Abdias. *Psicologia do cristianismo*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

NEVES, Abdias. *Aspectos do Piauí*: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Superintendência CEPRO/SEPLAN, 2021.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Nova Aliança, 2022.

NEVES, Yara. A réplica da filha de Abdias. In: MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976. p. 163-165.

ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

PESSOA, Epitácio. *Conferência da Paz, diplomacia e direito internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

PACHECO, Félix. *A emissão de papel-moeda*: razões de voto na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio.* São Paulo: Editora Ática, 1994.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

ROMERO, Silvio. *Introdução a doutrina contra doutrina*. São Paulo, Companhia das Letras: 2001.

SARMENTO, *A dilatação do estômago*: dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1894.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

SPENCER, Herbert. *Do progresso:* sua lei e sua causa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

SPENCER, Herbert. *El hombre contra el Estado*. Buenos Aires: Aguilar, 1953.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Quadros da vida maranhense [o positivismo no Maranhão]*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2021.

1.6 Músicas

ROSA, Noel; BARBOSA, Orestes. *Positivismo*. Disponível em: https://open.spotify.com/track/00tMcnzcqI4547ac5sZPHH?si=1T9C4SFHR4yCaDjScHWiCg&context=spotify%3Asearch%3Apo. Acesso em: 15 dez. 2024.

2 Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos*: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

ARAÚJO, Johny Santana de. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Guerra Mundial – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917-1918. *História: debates e tendências*. Passo Fundo (RS), v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...* A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSUNÇÃO, Érica Barros de. *A paratopia criadora e o ethos de Abdias Neves:* análise do discurso literário de um autor marginal em *Um manicaca.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2018.

AVELINO, Jarbas Gomes Machado. *As escritas dos bacharéis*: a ciência e o Direito como mediadores para a construção de uma sociedade republicana. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amo materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIARDI, Daniel Cerqueira. *Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria e formação do historiador*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife.* 2. ed. Brasília: INL, 1977.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor*: as práticas editoriais de Monteiro Lobato. São Paulo: Editoras Unesp, 2018.

BORGES, Geraldo Almeida. Notas sobre a literatura piauiense: Primeira República. *Carta Cepro*. Teresina, v. 11, n. 1, p. 27-52, jul./dez./ 1986.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* 53. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Adail. *As armadilhas do poder*: partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2021.

BRASILINO, Fabíola Nunes; SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. Educação feminina no Piauí: contribuições do periódico *Borboleta*. *Letras em revista*. Teresina, v. 11, n. 2, p. 126-136, jun./dez. 2020.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa na Primeira República*: Os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares*: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CARVALHO, Maíze Daniela de. *Um manicaca*: manual para a construção do modo de vida burguês. In: EUGÊNIO, João Kennedy et al (orgs.). *História & Literatura.* Teresina: EDUFPI, 2013.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades*: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*: a condição feminina na Primeira República. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e virilidades na produção discursiva de Abdias Neves. *Fênix - revista de história e estudos culturais.* vol. 17, n. 2, p. 502-521. Jul./ dez., 2020. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

CASTRO, Lara de. De retirantes a operários: trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915-1919). *Perseu*: história, memória e política. n. 5, p. 65-89, 2010. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/192. Acesso em: 25 abr. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. *Elaboração de um espírito superior*: a atuação intelectual de Abdias Neves a partir de *Um manicaca* (1909) e *Psicologia do cristianismo* (1910). 2021. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha. Le monde marche: o progressismo cientificista de Abdias Neves. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 343-360.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. O pragmatismo literário de Abdias Neves: naturalismo e utilitarismo intelectual em *Um manicaca* (1909). *Revista Humana Res*. v. 5, n. 8, p. 113-132, ago./dez. 2023.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas cronista: textos, contexto e inspirações intelectuais. In: QUEIROZ, Teresinha (org.). *Um senhor da palavra*: estudos sobre a obra de Clodoaldo Freitas. Teresinha: Cancioneiro, 2024. p. 317-340.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, José Lins; ARAÚJO, Johny Santana de. Ideário de progresso no Piauí: do Oitocentos ao novecentos o vapor nas águas do rio Parnaíba. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 196-215.

DURKHEIM, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. *Em busca da geração perdida*: formação escolar e intelectual de homens de letras em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2015.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEITOSA, Adriana Anatálio. *Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias Neves.* Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, 2006.

FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX*: a circulação do progresso nas Exposições Universais e Internacionais. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

FIGUEIREDO, Vinicius de. *Kant e a Crítica da Razão Pura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 32, 2004, *Anais* [...]. João Pessoa: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004.

FOREZI, Luana da Silva Magalhães. gallo (CAS no. 62-53-30). *Revista Virtual de Química*. v. 3, n. 6, p. 496-503, dez. 2011. Disponível em: https://rvq-sub.sbq.org.br/index.php/rvq/article/view/191. Acesso em: 20 dez. 2023.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*: apontamentos biográficos. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ EDUFPI, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006

FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

FURTADO, Celso. Autorretrato intelectual. In: FURTADO, Celso. Celso Furtado: economia. Organizado por Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. p. 30-41.

GALLO, Fabrício. As preocupações com a integração territorial do Brasil e o pensamento geopolítico nacional: a relevância da aviação na ocupação do país. *Entrelugar*. Dourados (MS), ano 1, n. 2, p. 59-60, 2010.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).* São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDI, Guilherme; SAES, Alexandre Macchione. Tarifas alfandegárias e indústria no Brasil durante a Primeira República. In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.) *História econômica do Brasil*: Primeira República e Era Vargas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 69-102.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*, 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa*: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 217-259.

MAGALHÃES, Gildo. *Ciência e ideologia*: uma excursão à história em torno da ideia de progresso. São Paulo: Intermeios, 2017.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense:* horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

MATOS, José Miguel de. *Evocação de Abdias Neves*. Teresina: [s.n.], 1976.

MEDEIROS, Jayra Barros. *Brisas do progresso*: faces e contornos da Primeira República em União (PI). Teresina: Cancioneiro, 2021.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2003. p. 399-422.

NERY, Ana Karoline. O impaludismo/ malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. *Ponta de Lança*: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura. São Cristóvão. v. 15, n. 29, p. 135-154, jul. – dez. 2021.

NEVES, Thiago Gonçalves. *Os primórdios do halterofilismo e do fisiculturismo no Brasil*. 2012. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NUNES, Maria Cecilia Silva de Almeida Nunes. *Oligarquia Pires Ferreira*: família e poder político no Piauí (1889-1920). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

PACHECO, Félix. Introdução. In: CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz*: 1914-1915. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 7-13.

PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1966.

PASSOS, Artur. *Abdias* Neves: homens e eventos da sua época. Teresina: FUNDAPI, 1966.

PASSOS, Edilenice. *Mesas diretoras do Senado Federal*: 1889-2014. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil*: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos*: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *As ciladas do inimigo*: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *O desmoronar das utopias:* Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política nas três primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 141-170.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011a.

QUEIROZ, Teresinha. Sobre política, ciência e arte. Higino Cunha e as controvérsias de seu tempo. In: Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 34, 2011, *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011b.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba para a economia do Piauí*: 1900-1920. 3. ed. Teresina, EDUFPI, 2015a.

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Academia Piauiense de letras, 2015b. p. 23-30.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*: 1880-1930. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

QUEIROZ, Teresinha; DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. A escrita instituinte de Abdias Neves sobre as lutas pela Independência do Piauí em *A guerra do Fidié*. *Contraponto* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 12, n. 1, p. 97-108, jan./dez. 2023.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano.* O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 81-110, v. 1.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

SANTOS, Dayane Sampaio dos. David Moreira Caldas: o reverberar da memória de um republicano. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 241-255.

SANTOS, Fagner dos. *A política dos governadores como discurso*: uma história da construção da estabilidade nacional da Primeira República. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Clodoaldo, academias, repúblicas. In: QUEIROZ, Teresinha (org.). *Um senhor da palavra*: estudos sobre a obra de Clodoaldo Freitas. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 11-58.

SAVAGE, Joan. *A criação da juventude*: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na* metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Lucas William Moreira da; PINTO JÚNIOR, Arnaldo. Reflexões sobre a Educação Física no Brasil: leitura e ginástica na Primeira República. *Linha Mestra*, v. 15, n. 45, p. 243-255, set./ dez. 2021.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. *Revec*. Sergipe, v. 10, n. 24, p. 67-78, jan./ jun. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOARES, Carmen. *Imagens da educação no corpo*: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil.* 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade*: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: (1902-1914). *Carta Cepro*. Teresina, v. 11, n. 1, p. 87-114, jul./dez./ 1986.

STEVENSON, David. *1914-1918*: a história da Primeira Guerra Mundial – a deflagração. Barueri: Novo Século Editora, 2016.

TITO FILHO, A. Um manicaca: documento de uma época. In: NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

TITO FILHO, A. *Sua excelência o egrégio*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FONTANARI, Rodrigo; MARTINS, Henry Marcelo. Urbanização lastreada na capacidade de tributar: especificidades no enfrentamento das crises no complexo cafeeiro (1906-1937). In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.) *História econômica do Brasil*: Primeira República e Era Vargas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 115-128.

UAUY, Ricardo et al. Role of protein and amino acids in infant and young child nutrition: protein and amino acid needs and relashionship with child grouwth. *Jornal of Nutritional*

Science and Vitaminology. v. 61. n. S192-S194, p. 192-194, 2015. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/jnsv/61/Supplement/61_S192/_article/-char/ja/. Acesso em: 15 dez. 2024.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. Transporte sobre trilhos: ferrovia no Piauí na Primeira República. *Informe Econômico*, Teresina, ano 11, n. 23, p. (25-30), nov. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/download/2210/2018 . Acesso em: 20 nov. 2023.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: Mário Morais. São Paulo: Martin Claret, 2016.